

Relatório & Contas

2021

Standard Bank *É POSSÍVEL*

01
Introdução

1.1. Objectivo do Relatório de Gestão 07

1.2. A Missão, Visão e Valores do SBA 10

1.3. Quem é o SBA 13

1.4. Marcos Históricos 19

02
A visão da liderança

2.1. A Mensagem do PCA e do PCE 23

03
Como criar valor

3.1. O Contexto Macroeconómico 29

3.2. Os Números Alcançados 51

3.3. Proposta de Valor 53

3.4. A Estratégia do SBA 56

04
A operacionalização de uma estratégia

4.1. Foco no Cliente **65**
- Banca de Investimento e de Grandes Empresas 66
- Clientes Consumo e de Elevado Património 77
- Clientes Comerciais e de Negócios 87
- Soluções para Clientes 95
- Inovação 103
- Engenharia 105
- O que foi feito para os Clientes SBA 115

4.2. Pessoas e Cultura **123**
- Pessoas e Cultura 124
- O que foi feito para os Colaboradores SBA 141

4.3. Risco e Conduta **145**
- O Sistema de Controlo Interno 146
- O Modelo de Gestão 185

4.4. Resultados Financeiros **233**
- Os Indicadores do SBA 234
- Proposta de aplicação de resultados 249

4.5. Impacto relevante na sociedade **251**
- Responsabilidade social 252

05
Governação Corporativa

5.1. Modelo de Governação 263

06
Demonstrações financeiras e notas

6.1. Demonstrações Financeiras 288

6.2. Notas às Demonstrações Financeiras 295

6.3. Pareceres dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal 444



01
INTRODUÇÃO

O Standard Bank de Angola quer transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os seus *stakeholders*, apresentando não só a performance financeira como também a actividade desenvolvida num contexto desafiante, que não se resumem só a números.



1.1 Objectivo do Relatório de Gestão

O presente documento tem o propósito de apresentar a evolução financeira, repondendo às exigências regulamentares e legais (BNA, CMC e Lei das Sociedades comerciais), mas **acima de tudo** pretende dar a conhecer o SBA a todos os *stakeholders* e partilhar a **sua visão de futuro!**

Neste pressuposto, não podemos deixar de considerar também a caracterização do Grupo no qual se insere e fazer uma retrospectiva dos principais factos relevantes ocorridos no exercício de 2021, dos quais destacamos as evoluções verificadas no combate à Covid-19, com a vacinação massiva da população mundial e a consequente redução paulatina das medidas restritivas, bem como a valorização do Kwanza face às moedas estrangeiras.

Considerando a visão multidimensional do relatório de Gestão, a sua construção teve em consideração informação de Estratégia, de Governação, Negócio, financeira, operacional e Social preparada por várias áreas do Banco, criando uma visão agregada e espelhando a importância de todos na prossecução dos **objectivos do SBA!**

Apresenta-se indicadores de diversas naturezas de risco, bem como de gestão de capital. Por último, não se poderia deixar de parte algo de muito orgulho e que cada vez mais tem sido uma prioridade, ou seja, o contar-vos qual foi a actuação do SBA na sociedade, com a realização de inúmeras iniciativas de cariz social, económica e ambiental.

Sistematizando, o Relatório de Gestão do exercício de 2021 abordará diversas temáticas, tais como:

A caracterização do Banco e do Grupo Standard Bank (SBG);

O contexto macroeconómico em que o SBA opera, **quer a nível nacional, quer internacional;**

Uma descrição dos principais ***guidelines*** **da estratégia** para o exercício de 2022.

O balanço da operacionalização de uma estratégia assente nos seguintes pilares-chave:

Abordagem focada no Cliente

Apresentar a informação sobre as grandes linhas de negócio: Grandes Empresas e Banca de Investimento (*CIB*), Pequenas e Médias Empresas (*Business and Commercial Clients* ou *BCC*), Particulares (*Consumer High Net Worth* ou *CHNW*). Com o objectivo de apoiar estas linhas de negócio no exercício de 2021 o Banco criou as seguintes áreas de apoio: Soluções para Clientes, Inovação e Engenharia;

Pessoas enquanto activo fundamental

Abordar os factos mais relevantes das Pessoas e Cultura, assim como as acções desenvolvidas no âmbito desta pandemia;

Risco e conduta

Destacar a forma como o Banco identifica, gere e mitiga o risco, descrevendo as suas principais políticas e ambiente de controlo;

Excelência Operacional

Oferecer aos Clientes serviços e produtos que correspondam às suas expectativas;

Solidez nos resultados financeiros

Demonstrar a *performance* e solidez financeira, divulgando os números e principais indicadores da actividade do SBA;

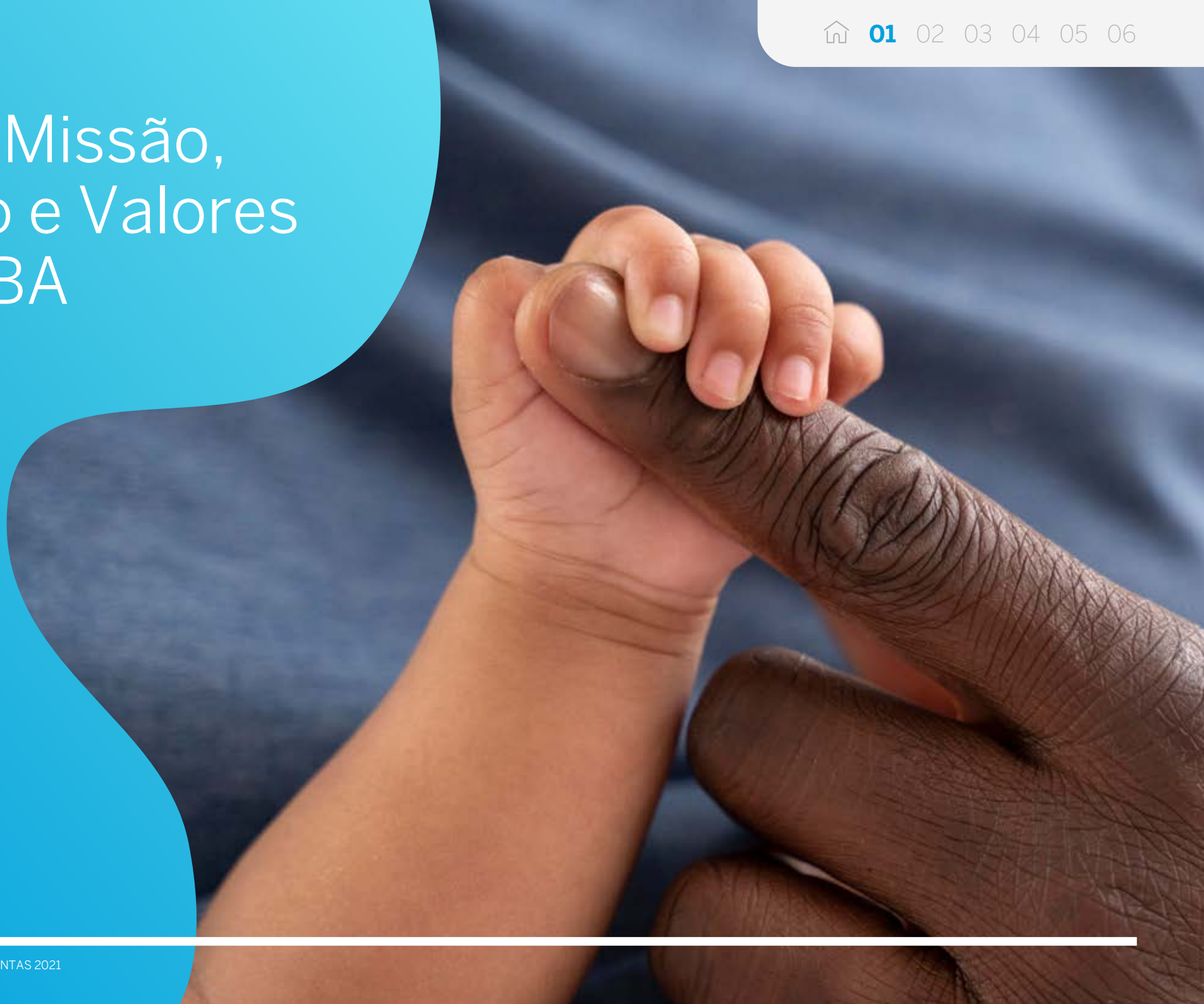
Responsabilidade social

Reservar um espaço para divulgar a actuação perante a sociedade Angolana. Poder contribuir é algo que faz parte da natureza do SBA e do Grupo onde está inserido.

O relatório conta com o contributo da Equipa de gestão, recorrendo a fontes de informação internas e externas de uso comum. Apesar de conter informação não auditada, o Banco desencadeou os procedimentos necessários para assegurar a maior segurança possível na informação que divulga e recorreu, sempre que possível, a informação contida nas suas demonstrações financeiras (anexas), as quais foram auditadas pela PwC.

Concluindo, o mesmo pretende transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os *stakeholders*, não apenas numa vertente tradicionalmente financeira, mas incorporando uma visão abrangente da actividade do SBA.

1.2 A Missão, Visão e Valores do SBA



Visão Geral

O SBA tem vindo a ser reconhecido de forma consistente como uma Instituição Financeira de confiança, sustentável e com um papel relevante na promoção da literacia e inclusão financeira em Angola.

Cultura Organizacional

A cultura do SBA é determinada pela sua missão, visão, valores e propósito.

A génese Africana e a cultura de integração internacional orientaram a estratégia do Standard Bank de Angola de forma a optimizar todas as oportunidades que África, e muito particularmente Angola, nos apresenta.

O Código de Ética conduz o Banco a ser mais responsável e a respeitar os seus Clientes, sendo este um dos pontos de referência para os seus Colaboradores.

Missão

Ser a Instituição Financeira líder em Angola e em África, capaz de servir todo o território, oferecendo uma experiência diferenciadora aos Clientes, enquanto cria valor para as sociedades envolventes.

Visão

Ser líder nos serviços financeiros em Angola e África, através da excelência do serviço e da inovação, de forma a trazer valor acrescentado a todos os *stakeholders* e a fazer ligação entre África e o resto do mundo.



Valores

Os valores apresentados orientam o comportamento e qualidades que definem o Banco e estão na génese da implementação da sua estratégia:

- **Servir aos Clientes**
- **Desenvolver os Colaboradores**
- **Criar valor para os accionistas**
- **Promover o respeito mútuo**
- **Ser proactivo**
- **Elevar constantemente a fasquia**
- **Trabalhar em equipa**
- **Defender os mais altos níveis de integridade**

1.3 Quem é o SBA

Destaca-se pelos seus valores intrínsecos basilarmente apoiados na integridade, honestidade, transparência e consistência. A Cultura assenta-se na "forma como se faz", reconhecendo "o que se faz". A constante procura pela optimização do desempenho operacional, alavanca não só a diversificação de produtos oferecidos, mas também a qualidade da oferta, posicionando o Banco com um serviço de excelência.



Sede Sandard Bank Angola

Sobre o Banco

O Standard Bank de Angola, S.A. é uma sociedade de direito angolano, com sede social em Talatona, Luanda, que foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola a 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

Dedica-se ao exercício da actividade bancária nos termos permitidos e definidos na lei, através da obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em Instituições de Crédito, aquisição de títulos e em outros activos. Adicionalmente, presta outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

Pertence a um grupo financeiro com mais de 150 anos de história e tem como objectivo impulsionar o desenvolvimento do continente africano e, consequentemente, contribuir para o crescimento do mercado Angolano, respeitando os valores e princípios sobre os quais assenta na estrutura organizacional.

Centrando os esforços na satisfação dos Clientes, parceiros e na comunidade, desenvolve a sua actividade de forma rigorosa, avaliando constantemente os riscos, e mitigando-os através da diversificação:

- da oferta de produtos,
- dos seus investimentos,
- modernização dos seus processos e sistemas.

Composição do Conselho de Administração



Octávio Castelo Paulo
PRESIDENTE



Luís Teles
ADMINISTRADOR EXECUTIVO



Yonne de Castro
ADMINISTRADORA EXECUTIVA



Eduardo Clemente
ADMINISTRADOR EXECUTIVO



António Coutinho
ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO



Silvano Araújo
ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO



Patrício Vilar
ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO

De África para o Resto do Mundo

O SBA tem contribuído para o desenvolvimento e crescimento de Angola, apresentando actualmente inúmeras oportunidades que potenciam a sua mudança, enorme potencial agrícola, crescimento populacional acelerado, faixa etária predominantemente jovem e crescimento digital acelerado.

A estratégia do Banco assenta em 5 métricas:



Foco no Cliente

A principal prioridade é permitir ao Cliente uma experiência única e personalizada, através da criação de soluções centradas nas suas necessidades e cada vez mais tecnológicas, imaginando a sua experiência, antecipando as necessidades futuras, apostando na inclusão financeira e na digitalização.

Pessoas e Cultura

O Banco encara os seus Colaboradores como um dos seus activos mais importantes para a execução dos objectivos estratégicos, reconhecendo que a sua capacitação e o desempenho dos Colaboradores estão directamente associados ao grau de satisfação dos Clientes. Continuando a apostar em desenvolver futuros líderes em Angola, proporcionando uma constante formação dos Colaboradores, para que tenham um ADN cada vez mais digital.

Risco e Conduta

É essencial fazer os negócios certos da forma correcta. A gestão efectiva dos riscos, Colaboradores, mercado e conduta reflecte os elevados padrões de ética e a prática de negócio responsável, permitindo ganhar a confiança de todos os *stakeholders*. A licença para operar tem por base esta confiança, pelo que o cumprimento com todas as leis e regulamentos não é negociável.

Excelência Operacional

Através da integração e coordenação eficaz dos diversos sistemas de informação. Com o objectivo de entregar com eficiência os produtos/serviços aos Clientes.

Resultado Financeiro

A entrega de retornos sustentáveis aos accionistas depende directamente da satisfação dos Clientes e Colaboradores e da gestão efectiva e eficiente dos riscos da actividade e da conduta. Neste contexto, é preciso garantir o equilíbrio entre o capital alocado aos investimentos estratégicos e o respectivo retorno.

Impacto no Ambiente Económico-social

O Banco continua empenhado em conduzir o negócio de forma sustentada e com crescimento económico em Angola. Para conseguir isso, tem que se garantir que através dos seus Clientes, projectos e parcerias, é criado impacto positivo na vida da comunidade. Essas considerações estão no centro das decisões de negócio.

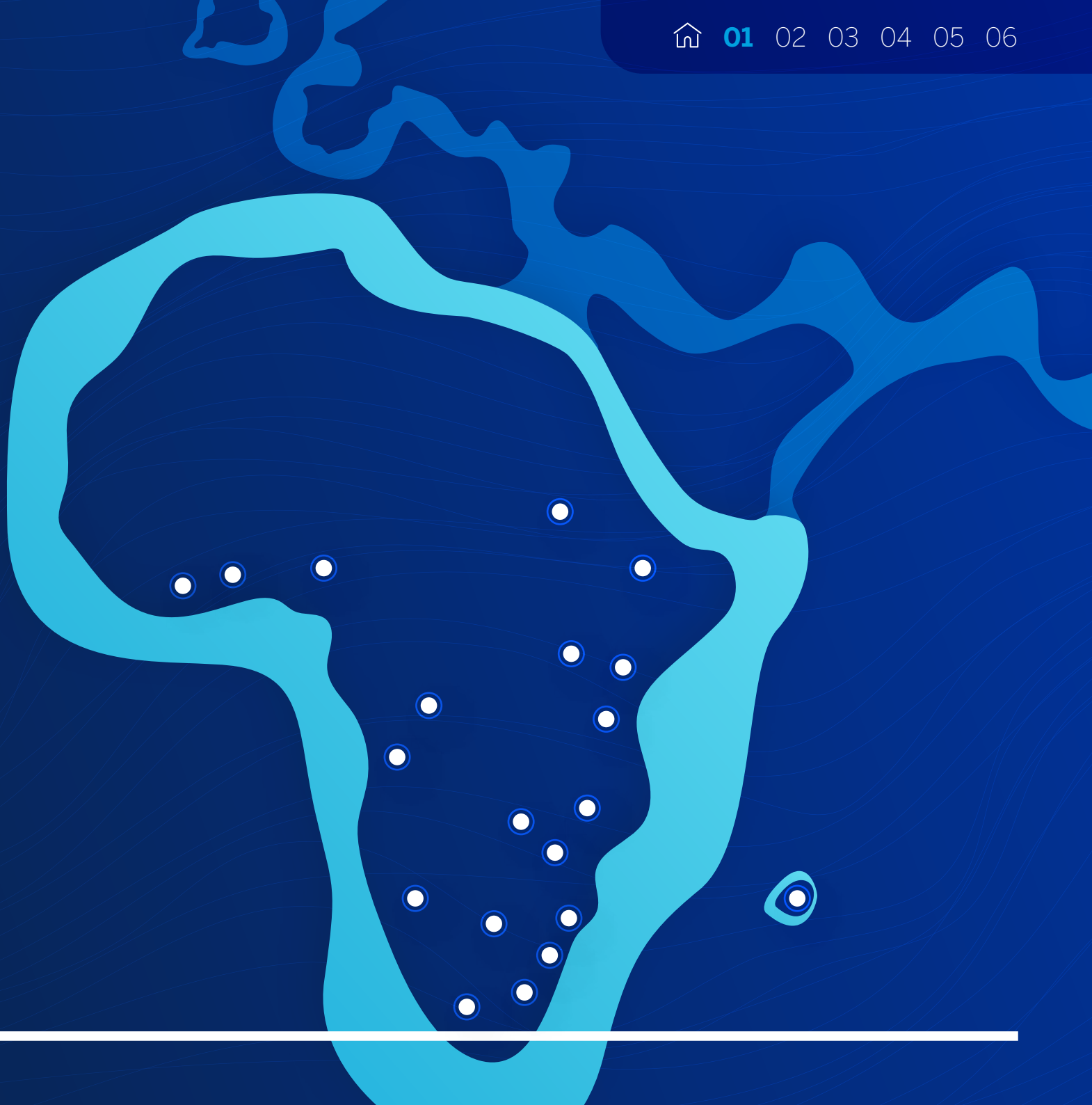
O Grupo Standard Bank

20 países africanos

Presente em 20 Países Africanos, entre os quais, Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Uganda, Botswana e Quénia.

7 Localizações fora do continente africano

Conta com presença activa nos maiores centros financeiros a nível mundial, nomeadamente, Reino Unido, Estados Unidos da América, Brasil, Emirados Árabes Unidos, China, Ilha de Man e Jersey.





O Standard Bank de Angola

652
Colaboradores

91
ATM's

51 654
Número de
Clientes activos

1.4 Marcos Históricos

Presente desde 2010 no território nacional, o Standard Bank de Angola oferece soluções completas de produtos e serviços financeiros através de um ecossistema de parcerias.

Tal traduz-se em esforços contínuos para atender plenamente as necessidades de cada Cliente, desde pessoas físicas, pequenas e médias empresas a grandes organizações, procurando proporcionar também a melhor experiência tanto digital quanto presencial.

Participamos nas áreas económicas de maior relevância e exercemos liderança em segmentos que se traduzem no reconhecimento de vários agentes envolvidos no sector bancário.

2010

Constituição do Banco a 27 de Setembro 2010

2011

33 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos

3 Agências em Luanda

Aumento de Capital 24,5 milhões de dólares

2012

62 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos

Expansão para outras províncias

Aumento de Capital 50 milhões de dólares

2013

143 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos

32 pontos de contacto com o Cliente

Carteira de depósitos de 135 mil milhões de Kwanzas

2014

200 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos

Boom de Clientes

Reforço do Modelo de Governação

2015

299 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos

Aumento de Colaboradores

Melhor Banco de investimento em Angola pelo 4º ano consecutivo

2016

368 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos

Consolidação do Banco no sector em Angola

+50 % Resultado Líquido

2017

317 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos

Melhor Banco de investimento em AO pelo 6º ano consecutivo

2018

+90% do Resultado Líquido

443 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos

Emissão de obrigações admitidas à cotação na BODIVA no valor de 4,7 mil milhões de Kwanzas

2019

606 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos

Considerado o melhor Banco de Investimento e melhor provedor de Tesouraria de Gestão de Caixa em Angola

2020

The Banker - Bank of the Year in Angola 2020 / Banco do Ano em Angola 2020

Reconhecido pela ASSERTYS como o Banco com melhor qualidade de serviço em Angola

880 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos

1º Banco em Angola a obter a certificação do SWIFT *Global Payments Innovation* (GPI) e de Membro do GPI

Aniversário dos 10 anos do Standard Bank de Angola

2021

28 de Fevereiro 2021 – Fecho do processo de transição para a nova sede Standard Bank Angola

A publicação internacional *Global Finance*, uma das mais relevantes do sector financeiro, atribuiu ao Standard Bank de Angola os seguintes prémios:

- Melhor Provedor de Operações Cambiais em Angola 2021
- Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa em Angola 2021
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2021



02
A VISÃO DA LIDERANÇA

Queremos oferecer aos Clientes um serviço de excelência em todos os momentos, e ser relevante nas suas vidas, sendo mais que um Banco e respondendo às suas necessidades como parte integrante dos ecossistemas nos quais vivem e operam.

2.1 Mensagem do PCA e PCE



Octávio Castelo Paulo
PCA

Luís Teles
PCE

Para Angola, o ano 2021 ficará marcado como o ano em que se inverteu a tendência de recessão económica.

Ao contrário do que aconteceu nos 5 anos anteriores, em 2021, o país registou um crescimento económico positivo, ainda que ligeiro, maioritariamente impulsionado pelo crescimento da economia não petrolífera, embora a subida do preço do petróleo também tenha tido um impacto relevante. Ainda assim, é importante notar que, apesar do crescimento económico e da valorização do Kwanza face ao dólar, a inflação manteve-se teimosamente acima dos objectivos definidos pelo BNA, afectando directamente o poder de compra dos Angolanos.

As iniciativas de apoio ao sector produtivo levadas a cabo pelo Executivo, de entre as quais se destaca o Aviso 10, foram basilares para o crescimento dos sectores não petrolíferos e para a recuperação da economia. Depois de, em 2020, o Standard Bank de Angola ter sido o segundo banco a conceder mais crédito no âmbito do Aviso 10/2020, de 3 de Abril, do Banco Nacional de Angola (Aviso 10), **em 2021 voltou a demonstrar o seu compromisso para com a economia real e, não só cumpriu com o as exigências do regulador, como as excedeu largamente, tendo terminado o ano como o Banco que mais crédito deu à economia no âmbito do Aviso 10.**

Angola é a nossa casa, impulsionamos o seu crescimento - este continua a ser o nosso propósito, e vivêmo-lo de forma intensa a cada dia.

O investimento num novo edifício para sede do Banco é disso um exemplo e permite-nos ter uma morada permanente em Angola, melhorar as condições de trabalho dos nossos Colaboradores e elevar a qualidade do serviço aos Clientes.

Em 2021, garantimos a presença do Standard Bank Angola na discussão dos grandes temas em Angola, contribuindo activamente para o seu desenvolvimento. Assim o fizemos, participando em diversas conferências focadas em temas críticos para o país, em processos de privatização, com destaque para o leilão em bolsa do BCI, na Estratégia Nacional de Desenvolvimento, contribuindo para discussões relevantes para a economia e sociedade Angolana como voluntariado e responsabilidade social, investimento na Cloud, inovação e criptomoedas, nova regulamentação para o sector bancário, interações com investidores internacionais, organizações multilaterais, entre vários outros. Adicionalmente, e mantendo a tendência dos anos anteriores, a aposta na responsabilidade social, através dos Heróis de Azul, é cada vez maior, com um número crescente de acções, voluntários e beneficiários, mesmo em tempos de pandemia. Nas acções levadas a cabo, pretendemos auxiliar os mais carenciados, com maior foco nas áreas da Educação, Saúde e Empreendedorismo, pilares que são determinantes para a promoção do desenvolvimento social.

Estamos empenhados em aumentar o impacto que temos na vida dos angolanos e sabemos que a melhoria do serviço e o aumento da proximidade aos nossos Clientes são factores-chave para alcançar esse objectivo.

Projectos digitais, como a plataforma SB24, e físicos, como o projecto de Agentes Bancários ("Pontos Azuis"), foram essenciais para dar esses passos, já que nos permitem acompanhar os nossos Clientes em todos os momentos da sua vida, e compreender profundamente as suas necessidades. **Os Pontos Azuis serão também um veículo muito relevante para o aumento da inclusão financeira**, proporcionando a possibilidade de beneficiar de serviços bancários a todos os segmentos da população, objectivo em que estamos particularmente empenhados. Os excelentes resultados obtidos no estudo da Assertys, que considerou o SBA o banco com melhor serviço ao Cliente em Angola, em 2021, bem como no N*et Promoter Score* e *Client Satisfaction Index*, indicam que estamos a caminhar nesse sentido, **transformando os nossos Clientes em nossos fãs e parceiros.**

Ambicionamos ser a melhor empresa para trabalhar em Angola.

Sabemos que os Colaboradores são o nosso maior activo e queremos que encontrem no Standard Bank Angola um local de crescimento profissional e pessoal.

Para tal, disponibilizamos ferramentas de desenvolvimento individual, incentivando todos os Colaboradores a desenvolver capacidades chave para o presente e para o futuro – em 2021, os Colaboradores beneficiaram de mais de 100 mil horas de formação.

Continuamos a apostar forte no talento Angolano, recrutando Colaboradores tanto experientes como recém formados, contribuindo directamente para o seu desenvolvimento e inserção no mercado de trabalho. A mobilidade interna, potenciada pela reorganização da estrutura orgânica, é também utilizada como forma de garantir que os Colaboradores são alocados às tarefas a que melhor se adaptam as suas capacidades, acrescentado valor para o banco e para si mesmos.

O bem-estar físico e psicológico dos Colaboradores é, e continuará a ser, uma prioridade para nós.

Não menosprezámos os impactos na saúde física e mental que advêm da pandemia Covid-19 e das medidas adoptadas para a combater, como o *burnout* ou o aumento da ansiedade e, como tal, **garantimos que foram implementadas todas a iniciativas para que os Colaboradores tivessem o apoio necessário para se manterem saudáveis**: foram criados *webinars* e *masterclasses* para partilha conhecimento, disponibilizado apoio à vacinação, bem como mantidas todas as medidas sanitárias aconselhadas pelas autoridades de saúde.

Sabemos que a transformação tecnológica e digital é um passo fundamental para o sucesso de qualquer organização no futuro.

Como tal, o SBA, coloca-a no centro da sua estratégia, considerando que, não só as soluções digitais, mas também a mudança de cultura e o desenvolvimento de competências do futuro, são vitais para esta transformação.



Sede Sandard Bank Angola



As inúmeras dificuldades sentidas ao longo deste ano, não impediram que o SBA mantivesse uma performance de excelência.

Ao aumento do número de Clientes activos, juntou-se o aumento do crédito à economia, mantendo um muito reduzido volume de crédito em incumprimento e apoiando o crescimento da economia. A solidez financeira do banco continuou o seu processo de melhoria sustentada, tendo-se verificado um aumento dos níveis de solvabilidade, eficiência e rentabilidade em 2021. O foco no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo mantém-se, bem como a excelência operacional. **O Standard Bank Angola continua a merecer o destaque internacional pelo seu serviço de excelência e, em 2021**, foi reconhecido pela Global Finance como o melhor provedor de operações cambiais, o melhor provedor de tesouraria e gestão de caixa e o melhor banco de investimento em Angola.

Acreditamos que 2022 será um ano com novos desafios, mas também com grandes oportunidades, mas iremos manter o foco na excelência dos nossos serviços e no crescimento como instituição financeira de referência, garantindo um serviço cada vez mais personalizado e próximo de todos os Angolanos.

No final de mais um ano, não podemos deixar de agradecer a todos aqueles que contribuíram para que este fosse mais um ano de crescimento e sucesso. Estendemos o nosso profundo agradecimento aos nossos Reguladores, Clientes, Colaboradores, Accionistas, Fornecedores e Parceiros, pelo apoio e colaboração permanentes, e pela confiança que depositaram em nós. **Sem eles não seríamos o Banco de que tanto nos orgulhamos.**

É Possível.

Melhores cumprimentos,

Octávio Castelo Paulo
Presidente do Conselho de Administração

Luis Teles
Presidente da Comissão Executiva



Standard Bank *É POSSÍVEL*

03
COMO CRIAR VALOR

O SBA criou raízes em Angola, transformando-a na sua casa permanente, e estando totalmente comprometido com o seu desenvolvimento e crescimento.



3.1 O contexto macroeconómico

O ano de 2021 ficou inevitavelmente marcado pela recuperação do crescimento económico após um ano de contracção devido à Covid-19. Além do referido crescimento económico, o ano ficou também marcado pelo crescimento significativo da inflação nos países desenvolvidos, facto que não se verificava há decadas.

Construir o Futuro de África

É expectável que nos próximos anos, nomeadamente 2022 e 2023, que se mantenha a recuperação do crescimento económico a nível mundial, contudo a inflação pode forçar a um maior ajuste das politicas monetárias a um nível que desacelere o crescimento.



Economia Mundial

A economia global sofreu, no ano de 2021, a continuação da grave crise associada à pandemia de Covid-19. As restrições à circulação de pessoas, bens e serviços e as políticas de contenção e prevenção impactaram fortemente a economia mundial, provocando diminuições drásticas na procura. Não obstante da dificuldade sentida no início do ano, no segundo semestre verificou-se uma recuperação, ainda que ligeira, dos indicadores económicos de diversos países/estados.

Por sua vez, os Governos e Bancos Centrais adoptaram políticas monetárias e orçamentais expansionistas de modo a atenuar os efeitos da crise/estimular a recuperação económica.

Depois de um 2020 inesperado, com uma contracção económica mundial, e uma recuperação global em 2021, o Banco tem como expectativa a manutenção do crescimento para 2022, ainda que este seja mais lento do que inicialmente previsto, devido ao impacto da variante do coronavírus, Omicron, na actividade global. A continuação da administração das vacinas e dos seus reforços em 2022, permitirá acelerar os processos de retoma da economia a nível mundial.

Enquadramento Mundial

Em 2021, a economia mundial registou uma ampla recuperação, com o crescimento real do PIB a ser estimado nos 5,9% y/y, de acordo com as expectativas mais recentes (Janeiro 2022) do Fundo Monetário Internacional (FMI), as quais prevêm uma recuperação dos efeitos da pandemia Covid-19, que levou a que, em 2020, registasse uma contracção global de 3,1% y/y.



De acordo com a actualização de Janeiro do *World Economic Outlook* (WEO), o FMI reviu em baixa as projecções de crescimento do PIB global para o ano de 2022 em 0,5 pontos percentuais (pp) para 4,4% y/y, em contraponto as projecções para 2023 foram revisadas em alta em 0,2 pp para 3,8% y/y.

A revisão em baixa do crescimento do PIB para o ano 2022, deveu-se às restrições de saúde impostas pela Omicron verificadas no início do ano e uma taxa de inflação mais alta do que o previsto globalmente, principalmente devido ao aumento dos preços da energia, resultante de uma política monetária contracionista nos Estados Unidos (EUA) e em todo o mundo. Adicionalmente, esta revisão em baixa do crescimento do PIB mundial para 2022 também reflecte os desafios contínuos do sector imobiliário da China e a recuperação mais lenta do que o esperado do consumo privado.

PIB 2021
5,9% y/y

PIB 2022
4,4% y/y

PIB 2023
3,8% y/y

PIB real (variação %; y/y)	2017	2018	2019	2020	2021e	2022f	2023f
Mundo	**3.8**	**3.6**	**2.8**	**-3.1**	**5.9**	**4.4**	**3.8**
Avançadas	**2.5**	**2.3**	**1.7**	**-4.5**	**5.0**	**3.9**	**2.6**
EUA	2.3	2.9	2.3	-3.4	5.6	4.0	2.6
Zona Euro	2.6	1.9	1.5	-6.4	5.2	3.9	2.5
Reino Unido	1.7	1.3	1.4	-9.4	7.2	4.7	2.3
Japão	1.7	0.6	0.0	-4.5	1.6	3.3	1.8
EMDES	**4.8**	**4.6**	**3.7**	**-2.0**	**6.5**	**4.8**	**4.7**
Brasil	1.3	1.8	1.4	-3.9	4.7	0.3	1.6
Rússia	1.8	2.8	2.0	-2.7	4.5	2.8	2.1
Índia	6.8	6.5	4.0	-7.3	9.0	9.0	7.1
China	6.9	6.8	6.0	2.3	8.1	4.8	5.2
África Subsariana	**3.0**	**3.3**	**3.1**	**-1.7**	**4.0**	**3.7**	**4.0**
Nigéria	0.8	1.8	2.3	-1.9	2.7	2.9	2.2
África do Sul	1.2	1.5	0.1	-6.4	3.7	0.2	-1.3
Angola	-0.1	-2.0	-0.7	-5.6	0.2	2.3	1.4
Moçambique	3.7	3.4	2.3	-1.2	2.2	3.1	3.4

Fonte: IMF WEO Oct 21 - WEO Update Jan 22; Standard Bank Research - Jan 22 AMR

Em contraponto, existem factores que ajudam a fomentar o crescimento em 2022, nomeadamente o alívio da pressão nas cadeias de distribuição de bens e serviços, os quais foram bastante afectados, no exercício de 2020 com a pandemia, assim como estímulos monetários e fiscais que alguns países ponderam aplicar nas suas economias.

A inflação continuará a ser um indicador importante, particularmente nos países desenvolvidos, onde a inflação atingiu níveis máximos desde há décadas. Efectuando uma análise dos dados disponíveis, o aumento dos preços com a energia e os incentivos governamentais para fomentar uma recuperação económica mais rápida dos efeitos da pandemia, pode estar na causa de uma inflação superior ao expectável.

Como se pode verificar, a inflação expectável a nível mundial, para 2021, é de 5,9%, um aumento de 1,1 p.p. face ao período homólogo.

As expectativas para o ano de 2022 são que a inflação a nível mundial diminua 0,5 p.p.

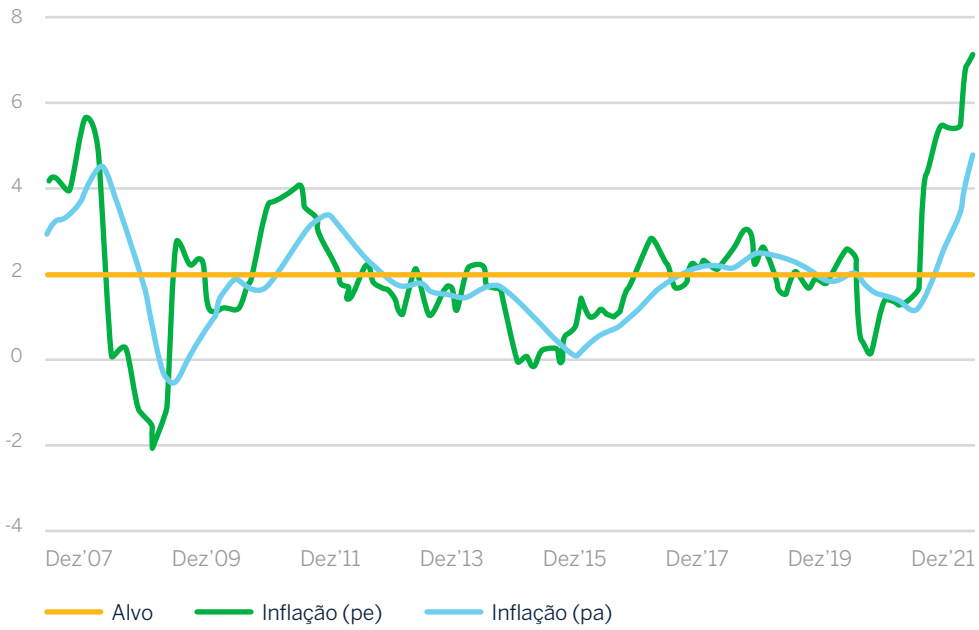
O aumento da taxa de inflação expectável para o ano de 2021, deixou alguns agentes económicos em alerta, nomeadamente os bancos centrais das principais economias mundiais, com destaque para a Reserva Federal dos Estados Unidos da Améria (FED) que pondera antecipar o aumento da taxa de juro de referência prevista para ocorrer em 2023 para o ano de 2022 por forma a controlar o aumento da inflação.

Inflação (média anual %; y/y)

	2017	2018	2019	2020	2021e	2022f	2023f
Mundo	**3.2**	**3.6**	**3.5**	**3.2**	**4.3**	**3.8**	**3.3**
Avançadas	**1.7**	**2.0**	**1.4**	**0.7**	**3.1**	**3.9**	**2.1**
EUA	2.1	2.4	1.8	1.2	4.3	5.9	2.7
Zona Euro	1.5	1.8	1.2	0.3	2.2	3.0	1.7
Reino Unido	2.7	2.5	1.8	0.9	2.2	2.6	2.0
Japão	0.5	1.0	0.5	0.0	-0.2	0.7	0.7
EMDES	**4.4**	**4.9**	**5.1**	**5.1**	**5.7**	**5.9**	**4.7**
Brasil	3.4	3.7	3.7	3.2	7.7	5.3	3.5
Rússia	3.7	2.9	4.5	3.4	5.9	4.8	4.5
Índia	3.6	3.4	4.8	6.2	5.6	4.9	4.3
China	1.6	2.1	2.9	2.4	1.1	1.8	1.9
África Subsariana	**10.6**	**8.3**	**8.2**	**10.3**	**10.7**	**8.6**	**7.1**
Nigéria	16.6	12.2	11.4	13.2	16.9	14.9	12.5
África do Sul	5.3	4.6	4.1	3.3	4.6	5.2	4.4
Angola	29.8	19.6	17.1	22.2	25.7	23.0	14.8
Moçambique	15.1	3.9	2.8	3.1	5.7	6.5	6.3

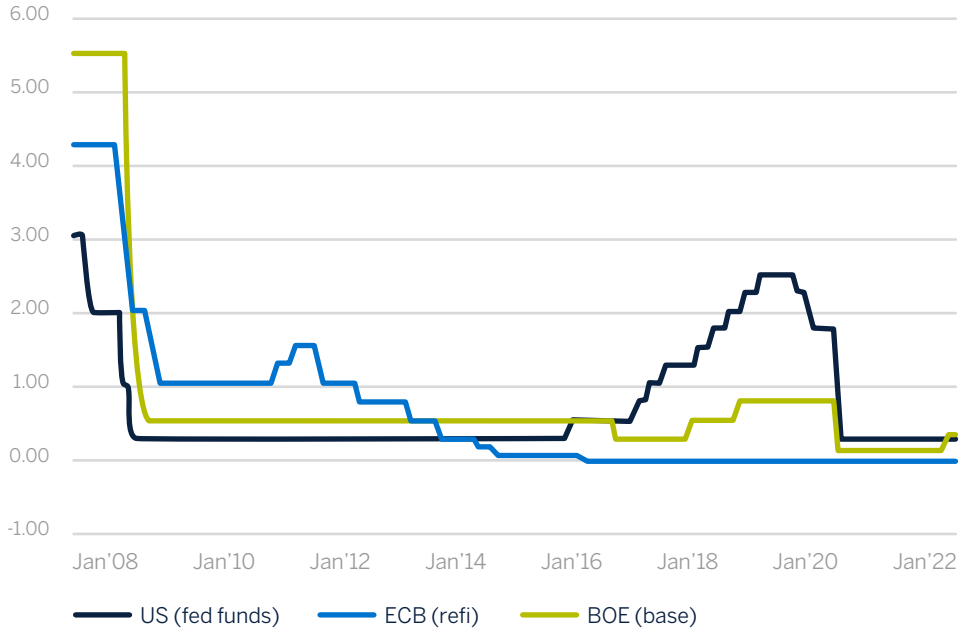
Fonte: IMF WEO Oct 21 - WEO Update Jan 22; Standard Bank Research - Jan 22 AMR

INFLAÇÃO ANUAL E.U.A (%;Y/Y)



Fonte: US Bureax of Labor Statistics; Standard Bank Research

TAXA DE JUROS DA POLÍTICA MONETÁRIA (%)



Fonte: Various central banks; Standard Bank Research

Espera-se que a FED eleve as taxas em 100bps este ano, com um aumento de 25bps por trimestre. O Banco da Inglaterra parece ter um ritmo semelhante. Em contraponto, é esperado que o Banco Central Europeu (BCE) mantenha a taxa de juro inalterada no decorrer do ano de 2022.

Os bancos centrais dos países denominados como mercados emergentes irão seguir a mesma estratégia da FED ,de forma a controlar a subida da taxa de inflação registada no ano de 2021.

Como verificado, no ano de 2021 existiu um fortalecimento do USD face ao Euro. Com a subida da taxa de juro prevista pela FED, espera-se que o USD se mantenha forte face ao Euro, no curto prazo, pois espera-se que as Obrigações do Tesouro a 10 anos apresentem uma taxa de juro superior a 2%.

No entanto, a médio/longo prazo, existe a expectativa de correcção do USD face ao Euro, devido ao elevado deficit fiscal e da balança comercial dos Estados Unidos da América.

Taxas de Câmbio Históricas

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Fim do período										
EUR/USD	1.320	1.375	1.210	1.086	1.052	1.200	1.145	1.123	1.227	1.133
GBP/USD	1.625	1.656	1.558	1.474	1.234	1.351	1.280	1.320	1.365	1.348
USD/JPY	86.745	105.315	119.695	120.320	116.895	112.685	109.913	108.545	103.080	115.116
USD/CNY	6.230	6.054	6.206	6.494	6.945	6.507	6.878	6.961	6.538	6.352
USD/ZAR	8.457	10.497	11.571	15.477	13.739	12.372	14.375	14.044	14.687	15.948
Variação (%; y/y)										
EUR/USD		4.164	-11.985	-10.233	-3.172	14.093	-4.567	-1.886	9.231	-7.701
GBP/USD		1.877	-5.937	-5.368	-16.287	9.531	-5.287	3.156	3.371	-1.248
USD/JPY		21.408	13.654	0.522	-2.847	-3.602	-2.460	-1.244	-5.035	11.676
USD/CNY		-2.831	2.513	4.633	6.951	-6.312	5.704	1.216	-6.086	-2.836
USD/ZAR		24.115	10.231	33.752	-11.229	-9.944	16.186	-2.301	4.574	8.588

Fonte: Bloomberg; Standard Bank Research

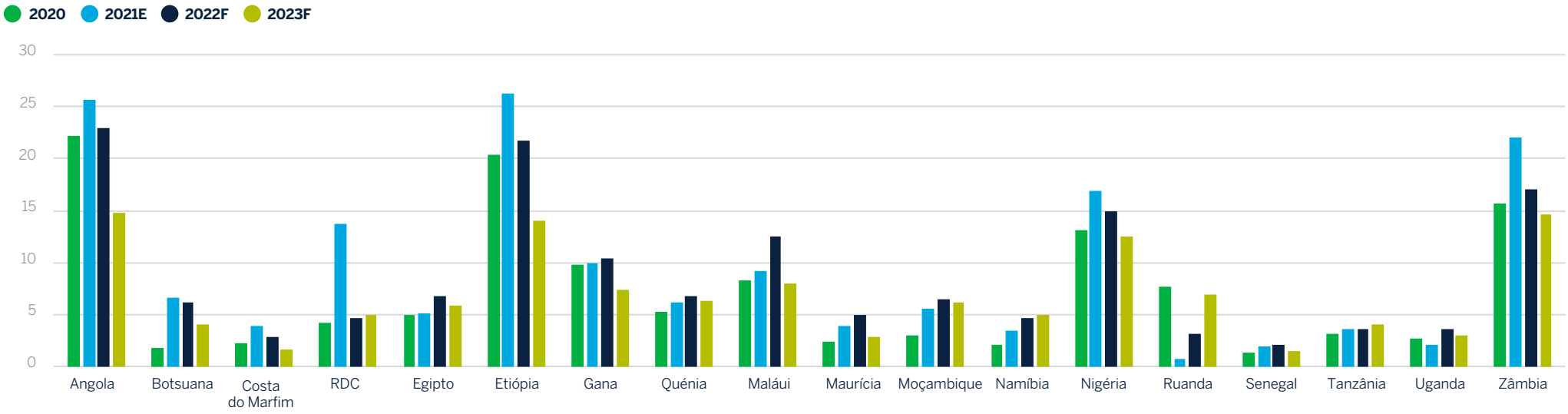
As principais nações reafirmaram o seu compromisso de agir sobre os combustíveis fósseis.

A procura do Petróleo com a recuperação económica registada tem vindo a subir e a produção não tem conseguido acompanhar esse ritmo de crescimento. Esta situação acontece, em parte, devido à falta de investimento dos países que compõem a OPEP na prospecção e extracção desta matéria-prima.

O custo desta transição para energias renováveis fez com que alguns bancos centrais, como o BCE, questionassem se os aumentos dos preços da energia deveriam necessariamente ser vistos como transitórios, como habitualmente tem sido o caso.



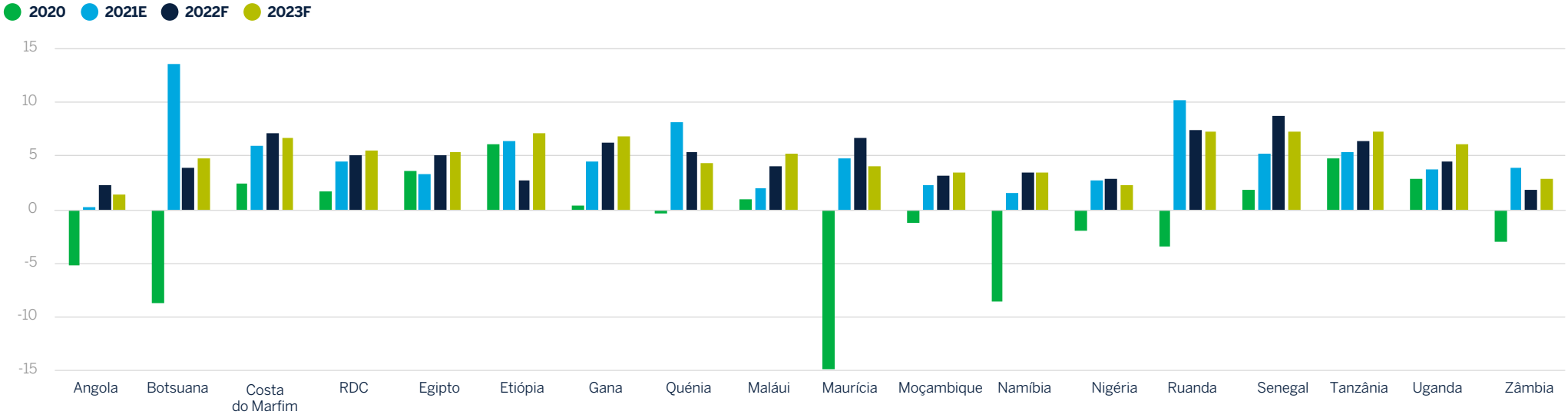
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (%;Y/Y)



Fonte: Standard Bank Research – Jan 2022 edition of African Markets Revealed (AMR)

É certo que antes de Dezembro 2021 (data do surgimento da Omicron) havia uma sensação de alívio em todo o mundo à medida que algumas das medidas foram sendo aligeiradas e a "normalidade" voltava a ser restaurada.

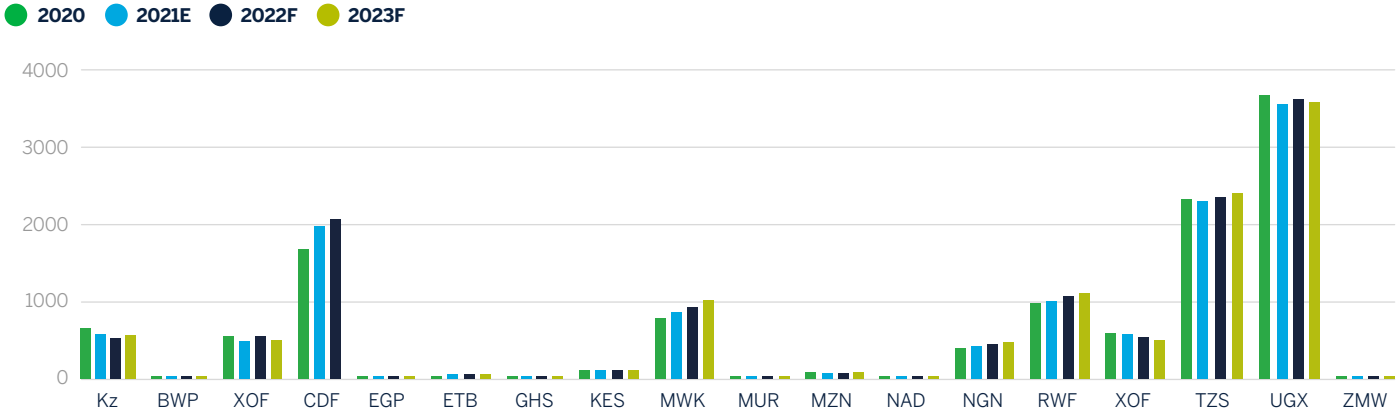
CRESCIMENTO DO PIB (%;Y/Y)



Fonte: Standard Bank Research –Jan 2022 edition of African Markets Revealed (AMR)

De facto, a elevada transmissibilidade da Omicron resultou, sem surpresa, em aumentos notáveis de novos casos em muitos países de África e do mundo desde o início de Dezembro de 2021. No entanto, a maioria dos governos africanos recusou aplicar restrições de saúde pública mais rigorosas a não ser quando absolutamente necessário, preferindo concentrar-se na vacinação e nas doses de reforço.

TAXAS DE CÂMBIO INTERNACIONAIS CONTRA USD (FIM DO PERÍODO)



Fonte: Standard Bank Research –Jan 2022 edition of African Markets Revealed (AMR)

Riscos para 2022

Maiores Riscos para 2022

No passado, os maiores riscos a considerar tinham várias naturezas, nomeadamente políticas e económicas, como as tensões diplomáticas e medidas proteccionistas, respectivamente. No panorama actual, os maiores riscos estão associados à evolução da crise pandémica de Covid-19.



O FMI reviu em baixa as projecções de crescimento global para 2022, em função das restrições de saúde impostas pela Omicron e uma inflação mais alta do que o previsto globalmente. **No entanto, ressalva que estas projecções estão condicionadas das seguintes formas:**

- O distanciamento social continuará em 2022, mas a melhoria nos padrões de segurança e higiene no trabalho e, principalmente, o alargamento gradual da vacinação e dos reforços de vacinação levarão os níveis de transmissão para níveis baixos um pouco por todo o mundo no final de 2023;
- Os impactos a médio/ longo prazo são ainda desconhecidos, estando dependentes de vários factores como, por exemplo, o número de falências e o eventual *lag* de ajustamento da alocação de recursos;
- As políticas expansionistas dos Governos e Bancos Centrais deverão manter-se, possivelmente até 2025, sendo que as medidas de resposta à crise já anunciadas e implementadas até ao momento estão avaliadas em 6 000 mil milhões de dólares americanos;
- O sucesso da vacinação poderá antecipar a recuperação económica a nível mundial.

Além dos riscos identificados anteriormente, o ano de 2022 trouxe mais um desafio adicional, o início do conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia. Uma das primeiras consequências económicas que este conflito trouxe para as economias mundiais foi o aumento significado do petróleo, o qual, à data se encontra a negociar aos níveis dos valores históricos mais altos de sempre. Esta situação poderá aumentar ainda mais a inflação global e reduzir o crescimento global. O aumento do preço do petróleo encontra-se não só impactado pelo guerra, mas também pelas sanções impostas pelos países ocidentais à Rússia.

Como produtor de petróleo, Angola poderá beneficiar do alto preço do petróleo. Este impactos será apresentado de seguida quando forem analizadas as perspectivas da economia angolana.

Economia de Angola

As perspectivas de médio prazo de Angola parecem agora melhorar devido ao progresso nas reformas estruturais, incluindo medidas de diversificação económica e iniciativas de substituição das importações, bem como a melhoria dos preços do petróleo e da liquidez cambial que devem apoiar a apreciação do Kwanza e aliviar as pressões inflacionárias.

Uma perspectiva mais estável para a produção de petróleo a partir de 2022 deve apoiar o crescimento real do PIB - mas os riscos de queda persistem devido à pandemia e ao investimento moderado.

Visão Geral

Angola continua a progredir no reequilíbrio da sua economia, visando aumentar a participação do sector não petrolífero e reduzir a dependência petrolífera, mas ainda há um longo caminho a percorrer, pois a economia continua fortemente dependente desta matéria-prima.

O crescimento do PIB para o ano de 2022, foi revisto em alta de 2,3% y/y para 2,6% y/y, devido ao aumento do preço do petróleo.

O crescimento pode então desacelerar para 2,2% y/y em 2023, à medida que se verifica o impacto da expansão fiscal planeada para 2022, quando as despesas gerais do governo crescem 29,4% y/y em termos nominais.

A produção combinada de petróleo e gás, em declínio desde 2016, pode crescer 1,2% y/y em 2022, para 1,255 milhões de bpd, resultado dos investimentos recentes. No entanto, será necessário muito mais investimento para suavizar a volatilidade do crescimento.



Preços do petróleo

2021
USD 77,35/bbl

2020
USD 47,70/bbl



Os preços do petróleo subiram durante 2021, o que fez com que o preço médio do petróleo bruto angolano subisse cerca de 68,4% y/y em 2021, para USD 77,35/bbl, de um mínimo de USD 47,70/bbl em 2020, o que ajudou a impulsionar a economia, depois de uma recessão de 5 anos. O SBA estima o crescimento do PIB em 0,2% y/y para 2021, depois de uma recessão de 5,6% y/y em 2020.

O progresso da reforma, apoiado por um programa de financiamento por três anos do FMI, que terminou em Dezembro de 2021, combinado com empréstimos externos de credores multilaterais, poupança DSSI e redefinição da dívida com a China, também **criou espaço para melhorias de liquidez cambial; o Kwanza valorizou 18,2% y/y face ao USD em 2021.**

Com a produção de petróleo estimada em queda de 11,6% y/y, para uma média de 1.124,5 m bpd em 2021, e a produção de GNL estimada em queda de 17,5% y/y, para 120,5 k BOE/dia, a recuperação do crescimento foi apoiada pela economia não petrolífera que se estima ter crescido 5,4% y/y, principalmente em efeitos de base, compensando a queda de 11,4% y/y do PIB petrolífero.

A melhoria da liquidez cambial em 2021 apoiou a recuperação económica não petrolífera, mas o panorama económico ainda se encontra frágil devido à pandemia. A forte dependência de Angola do seu sector petrolífero e o investimento controlado continuam a ser preocupações. O elevado desemprego, relatado pela última vez em 34,1% y/y no terceiro trimestre de 2021, combinado com inflação rígida, de 27% y/y a Dezembro de 2021, principalmente devido a pressões de preços de alimentos, também estão a mostrar-se mais persistentes.

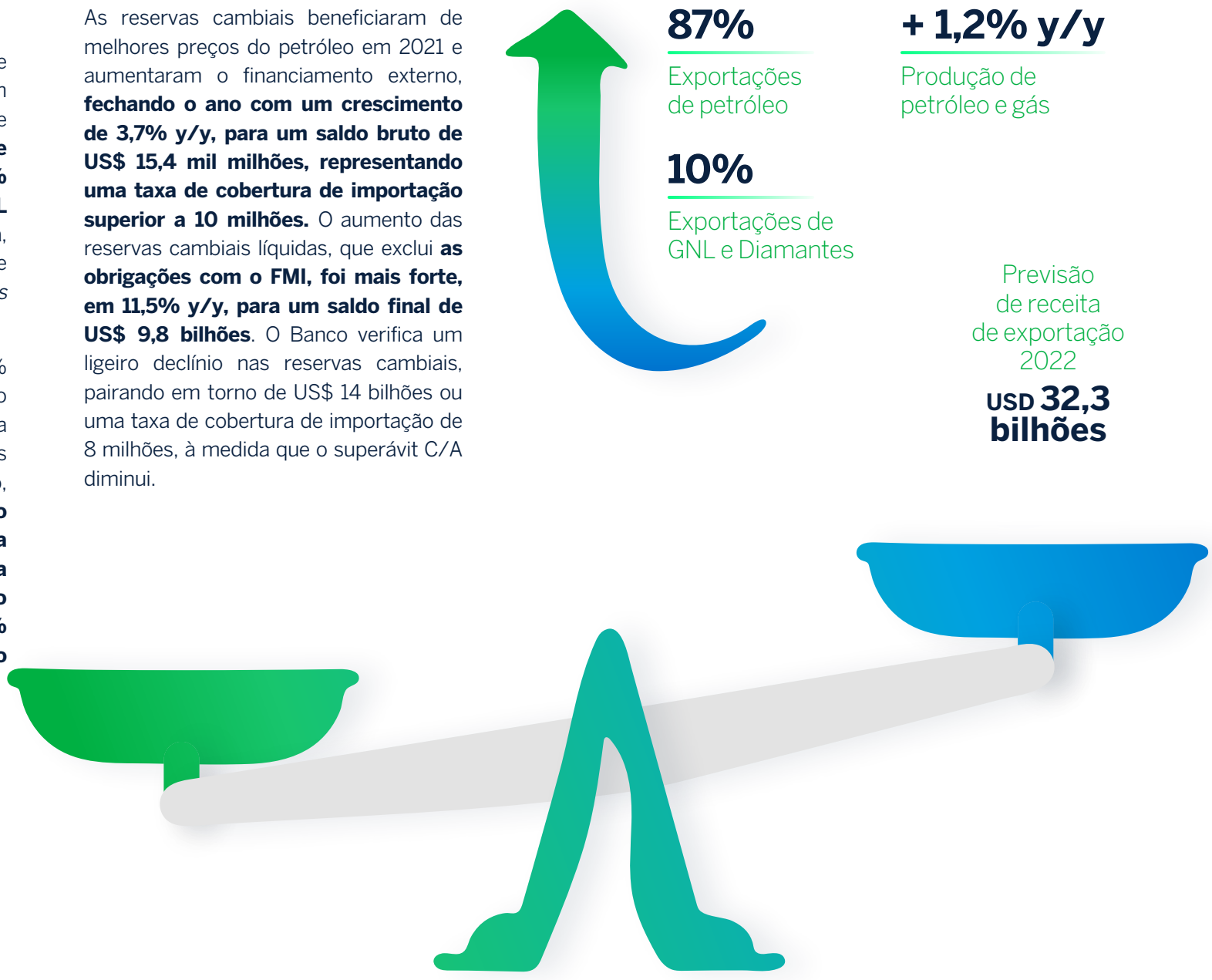
O aumento dos gastos do governo em 2022, visa apoiar ainda mais as reformas em curso para aumentar a produção de bens e serviços assim como diminuir a taxa de desemprego. Os preços do petróleo, negociados em torno de USD 80/bbl, bem acima dos USD 59/bbl assumidos no orçamento do ano fiscal de 2022, devem apoiar a recuperação, elevando as exportações líquidas, com as despesas domésticas gerais (GDE) devido à liquidez existente de moeda estrangeira.

Balança de Pagamentos

Os fluxos comerciais das exportações de petróleo, gás natural e diamantes devem sustentar ainda mais a conta corrente (C/A). Como **as exportações de petróleo representam cerca de 87% do total das exportações, com GNL e diamantes a representar 5% cada**, a base de exportação beneficiará de preços internacionais de *commodities* crescentes.

Ainda assim, apesar do aumento de 1,2% y/y na produção combinada de petróleo e gás esperado em 2022, o Banco estima uma ligeira moderação nos preços médios do petróleo. Como resultado, **projeta-se uma receita de exportação em US$ 32,3 bilhões para 2022, uma queda de 1,9% y/y, de uma estimativa de US$ 33 bilhões em 2021, quando as exportações aumentaram 57% y/y devido a um aumento de 73% no preço médio do petróleo.**

As reservas cambiais beneficiaram de melhores preços do petróleo em 2021 e aumentaram o financiamento externo, **fechando o ano com um crescimento de 3,7% y/y, para um saldo bruto de US$ 15,4 mil milhões, representando uma taxa de cobertura de importação superior a 10 milhões.** O aumento das reservas cambiais líquidas, que exclui **as obrigações com o FMI, foi mais forte, em 11,5% y/y, para um saldo final de US$ 9,8 bilhões**. O Banco verifica um ligeiro declínio nas reservas cambiais, pairando em torno de US$ 14 bilhões ou uma taxa de cobertura de importação de 8 milhões, à medida que o superávit C/A diminui.



87%

Exportações de petróleo

10%

Exportações de GNL e Diamantes

+ 1,2% y/y

Produção de petróleo e gás

Previsão de receita de exportação 2022

USD 32,3 bilhões



Perspectiva Cambial

O câmbio USD/Kz, negociado a um nível oficial, é de cerca de 530,0, em Fevereiro de 2022, apresentando uma queda de 4,5% desde Janeiro, depois de ter valorizado 15,4% y/y em 2021, para 554,98, devido à melhoria da liquidez cambial. Esta evolução resultou de uma politica monetária bastante restrita e do progresso das reformas estruturais, ao passo que a Balança de pagamentos beneficiava do aumento dos preços de petróleo e do aumento do financiamento externo.

O Banco antecipa que o Kwanza mantenha a sua apreciação durante 2022, tendo como expectativa o fecho de 2022 em USD/Kz 451,8. Neste momento, considera-se que o Kwanza está próximo do seu justo valor, após o aumento acumulado de 234,5% no par USD/Kz entre o início de 2018 (quando as reformas cambiais começaram) e o final de 2021. Durante o mesmo período, o diferencial entre o câmbio oficial e a taxa de câmbio paralela reduziu de 60% para 20%.

Política Monetária

O BNA irá, provavelmente, manter a sua principal taxa de juro durante 2022 em cerca de 20%, após o aumento de 450bps verificado em Julho de 2021. Ainda assim, a política monetária deverá permanecer rígida para apoiar a estabilidade da moeda e aliviar a inflação.

Adicionalmente, é perspectiva do Banco que a inflação, reportada a Dezembro de 2021 (27% y/y) reflecte o impacto negativo da seca severa que afectou a produção de alimentos em certas partes do país, os preços globalmente mais elevados dos alimentos, bem como a alta dependência de importação.

Para ajudar a conter a inflação, o governo reduziu os impostos de alguns produtos básicos e está a implementar um programa estratégico de reserva de alimentos para abastecer o mercado com aprox. 354 toneladas de alimentos da cesta básica, principalmente importados. Espera-se que o programa cresça para 520 toneladas e abranja 11 bens essenciais. Face ao exposto, projectamos a inflação de 20% y/y para Dezembro de 2022.

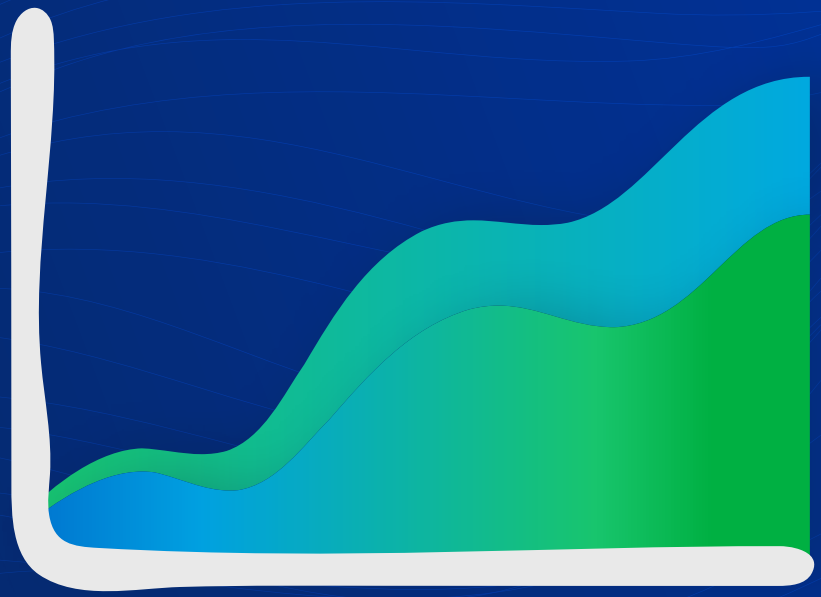
A política monetária restritiva do BNA reflecte-se no abrandamento do crescimento da oferta monetária em moeda local de 20,7% y/y em Dezembro 2020 para 1% y/y em Dezembro 2021.

Inflação
Dez 2021
27% y/y

Inflação
Dez 2022
20% y/y

Oferta Monetária
Dez 2021
1% y/y

Oferta Monetária
Dez 2020
20,7% y/y





Títulos do Tesouro
182 dias
13,98%

Títulos do Tesouro
365 dias
16,99%

2022

Amortizações líquidas dívida interna
1 616,3
mil milhões de Kwanzas

Endividamento externo líquido
1 615,2
mil milhões de Kwanzas

Perspectiva da Curva de Juros

A melhoria do desempenho fiscal em 2021 fez com que as necessidades de empréstimos internos diminuíssem. Os rendimentos dos títulos do Tesouro de 182 dias e 365 dias caíram para 13,98% e 16,99%, respectivamente, no final de 2021. Espera-se que a curva de juros diminua ainda mais este ano.

Para o ano fiscal de 2022 espera-se que as amortizações líquidas da dívida interna ascendam a 1 616,3 mil milhões de Kwanzas, que resulta do efeito líquido dos novos empréstimos de 3 050,3 mil milhões de Kwanzas e amortizações de 4 314,3 mil milhões de Kwanzas.

Adicionalmente, é expectável que o endividamento externo líquido aumente para 1 615,2 mil milhões de Kwanzas, em resultado das amortizações esperadas de 2 218,3 mil milhões de Kwanzas e de novos empréstimos de 3 833,5 mil milhões de Kwanzas. É ainda expectativa do Banco que o governo prosseguirá com este aumento através do mercado de *Eurobonds*, passando em 2022 de US$ 2 mil milhões para US$ 3,5 mil milhões.

Política Fiscal

Tendo como premissa um superavit estimado de 3% do PIB no ano fiscal de 2021, o orçamento do governo visa um saldo fiscal zero para o ano fiscal de 2022, ou seja, a receita fiscal será compensada pela despesa que irá ser efectuada no exercicio de 2022.

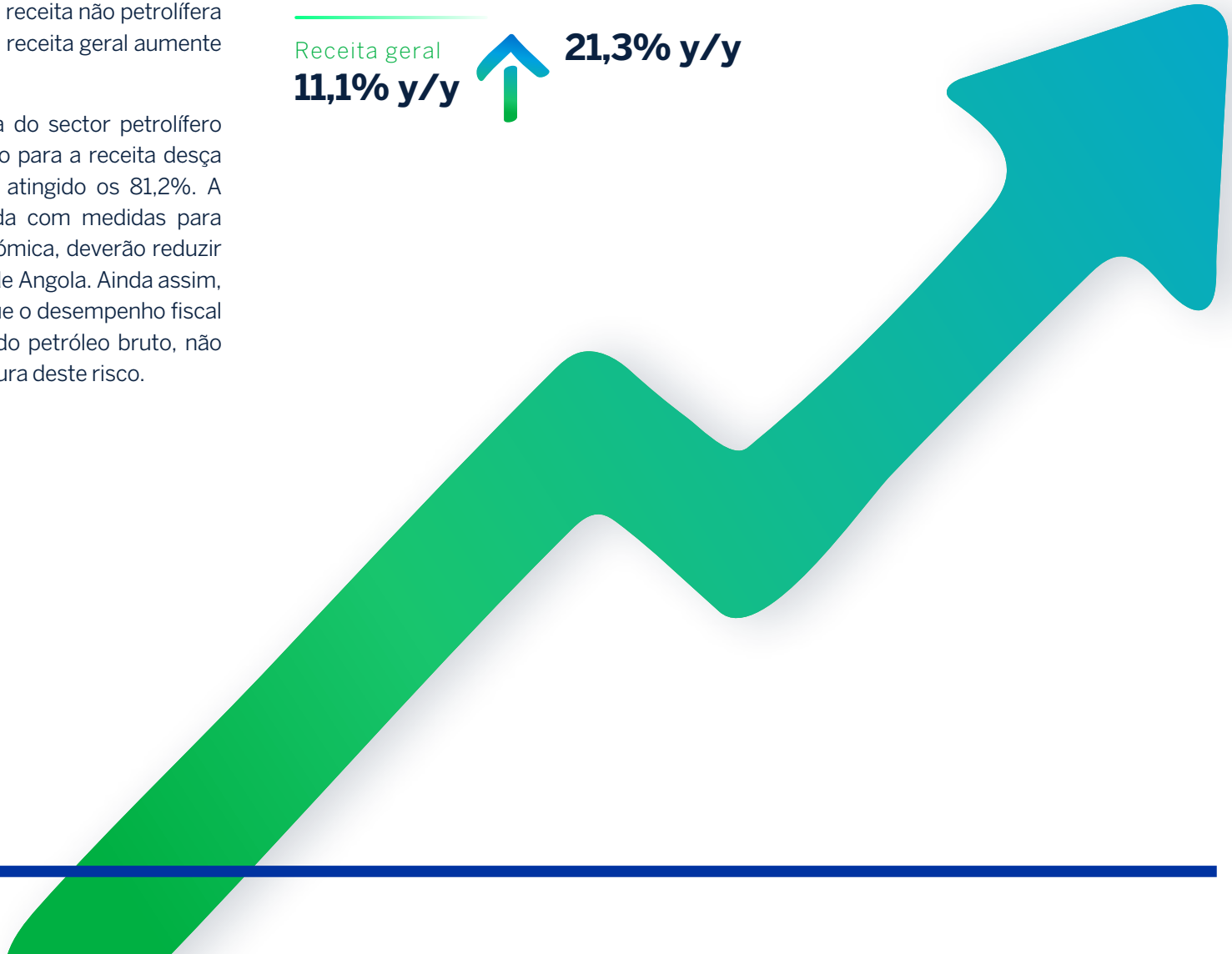
A receita de exportação de petróleo pode crescer 1,2% y/y (ascendendo a 11,2% do PIB), e combinada com o aumento da receita não petrolífera de 24,5% y/y (11,2% do PIB), é expectável que a receita geral aumente 11,1% y/y, para 21,3% do PIB.

As reformas fiscais para reduzir a dependência do sector petrolífero devem fazer com que a contribuição do petróleo para a receita desça para 52,6% do PIB em 2022, tendo em 2012 atingido os 81,2%. A implementação do IVA desde 2020, combinada com medidas para ampliar a base tributária e a diversificação económica, deverão reduzir lentamente a dependência do sector petrolífero de Angola. Ainda assim, os riscos fiscais continuam elevados, uma vez que o desempenho fiscal de Angola continua exposto ao risco do preço do petróleo bruto, não existindo implementados mecanismos de cobertura deste risco.

RECEITAS DO PIB

Exportação Petróleo
1,2% y/y
11,2% y/y

Receita geral
11,1% y/y
21,3% y/y



Cenários de crescimento económico a médio prazo

	Q1:22	Q2:22	Q3:22	Q4:22	Q1:23	Q2:23	Q3:23	Q4:23	Q1:24	Q2:24	Q3:24	Q4:24	Q1:25	Q2:25	Q3:25	Q4:25
Cenário Base																
GDP (% y/y) pa	2.6	2.7	2.5	2.6	2.4	2.1	2	2.2	2	2.1	2	2.1	2	1.9	1.7	1.9
CPI (% y/y) pe	27.5	25	21.2	17.9	15.3	13.8	13.4	13.6	14.6	16.1	17.6	18.2	17.2	16.9	16	14.7
BNA rate (%) pe	20	20	20	20	17.5	17.5	15.5	15.5	15.5	15.5	15.5	17.5	17.5	17.5	17.5	15.5
3-m rate (%) pe	13.2	13	12.6	12.3	12.8	12.6	15.3	15.3	15.4	15.6	15.7	17.6	17.5	17.4	17.4	15.4
6-m rate (%) pe	13.9	13.7	13.3	13	14.5	14.3	15.4	15.5	15.6	15.7	15.9	17.7	17.6	17.6	17.5	15.6
USD/Kz pe	463.8	436.6	430	451.8	461.4	471.2	481.1	491.3	506.2	521.5	537.3	553.6	567	580.7	594.8	609.1
Cenário Optimista																
GDP (% y/y) pa	3.8	3.9	3.7	3.8	4.4	4.1	4	4.2	3.4	3.5	3.4	3.5	3.4	3.3	3.1	3.3
CPI (% y/y) pe	27	23.3	18.2	14.1	11.4	10.2	9.9	9.9	10.5	11.5	12.5	12.4	11.5	11.5	11.3	10.8
BNA rate (%) pe	20	20	19	15	12.5	12.5	12.5	12.5	12.5	12.5	12.5	13.5	12.5	12.5	12.5	12.5
3-m rate (%) pe	13.2	12.8	11.4	7.4	7.9	7.8	12.2	12.2	12.3	12.4	12.5	13.4	12.4	12.4	12.4	12.3
6-m rate (%) pe	13.9	13.5	12.1	8.1	9.5	9.4	12.4	12.4	12.4	12.5	12.6	13.5	12.5	12.5	12.5	12.5
USD/Kz pe	453.7	414.1	403.7	424.2	430.6	437.1	443.6	450.3	461.2	472.4	483.8	495.5	504.5	513.6	522.9	532.4
Cenário Péssimista																
GDP (% y/y) pa	1.8	1.9	1.7	1.8	0.8	0.5	0.4	0.6	1	1.1	1	1.1	0.9	0.8	0.6	0.7
CPI (% y/y) pe	27.7	26	22.9	19.9	17.8	16.2	16	16.2	16.9	18	19	19.6	19.3	19.7	19.5	18.5
BNA rate (%) pe	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
3-m rate (%) pe	12.3	11.1	10.8	11.5	11.3	11.1	11.1	11.1	11.2	11.3	11.4	11.5	11.4	11.5	11.5	11.4
6-m rate (%) pe	13	11.8	11.5	12.2	12	11.8	11.8	11.8	11.9	12	12.1	12.2	12.1	12.2	12.2	12.1
USD/Kz pe	508.9	524.4	540.2	556.6	575.2	594.4	614.2	634.7	655.9	677.8	700.4	723.7	743.5	763.7	772.9	782.2

Fonte: Banco Nacional de Angola; Instituto de Estatística de Angola; Bloomberg; Ministério das Finanças; Standard Bank Research

Notas: pa –period average; pe –periond end

Annual indicators	2017	2018	2019	2020	2021e	2022f	2023f
Output							
Population (million)	28.4	29.3	30.2	31.4	32.1	33.1	34.1
Nominal GDP (Kz bn)	20 262.3	25 627.7	30 330.4	34 368.7	49 441.5	54 578.2	59 770.0
Nominal GDP (USD bn)	122.1	101.4	83.1	59.4	79.7	120.3	126.4
GDP / capita (USD)	4 306.3	3 465.1	2 755.1	1 890.2	2 482.9	3 636.7	3 704.9
Real GDP growth (%)	-0.1	-2.0	-0.7	-5.6	0.2	2.6	2.2
Oil output (000 bpd)	1 632.4	1 477.7	1 383.1	1 271.5	1 124.5	1 155.3	1 162.4
LNG output (000 BOE/day)	189.6	115.3	140.7	146.0	120.5	123.7	125.6
Central Government Operations							
Budget balance (commitment) / GDP (%)	-6.3	2.1	0.6	-1.9	3.0	0.0	0.0
Budget balance (cash basis) / GDP (%)	-5.8	-0.7	-0.2	-1.1	2.3	0.0	0.0
Domestic debt / GDP (%)	28.5	30.7	34.6	33.3	23.7	19.1	17.4
External debt / GDP (%)	37.4	59.8	79.4	95.5	66.8	47.2	46.1
Balance of Payments							
Goods and Services Exports (USD m)	35.6	41.4	35.2	21.0	33.0	37.8	35.2
Goods and Services Imports (USD m)	-28.3	-25.9	-22.3	-15.1	-18.3	-20.6	-22.4
Trade balance (USD m)	7.3	15.5	12.9	5.9	14.7	17.1	12.8
Current account (USD m)	-0.6	7.4	5.1	0.9	9.2	11.4	6.9
- % of GDP	-0.5	7.3	6.2	1.5	11.5	9.5	5.5
Capital and Financial account (USD m)	-4.2	-7.8	-3.2	-3.4	-0.5	2.9	1.0
- FDI (USD bn)	-8.7	-6.5	-1.7	-2.0	-2.8	-2.4	-2.5
Basic balance / GDP (%)	-3.9	-0.4	2.3	-4.2	10.9	11.9	6.3
FX reserves (USD m) pe	18.2	16.2	17.2	14.9	15.5	15.7	15.2
- Import cover (months) pe	7.7	7.5	9.3	11.8	10.2	9.1	8.2
Sovereign Credit Rating							
S&P	B-	B-	B-	CCC+	CCC+	B	B
Moody's	B2	B3	B3	Caa1	B3	B2	B2
Fitch	B	B	B	CCC	CCC	B	B
Monetary & Financial Indicators							
Consumer inflation (%) pa	30.4	19.7	17.1	22.2	25.7	23.7	14.4
Consumer inflation (%) pe	23.7	18.6	16.9	25.1	27.0	17.9	13.6
M2 LCY money supply (% y/y) pa	0.8	0.3	2.7	11.9	13.4	6.2	8.9
M2 LCY money supply (% y/y) pe	0.5	-6.2	14.1	20.7	0.9	10.7	8.4
Policy interest rate (%) pa	16.33	17.25	15.58	15.50	17.75	20.00	17.25
Policy interest rate (%) pe	18.00	16.50	15.50	15.50	20.00	20.00	15.50
3-m rate (%) pe	16.2	13.6	9.5	19.0	19.4	12.3	15.3
USD/Kz pa	165.9	252.9	364.8	578.3	620.4	453.6	472.9
USD/Kz pe	165.9	308.6	482.2	656.2	555.0	451.8	491.3

Fonte: Banco Nacional de Angola; Instituto de Estatística de Angola; Bloomberg; Ministério das Finanças; Standard Bank Research

Notas: pa –period average; pe –periond end; na – not available; nr – not rated



3.2 Os números alcançados



Sede Sandard Bank Angola

INDICADORES ACTIVIDADE (MILHÕES DE KWANZAS)	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	VARIAÇÃO
Activo total	968 274	880 282	10%
Rácio solvabilidade	45%	38%	7 p.p.
Return on equity	45%	31%	18 p.p.
Rácio de transformação	35%	20%	15 p.p.
Crédito concedido	238 959	143 075	67%
Capital próprio	169 486	116 982	49%
Qualidade de crédito –			
Cobertura de imparidade para crédito sobre crédito concedido	2%	2%	0%
Crédito em incumprimento (+90 dias) sobre crédito concedido	0%	1%	-1 p.p.
Depósitos	678 258	691 667	-2%
Margem financeira	76 389	51 187	49%
Rácio de eficiência (*cost-to-income*)	32%	37%	-5 p.p.
Resultado liquido	75 736	36 131	110%
Clientes	51 654	36 983	14 671
Colaboradores	652	635	17
Posto de atendimento	35	26	9
Atm's	91	57	34

3.3 Proposta de valor

Seguindo as directrizes do Grupo, o SBA destaca-se pelos seus valores, basilarmente apoiados na integridade, honestidade, transparência e consistência.

A Cultura do Banco assenta na "forma como fazemos", reconhecendo que esta é tão importante quanto "o que fazemos".



Eduardo Clemente
Yonne de Castro
Luís Teles
Membros da Administração

A nossa proposta de valor

A constante procura pela optimização do desempenho operacional do Banco, permite ao SBA oferecer aos Clientes uma diversificação de produtos, bem como o aumento da qualidade dos mesmos, posicionando assim o Banco num patamar de excelência na sua oferta e actuação.

A execução bem-sucedida da estratégia de negócio torna o Banco mais robusto e capaz de criar valor sustentável a longo prazo para todos os *stakeholders.*

Alocação de Recursos

O Banco aplica uma estrutura de tomada de decisão formal com objectivo definir os recursos a alocar para implementar projectos ou programas que visam alcançar os seus objectivos estratégicos.

ESTRATÉGIA

1. O investimento ou oportunidade está alinhado com a estratégia do Banco?

2. Criar valor para os Clientes e suportar a capacidade de entregar um oferta de serviços financeiros integrados?

3. Impulsionar o crescimento de Angola?

não

sim

CAPACIDADE

O investimento ou oportunidade está de acordo com o apetite de risco e recursos disponíveis, e pode ser entregue através da experiência do Banco , processos e plataformas digitais?

não

sim

VALOR

O investimento ou oportunidade irá gerar um retorno adequado e / ou desbloquear oportunidades futuras para criar valor?

não

sim

O investimento ou oportunidade será priorizado tendo em consideração os recursos disponíveis a cada momento.

O investimento ou oportunidade será classificado como prioridade baixa, sujeito a um *trade-off* de decisões ou mesmo a não ser aprovado.

Valor Gerado

51 654
CLIENTES ACTIVOS

AUMENTO DA BASE DE CLIENTES

Crescimento da base de Clientes através de soluções digitais, fomentando a inclusão financeira.

113 063
HORAS DE FORMAÇÃO EM SALA

FORMAÇÃO DE COLABORADORES

Considerando os Colaboradores o activo mais importante do SBA a aposta na formação e capacitação através do desenvolvimento de competências vocacionadas para o Futuro Tecnológico.

45%

CAPITAL E RÁCIOS DE LIQUIDEZ ROBUSTOS

Manter níveis de capital e liquidez robustos, de forma a ter flexibilidade para gerir incerteza e mudanças e potenciar o crescimento.

239 324
MILHÕES DE Kwanzas

APOIO À DIVERSIFICAÇÃO E AO CRESCIMENTO DA ECONOMIA ANGOLANA

Através de financiamentos a Clientes, com objectivo de fomentar a diversificação e crescimento da economia Angolana.



3.4 A estratégia do Standard Bank Angola

A Estratégia do SBA é focada no Cliente, sustentada pelo propósito de fornecer soluções simples, relevantes e que lhes tragam mais valias.



Yandi Carlos
Carolina Remisio
Eva Santos
Marcelo Barreto
Raquel Bastos
Aronildo Neto

Membros da Comissão Executiva

A estratégia

O Grupo Standard Bank está presente em vários países, tendo uma abrangência vasta, com especial enfoque em África, o que significa uma grande diversidade de Clientes e Colaboradores, por isso requer um foco claro para cumprir os objectivos estratégicos.

Foram definidos três focos estratégicos, as principais áreas de actuação e prazos de cumprimento, a curto, médio e longo prazo. As áreas de foco e a definição de prioridades e prazos foram transferidos para as linhas de negócios e funções corporativas, sendo estes os responsáveis pela sua implementação.

O Propósito SBA

A razão pela qual o SBA se tornou uma referência em Angola

"Angola é a nossa casa, impulsionamos o seu crescimento"

Os Valores SBA

Os valores do SBA servem de base ao comportamento e qualidades que definem o Banco.

- Ser pró-activo
- Apostar no crescimento das nossas pessoas
- Elevar constantemente a fasquia
- Privilegiar o trabalho em equipa
- Promover o respeito entre todos
- Atender às necessidades dos Clientes
- Manter altos níveis de integridade

A Visão SBA

O que o Banco espera alcançar

Ser o líder em serviços financeiros em Angola, entregando experiências excepcionais e de valor acrescentado ao Cliente.

A Cultura SBA

O propósito, visão, valores e abordagem estão de acordo com a cultura SBA.

A cultura do SBA compreende características necessárias para alcançar a estratégia definida, e é sustentada pelo princípio de fazer o negócio certo, da forma certa.

Os Pilares Estratégicos

O QUE É PRECISO PARA EXECUTAR A ESTRATÉGIA

Permite direccionar os esforços, para a priorização e alocação dos recursos.

A Estrutura de Execução

QUANDO PRECISAMOS DE EXECUTAR

Permite a definição de expectativas para que as linhas de negócio possam planear e entregar as prioridades de curto prazo e aspirações de médio e longo prazo.

As Métricas

COMO MEDIMOS A EXECUÇÃO DA NOSSA ESTRATÉGIA

Permite medir o progresso em relação ao prazo de execução das metas definidas.

Os Pilares Estratégicos

FOCO NO CLIENTE

Clientes no centro de tudo o que fazemos.

Disponibilizar ao Cliente uma oferta de produtos que vão de encontro às suas expectativas e necessidades.

PESSOAS E CULTURA

Os Colaboradores são o principal activo do Banco.

O desempenho dos Colaboradores está directamente associado ao grau de satisfação dos Clientes do Banco.

O Banco investe continuamente na capacitação da sua força de trabalho, desenvolvendo competências, criando novas oportunidades de carreira e garantindo saúde e bem-estar no trabalho.

DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Uma maior e melhor experiência digital para Clientes e Colaboradores.

A digitalização dos produtos e processos melhora a forma como servimos os Clientes.

A digitalização permite criar, em tempo real, experiências personalizadas, seguras e relevantes para os Clientes e Colaboradores.

FOCO NO CLIENTE

A principal prioridade do Banco é permitir ao Cliente uma **experiência única e personalizada**, através da criação de soluções centradas nas suas necessidades, com os seguintes objectivos estratégicos:

Re-imaginar a experiência do Cliente

Antecipar as necessidades futuras dos Clientes

Fomentar a **inclusão financeira**

PESSOAS E CULTURA

O Banco encara os seus Colaboradores como **o activo mais importante**, desta forma são um pilar essencial para a execução dos objectivos estratégicos, reconhecendo que a capacitação e o desempenho dos mesmos está directamente associada ao grau de satisfação dos Clientes. Foram definidos os seguintes objectivos estratégicos:

Desenvolver **futuros líderes de Angola**

Ser uma **organização ágil** e em constante aprendizagem

ADN Digital

DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO

A aposta na digitalização é **fundamental para o Banco adoptar as melhores práticas, serviços e produtos**, a uma sociedade cada vez mais ágil. Esta aposta passa pelo desenvolvimento dos canais digitais e reformulação de processos internos, bem como pela adopção de novas tecnologias que desafiem a forma tradicional de relação entre Banco e Cliente.

Conduzir a Transformação Digital através da digitalização do core para melhorar a eficiência operacional e a experiência do Cliente e dos Colaboradores

Diversificar os produtos do Banco, investindo em **novos serviços disruptivos, mais evoluídos** que os serviços oferecidos na Banca tradicional, de forma a aumentar a probabilidade de retenção de Clientes

Criar serviços de banca diferenciadores e disruptivos, integrando diferentes *players* do mercado, para fornecer aos Clientes serviços *end-to-end* num ecossistema único.

A Estrutura de Execução

HORIZONTE 1 | CURTO PRAZO | GERIR O PRESENTE 2022

- Oferecer uma experiência consistente e de excelência aos Clientes;
- Acelerar a digitalização para ir de encontro às necessidades dos Clientes;
- Suportar o crescimento dos Colaboradores e prepará-los para as competências necessárias para o futuro;
- Continuar a gerar retorno aos Accionistas.

HORIZONTE 2 | MÉDIO-PRAZO | ESTAR PRONTO PARA O FUTURO 2023 - 2025

- Assegurar que o Cliente está no centro de tudo o que fazemos;
- Utilizar tecnologia digital e trabalho humano para oferecer serviços e produtos inovadores;
- Remodelar as infra-estruturas para continuar relevantes e competitivos na era digital.

HORIZONTE 3 | LONGO-PRAZO | CRIAR O FUTURO > 2025

- Ser um Banco verdadeiramente digital e com impacto positivo nas comunidades;
- **Verdadeiramente humano:** fornecer soluções e oportunidades necessárias para que os Clientes e Colaboradores consigam alcançar crescimento, prosperidade e realização;
- **Verdadeiramente digital:** ser uma organização digital e orientada por dados para servir melhor os Clientes.

As Métricas do SBA



FOCO NO CLIENTE

- Aumentar a base de Clientes activos;
- Melhorar a satisfação do Cliente;
- Optimizar a notoriedade da Marca Standard Bank em Angola.

Proporcionar uma experiência excepcional aos Clientes, colocando-os no centro de tudo o que fazemos.

PESSOAS E CULTURA

- Garantir a existência de planos de sucessão apropriados para todas as funções-chave;
- Melhorar a satisfação dos Colaboradores e aumentar a percentagem de retenção.

Manter o Standard Bank de Angola na âmbição dos profissionais que buscam um desenvolvimento de excelência.

RISCO & CONDUTA

- Garantir auditorias internas e externas satisfatórias e o cumprimento das datas de resolução das situações identificadas;
- Garantir o cumprimento das políticas e procedimentos internos.

Concretizar os negócios certos de forma correcta.

EXCELÊNCIA OPERACIONAL

- Garantir a integração e coordenação dos diversos sistemas de informação;
- Garantir uma tomada de decisão mais eficiente.

Entregar os produtos/serviços ao Cliente de forma rápida e eficaz.

RESULTADO FINANCEIROS

- Aumentar a remuneração do Accionista e optimizar a gestão de custos;
- Garantir a sustentabilidade de crescimento da receita.

Entregar Valor a todos os *stakeholders*

AMBIENTE ECONÓMICO E SOCIAL

- Contribuir para a criação de postos de trabalho e desenvolvimento do tecido empresarial;
- Fazer a diferença na comunidade, actuando junto das camadas da população mais carenciada.

Criar e manter uma organização baseada em valores comuns.



04
A OPERACIONALIZAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA

Apesar do difícil contexto em que se continua a viver devido aos impactos causados pela Covid-19, o SBA manteve em 2021, a sua performance de excelência. Acredita-se que ao colocar o Cliente no centro de tudo o que se faz, se pode exceder continuamente e alcançar resultados extremamente positivos.



4.1 Foco no Cliente

O Banco oferece aos Clientes um serviço de excelência em todos os momentos. A ambição do SBA é conhecer as necessidades e sonhos dos Clientes e ter uma maior proximidade com os mesmos, seja física ou digital.

Banca de Investimento e de Grandes Empresas

A Banca de Investimento e de Grandes Empresas (CIB) responde às necessidades e oferece uma variedade de produtos e serviços às grandes empresas, do sector público, às multinacionais e a grandes empresas locais, no ramo da agricultura, indústria, petrolíferas e financeiro.



Ricardo Ferreira
Director da Banca de Investimento e de Grandes Empresas

Oferta da Banca de Investimento e de Grandes Empresas

BANCA DE INVESTIMENTO E DE GRANDES EMPRESAS

Banca De Investimento

Financiamento

- Estruturação financeira
- Empréstimos MLP
- *Leveraged & Acquisition Finance*
- *Project Finance*
- Financiamento imobiliário

Advisory

- Avaliações de empresas
- Fusões e aquisições
- Dívida de Mercado de Capitais
- *Capital Raisings*
- Assessoria de *Rating*

Sala de Mercados

- Transacções de moedas estrangeiras à vista e a prazo
- Opções cambiais
- Transacções de notas
- *Global Market Research*
- Instrumento de dívida pública
  - BT
  - OT indexados e não indexados
- Depósitos indexados

Banca Transacional

- Soluções integradas e inovadoras de pagamentos e transferências
- Soluções para Gestão Tesouraria
- Comércio Internacional (*Trade*)
  - Cartas de Crédito
  - Garantias Bancárias
  - Remessa documentária
- Custódia de valores

Banca De Relacionamento

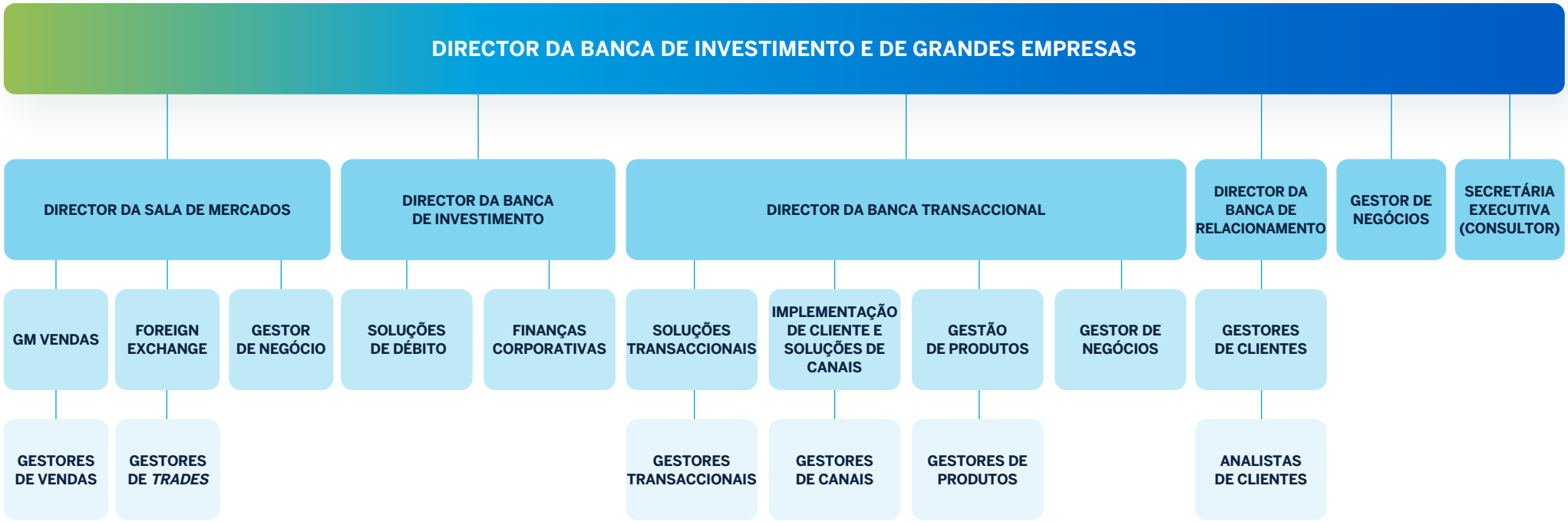
- Originação, acompanhamento e gestão da relação com os Clientes de grandes empresas

PRODUTOS

SERVIÇOS

Organograma da Banca de Investimento e de Grandes Empresas

A estrutura orgânica do CIB conta com níveis hierárquicos, sectores e departamentos bem definidos e bem interligados. Por meio desta estrutura é possível compreender inter-relações e mobilidade dentro da Direcção e departamentos, o que permite um nível de flexibilidade adequado, rápida adaptação a mudanças, criatividade e capacidade de inovar.



Desempenho da Banca de Investimento e de Grandes Empresas em 2021

Apesar dos progressos significativos na estabilidade macroeconómica e nas reformas estruturais, Angola continua a depender muito do sector petrolífero. Para promover a estabilidade macroeconómica, o investimento privado e uma economia mais diversificada, grandes reformas foram introduzidas nos últimos dois anos – incluindo o IVA, a lei de responsabilidade fiscal, a liberalização do regime cambial e o investimento privado e privatização.

O ano de 2021 foi um ano positivo para o segmento CIB. O desempenho do segmento da Banca de Investimento e de Grandes Empresas (CIB) reflecte a sua resiliência a um ambiente operacional desafiante caracterizado pelas i) baixa da produção do petróleo, ii) restrições da Covid-19, iii)taxas de juros moderadas, iv) escassez de liquidez em moeda local, e v) aumento das exigências regulatórias.

O negócio da Banca de Investimento e de Grandes Empresas registou um crescimento de cerca de 3% face a 2020 contabilizando um total de 431 Clientes.

O segmento CIB, obteve um retorno nos investimentos de 103% em 2021, um crescimento de 32%, comparativamente ao ano de 2020.

O produto bancário atingiu um total de 89 245 milhões de Kwanzas, um aumento de 38%, quando comparado ao ano de 2020. A receita líquida de juros aumentou 73% em 2021, face as receitas de 2020 e esteve 49% acima do valor projectado para 2021. Este resultado foi essencialmente alcançado devido ao aumento das aplicações financeiras e principalmente aos desembolsos ocorridos em 2021.

As taxas, comissões e outras receitas bancárias aumentaram 21%, em 2021, face aos resultados de 2020 e estiveram 30% acima do valor estimado para o ano de 2021. Este resultado foi essencialmente influenciado pelas receitas cambiais, consequência da excelente relação que o Banco mantém com as empresas operadoras do mercado e a capacidade de negociação com o sector petrolífero.

Os depósitos atingiram um total de 484 950 milhões de Kwanzas, uma redução de 11%, comparativamente ao ano de 2020, tendo registado um aumento de 7% nível de depósitos a prazo, em valor, 142 868 milhões de Kwanzas. Os depósitos a prazo representam 30% da carteira de depósitos, sendo que os depósitos a ordem representam 70% do total de depósitos. Os depósitos em moeda local somaram um total de 299 901 milhões de Kwanzas, e representam 62% do total de depósitos. O volume de depósitos em moeda estrangeira, registou um total de 185 049 milhões de Kwanzas.

A redução dos depósitos foi consequência da escassez de liquidez no mercado, resultante da actual situação económica do país, associada às medidas impostas pelo Banco Central com o intuito de controlar a desvalorização da moeda local e, consequentemente, a inflação.

O crédito concedido a Clientes da Banca de Investimento e de Grandes Empresas atingiu o patamar de 177 132 milhões de Kwanzas, o equivalente a um aumento de 120%, face ao ano de 2020, sustentado essencialmente por um aumento substancial do crédito a empresas, no âmbito do Aviso n.º 10 do BNA.

Assim, e relativamente aos créditos concedidos ao abrigo do aviso 10, 8 Clientes CIB foram aprovados em 2021, comparando com os 4 Clientes aprovados em 2020, e o montante de crédito aprovado em 2021 foi de 61 931 milhões de Kwanzas, um aumento de 76% face ao valor aprovado em 2020. O valor desembolsado em 2021 atingiu um total de 52 116 milhões de Kwanzas, sendo que o referido montante inclui 69% do valor aprovado em 2020 e 45% do valor aprovado em 2021. Contamos desembolsar os 55% dos valores aprovados em 2021, ao longo do ano de 2022, na medida em que os projectos para quais os valores foram aprovados, forem avançando em termos de execução. Nota-se um crescimento de 95% no valor desembolsado em 2021, quando comparado ao valor desembolsado em 2020, evidenciando assim, o compromisso da Banca de Investimento e de Grandes Empresas com os seus Clientes, e com o crescimento da economia real e o desenvolvimento socioeconómico de Angola.



Sede Sandard Bank Angola

Do crédito concedido aos Clientes da Banca de Investimento e de Grandes Empresas, apenas 14% do montante foi em moeda estrangeira.

O segmento CIB alcançou um rácio de transformação (Crédito/ Depósito), de 37% em 2021, um crescimento de mais de 100%, quando comparado ao rácio registado em 2020.

Tal como em 2020, o segmento CIB manteve uma carteira de crédito diversificada, apoiando diferentes sectores do tecido empresarial. O sector de "Bens de Grande Consumo" manteve a primeira posição, com um peso de 54%, seguido de "Energia e Infraestruturas" com 29%, "Diversos" com 17% e "*Oil and Gas*" com 4%.

A Banca de Investimento e de Grandes Empresas, manteve o nível de qualidade da carteira de crédito concedido, não se tendo verificado créditos vencidos nem Clientes em incumprimento, uma clara indicação de uma gestão de risco adequada e alinhada às políticas e procedimentos do Banco.

MERCADO CAMBIAL

O Standard Bank Angola é um dos principais intervenientes, contando-se entre os maiores traders no mercado cambial *spot* e a prazo. Com a liberalização do mercado cambial, o banco tem aumentado a sua participação no mercado. A abordagem de negociação, baseada nos pilares de gestão de volume e relacionamento, ajudou a posicionar-se como o banco de preferência das empresas operadoras, garantindo uma quota superior a 70% dos dólares provenientes do sector petrolífero e subsequente vendas no mercado interbancário, equivalente a 518 milhões de USD.

O desempenho excepcional do SBA foi reconhecido pela *Global Finance* como "Melhor Provedor de Operações Cambiais em Angola em 2021" e "Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa em Angola em 2021".

Os bons resultados obtidos em 2021, num contexto de mercado particularmente difícil e desafiador, reflectem o esforço da equipa e a força da marca Standard Bank com mais de 150 anos de experiência e assente em dois eixos estratégicos fundamentais: o que faz e como faz.

A taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Dólar Americano, apreciou desde o final do Dezembro de 2020 até ao Dezembro de 2021, aproximadamente 14,57%. Em 2021 o Standard Bank de Angola comprou um total de 2,7 mil milhões de USD, fruto da liberalização do mercado cambial.

Os resultados das operações cambiais em 2021 ascenderam a 4 89 mil milhões de USD, um aumento de 42% face ao ano anterior.

MERCADO DE CAPITAIS

O ano de 2021 ficou marcado pela privatização do Banco BCI, naquela que foi a primeira venda no País de uma empresa através de um leilão em bolsa. Esta foi a primeira transacção em bolsa em Angola, tendo a prestação de serviços de intermediação financeira sido feita pelo Standard Bank de Angola.

O Banco assumiu a terceira posição dos membros mais activos na Bolsa de Valores com base no volume transacionado no ano de 2021, uma posição acima da registada no ano anterior. Face ao período homólogo, o montante de transações realizado na Bolsa de Valores pelo Standard Bank de Angola registou um decréscimo de 35,46%, atingindo um total de 149,9 mil milhões de Kwanzas, correspondendo a uma quota de mercado de 15,28%. A redução no valor de transação foi verificada no mercado de forma geral, tendo a BODIVA registado um decréscimo de 17,71%. Factores como a política monetária restricitva adoptada pelo BNA, a maior disponibilidade de divisas no mercado cambial, a valorização do Kwanza face ao dólar e a redução do stock da divida indexada à taxa de câmbio, contribuíram significativamente para a redução dos valores transaccionados.

O SBA, através do seu segmento CIB, continuou bastante interventivo junto dos principais *players* do mercado de capitais, em temas relacionados com a regulamentação, a implementação de novos produtos e as questões operacionais, sempre no sentido de elevar o mercado no qual está inserido a padrões internacionais.

O foco no Cliente, continua a ser um dos pilares da estratégia do SBA, e neste sentido, coloca o Cliente no centro da sua estratégia, oferecendo-lhe oportunidades de investimentos e soluções inovadoras.

Prevê-se que o ano de 2022 seja mais desafiador para o mercado de capitais em Angola, sendo que a banca tem poucas alternativas de investimentos a curto prazo, num cenário em que se espera continuidade na adopção de políticas monetárias restritivas. Contudo, antecipam-se oportunidades, como a solidificação do modelo de Operador Preferencial para Títulos do Tesouro, os ajustamentos das regras para investimentos de não residentes, a implementação do mercado de *Buy & Sell Back.*

O SBA continua optimista em relação ao potencial do mercado angolano, e irá continuar a trabalhar para a materialização de investimentos por não residentes e a contribuir activamente para a execução do plano de privatização, mantendo assim a presença e relevância do Standard Bank Angola no mercado de capitais.

Conquistas de 2021

ACTUAÇÃO NO MERCADO DE CÂMBIO

- Significativa participação no mercado de compra de USD a empresas exportadoras (petrolífera e mineração).
- Implementação da plataforma Bloomberg trazendo mais eficiência e transparência (estendida aos sectores de Mineração, Seguros e Aviação).
- Participação activa no mercado interbancário de câmbio.
- Rápida execução de ordens de câmbio dos Clientes.

DESEMPENHO DO MERCADO DE CAPITAIS

- Um dos três maiores bancos a negociar em Bolsa.
- Foi assinado um contrato para que o SBA se torne revendedor primário.
- Concluída com sucesso a intermediação da compra de títulos em USD por empresas petrolíferas e de mineração, no âmbito da aplicação dos fundos de abandono.
- Carteira de investimentos robusta em termos de quantidade, retorno e duração média.

BANCA TRANSACIONAL

- Aumento dos produtos oferecidos aos Clientes (*cross selling Products with GM and IB*).
- Aumento de 65% anual de saldos médios em Kwanzas – foco no mandato de pagamentos para o estrangeiro, de fornecedores, capital e dividendos, aumentando assim, a nossa quota de mercado em volume transaccional.
- Aumento da penetração a nível dos POS (19%) e CIT (12%).
- Aumento de 37%, do volume de pagamentos eletrónicos.
- Aumento de 40% do negócio de trade, com um aumento significativo das remessas documentárias, diversificando a oferta de produtos.

BANCA DE INVESTIMENTO

- Privatização das empresas com capitais públicos em Angola: O Standard Bank concluiu com sucesso a primeira venda de activos da privatização de Angola (banco BCI) através do primeiro leilão de sempre em bolsa.
- Aviso 10: meta de empréstimos ao abrigo do aviso 10 largamente ultrapassada.

Principais desafios de 2021

- Política monetária restritiva, adoptada pelo BNA.
- Inibição legislativa na promoção e diversificação de novos produtos.
- *FX Forwards* ainda limitados para importação de bens e equipamentos.
- Limite de posição cambial do banco relativamente baixo e impactando a flexibilidade de comercialização e negociação de produtos bancários.
- Aumento das taxas de juro que impactam negativamente a utilização de linhas de crédito a curto prazo e aumento do balanço.
- O aumento das taxas de juros e o ambiente macroeconómico pressionam os empréstimos corporativos.

Ambição para 2022

01

Manter a posição como Banco #1 para as empresas multinacionais.

02

Aumento percentual das receitas provenientes das grandes empresas locais.

03

Banco #1 no mercado para a Banca de Investimento, Sala de Mercados e Banca Transacional.

Estratégia para 2022

Manutenção do foco nas necessidades dos Clientes e comprometimento com o desenvolvimento sustentável do negócio e da sociedade. O SBA quer manter um ambiente de risco saudável, investir na formação e crescimento dos seus Colaboradores, e ser uma instituição mais ágil mais próxima possível dos Clientes.

Assim, em 2022, irá manter o investimento nos pilares que compõem a estratégia do SBA:



FOCO NO CLIENTE

Crescimento de Clientes CIB

A Banca de Investimento e de Grandes Empresas irá manter o seu compromisso em garantir proximidade com os seus Clientes através de várias iniciativas de comunicação. Contribuir para a divulgação de indicadores macroeconómicos por forma a suportar a tomada de decisão, através da realização de "Fóruns Económicos" no formato de *Webinar*. O CIB continuará a apoiar os Clientes na definição das suas estratégias em diferentes sectores de actividade. O foco e suporte na diversificação da economia e substituição das importações continuará a ser uma constante.

Assim, o CIB espera aumentar a base de Clientes, melhorar o resultado dos indicadores de pontuação de Clientes (CSI) e aumentar taxa de empréstimos aos Clientes. Oferecer uma experiência de Cliente excepcional, antecipando as necessidades futuras dos Clientes e impulsionando a inclusão financeira.

Eficiência operacional

O CIB irá manter o foco na automatização e digitalização de processos manuais de forma a contribuir para o aumento da productividade e, por conseguinte, prestar um melhor serviço aos Clientes.

Crescimento de activos

O CIB pretende manter o trade como uma alavanca de activos e passivos, aumentar substancialmente a assessoria aos Clientes e instituições financeiras e executar os negócios em *pipeline*, em especial ao abrigo do Aviso 10.

PESSOAS E CULTURA

Formar uma equipa comprometida e capacitada

Continuar a recompensar o resultado do desempenho para a execução da estratégia de negócio, assegurar que os recursos são adequados, capacitando-os e impulsionando o seu crescimento. Assim, espera-se uma melhoria nos resultados de índice de satisfação dos Colaboradores em 2022.

DIGITALIZAÇÃO

Ser a Banca de Investimento e de Grandes Empresas mais inovadora em Angola

Ser um Banco eficiente e moderno, que simplifica, estabiliza e elimina o risco da arquitectura de TI por meio da resiliência do sistema. Continuar a priorizar a tecnologia e iniciativas digitais, garantindo assim, o foco nos investimentos.



Clientes Consumo e de Elevado Património

O Grupo Standard Bank está a acelerar a execução da sua estratégia para se preparar para o futuro.

Foi iniciada, no primeiro semestre de 2021, a reformulação da sua estrutura de gestão, criando uma nova unidade de negócio: a Direcção de Clientes Consumo e de Elevado Património (doravante denominada CHNW ou *Consumer & High Net Worth Clients*), que visa melhor atender às necessidades dos seus Clientes oferecendo mais serviços e soluções relevantes e impactantes e propostas de valor personalizadas.

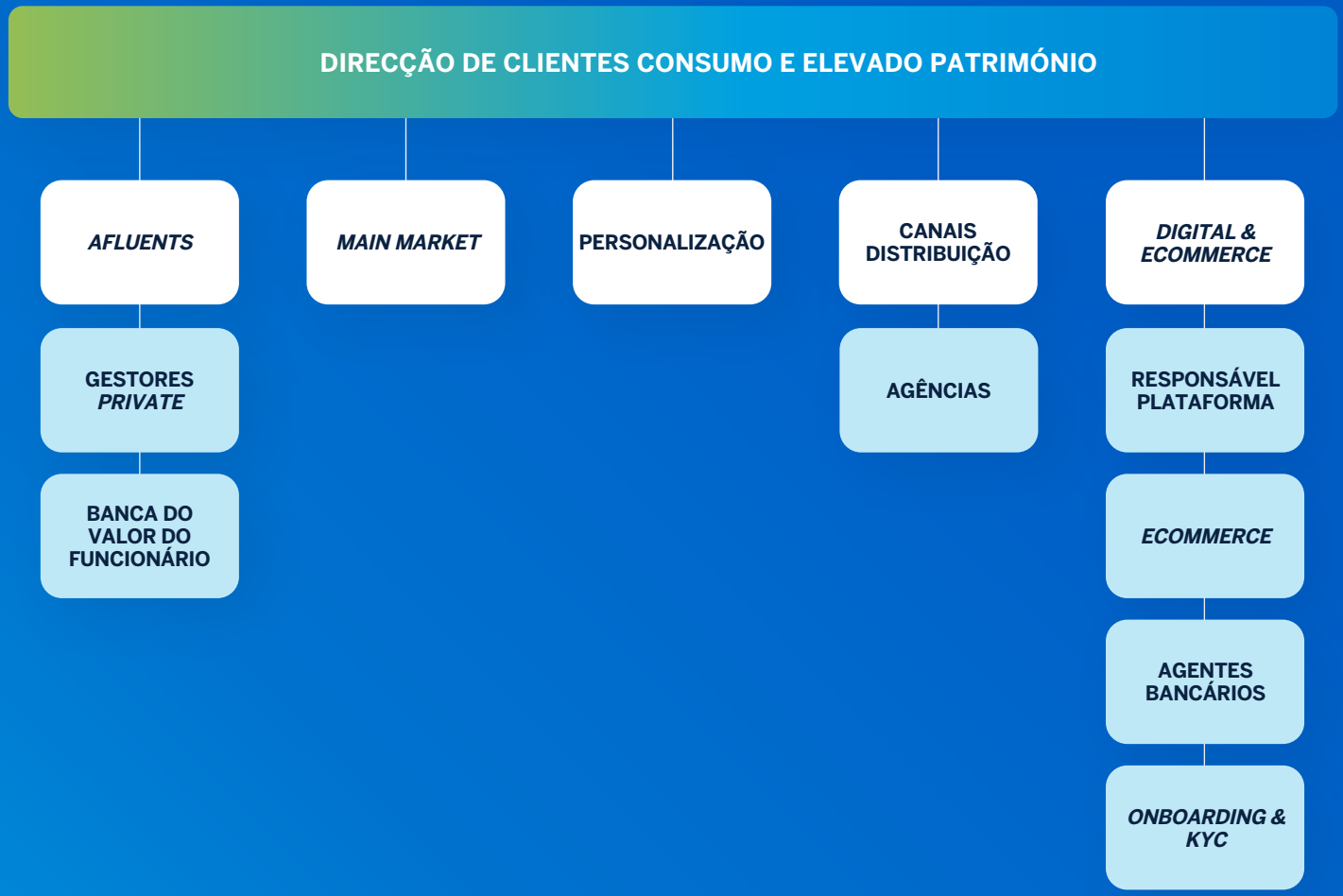
Visão Geral

A Direcção de Clientes Consumo e de Elevado Património do Standard Bank de Angola tem como propósito ajudar as pessoas a prosperarem, com a missão de estar mais próximo dos Clientes individuais com vista a permitir alcançar uma maior inclusão financeira.

O ano 2021 foi muito desafiante. Apesar da manutenção do contexto epidemiológico da Covid-19, a difusão massiva das vacinações e o aliviar das pressões em torno dos vários estados de calamidade pública, observou-se a melhoria do ambiente económico do país, o que tem melhorado os indicadores de empregabilidade, todavia, o custo de vida das populações continua em alta, derivado dos altos níveis de inflação.

Mesmo com a aceleração do processo da transformação da Direcção CHNW, esta continuou a mostrar-se resiliente, disruptiva e apostando cada vez mais no posicionamento da presença da marca Standard Bank no mercado Angolano, sendo conotado e **eleito pelo segundo ano consecutivo, como o melhor prestador de serviços financeiros em Angola.**

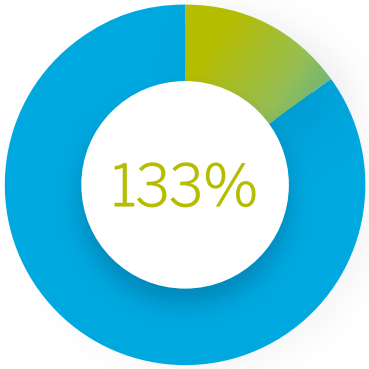
Estrutura Organizacional



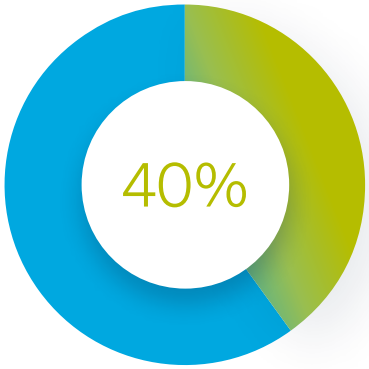
Desempenho 2021

No decorrer do ano de 2021, a Direcção CHNW registou um crescimento do produto bancário de 133% face ao período homólogo, impulsionado substancialmente pelo aumento da margem financeira em 64%, como resultado directo do incremento da venda de divisas com vista à realização de operações sobre o estrangeiro.

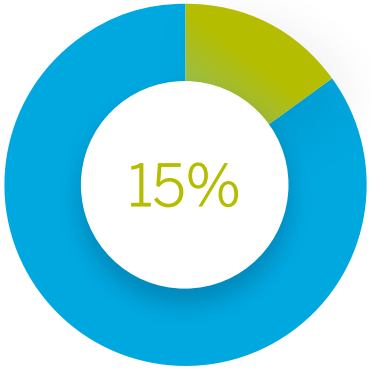
Durante 2021, registou um aumento de 40% da base de Clientes activos face ao período homólogo, passando de 35 086 para 49 284.



CRESCIMENTO DO PRODUTO BANCÁRIO
16 700 MILHÕES DE KWANZAS



AUMENTO DOS CLIENTES ACTIVOS
49 385 CLIENTES ACTIVOS

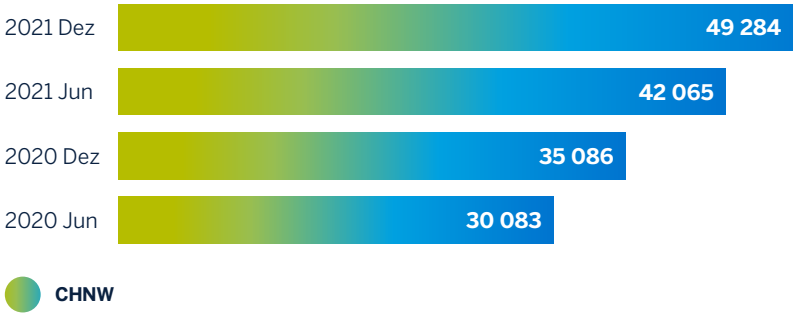


CRESCIMENTO NOS RECURSOS DE CLIENTES
80 386 MILHÕES DE KWANZAS

O aumento da base de Clientes é a verdadeira tradução da confiança dos Clientes na marca Standard Bank de Angola, bem como da excelência dos serviços prestados pelos Colaboradores.

O desempenho geral do *Net Promoter Score* (NPS) do SBA, a métrica que mede os níveis de satisfação dos Clientes em relação ao SBA, tem vindo a aumentar de forma contínua, ano após ano, como resultado da estratégia do SBA no que diz respeito ao foco na experiência dos Clientes. Em 2021 foi atingindo um NPS positivo de 35.

NÚMERO DE CLIENTES



SB24

Com a implementação da nova plataforma digital SB24 em Novembro de 2020, o CHNW registou um aumento de 10 000 Clientes digitais, um incremento de 72% em relação ao período homólogo. Actualmente, 13 000 Clientes usam a APP SB24, o que reflecte uma tendência cada vez maior para "*mobile first*".

Durante 2021, o SB24 apresentou uma funcionalidade inovadora para os Clientes particulares que se traduziu no envio de transferências internacionais para apoio familiar. Durante este ano foram feitas 21 000 transferências de forma digital.

Em paralelo, estão em curso desenvolvimentos para novas funcionalidades e melhorias na plataforma.



Crédito

A Direcção procura apoiar e melhorar a vida das pessoas através da concessão de crédito.

Apesar de um contexto macroeconómico adverso, impactado por altos níveis de inflação, torna-se crucial para a construção de um relacionamento duradouro entre Banco e Clientes apoiar os Clientes numa dimensão transversal, suprindo não só as suas necessidades financeiras básicas, como também necessidades mais complexas que requerem um maior grau de conhecimento e aconselhamento.

O segmento CHNW aumentou o crédito líquido, na ordem de 25%. No que concerne à oferta de produtos de crédito que integram a oferta do Banco, **verificou-se um aumento de 28% no crédito ao consumo, 22% no crédito à habitação e nos descobertos bancários decresceu em 40%, comparativamente ao exercício de 2020.**

Neste contexto é de destacar o excelente desempenho, quer ao nível dos depósitos quer ao nível do crédito concedido, que permitiu a manutenção do rácio de transformação em 19,40%.

Os níveis de incumprimento de crédito (+90 dias) mostraram-se estáveis, com uma taxa na ordem dos 3,59%, muito abaixo do *benchmarking* do mercado que se encontra acima dos 15%, evidenciando o rigor e a selectividade no que respeita à concessão de crédito.

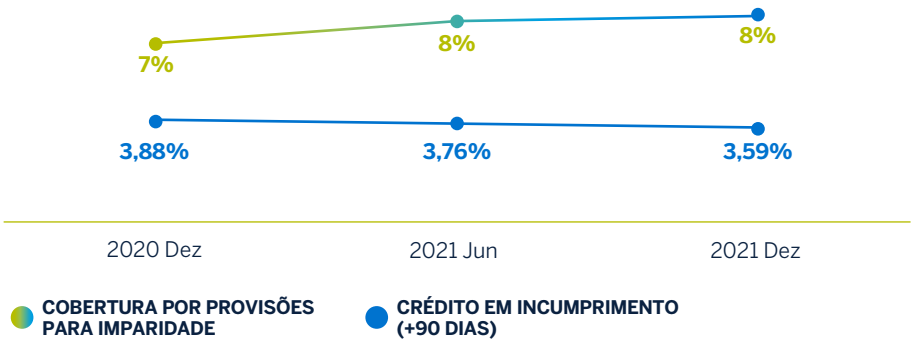
CRÉDITO POR SEGMENTO DE CLIENTES (MILHÕES DE KWANZAS)



EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS DE CRÉDITO (EM %)



QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO (EM %)



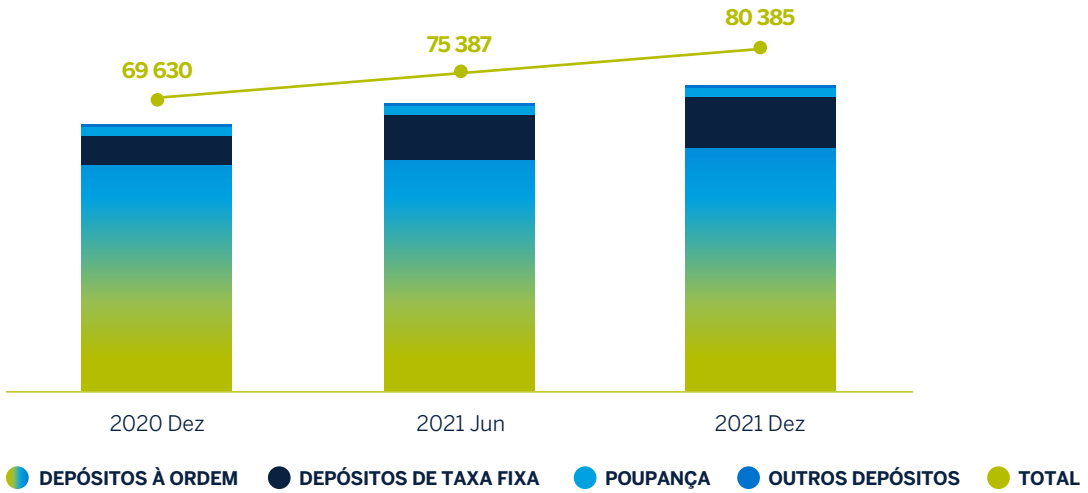
Depósitos

A Direcção de Clientes Consumo e de Elevado Património, mantém a política de diversificação da oferta de produtos e apresentação de um preçário cada vez mais competitivo.

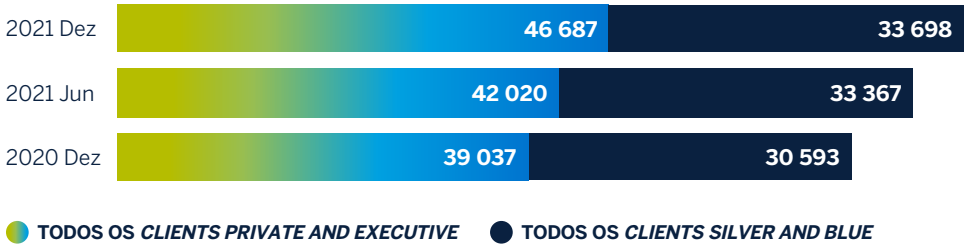
Os depósitos de Clientes de Consumo e de Elevado Património cifraram-se em 80 385 milhões de Kwanzas, um incremento de 15% face a Dezembro de 2020, como resultado da grande aposta na digitalização, atendimento qualificado através dos diversos pontos de atendimento, oferta de produtos que aderem e entrosam com as necessidades dos Clientes, bem como a aposta cada vez mais na inclusão financeira.

Observou-se a manutenção da concentração dos depósitos realizados na moeda nacional, representando 78% da carteira total, que se traduz num aumento de 7,31 pontos percentuais em relação ao período homólogo. Os depósitos em moeda estrangeira cifraram-se nos 17 609 milhões de Kwanzas, cerca de 13% abaixo do valor de Dezembro 2020. O Standard Bank de Angola mantém o compromisso de movimentação das contas em moeda estrangeira dos seus Clientes, sem qualquer restrição, desde que se verifique o cumprimento da lei e das normas vigentes.

DEPÓSITOS POR SEGMENTO DE CLIENTES (MILHÕES DE KWANZAS)



DEPÓSITOS POR TIPOLOGIA DE CLIENTES (MILHÕES DE KWANZAS)



Canais de Distribuição

O Standard Bank de Angola está presente em 6 províncias (Luanda, Cabinda, Namibe, Huíla, Benguela e Huambo), **dispondo de uma rede comercial composta por 36 canais físicos:**

- 18 Agências
- 3 Centros de Empresa (serve Clientes do segmento BCC)
- 1 Posto de Atendimento
- 3 *Suite Private*
- 10 Agentes Bancários Ponto Azul

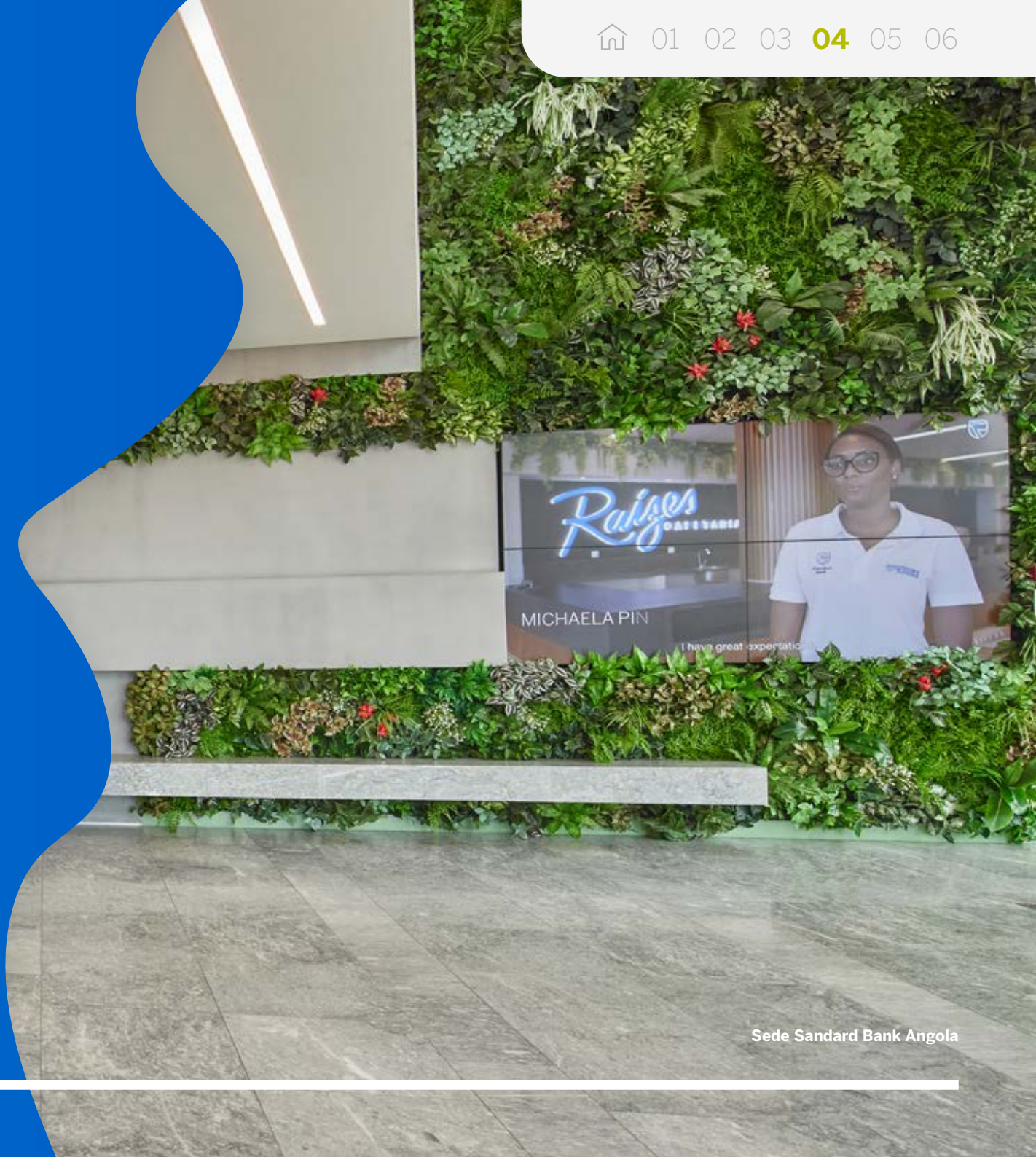


Cláudia Viana
Directora de Clientes de Consumo e de Elevado Património

Agência SB24

O SBA disponibiliza uma linha de atendimento ao Cliente, tendo como principal objectivo aproximar o Banco dos seus Clientes através da prestação de informação sobre os seus produtos e serviços, dar resposta às necessidades e esclarecimentos decorrentes das suas operações bancárias diárias e analisar eventuais reclamações.

Durante 2021, o SBA respondeu a várias chamadas e e-mails por parte dos seus Clientes e potenciais Clientes, tendo registado um aumento no número de chamadas recebidas em cerca de 86% comparando o período homólogo. Este aumento é fundamentalmente explicado por uma base de Clientes cada vez mais robusta, mas igualmente por um conjunto de potenciais Clientes cada vez mais interessados no leque de produtos e serviços que o SBA disponibiliza, nomeadamente na plataforma digital SB24.



Sede Sandard Bank Angola

Estratégia

A estratégia da Direcção de Clientes Consumo e de Elevado Património assenta em "Angola é a nossa casa e nós impulsionamos o seu crescimento" tendo como ambição melhorar a vida das pessoas sendo mais que um Banco.

A nossa visão é materializada em duas iniciativas estratégicas, nomeadamente: 1) defender a posição de líder como Experiência do Cliente em todos os segmentos prioritários e 2) aumentar significativamente a nossa base de Clientes até 2025.

Ciente da relevância deste processo para a sociedade e totalmente empenhado em criar um conceito disruptivo, durante o ano de 2021, foram implementados 10 Agentes Bancários - Ponto Azul. A estratégia estará assente em dois principais pilares:

1

Pontos de Representação

Aumento dos pontos de representação em todas as províncias do país, de forma a criar uma marca reconhecida, disponível, conveniente e próxima dos Clientes, para que a ida ao Banco seja uma experiência célere e descomplicada.

Produtos e Serviços

2

Oferta adequada de produtos e serviços, pensada para servir os interesses e necessidades de um segmento que, na sua maioria, será o primeiro contacto com o sistema bancário, pelo que se exigem produtos simples e de comissionamento adequado.

Totalmente comprometida com o propósito da Inclusão Financeira e determinada a apoiar o país em melhorar o acesso ao sistema financeiro, a iniciativa do Ponto Azul afigura-se como um dos principais projectos em curso e totalmente alinhado com a estratégia do Banco.

Clientes Comerciais e de Negócios

Visão Geral

No âmbito da reformulação da sua estrutura de gestão, o Standard Bank Angola criou a Direcção de Pequenas e Médias Empresas (doravante denominada *Business and Commercial Clients* ou BCC) que adopta um modelo organizativo específico, de forma a responder às necessidades dos Clientes e a criar soluções alinhadas com a sua exigência.

O BCC proporciona uma nova visão estratégica dentro daquilo que são as prioridades dos Clientes do Banco, ou seja, apoia as suas necessidades de serviços financeiros tornando-se fundamental para a construção de um relacionamento sustentável e duradouro.

Esta Direcção disponibiliza um leque de produtos e serviços aos Clientes do Banco, como por exemplo crédito, produtos de seguro, recolha de valores, aconselhamento financeiro sempre com o objectivo de captar novos Clientes, mas fundamentalmente de manter uma relação de parceria com os mesmos.



Carolina Remisio
Directora de Clientes Comerciais e de Negócios

Estrutura Organizacional



A Direcção BCC está dividida em 7 áreas de modo a segmentar os Clientes, garantindo maior atenção e acompanhamento das suas necessidades. **Deste modo existem:**

01

BANCA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Deste segmento fazem parte os Clientes com facturação igual ou inferior a 3,5 milhões de doláres. Os Clientes beneficiam de um *call center* dedicado para garantir um serviço personalizado onde o maior foco é a banca transaccional e depósitos. Este segmento é também responsável pelos objectivos comerciais e de crescimento da unidade e por garantir que os Clientes recebem um serviço consistente e de alta qualidade.

De forma a complementar o *Customer Contact Center* (CCC), e no sentido de oferecer um atendimento mais personalizado ao segmento de Pequenas e Médias Empresas, o PME *Online* constitui um ponto único de contacto, acessível através de telefone e e-mail. Os profissionais bancários intervenientes neste serviço facilitam a abertura de conta, aconselham sobre soluções de investimento, facilitam transacções, providenciam opções de pagamento e recebimento, aconselham sobre soluções de seguros e asseguram o tratamento a pedidos diversos.

Este serviço caracteriza-se pela sua:

CONVENIÊNCIA

– Profissionais bancários acessíveis através de telefone e e-mail
– Resolução de pedidos diversos e *feedback* em tempo real e sem necessidade do Cliente ter de se deslocar a uma agência

SIMPLICIDADE

– Pedidos e serviços bancários efectuados através de telefone e e-mail
– Contacto fácil e rápido com o gestor bancário

ACONSELHAMENTO PROFISSIONAL

– Profissionais bancários que providenciam aconselhamento ao Cliente sobre produtos e serviços bancários e soluções que vão de encontro às suas necessidades

Serviços disponíveis:

Extractos bancários através de e-mail	Informação sobre saldos de conta	Activação de contas	Registo nas plataformas digitais de banca electrónica e *mobile Banking*	Desbloqueio de *password* na banca electrónica	Confirmação de dados bancários e carta de idoneidade
Solicitação de cartão de débito multicaixa	Solicitação de cheques	Actualização de dados	Resolução de pedidos diversos		

02

BANCA COMERCIAL

Os Clientes deste segmento têm uma facturação entre 3,5 e 100 milhões de dólares. Os Clientes beneficiam de produtos e serviços alinhados às suas necessidades com gestores dedicados. O foco está na oferta de serviços financeiros de qualidade apropriados às suas necessidades.

03

AFRICA CHINA BANKING

Este segmento lidera e executa uma proposta de valor para os Clientes ligados ao sector e identifica novas oportunidades de negócio, envolvendo os Clientes conforme necessário para a prestação de serviços.

04

AGRONEGÓCIO

Esta área é focada na aquisição de novos Clientes do segmento do agronegócio e na identificação de novas oportunidades e gestão de portfolio. É uma área transversal ao Banco trabalhando com o CIB para assegurar que o Banco esteja a trabalhar com toda a cadeia de valor dos Clientes.

05

SECTOR PÚBLICO

Esta área implementa uma proposta de valor personalizada aos Clientes e desenvolve parceiros para a entrega de vários produtos e serviços integrados para o Cliente baseando-se numa equipa com uma vasto conhecimento de mercado.

06

COMÉRCIO DIGITAL

Esta área lidera e executa as plataformas Digitais, *Business to Business*, a proposta de valor *eCommerce* e as suas caixas de ferramentas relacionadas, personalizando em conformidade. Implementa a proposta de valor do Cliente e conduz uma experiência consistente do Cliente através de todas as plataformas. É parceira com *Client Solutions* na entrega de vários produtos e serviços integrados para o Cliente. Mantém o alinhamento com outras áreas de forma a garantir a entrega de propostas de valor do Cliente e a redução de duplicação entre segmentos.

07

ECOSSISTEMA

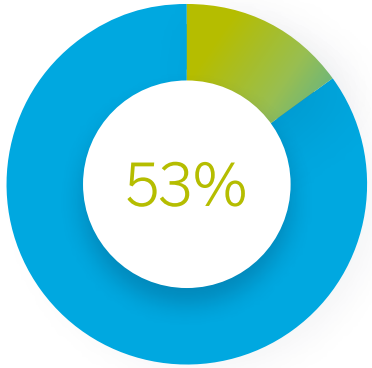
Esta área é focada na aquisição de novos ecossistemas – redes que agregam as interacções de vários intervenientes das cadeias de valor das organizações, maximizando assim a banca comercial e permitindo aos Clientes uma experiência mais ampla e diversificada.

Desempenho 2021

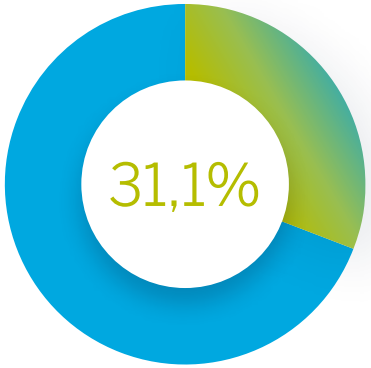
A Direcção de Clientes Comerciais e de Negócios (BCC) do Standard Bank de Angola mostrou-se resiliente registando um crescimento do produto bancário de 107% face ao período homólogo. O crescimento do produto bancário deve-se a dois factores i) aumento das margens cambiais e ii) aumento das receitas proveniente das comissões com vendas de seguros e das remessas documentárias.

O BCC está comprometido em mudar o curso das Pequenas e Médias empresas (PMEs) em Angola e ter, cada vez mais, um papel inclusivo na vida destas empresas. Para isso, tem facilitado junto destes Clientes diversas operações relacionadas com transferências internacionais e a emissão de remessas documentárias, o que, efectivamente, teve um papel preponderante no aumento da margem completar de 193% face ao período homólogo tal como supra mencionado.

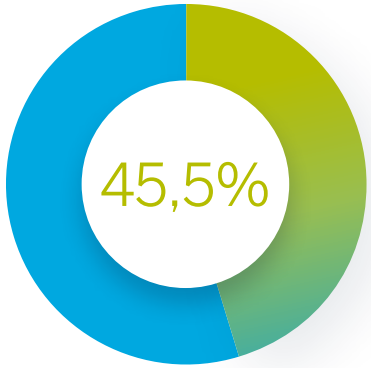
A Direcção do BCC registou um aumento, ano após ano, da base de Clientes activos, passando de 1 479 Clientes em Dezembro de 2020 para 1 939 em Dezembro de 2021.



CRESCIMENTO DO PRODUTO BANCÁRIO
16 238 MILHÕES DE KWANZAS

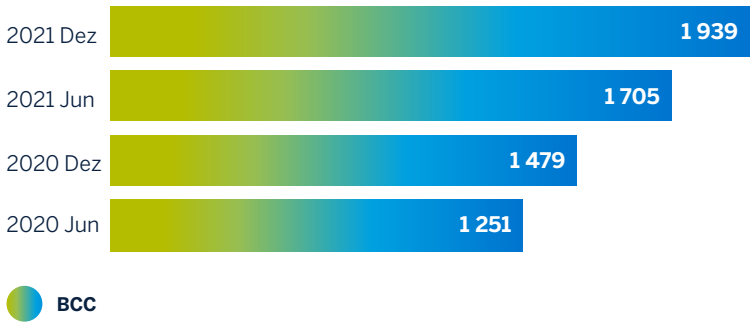


AUMENTO DOS CLIENTES ACTIVOS
1 939 CLIENTES ACTIVOS



CRESCIMENTO NOS RECURSOS DE CLIENTES
112 922 MILHÕES DE KWANZAS

NÚMERO DE CLIENTES



O aumento da base de Clientes é a verdadeira tradução da confiança dos Clientes na marca Standard Bank de Angola, bem como da excelência dos serviços prestados pelos seus Colaboradores.

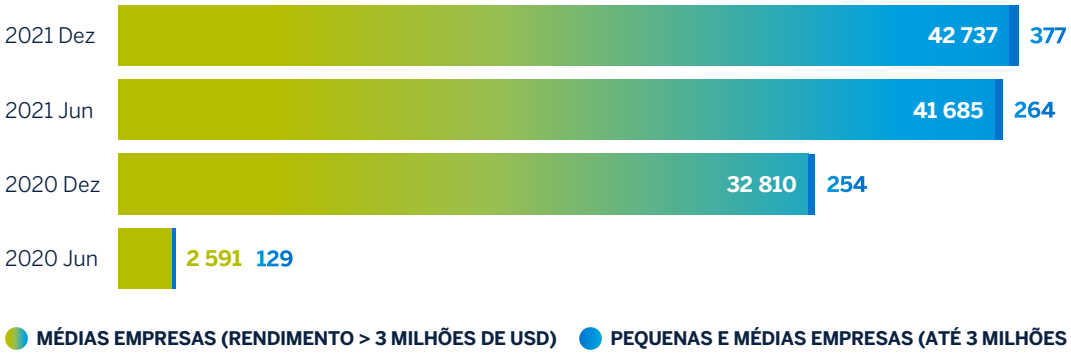
Crédito

O BCC procura apoiar o fomento da Economia Nacional, visando a concessão de crédito às PMEs. Este apoio tem sido transversal a todos os sectores e a todas as empresas, com especial destaque nas PMEs dos sectores da agricultura, pecuária, pescas e produção de bens de primeira necessidade.

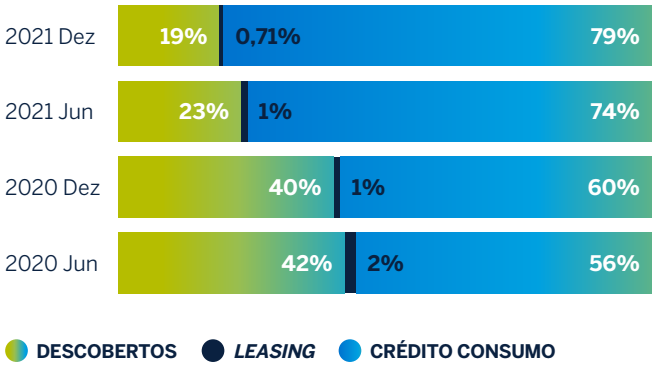
Este segmento aumentou substancialmente o crédito líquido, na ordem dos 33,1% face ao período homólogo. No leque de produtos de crédito que integram a oferta do Banco, verificou-se pelo terceiro período consecutivo, o aumento significativo do crédito ao consumo (+78,9%), evidenciando a continuada aposta no fomento da economia nacional, e fazendo jus ao normativo do Aviso n.º 10/20 do BNA.

Os níveis de incumprimento de crédito (+90 dias) mostraram-se estáveis, com uma taxa na ordem dos 3%, muito abaixo do mercado que se encontra ainda em níveis acima dos 15%, evidenciando uma vez mais o rigor e a selectividade no que respeita à concessão de crédito.

CRÉDITO POR SEGMENTO DE CLIENTES (MILHÕES DE KWANZAS)

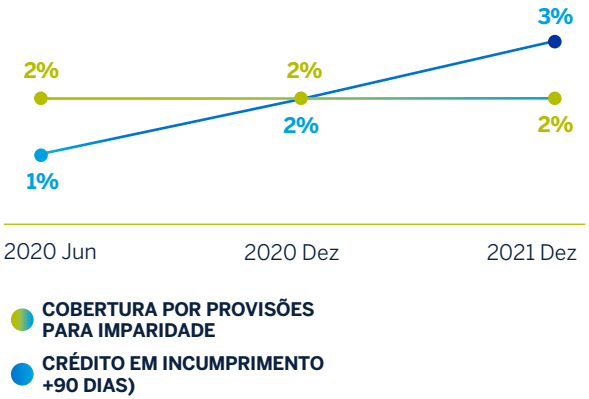


EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS DE CRÉDITO (EM %)



As propostas de créditos de médio longo prazo estão a assumir um papel de destaque na carteira de créditos do BCC.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO (EM %)

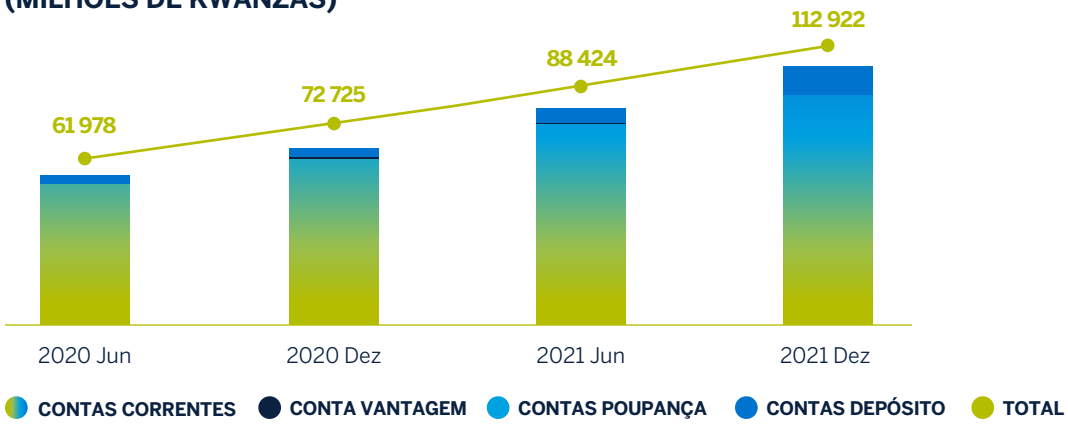


Depósitos

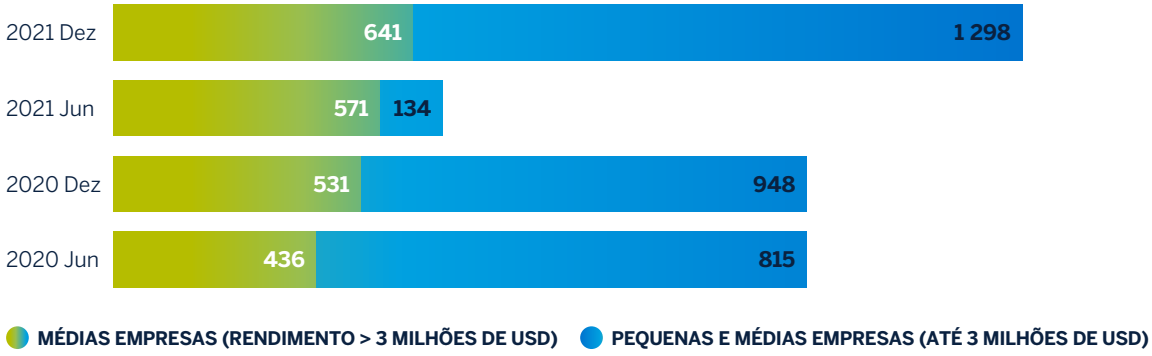
Os depósitos de Clientes totalizaram 112 922 mil milhões de Kwanzas, um crescimento de 45,5% face ao período homólogo, o que demonstra a confiança do mercado na solidez e rigor do SBA.

Relativamente à distribuição dos depósitos captados em função da moeda contratada, observou-se a manutenção da concentração dos depósitos realizados na moeda nacional, representando 62% da carteira total, que se traduz num aumento de 3 p.p. comparativamente a Dezembro de 2020. Os depósitos em moeda estrangeira cifraram-se em 42 549 milhões de Kwanzas (que corresponde a um aumento de 26% face a Dezembro de 2020). Importa frisar que o SBA mantém o compromisso de movimentação das contas em moeda estrangeira dos seus Clientes, sem qualquer restrição, desde que se verifique o cumprimento da lei e das normas vigentes.

DEPÓSITOS DE CLIENTES (MILHÕES DE KWANZAS)



TIPOLOGIA DE CLIENTES



A Estratégia do BCC

O BCC tem como principal modelo de negócio construir relacionamentos de longo prazo e oferecer soluções inovadoras para os seus Clientes desde a constituição ao crescimento dos seus negócios.

A estratégia passa também pela aquisição de novos ecossistemas, maximizando assim a banca comercial, e permitindo aos Clientes uma experiência mais ampla. O BCC continuará a desenvolver a relação com os Clientes do Banco. Com o objectivo de olhar para o horizonte dos seus ecossistemas a fim de ter maior entendimento de toda a cadeia de valor dos Clientes, para poder oferecer soluções efectivas e aconselhamento financeiro adequado.

O BCC quer-se destacar pela qualidade dos serviços prestados aos Clientes, por isso investe de forma consistente e contínua na capacitação das Equipas através de programas de formação, que englobam desde capacidades de liderança a competências técnicas e comportamentais.



Sede Sandard Bank Angola

Soluções para Clientes

Visão Geral

Derivado de um processo de transformação organizacional cujo propósito se baseia em apostar num modelo de negócio assente em plataformas que permitem proporcionar uma nova experiência aos seus Clientes e Parceiros, a qual se deseja cada vez mais integrada, instantânea e com valor acrescentado superior, nasceu uma nova Direcção dentro do Standard Bank Angola – a Direcção de Soluções para Clientes (*Client Solutions*).

Constituído por uma fusão de competências já existentes com novas apostas, a Direcção declara-se como o produtor modular do Banco, com o intuito de desenhar e conduzir a implementação de novos produtos, serviços e soluções que sirvam não só para consumo interno, pelas unidades de negócio, mas também para ir de encontro às necessidades dos Clientes e Parceiros, nos seus respectivos ecossistemas e plataformas.

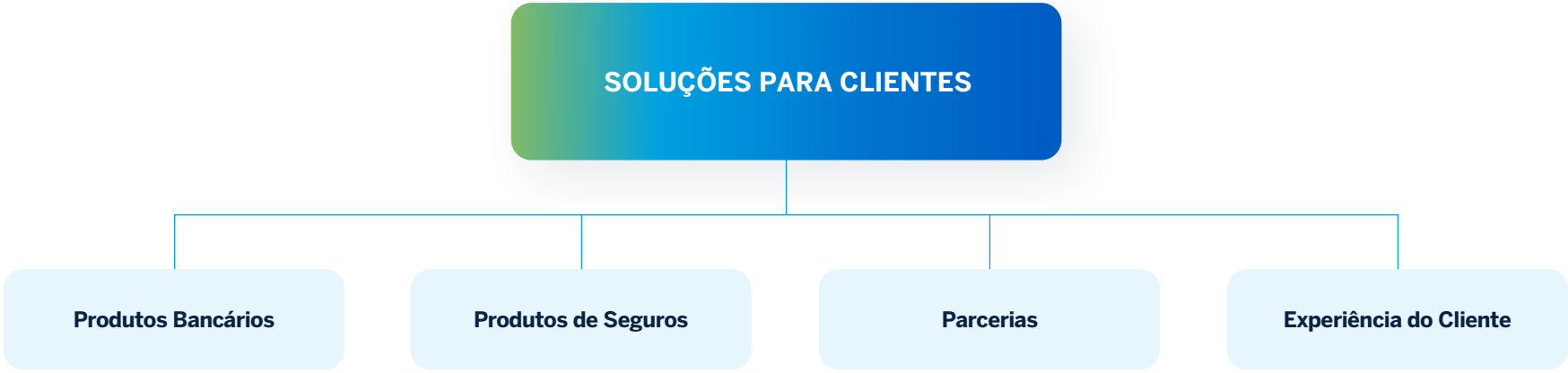
Por outro lado, pretende-se um foco não apenas na satisfação das necessidades imediatas dos Clientes e Parceiros do Banco, mas também ter uma visão estratégica de longo prazo. O *Client Solutions* irá trabalhar em parceria com os segmentos de negócio, de forma a criar soluções verdadeiramente inovadoras, que complementem e aumentem a proposta de valor do Banco para os Clientes, em parceria com as Direcções de Engenharia e Inovação para garantir a entrega dessas mesmas soluções.

O SBA pretende ser mais que um Banco para os seus Clientes e Parceiros, por isso quer oferecer produtos e serviços não financeiros, caracterizados por:

- Parcerias em que a oferta dos parceiros é usada para aumentar a proposta de valor dos produtos e serviços financeiros que o Banco presta aos seus Clientes, dando origem a um produto final que reúne as características das duas entidades;
- Parcerias em que a oferta dos Parceiros é integralmente distribuída aos Clientes, através dos canais de distribuição e pontos de representação;
- Parcerias em que os produtos e serviços financeiros do SBA são distribuídos pelos Parceiros, nas suas plataformas e com o potencial de alcançar todos os integrantes do ecossistema onde os seus parceiros actuam.

Estrutura Organizacional

O *Client Solutions* é actualmente constituído por 4 Direcções que visam agregar valor e apoiar na execução da estratégia do Banco, sendo estas **Produtos Bancários; Produtos de Seguros; Parcerias e Experiência do Cliente.**



Produtos Bancários

Esta Direcção é responsável pelo desenho, criação e manutenção de soluções que permitam aos Clientes do Banco a utilização de produtos e serviços financeiros. Estes produtos incluem transacções, poupanças e crédito, incluindo o acesso a meios de pagamentos, tais como cartões de débito, crédito, *homebanking* e outras soluções digitais.

Produtos de Seguros

Com uma missão em tudo semelhante à Direcção de Produtos Bancários, o âmbito da actuação da Direcção Produtos de Seguros incide sobre produtos e serviços ligados à área de seguros.

Mais do que um simples canal de distribuição de uma ampla variedade de produtos oferecidos pelos parceiros do Banco, que passam por um processo selectivo que visa garantir a entrega de um produto de qualidade aos Clientes, esta Direcção exerce um papel colaborativo com os parceiros para alinhar a oferta às exigências dos Clientes do SBA.

Um dos principais focos da Direcção tem sido a digitalização da cadeia de distribuição, criando as bases para que cada vez mais os beneficiários destas soluções possam aderir às mesmas em canais totalmente digitais e de forma completamente autónoma.

Parcerias

A Direcção de Parcerias nasce fruto do processo de mudança estratégica que o Banco enveredou em 2021, com o propósito de se transformar numa organização virada para o futuro e que não esteja limitada à oferta tradicional de produtos e serviços financeiros.

Assim, consciente da mudança de paradigma exigida por este processo, esta Direcção é responsável pela constituição de parcerias que visem a oferta de produtos e serviços não financeiros, além daquilo que é a banca convencional. Desta forma, pretende-se tornar o Banco no destino preferencial dos seus Clientes e parceiros na resposta às suas necessidades do dia a dia, sejam elas financeiras ou não.

Com um foco inicial na identificação de potenticiais parcerias no mercado, é intenção que este primeiro passo evolua no sentido de disponibilizar novos produtos e serviços que possam ser completamente disruptivos e que alavanquem os objectivos estratégicos do Banco.

Satisfação do Cliente

A criação da Direcção de Satisfação do Cliente reflecte uma aposta cada vez maior do Banco, no sentido de ser verdadeiramente focado no Cliente.

Responsável pela definição do modelo de relacionamento e qualidade de serviço que tem para com os seus Clientes, de forma a garantir a melhor experiência possível em todas as interacções que os Clientes têm com o SBA, a Direcção assume assim um papel fundamental em ouvir o Cliente e garantir que a sua voz é activamente considerada em todos os processos de desenho, criação e evolução de novos produtos e serviços que o Banco pretenda incluir no seu catálogo.

A Oferta de Soluções para Clientes

Meios de Pagamento

Emissão de cartões de débito e crédito, assim como uma oferta de Terminais de Pagamento Automático (TPA), pagamentos via Débito Directo e pagamentos online através da *Gateway* de Pagamentos *Online*.

Produtos de crédito

No decorrer de 2021, o Banco continuou a apresentar uma variada oferta de soluções de financiamento – crédito habitação, automóvel, produtos estruturados e soluções distintas de curto, médio e longo prazo para particulares e empresas, alinhadas às necessidades dos Clientes mais exigentes.

Continua a promover a oferta de um produto de crédito instantâneo – Credijá, tendo sido disponibilizado nos canais digitais de *Internet* e *Mobile Banking* (SB24), mantendo a sua atractividade e oferta diferenciada por permitir o desembolso em 3 cliques e de forma imediata na conta do Cliente, num processo totalmente digital, sem papel e sem necessidade de documentos notariais.

Seguros

Seguros de curto e longo prazo para particulares (vida, saúde, automóvel, viagem, multirriscos, protecção salarial, funeral e acidentes pessoais) e empresas (seguro de saúde grupo, mercadoria transportada, multiriscos, acidentes de trabalho, interrupção de negócio, quebra de máquinas, frota automóvel, responsabilidade civil e vida grupo).

Poupança e Investimento

Ao longo de 2021, o Banco manteve a sua oferta de depósitos a prazo, contas-poupança, e contas de investimento para particulares e empresas, em moeda nacional e estrangeira.

Promoveu ainda a actualização da taxa de juros para o produto Depósito a Prazo *Standard*, tornando-o mais competitivo e apelativo para os Clientes, assim como várias campanhas de incentivo à poupança, oferecendo taxas remunerativas promocionais para os aderentes.

Produtos Transaccionais

Em 2021, o SBA focou-se na optimização da sua oferta de produtos e serviços transacionais de comércio internacional, operações cambiais, pagamentos e soluções de gestão de liquidação, no sentido de melhorar a eficiência operacional e os níveis de serviço.

Ao longo do ano, foi disponibilizado nos canais de *Internet* e *Mobile Banking* SB24, a funcionalidade de Transferências Internacionais que permite aos Clientes gerir as suas solicitações, acompanhar o estado das mesmas, assim como algumas operações tais como o cancelamento e a repetição do pedido de transferência.

Cartões, ATMs e TPAs

O ano de 2021 traduziu-se num aumento contínuo da base de Clientes do Banco, expressão clara da aposta dos Clientes na marca SBA, o que se traduziu nos números de cartões, ATMs e TPAs activos.

Para o ano em análise, registou-se um crescimento na ordem de 113% do número de cartões activos (débito e crédito) em comparação ao período homólogo.

Os cartões de débito activos registaram um incremento de 121%, encerrando com 84 784, com uma taxa de penetração (número de cartões de débito activos/ número de cartões) de 97%.

A nível de cartões de crédito, o crescimento situou-se na ordem de 2%, com uma taxa de penetração de 3%.

Em paralelo, o número total de TPAs activos aumentou 43%, em relação aos números registados no ano transacto. O total de TPAs activos representou 68% do número de TPAs matriculados. A média de operações diárias em TPAs aumentou 48%, em relação ao período homólogo, como consequência do aumento da utilização destas soluções por parte dos Clientes.

Tem-se assistindo ao aumento da utilização de cartões como soluções de pagamentos em detrimento de dinheiro físico.

Em 2021, 91 ATMs mantiveram-se operacionais, tendo havido um incremento de 54 ATMs face a 2020.





Marcelo Barreto
Director de Soluções para Clientes

2021
Cartões activos
87 490

2020
Cartões activos
41 084

2021
Cartões de débito activos
84 784

2020
Cartões de débito activos
38 429

2021
Cartões de crédito activos
2 706

2020
Cartões de crédito activos
2 655

2021
Taxa de penetração de cartões de débito
97%

2020
Taxa de penetração de cartões de débito
94%

2021
TPAs
3 398

2020
TPAs
2 398

2021
ATMs
91

2020
ATMs
57

A Estratégia do SBA

Para o ano de 2021 foram definidos 4 principais pilares de actuação:

Optimização, Digitalização e Automatização

O SBA reconhece a necessidade de melhorar os processos actuais, que consomem tempo e recursos dos seus Colaboradores. O foco neste processo interactivo de optimização terá como benefício adicional permitir que a Organização se dedique cada vez mais aos processos "*change the bank*" ao garantir que as actividades "*run the bank*" sejam executadas de forma eficiente.

Produção de módulos

O Banco reconhece que o conceito estratégico de produtores modulares irá permitir uma optimização das suas tarefas, já que poderá reutilizar, tanto para consumo interno como externo, as soluções desenvolvidas internamente. Desta forma, os processos de optimização interativos desenvolvidos sobre os módulos trarão benefícios imediatos a todos os seus utilizadores.

Parcerias

O Banco reconhece a importância da aposta nas parcerias no contexto da mudança de estratégia, principalmente no que diz respeito à expansão do modelo de negócio para contemplar a oferta de produtos e serviços não financeiros. Acima de tudo, pretende ser cada vez mais reconhecido como o Banco de eleição no espaço das parcerias no país.

Experiência

O Banco reconhece a importância de colocar o Cliente no centro de tudo o que faz e de o ouvir activamente, permitindo responder às suas necessidades e ambições, assim como dos seus Parceiros e Colaboradores. Consciente que as necessidades são mutáveis ao longo da sua vida e influenciadas pelos seus principais eventos, o Banco disponibiliza um conjunto de produtos e soluções ajustados aos mesmos, potenciando uma experiencia personalizada.

A Visão para 2022

Para 2022, o *Client Solutions* pretende focar-se em aspectos que trarão valor acrescentado à operacionalização da estratégia do Banco, ao crescimento da instituição e ao impacto que o Banco pretende ter na sociedade:

Inclusão financeira

A típica oferta financeira, foca-se na população bancarizada, deixando de fora uma grande percentagem da população, que não se revê na actual oferta. Em 2022, o *Client Solutions* irá focar-se na construção de uma oferta de produtos e serviços que atenda as necessidades da população não bancarizada ou pouco bancarizada, de forma a criar incentivos para que a mesma perceba os benefícios da utilização do sistema financeiro formal.

Reestruturação de todo o catálogo de produtos e serviços

Com um catálogo constituído por blocos pensados, na sua maioria, em tempos e contextos económicos diferentes, debaixo de outra conjuntura e contexto económico, urge um processo de análise e reestruturação dos produtos, de forma a adequar a oferta às necessidades actuais de todos os Clientes.

Soluções e serviços digitais

A aposta no digital é clara e a relevância é evidente – não só pela tendência dos últimos anos em todos os sectores da economia, mas também pela crise pandémica que tem vindo a assolar o mundo e que tem exigido cada vez mais que as empresas se adaptem e que acelerem os seus processos de transformação digital. Em Angola, suportados pela evolução das infraestruturas, pela massificação do acesso à internet e pelo aumento da penetração dos dispositivos móveis, os canais digitais assumem cada vez mais uma relevância significativa na forma como os Clientes preferem ter acesso a produtos e serviços.

Inovação

Visão Geral

Com o surgimento de novos modelos de negócios, as constantes mudanças nas expectativas dos Clientes e a rápida adopção das tecnologias emergentes, é essencial estar preparado para os desafios resultantes desta nova dinâmica a que o mundo assiste. O negócio bancário será muito diferente do que é hoje, por isso, é necessário o SBA reinventar-se e procurar fazer diferente.

A mais recente transformação, que tem como grande objectivo tornar o Banco numa Plataforma que irá alargar a oferta de serviços e soluções aos Clientes, implica novos ajustamentos à estrutura orgânica.

Neste sentido, foi necessário formalizar a Direcção de Inovação no terceiro trimestre de 2021, e efectuar alterações à estrutura interna da Direcção, permitindo desta forma melhor alinhamento à estratégia definida, assim como ao novo modelo organizacional.

Resumo 2021

Além de concluir a reestruturação da direcção, foi efectuado um processo de recrutamento, o qual permitiu adicionar novos talentos e capacidades a esta nova equipa.

Em 2021 foi lançado um serviço inovador que permite aos Clientes efectuarem transferências internacionais sem ter que se deslocarem à uma agência; o pedido de transferência é efectuado na app – o SB24. Assim, o SBA é a única instituição bancária no mercado que permite a realização deste tipo de transação online.

Adicionalmente, foram efectuadas parcerias estratégicas com diversos *players* do ecossistema de *fintechs* e *start-ups*, com objectivo de melhorar a oferta de serviço aos Clientes. Neste sentido, existem uma série de projectos pilotos em curso que irão ser lançados no primeiro trimestre de 2022.



Aronildo Neto
Director de Inovação

Perspectivas para 2022

O SBA acredita que 2022 irá proporcionar à Direcção de Inovação novos desafios e oportunidades para acelerar a estratégia de plataforma de negócio.

Dentre as diversas iniciativas em curso, destacam-se:



Aumentar a oferta de serviços inovadores via a plataforma digital – SB24 – e a introdução do *Social Banking* no mercado angolano, assim como a disrupção do atual modelo de abertura e manutenção de conta.



Beneficiar da estratégia de *Cloud Computing* para inovar o atendimento a Clientes.



Lançar *sandbox*, um ambiente isolado disponível para as *Fintechs* e *Start-Ups*, que irá permitir às mesmas testarem as suas soluções fazendo uso das APIs do Banco.

Por último, entende-se que o ecossistema de *start-ups* é muito importante para o desenvolvimento do sector financeiro, e para a diversificação económica. Neste sentido, o SBA irá continuar a colaborar com os diversos *players* do ecossistema de forma a perceber quais são as reais dificuldades sentidas, de que maneira é possível ajudar na resolução das mesmas, e como é possivel lançar novas propostas de valor de forma a melhorar o serviço para todos os Clientes do sector.

Engenharia

Digitais, Inovadores e Disruptivos

O futuro é indissociável da tecnologia e, para o Banco, o presente também. Neste sentido, tem-se vindo a promover a digitalização e automatização dos processos e procedimentos do Banco e a modernização e integração dos sistemas.

A inovação e transformação digital do Banco é uma das maiores preocupações, tendo sempre como propósito tornar o Banco numa Organizaçao mais eficiente, ágil, segura e mais capaz de disponibilizar um serviço de excelência aos Clientes, de forma consistente e com a forte ambição de ser mais do que um Banco.

A Visão é ser indissociável para o Cliente, criando uma experiência instântanea, contínua, interligada e sem pontos de fricção.

Visão Geral

O exercicio de 2021 foi marcado pela adaptação contínua do Banco ao contexto actual de pandemia. Essa nova realidade é encarada com a mesma energia e vontade de transformação, visando sempre melhorar os serviços do Banco. O SBA tem um programa ambicioso em curso, alinhado ao objectivo de digitalizar os serviços e de apostar na simplificação e localização do parque tecnológico, bem como em criar as fundações que sustentam o Negócio.

A Direcção de Engenharia tem como propósito assessorar a Comissão Executiva e suportar as áreas de negócio, de forma a garantir o alinhamento entre a estratégia do negócio e a sua operacionalização, no que concerne às áreas de Tecnologia & Operações, Dados, Segurança de Informação e Património.

A Direcção de Engenharia tem como responsabilidades:

- A gestão e manutenção da estrutura da arquitectura da Tecnologia & Operações, Dados, Segurança de Informação e Património;
- A implementação e continuação da utilização da metodologia *Agile*;
- A adopção/implementação tecnológica do modelo de negócio de plataformas;
- A entrega e gestão da Tecnologia & Operações com o digital no seu core;
- A facilitação da transformação da infra-estrutura dos produtos, serviços e soluções de ecossistemas do SBA, internos e externos;
- A coordenação e gestão de todos os programas, projectos, iniciativas estratégicas, assegurando a sua entrega no prazo e orçamento planeados;
- A coordenação de todas as iniciativas de mudança organizacional.

O Banco ambiciona

01 Conduzir a Transformação Digital através da digitalização do *core* para melhorar a eficiência operacional e a experiência do Cliente e dos Colaboradores;

02 Diversificar os produtos do Banco, investindo em novos serviços disruptivos e mais evoluídos que os serviços oferecidos na Banca tradicional, de forma a aumentar a angariação e retenção de Clientes;

03 Criar serviços de Banca diferenciadores e disruptivos, integrando diferentes *players* no mercado, para fornecer aos Clientes serviços *end-to-end* num ecossistema único.

Princípios Funcionais

01 **Arquitectura simplificada:** desenhar e implementar a arquitectura dos sistemas de nova geração, de modo a facilitar a operação do IT e a entrega ágil dos pontos de melhoria identificados, através de soluções baseadas na *cloud*, expostas através de *Application Programming Interfaces* (APIs).

02 ***Big data*:** alavancar a operação do IT em soluções avançadas de *analytics* que trabalham com grandes volumes de dados recolhidos internamente, externamente ou de novas fontes de informação.

03 **ADN digital:** aproveitar a cultura de transformação digital que estamos a vivenciar e a experiência dos últimos anos para alavancar eficientemente os objectivos digitais, continuando com a requalificação técnica dos Colaboradores do Banco face aos *skills* do futuro.

Pessoas & Cultura

Novas formas de trabalhar (*Agile*)

O programa de transformação cultural centrado na metodologia *Agile*, definido durante o primeiro semestre de 2021, com o objectivo de aumentar a adaptabilidade, inovação e competitividade do Banco, já é visível na aplicação dos valores e prácticas do processo de desenvolvimento das soluções, bem como, na forma de trabalhar das diferentes equipas havendo neste momento múltiplas áreas de negócio que utilizam esta nova forma de trabalhar para aumentar os níveis de colaboração e tornar o seu trabalho mais visível.

Adicionalmente, o Banco deu continuidade e amadureceu o processo iniciado em 2019 de adopção do modelo de desenvolvimento e entrega de soluções do modelo *Agile* e *Scrum* escalável (*SAFe – Scaled Agile Framework*). De momento, todas as iniciativas de desenvolvimento do Banco utilizam este modelo, salvo raras excepções em que a solução a ser entregue se adequa melhor à gestão de projectos em cascata.

Nova estrutura da Engenharia

Durante o segundo semestre de 2021, o grande foco a nivel de pessoas foi organizar a nova estrutura da Direcção de Engenharia, assegurando as correctas linhas de reporte e a organização das pessoas de acordo às suas competências



Tecnologia & Operações

Esta área foi criada considerando o conceito de DevOps, ou seja, ter a Tecnologia a trabalhar de forma integrada com Operações, por forma a serem criadas sinergias.

Esta área tem como principais responsabilidades:

01 Gerir, coordenar e entregar as funções de Tecnologia e Operações;

02 Definir os padrões e o funcionamento global da tecnologia e garantir uma estrutura tecnológica eficiente, estável, robusta e segura;

03 Garantir o alinhamento do SBA com a Tecnologia e Operações por meio do modelo *2-in-a-box* para aumento da agilidade;

04 Facilitar soluções, integrações internas e externas, e a transformação da infra-estrutura para se tornar *Future Ready*;

05 Gerir a entrega dos serviços do Banco, levando a qualidade dos mesmos para o próximo nível, oferecendo ao Cliente uma experiência mais integrada, eficiente e simplificada;

06 Gerir todos os processos de Operações, assegurando a execução atempada e sem erros de todas as operações dos Clientes.

UM *CORE* BANCÁRIO PREPARADO PARA OS DESAFIOS DO FUTURO

Em 2021, o Banco deu continuidade ao processo de manutenção do *core* bancário preparado para todos os temas de *compliance* e regulatório (como AML e KYC), com uma base de dados robusta e integrada com o *Data Reservoir* efectuando ligações com outras aplicações através de APIs.

O projecto de conversão da base de dados teve início em Setembro de 2020, tendo sido concluído, com sucesso, em Abril de 2021 (apesar de ter sido feito num contexto de trabalho remoto e exclusivamente com recursos internos). A sua implementação será a fundação para que projectos mais inovadores sejam cogitados, tornando-se assim o alicerce da transformação do SBA para uma Organização virada para Dados, e que utilizando-os como vantagem competitiva na melhoria do serviço ao Cliente.

Resumidamente, o projecto tem oferecido os seguintes benefícios:

- Aumento da escalabilidade e estabilidade;
- Criação de uma base para a introdução e uso de Inteligência Artificial;
- Processamento massivo de dados (*Big Data*) através da integração com outras soluções como o Reservatório de Dados Corporativo (*Data Reservoir*).

SIMPLIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

A consolidação dos canais digitais é parte integrante da estratégia de simplificação e aumento da eficiência do Banco. Neste sentido, serão descontinuadas as soluções de *E-Banking* e *Netplus* no inicio de 2022, que darão lugar à mais nova plataforma digital – o SB24. Continuará a aposta no uso de novas ferramentas e tecnologias para reduzir a complexidade no *Back-office*, com especial foco na automatização de diversos processos.

As principais áreas de foco para assegurar o objectivo da Simplificação, exigirão:

- Ênfase na desativação contínua de aplicações obsoletas;
- Trabalho próximo do Programa *Salesforce* para a realização de benefícios;
- Garantir que todas as novas iniciativas estejam alinhadas com a estratégia de simplificação;
- Reavaliação dos parceiros para permitir a estratégia de digitalização (já olhando para a *Cloud*);
- Avaliação da arquitectura para garantir que a habilitação da nuvem permite a reengenharia de soluções existentes;
- Aceleração da implementação/consolidação de iniciativas que permitem a integração de sistemas API (e.g.ESB)

JORNADA DA NÚVEM (*CLOUD*)

Um dos desafios enfrentados em 2021 pelo SBA foi a migração para a Cloud, pois teve que alinhar a sua estratégia com os requisitos regulatórios do país e do Grupo. Este desafio irá continuar no percorrer do exercício de 2022.

Dados

No seguimento da conversão da base de dados do sistema *core*, o Banco encontra-se a trabalhar na replicação de dados em *real-time* do *core* para a central de dados, o que irá permitir a actualização contínua de dados, e geração de *insights* em tempo útil.

Parte deste processo inclui também a introdução de ferramentas que irão permitir melhor entender as necessidades dos Clientes do Banco, através da utilização de dados em tempo útil, e a criação de perfis de Clientes com base no comportamento dos mesmos.

A área de Dados tem como principais responsabilidades:

01 Definir e executar a estratégia de dados do Banco;

02 Definir e entregar soluções analíticas;

03 Definir casos de uso para alavancar e monetizar os dados no SBA;

04 Estabelecer e assegurar o alinhamento com os *standards* de dados e governança para o SBA;

05 Posicionar a Gestão de dados e analíse como activos estratégicos para a visão *Future Ready* do SBA;

06 Assegurar a qualidade e integridade dos dados e coordenar a mitigação dos mesmos.

Com o objectivo de melhorar a captação de dados o Banco tem vindo a investir em ferramentas e na capacitação dos seus Colaboradores.



Abdul Razac
Director de Engenharia

Segurança de Informação

O Banco está ciente do aumento de incidentes a nível do país e está a reforçar os controlos de forma a mitigar potenciais ataques. Foi dada continuidade ao seu programa de Segurança Cibernética, com grande enfoque na gestão de acessos, tendo em conta o aumento de Colaboradores a trabalhar remotamente. Foi também implementada uma solução que permite a actualização de *patches* de segurança nos dispositivos usados por Colaboradores em regime de trabalho remoto.

Existem diversos projectos em curso que têm por objectivo reforçar a segurança no acesso à rede do Banco, entre os quais encontram-se projectos de análise de logs o que irá permitir ter um maior controlo e mais informação sobre quem acede à rede do Banco.

A segurança dos Clientes é a principal preocupação do Banco e, à semelhança de anos anteriores, prevê efectuar testes de penetração aos diversos canais em uso.

A área de Segurança de Informação tem como principais responsabilidades:

01 Definir estratégias de segurança da informação para ambientes complexos de Plataforma;

02 Formar parcerias interoperáveis de segurança da informação que garantirão o envolvimento de terceiros nos ecossistemas;

03 Implementar melhores práticas de Segurança de informação e dispositivos partilhados entregando uma experiência segura ao Cliente SBA;

04 Assegurar a segurança cibernética considerando a ambição do SBA em ser um negócio de plataformas, dado que vai operar na *Cloud* e através de APIs que vão ligar diversas entidades.

Património

A área de Património tem como principais responsabilidades:

01 Gestão, coordenação e entrega de Serviços Imobiliários para o SBA:
- Gestão de projectos & arrendamento;
- Manutenção ("*hard services*");
- *Facilities* ("*soft services*");
- Segurança fisica;
- Logistica (frota, arquivo, correio interno, gestão de viagens, armazém)

02 Gestão e manutenção ddos activos imobiliários do SBA;

03 Gestão dos serviços de hospitalidade interna;

04 Garantir suporte e assistência em todas as deslocações de Colaboradores;

05 Garantir a segurança electrónica de acesso aos edifícios e pontos de representação do Banco;

06 Garantir a segurança electrónica de acesso e controlo à tesouraria central e às tesourarias dos pontos de representação do Banco;

07 Garantir e controlar todo o processo de recolha de dinheiro físico dos vários pontos de recolha contractados junto dos Clientes;

08 Garantir e controlar todo o processo de depósito e levantamento junto do BNA, em coordenação com as tesourarias.

As aspirações da Engenharia para 2022



Integração das OPS e Tecnologia

Sempre Activo:

- Simplificar os processos de negócio e reduzir a complexidade + focar nas capacidades estratégicas

Automatizar Processos:

- Processo completo directo de frente para trás para garantir o processamento claro, trazendo uma experiência incrível consistente aos Clientes.

Inovação rápida e agilidade dos negócios

- Parcerias de *Cloud*
- Maior agilidade para entregar soluções aos Clientes

Usar os dados para melhorar a experiência do Cliente

- Dados como um activo;
- Monetização dos dados;
- Dados como um facilitador do processo de tomada de decisão.

Capacitar a entrega técnica de parcerias e ecossistemas

Desenvolver o mercado de API's:

- API's Internas e Externas;
- Serviços *Plug & Play*
- Integração técnica perfeita

Percorrer as habilitações da engenharia

- Mapear as habilitações da Engenharia (requalificação: conjunto de habilidades ocultas vs novas vagas);
- Dar formação à Engenharia sobre as habilidades FR;
- Desenvolver uma mentalidade de foco pelos Clientes.



O que foi feito para os Clientes SBA

Principais Campanhas Para Clientes 2021



Campanha de Depósito de Natal: Faça um depósito de 50 000kz e habilite-se a ganhar vários prémios (*Smart TVs*, telemóveis, vales de compras, etc). Faça um depósito de 250 000 de Kwanzas para se qualificar para o grande prémio (viatura Toyota Avanza).



Campanha de Depósito Rende Mais: Depósito a prazo, depósito mínimo de 50 000kz ou 5 000 000kz com taxas de juro de 13% e 16% Por períodos de 6 ou 12 meses respectivamente.



Campanha de poupança com foco no Swaip & Poupa: Produto de poupança como a principal ferramenta de poupança. Inscreva-se no Swaip & Poupa e tenha um desconto de 30% nos produtos de seguro de vida do Banco.



SB24 – Plataforma de *Internet* e *Mobile Banking*: Facilitar a migração para a nova plataforma, impulsionando a adesão, comunicando as suas funcionalidades e benefícios.



Campanha BIG Depósito 20%: Oferta de campanha de depósito para Clientes com 20% de juros sobre depósitos a prazo durante a época natalícia.



Campanha *Black Friday Special*: Cartão de Crédito *Black Friday Special* em pagamentos internacionais e *online*. Nenhuma comissão cobrada sobre pagamentos e limites aumentados em moeda estrangeira.



Campanha Contas simplificadas: Processo de abertura de conta para pessoas físicas e pequenos Clientes empresariais com e sem POS com o objectivo de atingir o segmento de massas e tornar o SBA numa marca mais acessível em Angola.

Eventos Externos e Patrocínios



Fórum Banca *Oil & Gas*: O papel da Banca no sector petrolífero. O financiamento da actividade petrolífera. Fundo petrolífero Angolano.



Evento promovido em conjunto entre o Standard Bank e a Ametrade **sobre a diversificação económica e as Parcerias Público-Privadas.**



Fórum Mercado de Capitais: As Parcerias Público-Privadas e o Mercado de Capitais



Conferência sobre o impacto das Criptomoedas.
Estratégias e visão de futuro.



XI Fórum da Banca: As transformações do Sector Bancário Angolano a curto e médio prazo.



Conferência sobre Transformação Digital: Os Desafios da Aceleração Digital em Angola.



X Conferência Internacional de Arbitragem de Luanda: Dez anos de Arbitragem Angolana, Balanço e Perspectivas.



Anúncio relacionado com o papel de mediação do sector bancário por parte do Standard Bank de Angola na primeira privatização em Bolsa.

4.2 Pessoas e Cultura

O SBA tem vindo a reforçar a sua posição competitiva no mercado financeiro, mais uma vez através da execução da sua estratégia de crescimento com foco na melhoria da qualidade de serviço prestado ao Cliente.



Sede Sandard Bank Angola

Pessoas e Cultura

Ainda que com um contexto económico extremamente desafiante, os resultados alcançados durante o ano de 2021 traduzem o sucesso do investimento do Banco nos seus Colaboradores.

Para tal, a Direcção de Pessoas e Cultura (DPC) desempenha um papel fundamental, através de um conjunto relevante de iniciativas que assumem como grande propósito melhorar os níveis de satisfação e motivação dos Colaboradores do Banco. Com efeito, o Banco só pode crescer como Organização quando integrar os esforços de todos na prossecução desse objectivo.

A Direcção de Pessoas e Cultura tem como visão "ser a melhor organização para trabalhar" e assenta em **3 pilares estratégicos: desenvolver os líderes do Futuro de Angola, ser uma Organização de aprendizagem constante e ágil, e ainda ter um ADN digital.**

Desta forma, o foco do Banco está orientado para a promoção, crescimento e valorização dos seus Colaboradores, pretendendo que estes estejam capacitados e motivados para prestar o melhor serviço aos Clientes internos e externos. O Banco recorre ao seu activo mais importante, os Colaboradores, para assegurar a excelência e qualidade do serviço.

Direcção de Pessoas e Cultura

A DPC do SBA é responsável pelo recrutamento, selecção e admissão do pessoal, bem como pela gestão do ciclo de vida dos Colaboradores do Banco.

Qualquer acção de recrutamento e consequente admissão, carece do total envolvimento e prévia aprovação desta Direcção. A DPC possui uma estratégia alinhada com a do Grupo Standard Bank, e ao longo do exercício de 2021, continuou a apoiar as unidades de negócio na prossecução dos seus objectivos. Na sua estratégia para 2022, a DPC tem como prioridade o desenvolvimento de uma proposta de valor acrescentado para os Colaboradores.

PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES

01 Gerir o processo de recrutamento do SBA, nomeadamente, contratação de novos Colaboradores, gestão de mobilidades internas e gestão da saída de Colaboradores;

02 Desenvolver e reter os Colaboradores do Banco, através da gestão da formação de Colaboradores, da gestão de talentos, da definição de planos para retenção e/ ou sucessão de Colaboradores;

03 Gerir o processo de remuneração e benefícios, nomeadamente, processamento de salários e subsídios, e atribuição de benefícios aos Colaboradores;

04 Monitorizar o processo de avaliação de desempenho, revisão salarial e de atribuição de bónus aos Colaboradores.



Vanessa Rodrigues
Carolina Remisio
Yonne de Castro

Raquel Bastos
Eva Santos

Pilares de Actuação 2021

No decorrer do ano de 2021, revisitámos as prioridades estratégicas, para uma contínua aposta no desenvolvimento de uma equipa jovem e altamente qualificada, que assume a excelência no serviço aos Clientes do Banco como principal objectivo.

De forma a manter a sua missão de apoiar o crescimento do Banco através da capacitação e desenvolvimento dos seus Colaboradores, **a Direcção de Pessoas e Cultura regeu-se por princípios:**

Ajudar na melhoria da organização do negócio, de forma a facilitar o trabalho dos Colaboradores do Banco no serviço ao Cliente

- Garantir o foco nos pilares do "*Future Ready Transformation*", através do alinhamento da estrutura e das respectivas Unidades de Negócio;
- Recrutamento de especialistas nas áreas de *Talent Aquisition* e Formação;

Reforçar parcerias com os líderes do Banco para acelerar o crescimento da Cultura Standard Bank

- Reduzir barreiras entre lideranças e linhas hierárquicas na gestão do Banco, promovendo acções de contacto entre ambas, onde possam servir de inspiração para todos os Colaboradores;
- Definição das prioridades a nível de competências para desenvolver as nossas Pessoas;
- Reforçar a importância e alinhamento da cultura corporativa, assim como das suas lideranças, mantendo o Cliente no centro da Cultura do Banco;
- Implementação do Programa de Graduados, projecto que se subdividiu no Programa da Digitalização e Programa de Gestão e Negócio, com a integração de 12 recém graduados;
- Desenho do Programa Liderança no Feminino, que irá contribuir para um ambiente de trabalho mais igualitário e preparado para o futuro;
- Implementação de Seminários trimestrais de Pessoas para Pessoas, criando uma maior proximidade com a Direcção do Pessoas e Cultura e trazendo temas transversais e de interesse para todos;
- Continuidade do programa *Pakhama Coaching* com o objectivo de fortalecer os futuros líderes do Banco.

Considerar o Poder dos Dados para tomada de decisões

- Adopção de ferramentas de trabalho viradas para *Cloud*, permitiu ao SBA adaptar-se ao contexto de pandemia com facilidade e rapidez, promovendo uma cultura mais ágil e mais digital;
- Adopção da ferramenta "*Visier - Meaningful Workforce Insights*";
- Foco no desenvolvimento de competências designadas "*Future Skills*";
- Incentivar o uso de ferramentas mais digitais e tecnologicamente mais avançadas, com foco no desenvolvimento de plataformas de aprendizagem *online*;
- Implementação de *Masterclasses* sob temáticas de *Salesforce / Trailhead*.

Apoiar os Colaboradores do Banco na construção de longas e relevantes carreiras alinhadas com as suas aspirações futuras

- Capacitar os Colaboradores com as ferramentas do futuro, melhorando as suas competências tanto na utilização de ferramentas mais digitais, como as competências humanas;
- Melhorar os programas de Indução e *Onboarding*, proporcionando oportunidades de crescimento e desenvolvimento para os actuais e novos Colaboradores;
- Continuidade do *Accelerate Program - Phase IV*, garantindo melhor desenvolvimento das pessoas do Banco nas áreas comerciais;
- Reforço da familiarização dos Colaboradores à utilização da plataforma "*Degreed*" – que integra diferentes soluções de formação e desenvolvimento.

Orientar os Colaboradores do Banco para o melhor desempenho e para o Reconhecimento dos seus Sucessos

- Encorajar uma cultura de elevado desempenho, reconhecendo os sucessos e vitórias dos Colaboradores do SBA;
- Desenvolver modelos de compensação, associados à performance dos Colaboradores, de forma a incentivar e reconhecer a melhoria de desempenho, com a implementação da ferramenta *My Performance*;
- Melhorar a qualidade de vida dos Colaboradores do Banco, implementando uma política de Bem-Estar e um extenso programa de *Well being*.


Standard Bank
Mudamos Juntos

Formação e Desenvolvimento

O sucesso do SBA depende da qualidade dos seus Colaboradores, especialmente dos que se encontram em posições-chave. **Como tal, o SBA teve um foco no investimento na formação e desenvolvimento dos quadros para o ano de 2021, com o seguinte enquadramento:**

Propagação da cultura organizacional com o objectivo de uniformizar comportamentos ajustados à cultura do Banco, e ainda promover a excelência pessoal e interpessoal dos Colaboradores no desempenho das suas funções;

Formação de líderes com competências de gestão de equipas e de negócio, motivando-as a atingir os objectivos propostos e ainda uniformizar boas práticas de gestão e de negócio transparentes, mobilizadoras e rigorosas;

Promoção de uma visão holística das tendências do futuro das organizações, e da preparação das pessoas do Banco para essa transformação, e ainda, a capacitação em competências tecnológicas / inovadoras / digitais para o *roadmap* tecnológico do Grupo.

Sempre com visão para o que o Futuro nos espera, o Banco está centrado em preparar as suas pessoas para expadir as suas competências, impulsionar a gestão dos talentos e promover o sentido de pertença ao Grupo. No decorrer do ano 2021 o SBA gostaría de destacar:

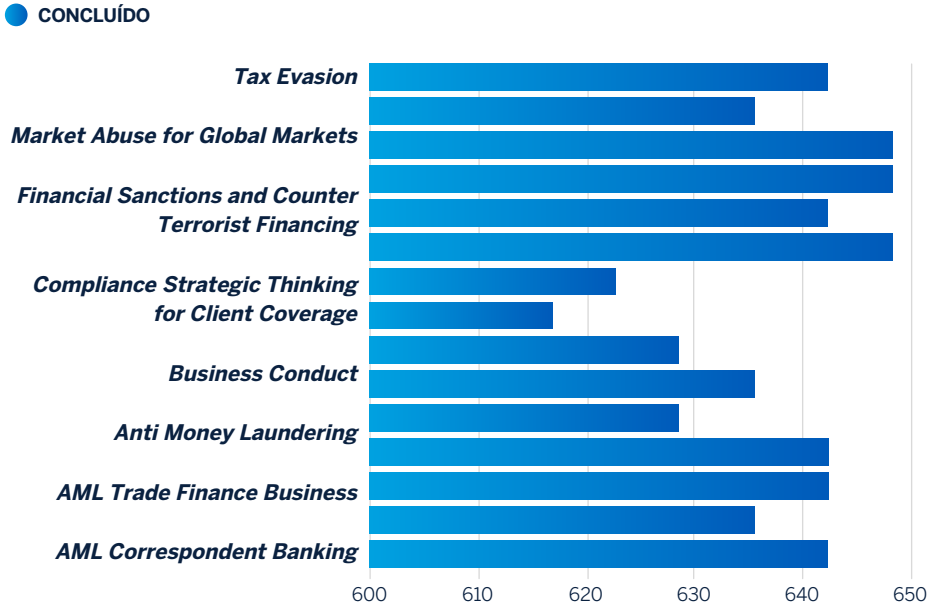
TOP 10 FORMAÇÕES MAIS REALIZADAS

A procura pela aprendizagem e a consciencialização pelo crescimento continuo, leva-nos a observar que tanto *soft skills* como *hard skills* são importantes na organização.



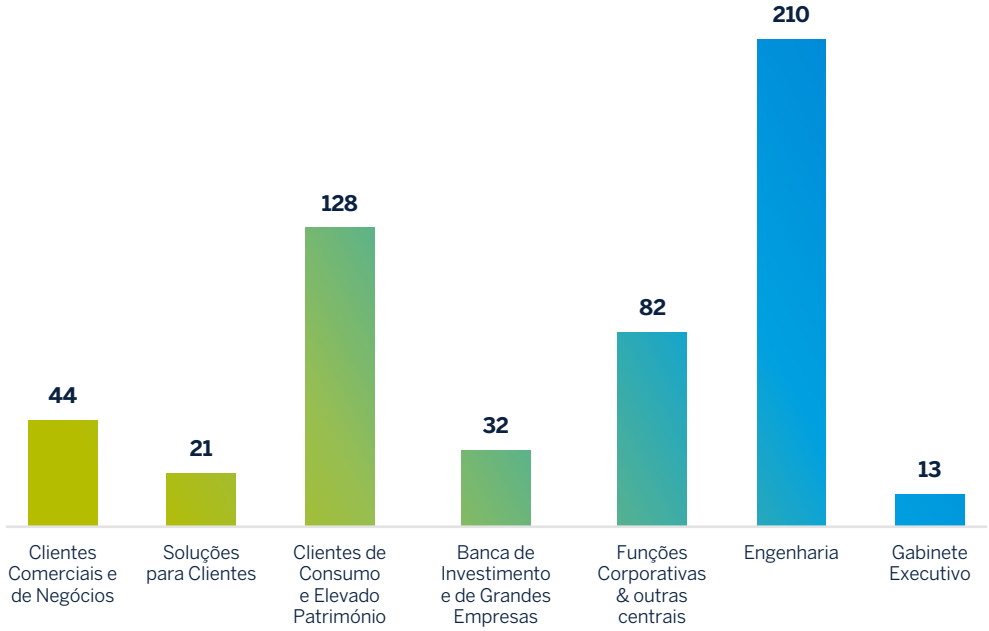
TOP 10 FORMAÇÕES *COMPLIANCE*

Foco na importância de formar todos os Colaboradores em temas de *Compliance,* sempre com as mais recentes actualizações ao nível Nacional e Internacional



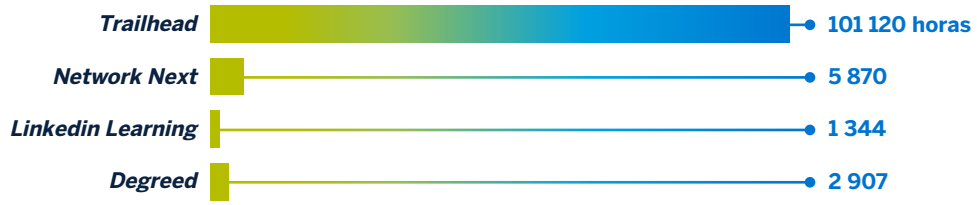
FORMAÇÃO FOCO NO CLIENTE (nº de participantes)

Participação de 82% do banco (2% acima do objectivo). Reforçando a importância do Cliente, foi criada uma formação especifica de foco no Cliente, com a duração de 21 horas, transversal para toda a organização.



PLATAFORMAS DE FORMAÇÃO MAIS USADAS

O Standard Bank Angola disponibiliza a todos os seus Colaboradores plataformas digitais de formação permitindo o acesso à aprendizagem e ao conhecimento.



RESUMO DO ANO

0
Acções de formação em sala

124 700
Acções de formação *online*

113 063
Horas de formação em sala

173
Média de horas de formação por Colaborador

652
Colaboradores formados

Investimento em formação

130 340 772 Kz



Estratégia de Bem-Estar

De modo a que o Banco alcance o seu *People Promise* e seja o melhor lugar para trabalhar em Angola, a sua estratégia está assente em 4 pilares de Bem-Estar: emocional e mental, social, financeiro e físico.

Após a definição da estratégia para 2021, o foco do SBA durante o ano teve como objectivo dar suporte aos Colaboradores através de **programas e iniciativas que visaram o desenvolvimento e manutenção de hábitos saudáveis, pelo que seguintes áreas foram priorizadas:**



Abordagem holística com foco no bem-estar emocional, mental, social, financeiro e físico.



Sessões para reforço de assuntos relacionados com a Saúde Mental. No decorrer do ano foram realizadas sessões com intuito de criar maior envolvimento, conexão e, "desmistificação" de questões do foro psicológico e de modo a incentivar a participação no Programa de Apoio ao Colaborador;



Workshops/Webinars sobre diversos temas relacionados com Bem-Estar, nomeadamente: Gestão de *Stress*, Relações Interpessoais e Qualidade de Vida no Trabalho, Gestão de Tempo, Síndrome de *Burn out*, entre outros);



De modo a que o Banco incentivasse estilos de vida mais activos e saudáveis, foram disponibilizadas uma série de Aulas de Ginástica *Online*, nomeadamente *Yoga*, *Pilates*, *Tai Chi*, *Boxercise*, *Mindifulness*, entre outras;



Sendo a ginástica laboral uma das grandes aliadas no combate à má postura corporal e à fadiga originada por esforços excessivos ou repetitivos no ambiente de trabalho, foram disponibilizados, nas TVs Corporativas do Banco uma série de vídeos, de modo a incentivar os Colaboradores a efectuarem pausas e alongamentos.

Aconselhamento e Suporte são cada vez mais importantes para que os Colaboradores do Banco tenham o devido suporte emocional tanto no local de trabalho como em casa, para que consigam ser resilientes e possam desempenhar as actividades diárias de forma eficaz.

Para que isto seja possível, o SBA continua a garantir acesso confidencial, através do **Programa de Apoio ao Colaborador, a uma equipa de Psicólogos** para dar suporte a situações imprevistas ou em situações em que os Colaboradores se sintam sobrecarregados.

Educação e intervenções proactivas de bem-estar destinadas ao reforço de comportamentos saudáveis.

Capacitação da Liderança: O objectivo destas sessões é capacitar os responsáveis de equipa na identificação e apoio das suas equipas em problemas relacionados com o Bem-Estar

Construção de confiança dentro das equipas para que os Colaboradores se sintam conectados, respeitados e apoiados no trabalho.

Sessões sobre Gestão de Ausências por motivo de Doença. Estas sessões visam capacitar os responsáveis de áreas para uma gestão eficaz de ausências e apoio das suas equipas.

Prioridades para o Ano de 2022

Alinhados à estratégia do Banco, a Direcção de Pessoas e Cultura está orientada para o desenvolvimento e implementação de iniciativas direccionadas para o Bem-Estar, Capacitação e adaptação aos três pilares estratégicos do Banco: Foco no Cliente, Pessoas e Cultura e Digitalização e Inovação.

COVID-19: PROTEGEMOS OS COLABORADORES DO BANCO

A segurança dos Colaboradores é a maior prioridade do Banco e, portanto, o Banco tem envidado todos os esforços no sentido de garantir o cumprimento das regras de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

Sendo assim, e de forma a reduzir o risco de contágio entre os Colaboradores, o Banco adoptou as seguintes medidas:

- Redução da força de trabalho presencial;
- Criação de condições para a prestação de trabalho remoto por parte dos Colaboradores;
- Instrução de registo diário de autoavaliação por parte de todos os Colaboradores que tenham de prestar trabalho presencial;
- Testagem aleatória para despistagem à Covid-19, aos contactos directos de Colaboradores positivos e respectivo agregado;
- Descontaminação quinzenal de todas as Instalações;
- Implementação de horários rotativos para diminuir a cadeia de contágio;
- Criação de uma aplicação que permite de uma forma eficaz, reportar o local de prestação de trabalho;
- Distribuição de material de biossegurança para todos os Colaboradores (máscaras, gel desinfectante, luvas,...);
- Medição da temperatura corporal de todos os Colaboradores que prestam trabalho presencial;

Disponibilização de formação sobre a propagação da Covid-19 e respectivas medidas de segurança;

Garantir o uso obrigatório de máscaras em todas as Instalações;

Garantir que o cumprimento do distanciamento social entre cada posto de trabalho está a ser respeitado;

Disponibilização de comunicados regulares sobre a actual situação do país e sobre medidas a serem implementadas;

Suporte no registo para o programa de vacinação Covid ao abrigo do protocolo MINSA SBA;

Realização de *workshops* sobre a Covid-19 e impacto na sociedade angolana;

Realização de *workshops* para incentivo à adesão ao plano de vacinação Nacional contra a Covid-19.



Eva Santos
Directora de Pessoas e Cultura

Pessoas e Cultura em 2021

TOTAL DE COLABORADORES

652
Em 2021

635
Em 2020

618
Em 2019

42%
Mulheres
(2020: 41%)

58%
Homens
(2020: 59%)

COMITÉ DE GESTÃO

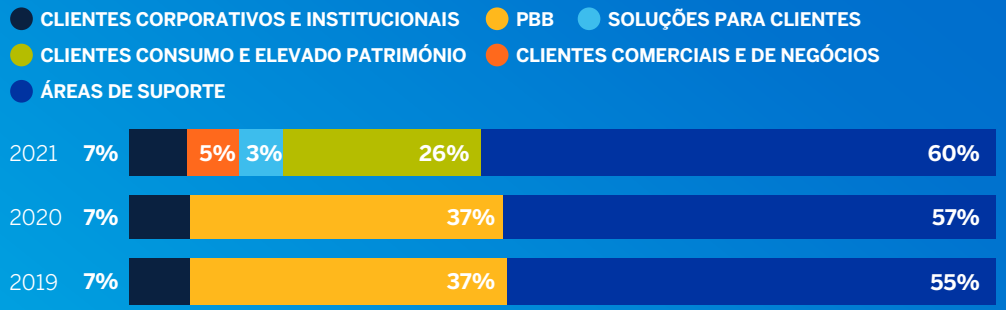
50% Homens **50%** Mulheres



Durante o ano de 2021 foram admitidos 49 Colaboradores para as para todas as áreas do Banco.

A nível de membros EXCO, no âmbito da iniciativa para equidade do gênero, no final de 2021 o Banco conta com uma representatividade de 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino.

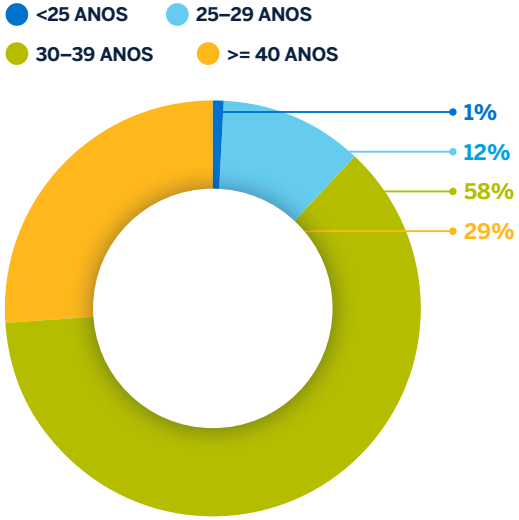
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES, POR UNIDADE DE NEGÓCIO



No âmbito do processo de reestruturação a área de Negócio PBB é subdividida nas áreas independentes de Pequenas e Médias Empresas (*Business and Commercial Clients* ou BCC) e Particulares (*Consumer High Net Wort*h ou CHNW).

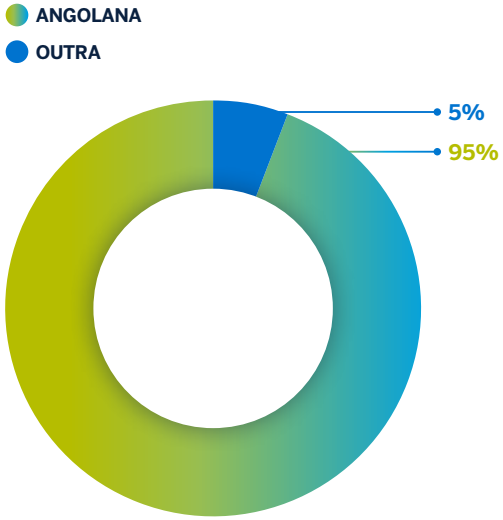

Standard Bank

FAIXA ETÁRIA



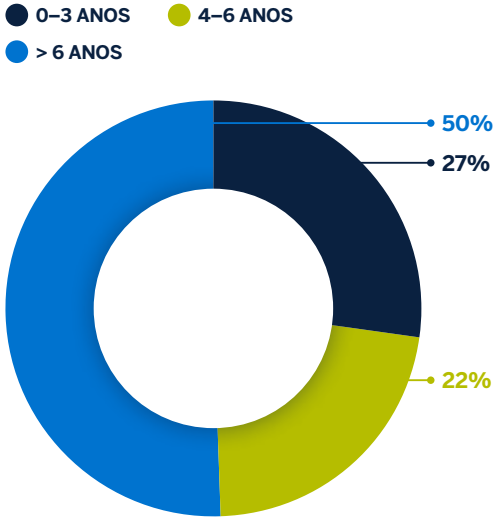
Das admissões realizadas ao longo do ano, as faixas etárias de 25 aos 39 anos foram as predominantes.

NACIONALIDADE

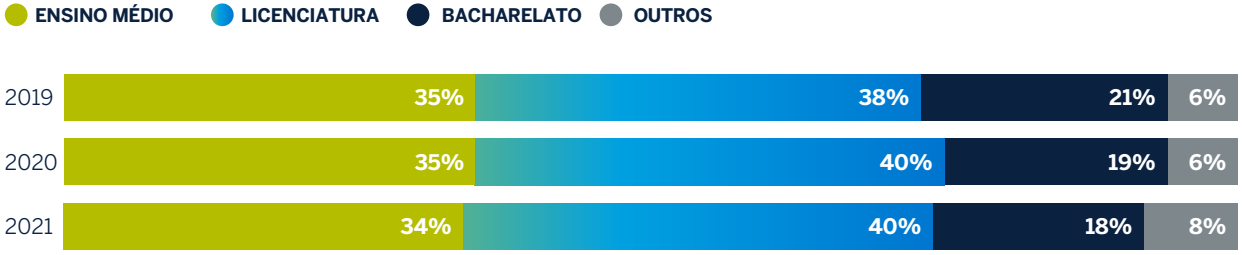


Das admissões realizadas durante o ano 2021, 88% apresentam nacionalidade Angolana e 12% outras nacionalidades.

ANTIGUIDADE



NÍVEL DE ENSINO DOS COLABORADORES



O que foi feito para os Colaboradores SBA

Campanhas para Colaboradores



Campanha Contas simplificadas: Processo de abertura de conta para pessoas e pequenos Clientes empresariais com e sem POS com o objectivo de atingir o segmento de massas e tornar o SBA numa marca mais acessível em Angola.



Campanha interna de alerta para submissão de declarações de rendimentos extra com carácter informativo e educativo com o objectivo de explicar a importância da participação de todos.

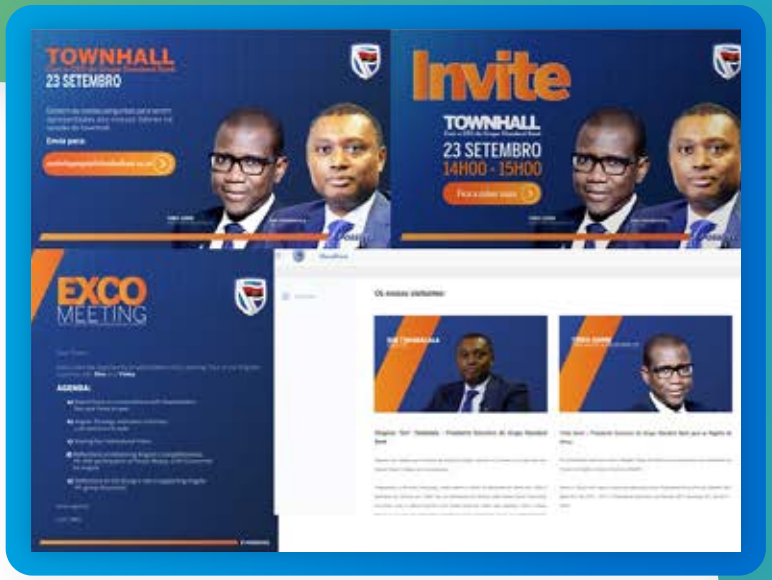


Para atingir os objectivos e ouvir a opinião de todos, o Banco actualizou a campanha **"És um fã" com *teasers* motivacionais.**



***Coupa Expenses* é uma aplicação** para *Apple* e *Android* que pretende facilitar a solicitação de despesas. *Teasers* explicativos foram feitos para a aplicação conhecida.

Eventos para Colaboradores



Visita virtual do Sr. Sim Tshabalala e Sr. Yinka Sanni. Foi um momento histórico, pois foi a primeira vez que o Banco teve o privilégio de receber a visita dos principais representantes do Grupo Standard Bank.



O SBA celebrou o seu 11º aniversário de forma inovadora. Com as restrições impostas pela pandemia da Covid-19 o Banco teve um evento misto (*in loco* e remoto através da estação de televisão ZAP VIVA).



Foi possível o Banco estar no mesmo ritmo da batida da Jerusalema. Uma batida contagiante e única que motivou a equipa do SBA a manter-se positiva e acreditar que é possível.



A reunião de fim de ano do Banco teve como objectivo comemorar as conquistas de 2021, agradecer e motivar os Colaboradores pela dedicação e perseverança em 2021.



Foram realizadas *masterclasses* com o objectivo de actualizar os Colaboradores sobre temas como: literacia financeira, cultura ágil, força de vendas e saúde e bem-estar.



Foram realizadas três sessões com temas que incidiram em Pessoas e Cultura. **Estas sessões tiveram como objectivo ouvir a voz dos Colaboradores.**



***Webinar* Covid-19** com profissionais de saúde relevantes para discutir o impacto da pandemia em Angola. Foco no plano nacional de vacinação.



4.3 Risco e Conduta

Enquanto Instituição Financeira de referência, em termos nacionais e internacionais, o Banco segue as melhores práticas do sector e todas as operações são orientadas pela solidez e confiança.

O sistema de controlo interno

Mais que um Banco, uma Relação de Confiança.

A solidez e sustentabilidade do SBA são garantidas pelo alinhamento das melhores práticas nacionais e internacionais em matéria de controlo interno, que sinergicamente agregam um leque alargado de políticas, procedimentos e processos de controlo. A transparência no modo de actuação do Banco reflecte-se no sentimento de confiança dos seus Clientes.

Visão Geral

O sistema de controlo interno do SBA continua forte, porque o Banco tem vindo a ser alvo de um investimento contínuo no sentido de desenvolver um Sistema de Controlo Interno robusto e eficiente que lhe permita assegurar a execução das suas operações e acrescentar efectivamente valor para os Clientes. Através do aumento da eficácia dos processos e procedimentos de controlo, o Banco tem reforçado a sua solidez financeira, aperfeiçoado o seu Sistema de Controlo Interno e oferecerecendo um melhor serviço ao Cliente. Isto envolveu a adopção da *IA/Machine Learning and Robotics* para apoiar a transformação do Banco.

O Banco tem feito um investimento significativo na digitalização e automatização dos seus processos, no sentido de promover uma maior eficiência operacional.

A título de exemplo, no âmbito do processo de auditoria interna, estão a ser feitos investimentos na formação de todos os Colaboradores da área de auditoria em matérias sobre análise de dados e realização de auditorias atráves de processos automatizados e sistemas avançados de análise de dados. A génese desta evolução está na base de um dos pilares estratégicos do Banco, a "Digitalização e Inovação".

Tendo por objectivo gerir e mitigar potenciais riscos que possam surgir no decorrer da sua actividade, o Sistema de Controlo Interno do Banco encontra-se em conformidade com os princípios estabelecidos no Aviso n.º 2/13 do BNA (revogado pelo Aviso n.º10/2021 mas que se manterá em vigor até 31 de Dezembro de 2021), bem como alinhado com as melhores práticas internacionais de Sistemas de Controlo Interno e Governação Corporativa.

O Sistema de Controlo Interno do SBA é composto pelas funções que se organizam em 3 linhas de defesa:

i) Unidade de Negócios e Gestão de Entidades Jurídicas; conceber e implementar um programa eficaz de gestão de risco em todo o Banco;

ii) Risco, funções de Gestão de Conformidade e Conselho de Administrção; Acompanhar as áreas de negócio e implementar mecanismos de gestão de risco que garantam a execução da actividade do Banco em linha com o apetite ao risco estabelecido pela administração, controlando a cada momento que o Banco não apresenta exposições excessivas a determinados riscos da sua actividade;

iii) Auditoria Interna. Fornecer garantias sobre a adequação e eficácia do ambiente de controlo e do programa de gestão de riscos e garantir a definição de planos de mitigação/remediação pelas áreas auditadas, permitindo a redução do risco na instituição para níveis aceitaveis de acordo com o respectivo apetite ao risco.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

A monitorização e avaliação contínua dos riscos e do ambiente do controlo interno das actividades assegura que o Sistema de Controlo Interno do SBA esteja devidamente alinhado com as melhores práticas internacionais.



No exercicio de 2021, o SBA deu continuidade à implementação e melhoria dos seus processos e políticas, no âmbito do seu Sistema de Controlo Interno, de modo a acompanhar o crescimento da actividade e assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos e operacionais, salvaguardando a segurança das suas operações.

PROCESSOS E POLÍTICAS

Os processos e políticas implementados complementam as estratégias e Sistemas de Controlo Interno do SBA que, em conjunto:

Garantem o cumprimento das normas e regulamentos;

Protegem os activos do Banco;

Protegem os Clientes;

Previnem e detectam fraudes e erros;

Criam um sistema de reporte cada vez mais robusto e transparente;

Asseguram o registo contabilístico de todas as transacções, o que permite a preparação de demonstrações financeiras fidedignas.

LINHA DE DEFESA	FUNÇÕES DE CONTROLO
1 TODOS OS COLABORADORES, DIRECÇÕES E ÓRGÃOS DE ESTRUTURA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Reporte Trimestral
2 *COMPLIANCE* E GESTÃO DE RISCO	COMITÉ DE AUDITORIA Reporte Trimestral
3 AUDITORIA INTERNA	COMITÉ DE RISCO Reporte Trimestral
	COMISSÃO EXECUTIVA Reporte Mensal

As funções e respectivos reportes asseguram o desenvolvimento e a melhoria contínua das actividades no âmbito do Sistema de Controlo Interno, aumentando a eficácia do Banco na minimização de potenciais perdas decorrentes da existência de riscos.

Suportado por uma estrutura e cultura de controlo interno claras, o Sistema de Controlo Interno do SBA coloca em prática as actividades de gestão de riscos, de monitorização, comunicação e reporte, assegurando deste modo a sustentabilidade da sua actividade, tendo por base uma melhoria permanente e contínua da sua prática.

Função de Auditoria Interna

A missão da função de Auditoria Interna consiste em fornecer uma garantia independente e objectiva sobre a adequação da governação e eficácia dos controlos implementados para a gestão e mitigação dos riscos associados à actividade do Banco, bem como emitir recomendações com vista à introdução de melhorias e ganhos de eficiência nos processos e procedimentos em vigor

A independência da função é garantida através do reporte directo ao Comité de Auditoria do Banco, que é dirigido por um Administrador Não Executivo (Presidente do Comité de Auditoria), complementado pelo reporte aos membros do Conselho de Administração, apenas para assuntos de natureza administrativa da área. Adicionalmente, a função de Auditoria Interna reporta igualmente à Auditoria Interna do Grupo Standard Bank, o qual tem a sede em Joanesburgo, África do Sul, para questões de natureza técnica e administrativa.

OBJECTIVO DA AUDITORIA INTERNA

Avaliar os processos de governação do Banco, incluindo os princípios de ética e conduta em vigor, com vista à salvaguarda de activos, protecção da reputação do Banco e sustentabilidade do negócio e da organização

Responsabilidades da Função da Auditoria Interna

- Executar uma avaliação objectiva da efectividade da gestão do risco, do Sistema de Controlo Interno e da função de *Compliance*.
- Verificar a existência de oportunidades de melhoria nos processos de governação e de gestão do risco.
- Analisar e avaliar de forma contínua os processos das áreas de negócio e seus procedimentos de controlo.

PLANOS DE ACÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

01 Foco nos principais riscos resultantes da avaliação anual de risco no País, alinhado com o risco do Grupo Standard Bank;

02 Com base na avaliação consolidada de cada risco, as áreas e processos que comportam riscos elevados são seleccionados para inclusão no plano de auditoria semestral/anual, assegurando que todos os processos críticos e/ ou aqueles identificados como de elevado risco são avaliados com uma periodicidade mínima a cada 3 anos;

03 Garantia de que o plano de auditoria do Banco está coordenado com o plano semestral/anual de auditoria do Grupo Standard Bank e com a estratégia de negócio, contribuindo para o esforço de cumprimento das metas estratégicas e garantindo que todos os procedimentos de Governação, Gestão de Risco e Controlo Interno associados são efectivos;

04 Garantir que o plano semestral/ anual de auditoria segue um processo dinâmico e flexível de forma a endereçar novos negócios, processos e riscos emergentes, incluindo pedidos expressos decorrentes de preocupações específicas ou apreciação relativamente à robustez e adequação de processos ou procedimentos;

05 Com o intuito de controlar o seu grau de implementação, apurar desvios e definir medidas correctivas quando necessário, a equipa de Auditoria Interna efectua o acompanhamento regular das acções acordadas para resolução das situações identificadas no decorrer das várias acções de auditoria;





06 Face ao ano de 2020, registou-se alterações na proporção de auditorias insatisfatórias, uma vez que no ano anterior 29% das auditorias tiveram classificação insatisfatória e o número de auditorias insatisfatórias aumentou para 44% em 2021. Acresce referir em termos de cultura de risco, registou-se um decréscimo de auditorias com classificação de cultura de risco proactiva, tendo-se verificado que 56% dos relatórios emitidos em 2021 tiveram cultura de risco proactiva contra 86% registados no ano de 2020;

07 De realçar que até 05 de Dezembro de 2021, o Banco encerrou 103 acções de melhoria a processos acordadas, contra 131 acções que foram encerradas em 2020. As sessões de cultura de risco (*Combined Assurance*) contribuíram para que encerrasse as acções acima referidas.

ACTIVIDADES DE COORDENAÇÃO DAS ÁREAS DE CONTROLO INTERNO (*COMBINED ASSURANCE*)

O *Combined Assurance* é um fórum mensal em que participam as áreas de controlo que tem como objectivo alavancar todas as linhas de defesa do Banco, de modo a evitar sobreposições, lacunas, garantindo uma linha de defesa eficiente de ponta a ponta, assegurando uma visão holística e uma abordagem coordenada na gestão dos principais riscos do Banco. O mandato do *Combined Assurance* foi revisto em Outubro de 2021. Os principais temas discutidos nas reuniões são os seguintes:

- Análise do ambiente do controlo interno do Banco;
- Mapeamento e avaliação dos principais riscos do Banco;
- Partilha de planos de actividades anuais;
- *Findings* em aberto da auditoria interna e externa;
- Controlo e gestão de incidentes pendentes;
- Revisão de questões-chave de Auditoria / Controlo / Monitorização de Riscos;
- Relatório de tendência de fraudes;
- Partilha de melhores práticas (melhores formas de trabalhar);
- Análise de pedidos de extensão de *issues* levantados pelas áreas de risco, *monitoring* e *Compliance*.

As reuniões do *Combined Assurance* têm sido realizadas mensalmente com a participação e envolvimento de todas as áreas de controlo do Banco (Auditoria Interna, *Compliance*, Risco, Controlo Interno, Controlo Cambial, Tecnologia de Informação e Segurança Cibernética e Auditores Externos).

Como resultado da implementação das sessões de *Combine Assurance* foram obtidos os seguintes resultados em 2021:

- Elaboração e partilha em Comissão Executiva e Comité de Auditoria do plano consolidado, de modo a identificar os riscos e a áreas a serem cobertas em 2021;
- Consolidação dos resultados de todas as áreas de controlo de risco (*Dashboard*), eliminando a duplicação de acções;
- Realização de sessões de sensibilização da cultura de risco para várias unidades de negócio. Tendo sido efectivamente realizadas 10 sessões de cultura de risco para as áreas de Abertura Manutenção, CVU, Cartões, IT infraestrutura, Clientes consumo e elevado património, Recuperação de Crédito, Controlo Interno, Licenciamento e segurança de IT.

DIGITALIZAÇÃO - ABORDAGEM DE AUTOMAÇÃO E ROBÓTICA

De acordo com a estratégia de digitalização do Standard Bank, a Auditoria Interna do Grupo (GIA) embarcou na jornada para digitalizar a abordagem de auditoria para melhorar a eficiência e eficácia de emissão de opiniões e da gestão do risco do Banco, e em conjunto com os Serviços de Dados do Grupo, desenvolveu um motor robótico único. Espera-se que o motor robótico ultrapasse os limites da auditoria tradicional e seja uma mais valia.

Acresce referir que, o motor robótico foi implementado com sucesso pelo GIA para automatizar auditorias e monitorização de relatórios e esta tecnologia e abordagem de auditoria automatizada será adoptada para revisões de auditoria.

Os benefícios do processo de digitalização são:

01 O motor robótico permite a passagem da auditoria convencional para auditorias robóticas e orientadas por dados;

02 A equipa da TI reforça a integridade do processo de auditoria através de testes 100% populacionais e gera novos *insights* através da análise de dados, sempre que aplicável;

03 A abordagem robótica assegura uma auditoria contínua, uma vez que os relatórios do motor robótico são disponibilizados aos vários intervenientes nas três linhas de defesa;

04 O perfil de risco bancário é controlado de forma proactiva e contínua com objectivo da detecção precoce de riscos e atempada tomada de decisões devido a auditorias e relatórios contínuos;

05 A auditoria robótica resulta numa redução de custos e tempo, uma vez que há uma redução significativa nas viagens e tempos para a realização de cada uma das auditorias;

06 Facilita a requalificação do pessoal em tecnologias novas e emergentes;

07 Melhoria da colaboração entre as 3 linhas de defesa através da garantia digital integrada que leva à eficiência gestão do risco empresarial

08 Auditorias baseadas na população auditada e não em amostras. Contudo, é importante salientar que este benefício representa um desafio para as unidades de negócio na medida em que estas têm de garantir a digitalização dos seus processos.

O processo de digitalização e automação, apesar de ser benéfico para o Banco, também trouxe desafios à área de auditoria tais como:

- Necessidade de reforço da equipa com elementos com conhecimentos em tecnologias de informação;
- Necessidade de elaboração de um plano de formação dos Colaboradores que esteja alinhado ao projecto de digitalização do Banco.

Desafios para 2022:

- Implementação da estratégia de digitalização dos processos de auditoria;
- Capacitação da equipa em conhecimentos alinhados com a transformação digital em curso no Banco.

ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO

56% **das auditorias realizadas no ano de 2021 foram satisfatórias, contra 71% de auditorias satisfatórias realizadas no ano anterior.**

9 **Auditorias realizadas em 2021, exactamente o mesmo número de auditorias efectuadas em 2020.**

13 **Auditorias a realizar no próximo ano. O plano prioriza 5 auditorias e para as restantes será efectuada uma avaliação trimestral do risco no sentido de aferir se o risco se mantem relevante para ser auditado.**

103 **Acções de melhorias a processos implementadas.**

10 **Sessões de Cultura de Risco realizadas até 31 de Dezembro 2021.**



Yandi Carlos
Director de Risco

Função de Gestão de Risco

A função de Gestão de Risco, enquanto linha secundária de defesa, tem como objectivo garantir uma gestão transversal e integrada dos vários riscos que existem no Banco. O principal propósito do SBA é minimizar o impacto dos vários eventos, quer de natureza interna, quer externa. O SBA monitoriza os riscos correntes da sua actividade e também outros que possam surgir. A função de Gestão de Risco é ainda responsável pela definição do apetite pelo risco, assim como garantir que o *framework* de gestão, as suas políticas e procedimentos estão a ser cumpridos.

De acordo com a sua estrutura actual, a Direcção de Risco tem sob sua alçada directa os Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional (incluindo Gestão de Continuidade de Negócios; Risco de Informação; Gestão de Coberturas – Garantias e Seguros; não está sob alçada do *Compliance,* qual engloba o Risco de Fraude). O Risco de Conduta tem vindo a ganhar importância e o Banco encontra-se a implementar processos e procedimentos para gerir este tipo de risco, de forma mais eficiente. A função de Gestão de Riscos é apoiada por um conjunto de Comités, os quais supervisionam os riscos a que o Banco se encontra exposto, nomeadamente, o Comité de Activos e Passivos, Comité de Gestão de Risco de Crédito e o Comité de Gestão de Risco.

Ainda assim, a Direcção de Risco tem autoridade para intervir em operações, projectos ou decisões, em que exista potencial risco financeiro ou outro. Desta forma, a função de Gestão de Risco é um membro activo e obrigatório nos Comités que reportam à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração.

Responsabilidades

A função de Gestão de Risco define a estrutura de gestão de risco do Banco, bem como as políticas subjacentes, aprovando os riscos assumidos e proporcionando uma visão objectiva e completa da eficácia da gestão de risco à primeira linha de defesa. As principais responsabilidades da função são:

01 Elaborar/ recolher modelos, metodologias, dados e informação, interna e externa a servir de suporte à tomada de decisão e avaliação de risco;

02 Aconselhar as unidades de negócio e o Conselho de Administração em relação a políticas e práticas de gestão de risco a adoptar;

03 Definir indicadores chave e limites prudenciais para cada tipo de risco;

04 Realizar medições periódicas dos diversos riscos do Banco, tanto numa perspectiva quantitativa como qualitativa;

05 Realizar testes de *stress* de forma a determinar a resiliência do Banco;

06 Identificar debilidades no modelo de gestão de risco e formular e implementar as respectivas medidas correctivas;

07 Documentar os processos associados à sua intervenção;

08 Monitorizar o cumprimento dos limites definidos para os diversos riscos, bem como a efectivação do modelo de gestão de risco;

09 Comunicar transversalmente o perfil de risco assumido, incluindo os riscos mais emergentes e respectivas acções de mitigação;

10 Elaborar documentos periódicos referentes ao perfil de risco e ao modelo de gestão de risco.

Risco de *Compliance*

Este risco compreende o risco de ocorrência de sanções legais ou regulamentares que pode resultar em perdas financeiras materiais ou na perda da reputação do Banco devido à incapacidade de cumprir leis, regulamentos, regras e normas de conduta aplicáveis à sua actividade.

A abordagem proactiva do Banco na gestão do risco de *Compliance* está alinhada com os padrões do Grupo Standard Bank, que se baseiam em princípios e requisitos regulatórios internacionais.

O objectivo da função de *Compliance* é alcançado através da adopção da abordagem baseada no risco que permite ao Banco identificar, gerir e mitigar eficazmente o risco de *Compliance*. Paralelamente aos procedimentos internos adoptados pelo SBA, a comunicação regular e transparente, assente na confiança mútua com os órgãos reguladores, é uma mais-valia na gestão deste risco.

GOVERNAÇÃO

Realizado de forma contínua, este trabalho envolve a validação periódica da aderência aos riscos materiais, legislação aplicável, políticas, normas e padrões. O *scope* de tais actividades de monitorização e teste garante que o Banco responda continuamente com os seus riscos materiais de conformidade. Esta monitorização de rotina inclui os seguintes procedimentos:

- Conclusão da formação de *Compliance* para todos os Colaboradores;
- Declaração de contas de negociação e contas de funcionários para garantir que são evitados os conflitos de interesse;
- Cadastro e processos de "presentes" e "entretenimento";
- Declaração de interesses comerciais externos.

AVALIAÇÃO DE RISCO DE *COMPLIANCE*

A avaliação de risco de *compliance* no SBA, inicia-se com a identificação dos riscos de *compliance*. Neste processo é determinado o âmbito do risco de *compliance* aplicável às respectivas actividades por forma a auxiliar as unidades de negócio a priorizar as estratégias de gestão do risco de forma adequada.

Em seguida, é efectuada a medição do risco de *compliance* através da determinação do impacto, que descreve a gravidade ou significância do requisito de *compliance* e da probalidade de ocorrência, tendo como referência o ambiente de controlo actual do Banco.

Desta forma o processo de avaliação de risco de *compliance*, identifica o risco de *compliance* no Banco e estabelece o que pode levar ao não cumprimento do requisito. Possibilita ainda a indicação da medida em que os requisitos de *compliance* estão a ser geridos no Banco e é uma fonte de referência para os planos e testes de monitorização de *compliance* a serem realizados.

INVESTIGAÇÃO E RISCO DE FRAUDE

Integrada na equipa de *Compliance* desde Setembro de 2020, a Unidade de Investigação e Risco de Fraude (IFR) tem aproveitado esta oportunidade para estabelecer sinergias com as restantes áreas de *Compliance*, apresentar, em 2021, uma uma nova dinâmica no âmbito da gestão de fraude e risco, com principal foco em satisfazer com excelência as necessidades dos *stakeholders* do Banco.

No âmbito do intercâmbio que existe entre as diferentes instituições financeiras, a Unidade de investigação e Risco de Fraude participou na reunião de gestores dos departamentos de auditoria interna de todos os bancos que operam no mercado angolano. Alinhado à estrutura de estratégia de gestão de risco de fraude do Banco, o objectivo do encontro foi analisar a tendência do mercado e partilhar as melhores práticas de prevenção à fraude.

Prevenção e Sensibilização

O ano de 2021 foi importante para consolidar a estratégia de gestão de risco de fraude do SBA. Para além do lançamento, em Agosto, do curso sobre conceitos gerais de Fraude, a partilha via comunicação interna de boas práticas de prevenção de fraude, assim como a consciencialização dos diferentes canais de reporte de fraudes, foi possível para o Banco concluir 3 exercícios de investigação pró-activa onde foram efectuadas análises de tendências e testes de detalhe de forma a prevenir o risco de fraude.

Paralelamente, IFR também estabeleceu um acordo com a equipa de *marketing* para, em conjunto, criarem conscientização sobre conceitos gerais de fraude como protecção de credenciais, uso seguro de cartões de débito e crédito, e a aplicabilidade da política de denúncia.

Foco para 2022

O SBA destaca um conjunto de dimensões que foram endereçadas em 2022 no âmbito da função de risco:

1. Implementação de ferramenta *online* de prevenção de fraudes para monitorizar contas e canais digitais.
2. Implementação de ferramenta de avaliação de risco de fiscal com capacidade em tempo real de revisão da base de Clientes.
3. Implementação de um sistema de classificação automática da informação produzida, de forma a garantir que a informação sensível não seja partilhada com pessoas indevidas ou fora do Banco.
4. Implementação de uma estrutura de risco de conduta e formação de um comité de risco de conduta.
5. Implementação e incorporação de sistema de gestão de risco de terceiros e avaliação de fornecedores para avaliar sua resiliência cibernética por forma a rever e avaliar consistentemente os fornecedores considerados críticos.
6. Implementação de campanhas de *awareness*, formações para Colaboradores assim como a implementação de projectos específicos para proteger os canais do Banco.

Função de *Compliance*

A Função de *Compliance* é independente e autónoma, emite relatórios sobre o estado de Gestão de Riscos de *Compliance* para os vários Comités.

Esta função reporta a quatro níveis, nomeadamente, (i) à Comissão Executiva, através da apresentação de relatórios mensais de actividade; (ii) ao Comité de Gestão de Risco, através da apresentação de relatórios mensais; (iii) ao Conselho de Administração, através da apresentação do relatório trimestral de actividades, destinados aos Comités de Auditoria e Risco, ambos subcomités do Conselho de Administração; e iv) ao *Compliance* do Grupo Standard Bank.

A Função de *Compliance* do SBA é organizada de acordo com as disposições e requisitos legais espelhados nos Avisos n. º1/13, n.º 2/13 (revogados pelo Aviso n.º10/2021 mas que se mantiveram em vigor até 31 de Dezembro de 2021) e Aviso n.º 14/20 do BNA. O SBA opera uma Função de *Compliance* "híbrida", a qual incorpora funções centrais e funções das linhas de negócios. Dentro do seu Mandato foi concedida a autoridade para intervir em qualquer operação/projecto onde exista razão para acreditar que há uma violação de requisitos legais ou regulamentares, ou incumprimento das políticas internas. Para o efeito, a Função de *Compliance* tem acesso ilimitado a todos os Colaboradores do Banco e aos registos razoavelmente necessários para suportarem a sua função.



RESPONSABILIDADES

Estabelecer e manter um registo permanente e actualizado dos normativos internos e externos a que o Banco esteja sujeito, com identificação dos responsáveis pelo seu cumprimento e, de forma oportuna, reportar o não cumprimento das leis e regulamentos ou requisitos de supervisão à Comissão Executiva, Comité de Gestão de Risco, Comité de Auditoria e Conselho de Administração;

Exigir que os requisitos regulatórios relevantes sejam incorporados nos manuais de procedimentos operacionais;

Garantir, na medida do possível, que não existe qualquer conflito de interesse com/entre outras funções de controlo interno;

Ser responsável por estabelecer uma cultura de *compliance* no Banco, a qual contribui para o objectivo geral de gestão prudente de riscos do Banco;

Avaliar os processos de prevenção e detecção de actividades criminosas, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, assim como assegurar as comunicações legalmente devidas neste âmbito com as autoridades competentes, designadamente, Unidade de Informação Financeira ("UIF");

Garantir que é adoptada uma abordagem baseada nos riscos na avaliação do perfil de riscos de *compliance* do Banco;

Garantir que os Colaboradores do Departamento de *Compliance* e do Banco recebem formação contínua, para garantir que possuem conhecimentos técnicos adequados, compreendem e cumprem com o quadro regulamentar aplicável ao Banco, bem como os riscos a que o Banco está exposto face ao que se segue:

- Vigilância no âmbito de Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Arma de Destruição em Massa;
- Conduta de Mercado;
- Gestão de Conflito de Interesses;
- Privacidade de Dados;
- Monitorização de Rotina.

Com o objectivo de corresponder às exigências do BNA e restantes entidades reguladoras, no que diz respeito à implementação de uma cultura de *Compliance*, o SBA continua a apostar numa abordagem de tolerância zero, relativamente à não adesão das formações obrigatórias de *Compliance*, assim como, ao não cumprimento de políticas e procedimentos.

O Banco governa-se por uma cultura de *Compliance* e a sua implementação e gestão são visíveis através de acções de formação/sensibilização e políticas/procedimentos internos.

FUNÇÃO REGULATÓRIA E DE ACONSELHAMENTO

A Função Regulatória e de Aconselhamento (doravante abreviadamente designada por "RAF") tem como principais responsabilidades:

Proceder ao acompanhamento de respostas e processos junto das entidades reguladoras, nomeadamente, Banco Nacional de Angola, Comissão de Mercado de Capitais, Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros, Autoridade Reguladora da Concorrência e Agência de Protecção de Dados;

Garantir a sensibilização, actualização e o desenvolvimento da nova legislação com impacto nas actividades do Banco;

Gerir o universo regulatório (e o respectivo *compliance*) e o plano de gestão de risco de *compliance* das áreas do Banco e verificar a implementação dos controlos e o cumprimento das normas internas e de toda a legislação em vigor, imprescindível e de alto risco;

Garantir o cumprimento das regras sobre (i) privacidade de dados, (ii) conflito de interesses, (iii) interesses comerciais externos, (iv) transacções pessoais, (v) abuso de mercado e todas as políticas inerentes à função de *Compliance* aprovadas e publicadas;

Garantir a protecção da confidencialidade das informações dos Clientes;

Garantir os direitos de defesa do consumidor;

Ministrar formações internas em relação às políticas de *Compliance* consideradas de alto risco;

Prestar aconselhamento regulatório às Unidades de Negócios e áreas de suporte;

Garantir a adequação (customização) das políticas à legislação em vigor;

Proceder à Análise de Impacto de Privacidade e Protecção de Dados.

ALERTA LEGISLATIVO

O alerta legislativo consiste na divulgação interna da publicação de um novo regulamento com relevância para a actividade do Banco. Tem por objectivo dar a conhecer as novas regras decorrentes da entrada em vigor do regulamento, uma vez que permite aos Colaboradores conhecer o respectivo conteúdo e os impactos que pode ter nas suas áreas e passar a criar mecanismos de controlo para garantir o cumprimento das obrigações. Normalmente, contém um resumo das principais disposições do regulamento.

A tabela abaixo fornece informações sobre o número de regulamentos emitidos por Órgãos Reguladores durante o ano de 2021 que têm impacto no Banco:

BNA (Instructivos/ Directrizes/Avisos e Notas Circulares)	**CMC** (Instruções e regulamentos)	**OUTRAS ENTIDADES** (Leis/Regras/Circulares /Notas informativas/Instruções)
46	4	20

A RAF assegurou, durante o ano de 2021, que o desenvolvimento dos produtos das unidades de negócio fosse efectuado de acordo com a legislação em vigor, bem como, apoiou e aconselhou as diversas áreas do Banco nas questões que as mesmas levantaram e quando necessário, incluindo produtos que foram submetidos ao Comité de Novos Produtos (NPC) e outros fóruns relevantes.

A Direcção de *Compliance* procedeu, durante o ano 2021, à revisão e análise de 43 procedimentos e processos internos do Banco que foram submetidos pelo *Business Process and Improvement* (BPI), garantindo que esses procedimentos e processos estão de acordo com a legislação em vigor aplicável aos mesmos, bem como, validou diversos produtos submetidos pelas unidades de negócio e assegurou que as Fichas Técnicas Informativas e seus respectivos termos e condições estivessem em conformidade com o disposto no Aviso 13/16, Aviso 14/16 e Carta Circular nº 001 / DCF / 2020 de acordo com as Directrizes do seminário de licenciamento de produtos e serviços e demais legislação em vigor.

Principais actividades desenvolvidas em matéria de protecção e privacidade de dados

Com o aumento das exigências da Agência de Protecção de Dados (doravante abreviadamente designada por "APD") , em termos de regulamentação e de supervisão, bem como, com o aumento da utilização de soluções e mecanismos digitais, torna-se imperioso assegurar o cumprimento das normas de protecção e privacidade de dados, razão pela qual, durante o ano de 2021, **a RAF orientou e assegurou o cumprimento da legislação em vigor, através de:**

- Avaliação do Impacto da Privacidade de Dados: o Banco efectuou uma análise nas suas áreas de negócio com o objectivo de avaliar o cumprimento dos requisitos de proteccção de dados;
- Aconselhamento e pareceres para outras áreas do Banco: foram emitidos diversos pareceres às solicitações feitas pelas unidades de negócio, bem como, sempre que identificada qualquer questão que exigisse a identificação dos riscos a que o Banco estava exposto em caso de incumprimento dos requisitos emitidos;
- Interacção com a APD: foram submetidos aproximadamente 15 processos para análise, avaliação e aprovação da APD;
- Sensibilização: foram enviadas mensagens *Awareness* ao Banco com a identificação dos requisitos da Lei da Protecção de Dados e requisitos mínimos de protecção de dados, bem como, identificação das regras e cuidados a serem observados durante a prestação de trabalho remoto. Adicionalmente, foi ministrada uma formação especifica e dirigida para os membros do *Data Office* Fórum e membros da Comissão Executiva (EXCO).

Universo Regulatório e Gestão de Risco de *Compliance*

Foram realizados, durante o ano de 2021, diversos *workshops* de aproximadamente 26 diplomas emitidos pelas diversas entidades de supervisão, no sentido de cumprimento do Manual da Metodologia do Universo de Risco de *Compliance*, cujo objectivo é auxiliar a Direcção de *Compliance* e unidades de negócio na gestão do risco regulatório e dos planos de gestão do risco de *Compliance.*

Políticas / Normas

Foram criadas, actualizadas e revistas, aproximadamente 25 Políticas, Procedimentos e Manuais de *Compliance* durante o ano e submetidos à aprovação do Comité de Gestão de Riscos e do Comité de Auditoria do Conselho de Administração, conforme aplicável.

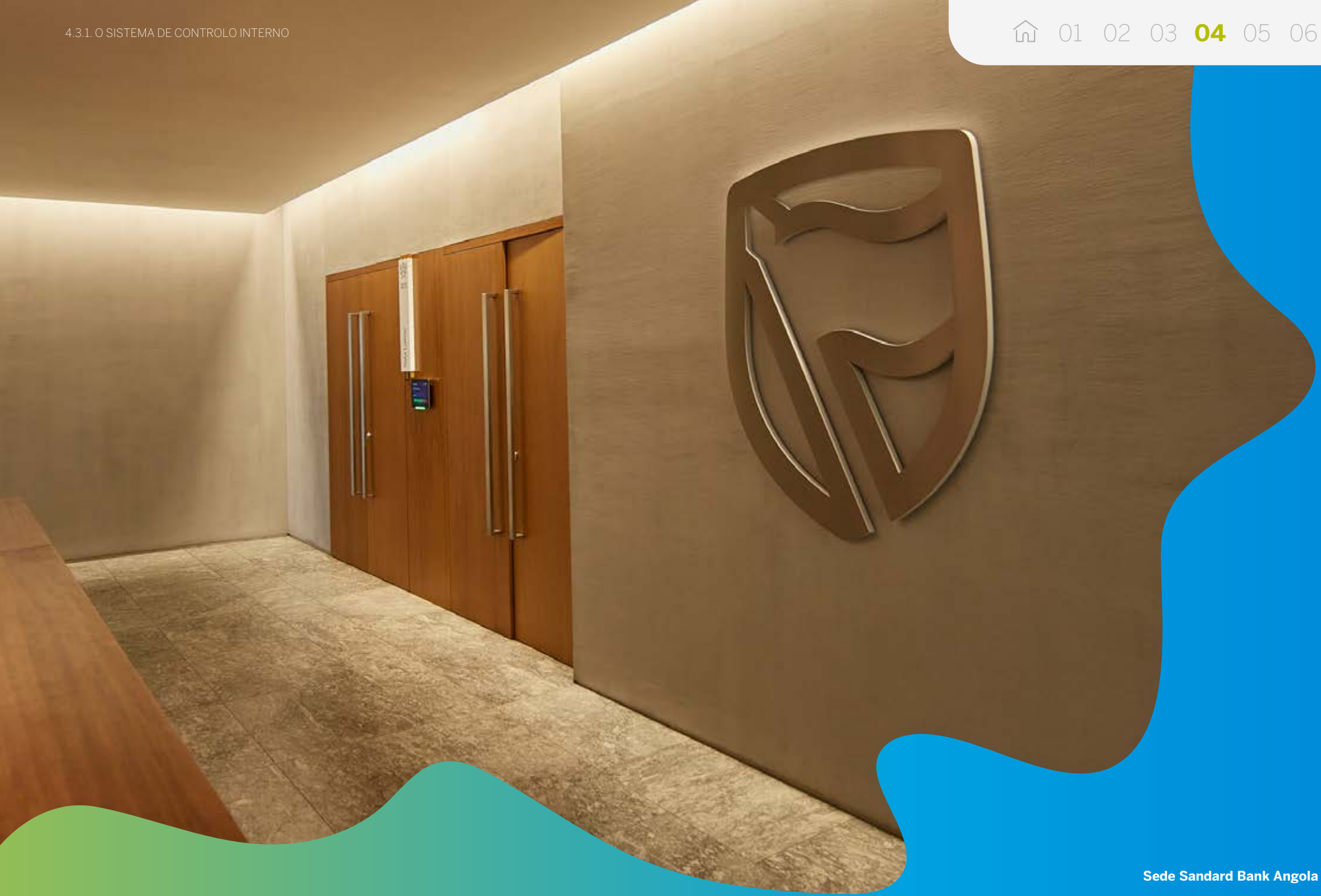
FUNÇÃO DE MONITORIZAÇÃO

O Aviso n.º 2/13 (agora revogado pelo Aviso 10/2021) do BNA sobre o Sistema de Controlo Interno define, entre outras responsabilidades, que compete à função de *Compliance*:

Estabelecer processos de detecção e avaliação do risco decorrente do incumprimento das obrigações legais e deveres da Instituição, bem como corrigir as deficiências detectadas. Neste contexto, a monitorização é um elemento fundamental da gestão do risco de *Compliance*, devendo ser efectuadas revisões periódicas para garantir que o SBA cumpre de forma adequada os requisitos legais e internos.

Assim, a área de Monitorização da Direcção de *Compliance* é responsável por conduzir as actividades de monitorização de acordo com os riscos identificados. **Essas actividades de monitorização incluem 3 tipos de análises:**

- **Revisões de rotina -** É o trabalho realizado de forma contínua e envolve a validação periódica da adesão ao apetite de risco, à legislação, políticas, regras e padrões aplicáveis. O âmbito dessas actividades de monitorização e teste garante que o Banco assegure continuamente os seus riscos materiais de conformidade.
- **Revisões profundas -** Estas revisões planeadas concentram-se em testar a adequação e eficácia dos controlos para garantir a adesão à legislação, regras, políticas e padrões aplicáveis. Os controlos devem ser suficientes para mitigar o risco.
- **Revisões ad hoc -** revisões ad hoc são específicas e podem surgir como resultado de eventos internos (violação material, novas ou acrescidas iniciativas de negócio, perda de pessoal, por exemplo) ou externos (áreas de nova preocupação regulatória, preocupações/foco da gestão, incluindo acções sancionatórias). Essas revisões não são planeadas e precisam de ser consideradas com base na capacidade de resposta e prioridade.



Sede Sandard Bank Angola

REVISÕES PROFUNDAS

Até a data da elaboração do presente relatório, o *Compliance Monitoring* (CM) havia efectuados 4 monitorizações:

Governação Corporativa
Esta revisão teve como objectivo aferir a adequação dos controlos internos para lidar com os requisitos do (agora revogado) Aviso 1/2013, possibilitando uma visão de base sobre o estado dos controlos nesta matéria.

KYC Q1
Esta revisão teve como objectivo analisar a conformidade dos processos de revisão de KYC, através da monitorização da existência de documentos de revisão de KYC no arquivo central de documentos de KYC, o sistema DSX.

Política de Comunicação de Sala de Negociações
Esta revisão teve como objectivo avaliar a adequação e eficácia dos controlos implementados para garantir o cumprimento com a Política de Comunicação da Sala de Negociações.

Protecção de Dados Pessoais
Esta monitorização teve como objectivo aferir o nível de cumprimento dos requisitos regulamentares identificados como nucleares nos planos de gestão de risco de *compliance* da Lei 22/11 (Lei da Protecção de Dados Pessoais) e da Política de Privacidade de Dados.

Para além das revisões indicadas foram ainda emitidos relatórios conjuntos com outras áreas de controlo:

Aviso 13/2018
Monitorização que teve como objectivo principal testar a adequação e eficácia dos controlos declarados nos Planos de Gestão de Risco de *Compliance*, no que diz respeito a prevenção do branqueamento de capitais nas operações de comércio efectuadas pelo Banco. Esta acção foi desenvolvida em conjunto com a Direcção de Controlo Cambial.

KYC
Esta monitorização foi executada em conjunto com a área de Controlo Interno, adstrita à Direcção de Engenharia e esteve focada em verificar o cumprimento dos requisitos internos de KYC por altura da abertura de conta, quer de Clientes particulares como de Clientes empresa.

MONITORIZAÇÃO DE ROTINA

Conclusão da formação por todos os colaboradores

Durante o ano 2021, o *Compliance* foi mantendo o método de "ligação" com as várias áreas do Banco, com emissão de relatórios bimensais para as unidades de negócio e para as áreas com maior número de Colaboradores e, consequentemente, com maior probabilidade de ter alguém com formação pendente ou incompleta. Com efeito, a taxa média geral de conclusão das formações obrigatórias de *Compliance* foi de 97%, 1% acima do do nível mínimo de competência exigido. A tabela abaixo reflecte o estado das formações obrigatórias de *Compliance*, no fim de Novembro de 2021.

TÍTULO DA FORMAÇÃO	COLABORADORES ELIGÍVEIS	COLABORADORES QUE CONCLUÍRAM A FORMAÇÃO	% CONCLUSÃO
PBC Bancos Correspondentes	156	153	98%
PBC Organizações Sem Fins Lucrativos	156	152	97%
PBC *Trade Finance*	156	153	98%
PBC Transferências Bancárias	601	597	99%
Prevenção ao Branqueamento de Capitais	643	623	97%
Sensibilização sobre Anti-Suborno e Corrupção	643	632	98%
Conduta de Negócios	643	625	97%
Conduta com Clientes	643	613	95%
Abordagem Estratégica de *Compliance* para o *Client Coverage*	25	23	92%
Política de Comunicação da Sala de Negociação	9	9	100%
Sanções Financeiras e Combate ao Financiamento do Terrorismo	156	156	100%
Sensibilização sobre o Risco de Fraudes	643	587	91%
Sensibilização sobre Controlo Cambial	243	243	100%
Abuso de Mercado para a Direcção de Mercados Globais	17	17	100%
Conduta Pessoal	643	626	97%
Evasão Fiscal	643	639	99%
		Total	**97%**

Interesses comerciais externos

A Política de Interesses Comerciais Externos estabelece que todos os Colaboradores devem proceder pelo menos uma vez por ano à revisão dos seus interesses comerciais externos, devendo fazê-lo até ao dia 31 de Março de cada ano. Desta forma, o *Compliance* esteve envolvido, durante os primeiros 3 meses de 2021, numa campanha de sensibilização e monitorização para auxiliar e garantir que todos os Colaboradores do Banco cumprissem com o requisito. Estas acções resultaram numa taxa de cumprimento de 99%, ou seja, 99% dos Colaboradores do Banco procederam à revisão e declaração dos seus interesses comerciais externos dentro do prazo definido. As acções de monitorização das declarações de interesses comerciais externos continuaram tendo registado à data de 30 de Novembro uma taxa de cumprimento de 99%.

Presentes e Entretenimento

As estatísticas dos anos anteriores mostram que a maioria das declarações de "Presentes" ocorre em Dezembro e Janeiro e no resto do ano são principalmente submetidas declarações de "Entretenimento". A área de Monitorização de *Compliance* reforçou a necessidade de cumprimento deste requisito, através dos relatórios bimensais enviados para as áreas de negócio e de suporte. Este disclosure é efectuado com recurso a uma nova aplicação com objectivos de tornar o processo mais eficiente e rápido, neste âmbito foram ministradas formações.

Negociação de contas pessoais

A mesma acção táctica utilizada para as declarações de interesses comerciais externos foi utilizada para a declaração das contas de negociação pessoal, tendo resultado numa melhoria significativa do número de declarações durante o primeiro semestre de 2021. Neste período a taxa de declarações efectuadas estabeleceu-se em 98%. Já no fim do segundo semestre a taxa de declarações subiu ligeiramente para 99% Contudo, existem melhorias em que o *Compliance* ainda deverá trabalhar, como por exemplo na melhoria da apresentação de relatórios regulares por parte dos Colaboradores que declararam possuir contas de negociação pessoal, de acordo com o tipo de conta declarada.

COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS, FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E PROLIFERAÇÃO DE ARMA DE DISTRIBUIÇÃO EM MASSA

A Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro, estabelece que as instituições financeiras devem adoptar e implementar medidas para prevenir e detectar actividades criminosas, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, bem como, assegurar as comunicações com as autoridades competentes, em particular a Unidade de Informação Financeira ("UIF").

A Direcção do *Compliance* tem uma área funcional específica, que trata dos assuntos ligados à Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (BC/FT/PADM), cujas responsabilidades incluem, mas não se limitam a:

- Controlo, cumprimento e adesão às políticas de AML;
- *Surveillance* – Gestão de Alertas;
- Alertas de sanções/preparação de reporte à UIF;
- Alertas de operações suspeitas/preparação de reporte à UIF;
- Alertas PEPs/registo de PEPs;
- Reporte de operações em numerário acima de USD 15 000 e controlo de declarações de origem e destino;
- Investigação;
- Monitorização de KYC para contas existentes;
- Formação interna de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e matérias conexas;
- Sensibilização sobre matérias de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;
- Análise de transacções transfronteiriças;
- Monitorar transacções transfronteiriças e velar pelo controlo de Branqueamento de Capitais afecto às mesmas (i) *Safewatch*, (ii) Alertas enviados de Bancos Correspondentes;
- Gestão da matriz de risco de *Compliance*.

GESTÃO DO RISCO DE BC/FT/PADM

a) *Know Your Customer* (KYC)

O SBA tem implementada uma política rigorosa de KYC, que abrange o conhecimento do Cliente, da sua actividade e da origem dos respectivos fundos. Para além de ser uma medida eficaz de combate às actividades de Combate ao Branqueamento de Capitais (BC)/ Financiamento do Terrorismo (FT)/ Proliferação de Arma de Distribuição em Massa (PADM), permite também ao Banco entender as obrigações e necessidades gerais dos seus Clientes.

O principal objectivo consiste em assegurar que todos os Clientes com os quais o SBA estabelece uma relação de negócio são devidamente identificados e sujeitos a revisões periódicas com base no risco, cumprindo com as obrigações regulamentares estabelecidas.

b) Clientes de Alto Risco Submetidos ao Comité durante o ano 2021

A fim de gerir o risco de BC/FT/PADM, o Conselho de Administração aprovou a composição do Comité de Alto Risco que tem o mandato de decidir sobre o início, manutenção e cessação das relações com Clientes de alto risco "A (Risco Alto) e P (Risco PEP)", à luz da análise de risco que o seu perfil representa para o Banco. Nestes termos, este Comité, no acto de avaliação, tem a prerrogativa não só de decidir o início, encerramento e/ ou manutenção da relação de negócio com determinado perfil de Cliente, bem como, solicitar a revisão de processos e procedimentos afectos ao perfil de Clientes de alto risco, analisando e propondo alterações às políticas existentes, e sistemas em uso.

A tabela abaixo ilustra o número de Clientes submetidos ao Comité de Alto Risco para aprovação:

SECTOR	CLIENTE NOVO	MANUTENÇÃO DA RELAÇÃO	APROVADOS	PENDENTE DE AVALIAÇÃO ADICIONAL
Banca de Particulares	37	70	105	02
Banca de Pequenas Empresas	49	83	119	13
Banca de Grandes Empresas	21	122	121	22

SISTEMAS OPERACIONAIS DE PREVENÇÃO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

Ao longo dos anos, o Banco tem vindo a apostar na optimização de sistemas operacionais de suporte ao BC/FT/PADM, assegurando a filtragem e monitorização contínua da actividade transaccional e do comportamento dos seus Clientes. Neste sentido, estes sistemas de monitorização identificam, com base em parâmetros e cenários de risco pré-definidos, pessoas, entidades, transacções e comportamentos potencialmente suspeitos, possibilitando uma atempada e efectiva detecção de actividades e transacções que possam configurar a prática de BC/ FT/PADM.

a) Monitorização de Transacções de Clientes

No período em referência o Banco identificou, com base na ferramenta de monitorização de transacções, denominada *Nice Actimize*, um total de 5 862 alertas de transações, das quais 5 286 foram encerradas como não suspeitas e 495 encerradas como suspeitas[1].

Acresce ao exposto 555 alertas suspeitos relacionados com sanções e 3 159 alertas identificados como Pessoas Politicamente Expostas (PEPs).

b) Comunicações à Unidade de Informação Financeira

De acordo com a legislação sobre a BC/ FT/ PADM, no âmbito da obrigação de reporte, o Banco identificou e comunicou à UIF 8 831 transacções de numerário, bem como 373 operações suspeitas de estarem relacionadas com práticas de branqueamento de capitais, essencialmente, por execução de transacções fora do perfil financeiro inicialmente declarado pelos Clientes.

Listas Internacionais de Sanções e PEP

O SBA, bem como o Grupo Standard Bank, reconhecem o regime de sanções e efectuam uma monitorização contínua - *Customer Due Diligence* - através dos seus sistemas, tanto a nível de pagamentos, como nos seus processos de abertura de conta. Para execução do processo, são reconhecidas as seguintes listas internacionais de rastreio de entidades sancionadas:

- **HMT**: *Her Majesty's Treasury (UK)*
- **EU**: *European Union*
- **OFAC**: *Office of Foreign Assets Control (US)*
- **UNSC**: *United Nations Security Council*
- **MINEFI**: *French Ministry of Economics, Finances and Industry*

Este reconhecimento não afasta a inclusão e reconhecimento de outra lista que o Estado Angolano venha a considerar, nem o facto de o SBA ter em consideração a lista de PEPs locais aquando das suas avaliações.

1. Ao número de 495 alertas encerrados como suspeita, inclui alertas do ano 2020.



POLÍTICAS E MANUAIS

De forma a garantir a eficácia legalmente exigida, a função de *Compliance* possui um conjunto de políticas, procedimentos e processos para a gestão e mitigação do risco de *Compliance.*

- Política de Gestão de Risco de *Compliance*
- Manual de *Compliance*
- Política de Governação de Gestão de Risco de *Compliance*
- Política de Conflito de Interesses
- Política de Interesses Comerciais Externos
- Transacções a Título Pessoal
- Política de Presentes e Entretenimentos
- Política de Informação Estritamente Necessária
- Política Barreiras de Informação
- Política de Controlo de Sanções Financeiras e de Financiamento contra o Terrorismo
- Abuso de Mercado
- Processo *Safewatch*
- Política de Prevenção à Facilitação da Evasão Fiscal
- Política Anti-Suborno e Corrupção
- Matriz de Risco de *Compliance* para CBC/FT
- Processo de Aprovação de KYC
- Política de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo - CBC/FT

- Normas sobre Sanções Financeiras e Combate ao Financiamento do Terrorismo
- Normas Mínimas para Estabelecimento de Relação com Bancos Correspondentes
- Processo de Reporte de Operações Suspeitas
- Procedimento de Restrições de Contas e Congelamento de Fundos
- Processo de Reporte de Declaração de Transacções em Numerário
- Procedimento de Restrições de Contas e Congelamento de Fundos
- Procedimento para Tratamento de Solicitação de Informação de Bancos Correspondentes.
- Manual de Diligência Reforçada de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo - CBC/FT
- Estrutura de Abordagem Baseada no Risco de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo
- Normas de Monitorização de Transacções Suspeitas
- Manual da Metodologia do Universo do Risco de *Compliance* Regulatório e Plano de Estrutura de Gestão do Risco de *Compliance*
- Normas Operacionais de Privacidade de Dados Política Lista de Observação e Lista Restrita
- Política de Comunicação da Sala de Negociações
- Política do Risco de Conduta
- Política de Negociação de Conta Pessoal
- Política de Anti-Concorrência
- Manual de Concorrência
- Normas de Governação da Gestão de Risco de *Compliance*
- Manual de Interacção com Entidades de Supervisão
- Directrizes de Interacção com Reguladores
- Mandato da Unidade de Investigação e Risco de Fraude
- Política de Denúncia
- Política Anti-fraude

INVESTIGAÇÃO E RISCO DE FRAUDE

Investigações

Em termos de incidentes de fraude, o ano de 2021 apresentou uma tendência estável em termos de número de ocorrências, mas crescente em termos de impacto financeiro para os Clientes. Até ao momento em que este relatório foi elaborado foram reportados à equipa da IFR incidentes que geraram perda financeira para os Clientes do Banco no valor de Kz 80 Milhões, resultantes de reclamações relacionadas com fraudes em cartões de débito em que as transações não foram reconhecidas pelos Clientes. Do ponto de vista de perdas financeiras para o Banco, Standard Bank de Angola (SBA) não registou nenhuma perda operacional resultante de fraude.

Paralelamente, no seguimento da abordagem de investigação proactiva, a unidade IFR conduziu um exercício de investigação preventiva que envolveu a recolha de informação de Janeiro a Maio de 2021 e, por amostragem, foram selecionados 25 fornecedores, 20 Clientes externos e 25 Colaboradores.

Para a amostra de fornecedores, o objectivo da análise foi avaliar a existência de um potencial conflito de interesses entre a estrutura accionista dos fornecedores e os funcionários do Standard Bank Angola. Assim, a IFR solicitou o formulário "Conheça o Seu Fornecedor" (KYS) para 25 prestadores de serviço e comparou-se o nome dos accionistas declarados com a lista de todos os funcionários do SBA.

Dos 25 fornecedores seleccionados, a unidade IFR não identificou nenhuma situação que pudesse levar à existência de conflito de interesses entre a estrutura accionista dos fornecedores seleccionados e os funcionários do Standard Bank Angola.

Ao nível dos 20 Clientes e 25 Colaboradores seleccionados, a unidade IFR procedeu a uma análise de tendência das transacções efectuadas entre Janeiro e Maio de 2021 para rever os documentos comprovativos dos créditos identificados nas respectivas contas bancárias. O objectivo da análise foi avaliar se as transacções reflectiam valores oriundos de fonte legítima e, no caso de funcionários, se a justificativa dos recursos estava de acordo com a declaração de interesse comercial externo.

Em relação aos 25 Colaboradores selecionados, a equipa IFR recebeu feedback de todos os Colaboradores e avaliou a legitimidade dos recursos creditados nas contas revistas. Adicionalmente, durante os testes realizados, verificou-se que, para a amostra seleccionada, as 3 principais fontes de recursos estavam relacionadas com fundos provenientes de apoio familiar, interesses comerciais externos e venda de veículos.

Prevenção e Sensibilização

Em termos de sessões de sensibilização, a Unidade de Investigação e Risco de Fraude colocou à disposição de todos os Colaboradores uma nova versão do curso sobre prevenção de fraude a ser realizado *online*, composto por módulos que elucidam as diferentes perspectivas e agentes dos actos de fraude, assim como conceitos gerais de prevenção e detecção de fraudes.

Adicionalmente, a Unidade de Investigação e Risco de Fraude continua a realizar campanhas de prevenção por meio de comunicação interna, incentivando a consciencialização dos Colaboradores sobre novas tendências de fraude, linha directa de denúncias e o programa Stop Fraudes.

SUMÁRIO DAS INICIATIVAS E PROJECTOS DO *COMPLIANCE*

DATA	INICIATIVAS	ESTADO	VALOR	COMENTÁRIOS
2021	Automatização das Declarações de Operações Suspeita (DOS) - Preenchimento automático, por um robô, dos dados de identificação dos Clientes na Declaração de Operação Suspeita, bem como do volume de transacções para o período em análise.	Concluído	Digitalização	O Objectivo é o de melhorar o tempo de preparação das declarações suspeitas enviadas à Unidade de Informação Financeira.
2021	Implementação de assinatura electrónica para as declarações de Operações Suspeitas	Em Curso	Digitalização	O Objectivo é o de melhorar o tempo de preparação das declarações de operações suspeitas enviadas à Unidade de Informação Financeira.
2021	Criar um painel na ferramenta *workflow*, para que os membros do Comité de Alto Risco tenham acesso aos ficheiros a serem analisados pelo Comité	Em Curso	Melhorar o processo de aprovação de Clientes de alto risco	O objectivo desta iniciativa é automatizar a submissão de Clientes de alto risco ao Comité de Alto Risco

DATA	INICIATIVAS	ESTADO	VALOR	COMENTÁRIOS
2021	Automatização dos alertas legislativos	Em Curso	Digitalização	Trabalho em curso. Não obstante não ser possível automatizar a elaboração dos alertas legislativos, foi possível automatizar a pesquisa e notificação de diplomas emitidos pelos reguladores, BNA, CMC, BODIVA, e ARSEG.
2021	Disponibilizar na *intranet* do Banco a legislação e os regulamentos chave, bem como os alertas legislativos	Em Curso	Foco do Cliente	Criar um repositório de legislação chave e resumos de alertas legislativos para permitir uma consulta fácil pelos intervenientes internos relevantes (BUs e CFs).

FORMAÇÕES

No decorrer do ano de 2021, foram realizadas as seguintes sessões de formação ministradas através do *Microsoft Teams*, organizadas pela Direcção de *Compliance*:

DATA	TEMA	PÚBLICO ALVO
Janeiro	Operação do *WorldCheck One*	*Procurement*
Fevereiro	*Workshop* sobre a Diretiva n.º 05 / DIF / 2020 (Sistema Financeiro - Reporte de Informação Estatística sobre Agentes Bancários)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Fevereiro	*Workshop* sobre o Instrutivo nº 19/2020 (Limites de valor nas transacções realizadas em sistemas de pagamento)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Abril	*Workshop* sobre a Lei no. 40/2020 (Lei dos sistemas de pagamentos de Angola)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Abril	AML – *Workshop* sobre Justificação de Origem e Destino de Fundos	Gestores das Unidades de Negócio
Abril	*Workshop* sobre o Instrutivo nº 20/2020 (Relatório de Prevenção ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação; Avaliação do Risco; Ferramentas e Aplicativos Informáticos)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Maio	Formação sobre a importância dos Universos Regulatórios e Planos de Gestão de Risco de *Compliance*	Comissão Executiva
Maio	*Workshop* sobre Instrutivo n.º 18/2020 (Operações de Depósito de Moeda Metálica no Banco Nacional de Angola)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto

DATA	TEMA	PÚBLICO ALVO
Junho	*Workshop* sobre a Lei 22/2015 (Código de Valores Mobiliários)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Junho	*Workshop* sobre o Aviso nº 02/2021 (Sistema Financeiro - Centro de Informações de Risco de Crédito)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Junho	*Workshop* sobre o Instrutivo n.º 05/2021 (Funcionamento do Centro de Informação de Risco de Crédito)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Julho	AML -Formação sobre Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Arma	Conselho de Administração
Agosto	AML – *Workshop* sobre a Matriz de Risco	Gestores das Unidades de Negócio
Novembro	Reporte de Operações Suspeitas	Gestores das Unidades de Negócio

O modelo de gestão

Visão Geral

O Standard Bank Angola adopta uma abordagem consciente, holística e transversal à gestão do risco, avaliando continuamente os riscos actuais a que se encontra exposto, bem como, os riscos emergentes, adoptando assim uma postura de rigor e transparência. O apetite e exposição ao risco é revisto regularmente, em resposta a mudanças no contexto operacional e do mercado em que opera.

Os principais riscos estão intrinsecamente ligados à natureza do negócio. Assim, geri-los com eficácia é essencial para proteger os interesses dos Clientes e accionistas e criar valor partilhado para os diversos *stakeholders*. De salientar que a Gestão de Risco é crucial na execução da estratégia do Banco.

No decorrer do exercício de 2021 o Banco ainda teve que operar num ambiente pandémico devido ao Covid-19, tendo o SBA convertido este contexto numa oportunidade de acelerar o processo de transformação digital. O Banco teve uma resposta rápida e eficaz demonstrando a sua resiliência operacional e o resultado das lições aprendidas com a pandemia, potenciando a melhoria continua da sua actividade.



As constantes mudanças na indústria e no ambiente operacional, algumas em função do impacto global do Covid-19, dão origem a riscos emergentes cujo impacto potencial na estratégia e nas operações do Banco deve ser compreendido e gerido. Estes riscos são discutidos nos Comités de Gestão e Governação, permitindo agir de modo a mitigar o seu impacto, tanto a nível financeiro, como reputacional. Com efeito, o SBA dispõe de processos internos apropriados preparando o Banco para reagir de forma adequada aos riscos emergentes. O processo de identificação dos riscos emergentes continua a sofrer uma melhoria continua conduzindo assim a um reforço da cultura de risco em todo o Banco.

Os diferentes tipos de risco, tanto actuais como potenciais, são identificados, avaliados, acompanhados e mitigados com uma periodicidade regular e, consequentemente, são produzidos relatórios periódicos, avaliando a materialidade dos riscos detectados. Estes relatórios não só cumprem com os requisitos internos do Banco, como também com as imposições estabelecidas na política de risco do Grupo Standard Bank.

De acordo com a estrutura do Banco, o Conselho de Administração é o responsável máximo pelo sistema de gestão de riscos do Banco, suportado por cada Director responsável pela sua linha de actuação, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos e orientações do Grupo Standard Bank e tendo em conta os Avisos n.º 1/13 e n.º 2/ 13 do BNA.

O universo de risco do SBA é representado por aqueles que se apresentam como inerentes ao próprio negócio do Banco. Estes riscos encontram-se organizados em categorias; i) riscos financeiros; ii) riscos estratégicos; e iii) riscos não financeiros. Existe uma supervisão continua do ambiente dos riscos a que o Banco se encontra exposto com objectivo de assegurar continua e eficaz gestão de risco.

Governação e Estrutura de Gestão de Risco

O SBA dispõe de uma estrutura orgânica que assenta numa gestão de riscos avançada, preservando a independência da função e mantendo a proximidade necessária às áreas de negócio, onde o risco é originado.

De acordo com a estrutura do Grupo, o Presidente da Comissão Executiva é o responsável máximo pelo Sistema de Gestão de Riscos do Banco, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos e orientações do Grupo e tendo em conta os Avisos n.ºs 1/13, 2/13 e 10/21 do BNA que irá entrar em vigor em 31 de Dezembro de 2021. O Administrador, com o Pelouro da Direcção de Risco, apoia o Presidente da Comissão Executiva (PCE) a desempenhar a sua responsabilidade e faz parte de um órgão independente, responsável pela Função de Gestão de Riscos do Banco, tendo como principais objectivos a supervisão e avaliação do Sistema de Gestão de Riscos e o aconselhamento ao Conselho de Administração em matéria de Risco.

MODELO DE GESTÃO DE RISCO

ASSEMBLEIA GERAL	Conselho Fiscal				
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Comité de Auditoria	Comité de Risco	Comité de Governação de Crédito	Comité de Gestão de Capital Humano	
COMISSÃO EXECUTIVA	Comité de Gestão	Comité de Activos e Passivos	Comité de Risco de Crédito	Comité de Gestão de Risco	Comité de Aceitação de Clientes
	Comité de *Pricing*	Comité de Novos Produtos	Comité de Projectos	Comité de *Procurement*	Comité de Controlo Financeiro

MODELO DE GESTÃO DE RISCO E ORGANIZAÇÃO

O modelo de gestão de riscos do SBA assenta em três linhas de defesa, visando garantir a independência e eficiência da gestão, e assegurar a monitorização e governação adequada dos diversos riscos, nomeadamente, Crédito, *Compliance*, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional e Sistemas de Informação.

UNIVERSO DO RISCO

O universo de risco de um Banco representa os riscos que são inerentes ao negócio e podem ser classificados da seguinte forma:

01

Riscos financeiros

Alterações inesperadas nos mercados externos, preços, taxas e oferta e procura por liquidez. Os riscos financeiros incluem os riscos de crédito, de mercado e de liquidez, riscos de país e de seguro.

02

Riscos estratégicos

O risco de que o plano de negócio e estratégia futuros possam ser inadequados para evitar perdas financeiras ou proteger a nossa posição competitiva e o valor para os accionistas. Inclui os riscos estratégico, de negócio e de reputação.

03

Riscos não financeiros

São considerados inerentes às operações de uma empresa. Geralmente, não tem uma vantagem financeira e nem sempre pode ser medido em termos financeiros o que pode levar a graves danos reputacionais. Os riscos não financeiros normalmente excluem aqueles riscos que podem ser quantificáveis e mensuráveis, como os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. Este tipo de riscos têm uma natureza complexa e por vezes apresentam uma sobreposição entre eles, como é o caso dos riscos de conduta, contraparte, cibernético, entre outros.

CICLO DE VIDA DO RISCO

Os vários riscos que um Banco se encontra exposto são geridos ao longo do ciclo de vida do risco, da identificação até ao reporte. A avaliação de risco por parte do Banco inclui uma rigorosa quantificação dos riscos em condições normais e cenários de *stress*. **O modelo de gestão de riscos do SBA baseia-se na identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos actuais e potenciais numa base contínua.**

01

Identificação

As actividades de identificação de riscos possuem técnicas específicas definidas e têm por base a disponibilização de informação actualizada e correcta. Neste sentido, encontra-se definida uma estratégia de detecção de riscos e processos inerentes à mesma. Os processos são desenvolvidos analisando a informação recolhida das diversas áreas e tendo em consideração os indicadores e limites de risco do SBA.

02

Avaliação

Os riscos identificados são posteriormente hierarquizados de modo a proceder, de forma atempada, à sua avaliação. A avaliação desenvolvida encontra-se suportada por modelos de mensuração de risco que contemplam análises qualitativas e quantitativas que, por conseguinte, permitem perceber a probabilidade de ocorrência de perdas e respectiva magnitude. Adicionalmente, a avaliação dos riscos inclui a realização de exercícios de testes de *stress*.

03

Acompanhamento

De modo a assegurar a sustentabilidade e eficácia do modelo de gestão de risco este é regularmente revisto e actualizado em conformidade com as melhorias identificadas de forma a garantir a sua robustez e eficiência. O acompanhamento da exposição a cada risco encontra-se suportado por um processo sistematizado que inclui a elaboração de relatórios periódicos com base em informação fidedigna.

04

Mitigação

Após os procedimentos de comunicação dos riscos, são definidos, implementados e executados os controlos adequados à sua mitigação, permitindo a adopção de medidas correctivas face a factores externos ou internos.

APETITE AO RISCO

O apetite de risco é o nível de tolerância que o Banco está disposto a assumir na prossecução dos seus objectivos financeiros e estratégicos, reflectindo a sua capacidade de suportar perdas e continuar a cumprir as suas obrigações, tanto num cenário normal, como em condições adversas.

De forma a garantir um aumento da rentabilidade e um crescimento sustentável, é essencial garantir uma associação entre o apetite de risco e a estratégia definida pelo Banco, encontrando assim um equilíbrio adequado entre risco que o Banco está disposto a correr para atingir determinado retorno.

Para 2021 o apetite de risco cobre três níveis diferentes:

01

Nível I: Dimensões de apetite de risco

- Capital regulamentar
- Capital económico
- *Stressed earnings*
- Liquidez

02

Nível II: Dimensões de apetite de risco, por tipo de risco

- Risco de crédito
- Risco operacional
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juro
- Risco de liquidez
- Risco de negócio

03

Nível III: Limites de portfolio por tipo de risco

- Risco de crédito (rácio de perdas de crédito, crédito vencido, concentrações)
- Risco operacional (perdas de risco operacional (em %) para o total de rendimentos)
- Risco de mercado: (limites *Value at Risk* (VaR) e *Shareholder Value at Risk* (SVaR))
- Risco de taxa de juro (sensibilidade da taxa de juro)
- Risco de liquidez (rácio de financiamento estável líquido, rácio de cobertura das necessidades de liquidez)
- Risco do Negócio (relação custo-benefício)

TESTES DE *STRESS*

O Banco está exposto a vários riscos decorrentes do ambiente em que opera. O teste de *stress* é um exercício importante na gestão do risco e é utilizado para avaliar a sensibilidade do perfil de risco actual e futuro em relação a diferentes níveis de exposição ao risco.

Os testes de *stress* são utilizados num conjunto de processos de tomada de decisão do Banco, incluindo:

- Planeamento estratégico e orçamentação financeira;
- O Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), incluindo planeamento e gestão de capital, e o estabelecimento de *buffers* de capital;
- O planeamento e gestão de liquidez;
- Informação sobre o apetite pelo risco do Banco;
- Identificação e mitigação proactiva dos riscos através de acções como a revisão e alteração de limites, limitação de exposições e cobertura;
- Facilitar o desenvolvimento de planos de mitigação do risco ou de contingência, incluindo planos de recuperação, através de uma série de condições de *stress*; e
- Apoiar a comunicação com as partes interessadas internas e externas.

O programa de testes de *stress* abrange vários níveis, desde o business as usual até à análise de vários cenários, desde o moderado ao extremo.

O programa de testes de esforço do Banco utiliza uma combinação de técnicas, incluindo análise de cenários, análise de sensibilidade e testes de esforço inverso para abordar diferentes realidades.

Os testes de *stress* realizados em 2021, alinhados com os requisitos políticos e regulamentares, confirmaram que o impacto do teste de *stress* após consideração das acções de mitigação na demonstração de resultados, balanço e no capital do Banco está em linha com o apetite para o risco.

O SBA geriu as métricas do seu apetite de risco dentro dos limites definidos, contudo nos casos em que não o é possível, as situações foram geridas pelos respectivos comités de acompanhamento, de forma a que voltassem a estar dentro dos limites de tolerância.

Há uma revisão contínua para garantir que os planos estratégicos, de capital e financeiros de curto e longo prazo do Banco estejam alinhados a propensão de risco.

Tipologia de Riscos

Como mencionado anteriormente, e de forma inerente à sua actividade, o Banco enfrenta diariamente um conjunto relevante de riscos sobre os quais dedica uma atenção e controlo permanente.

O SBA faz, anualmente, uma avaliação abrangente dos riscos a que se encontra exposto de forma identificar aqueles que requerem uma maior atenção e acompanhamento devido ao seu potencial impacto nos objectivos estratégicos.

O Banco analisa os principais factores de geração de risco e aplica controlos de forma a minimizar os seus impactos caso ocorra um evento desfavorável.

Os principais riscos identificados no exercício de 2021 foram: Crédito; Regulatório; Tecnologia; Cibernético e de Informação; Risco estratégico; Perturbações do Negócio; Conduta; Crime Financeiro e Pessoas.



Sede Sandard Bank Angola

O acesso à informação do Banco é um tema que requer a devida atenção, considerando o aumento significativo do uso de dispositivos móveis privados dentro das organizações. **Considerando o risco iminente e a necessidade de proteger a informação, proactivamente a Direcção de Sistemas de Informação implementou em 2021 várias soluções de segurança tais como:**

- **Actualizações de Vulnerabilidades Remota**

  A solução permite a actualização de patches de segurança nos dispositivos usados por Colaboradores em regime de trabalho remoto.

- **Campanhas de *Phishing***

  Foi introduzida uma ferramenta que permite aferir o grau de susceptibilidade a ataques cibernéticos de *phishing*. A solução permite o envio de *targeted emails* para os Colaboradores e registo automático para formações de *phishing*.

- **Fraude**

  O Banco já disponibiliza de uma solução de Fraude interna, que foi desenvolvida via robótica, e que permite identifica transacções fraudulentas por parte dos Colaboradores

- **Testes de Penetração**

  Testes de penetração ao novo canal digital, SB24, foram efectuados com um resultado positivo. Os mesmos validaram a capacidade do Banco em operar a partir do seu *site* secundário por um período de uma semana.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste numa alteração do justo valor, nos ganhos reais ou efectivos ou nos fluxos de caixa futuros de uma carteira de instrumentos financeiros, causados por movimentos adversos nas variáveis de mercado, tais como acções, preços de obrigações e mercadorias, taxas de câmbio e de juros, spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e volatilidades implícitas em todas estas variáveis.

A identificação, gestão, controlo, análise e reporte do risco de mercado são classificados da seguinte forma:

Risco de Mercado na Carteira de Negociação

Este risco surge em actividades de negociação em que o Banco actua como agente principal, sem intermediários, com os investidores. A política do Banco é que todas as actividades de negociação estejam contidas nas operações de Banca de Investimento e de Grandes Empresas (CIB).

Risco Cambial

Tem a sua génese na alteração do justo valor futuro dos fluxos de caixa, com diferentes níveis de exposição financeira, devido a alterações na taxa de câmbio subjacente.

Risco de Investimento em Acções na Carteira Bancária

Este risco resulta de alterações de preços em investimentos em acções cotadas e não cotadas.

Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária

Este risco refere-se ao risco actual e/ou futuro para os ganhos e capital do Banco resultante de movimentos adversos nas taxas de juro que afectam as posições bancárias do banco.

GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração aprova o apetite e os padrões de risco de mercado para todos os tipos de risco de mercado. O Conselho concede ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) autoridade para assumir a exposição ao risco de mercado.

O ALCO define políticas de risco de mercado para garantir que a medição, produção de relatórios, monitorização e gestão do risco de mercado associado às operações do Banco seguem uma estrutura de governação holística. O ALCO é responsável por assegurar que o apetite de risco está em linha com o capital disponível, assim como as receitas orçamentadas/projectadas, as estimativas de negócios e a diversificação da carteira.

O ALCO reporta à Comissão Executiva (EXCO) e ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.

A Unidade de Gestão de Risco, que é independente da actividade de negociação e faz reporte directo ao ALCO, controla as exposições ao risco de mercado decorrente da actividade do Banco. Esta Unidade monitoriza diariamente as exposições e respectivos excessos, reportando mensalmente ao ALCO, e numa base trimestral ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.

POLÍTICAS DE RISCO DE MERCADO

A Política de Risco de Mercado pretende cobrir todo o risco de mercado incluído nas carteiras de justo valor através de resultados (FVTPL ou negociação), justo valor através de outro rendimento integral (FCTOCI) e custo amortizado do Banco.

- **Norma de Gestão de Risco de Mercado**

  A norma sobre risco do mercado garante que os riscos do mercado são claramente identificados, avaliados e geridos com prudência, garantindo, assim, que a mensuração, o reporte, a monitorização e a gestão do mesmo obedece a um quadro de governação comum ao Grupo e em cumprimento com a regulamentação angolana.

- **Procedimento de *Backtesting***

  O Banco tem definidos procedimentos de *Backtesting* e estes devem ser efectuados em conjugação com a Política de Risco do Mercado, à qual está subordinado.

- **Princípios de VaR**

  O SBA tem princípios centrais que devem ser utilizados no cálculo do VaR e na elaboração dos correspondentes relatórios visando as actividades de negociação, sendo aplicáveis aos motores VaR existentes e aos novos implementados.

- **Procedimento de Testes de *Stress***

  Existem procedimentos de testes de *stress* que devem ser conduzidos em complemento de outras medidas de análise do risco utilizadas pelo Banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco do mercado.

TÉCNICAS PARA MEDIR E CONTROLAR O RISCO DE MERCADO

- **Posição cambial diária**

  O Conselho de Administração sob sugestão do ALCO define os limites para o nível de exposição por moeda, e para as posições overnight de forma agregada. Estes limites estão alinhados com os limites especificados pelo BNA que correspondem a uma percentagem do capital do Banco.

- ***Value-at-Risk*** **(VaR) diário**

  O VaR é uma técnica que estima as perdas potenciais que possam ocorrer em resultado de movimentos do mercado, durante um período de tempo específico e com uma probabilidade pré-determinada. Os limites definidos para o VaR e para a medição do nível de risco encontram-se estipulados para todos os riscos de mercado a que o Banco se encontra exposto. Para chegar a medidas quantitativas para o risco de mercado, o SBA utiliza, em condições normais de mercado, a abordagem do VaR histórico. Esta metodologia contempla dados históricos observáveis no mercado e, implicitamente a correlação de dados. Para operações em que existem posições não lineares consideráveis, este tipo de cálculo é mais rigoroso que a variação/co-variação, porque tem explicitamente em consideração efeitos de segunda e de terceira ordem.

  A utilização do VaR histórico, no entanto, por se basear no pressuposto de que a volatilidade e preços futuros vão seguir a distribuição histórica observada, apresenta mais limitações do que quando se adopta uma simulação de Monte Carlo. São efectuadas simulações de Monte Carlo para complementar o cálculo do VaR e auxiliar a análise de novas transacções, sempre que necessário.

- ***Backtesting* do VAR**

A área de Risco de Mercado testa o rigor da métrica VaR através de um processo de backtesting, ou seja, uma comparação ex-post da medida do risco gerado pelo modelo VaR com as alterações diárias efectivas do valor da carteira devido a alterações das variáveis do mercado, de acordo com o pressuposto de compra e detenção por 1 dia, seguindo o VaR do dia anterior. Os lucros ou perdas do *backtesting* baseiam-se em lucros ou perdas teóricas derivados dos movimentos de mercado e calculam-se para 250 dias de negociação acumulados, com um intervalo de confiança de 95%. A Unidade de Risco reporta as excepções e respectivas justificações com uma periodicidade mensal ao ALCO.

- **Testes de *Stress***

Os testes de *stress* permitem quantificar as perdas potenciais que podem ocorrer em condições de mercado extremas, mas plausíveis. São um complemento a outras medidas de análise de risco utilizadas pelo Banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco de mercado. O exercício de testes de *stress* praticado pelo SBA, para além de ser uma ferramenta crucial à gestão de risco interna do Banco, também responde às directrizes previstas no Instrutivo N.º 2/17 do BNA que tem como objectivo uma gestão de risco eficaz e eficiente, bem como, salvaguardar a solvabilidade e liquidez das Instituições Financeiras que operam no Sistema Financeiro Angolano.

- ***Point value* 01 (Pv01)**

O PV01 é uma medida de risco utilizada para avaliar o efeito de uma alteração de um ponto base, numa determinada taxa sobre o preço de um activo. Este limite é definido para as carteiras de rendimento fixo, de negociação no mercado monetário, de negociação de crédito, de derivados e de negociação cambial.

- **Outras medidas de risco de mercado**

  Algumas das medidas de risco de mercado, específicas para as Unidades de Negócio, incluem a utilização de instrumentos admissíveis, a concentração de exposições ou a automatização dos limites máximos e mínimos para a exposição ao risco de mercado. Por outro lado, apenas produtos que estejam aprovados e correctamente processados poderão ser alvo de negociação. Os modelos de *pricing* e as métricas de gestão de risco em vigor no Banco, desenvolvidas pelo SBA ou por entidades externas, são avaliados de forma independente pela área de Risco de Mercado, cujo parecer é decisivo para a sua posterior utilização. Para além disso, estes modelos são também alvo de acções de revisão periódica, de forma a assegurar a permanente aplicabilidade dos mesmos. Do mesmo modo, a área de Risco de Mercado avalia o preço líquido de fecho do dia dos inputs utilizados no *pricing* dos diferentes instrumentos, realizando uma revisão menos razoável dos preços relativos dos instrumentos menos líquidos, numa base quinzenal. Sempre que sejam identificadas diferenças significativas são executados os ajustes *mark-to-market* necessários.

- **Monitorização e reporte**

  O controlo e acompanhamento do risco de mercado é realizado, diariamente pelas Unidades de Negócio, mensalmente pelo ALCO e trimestralmente pelo Comité de Risco.

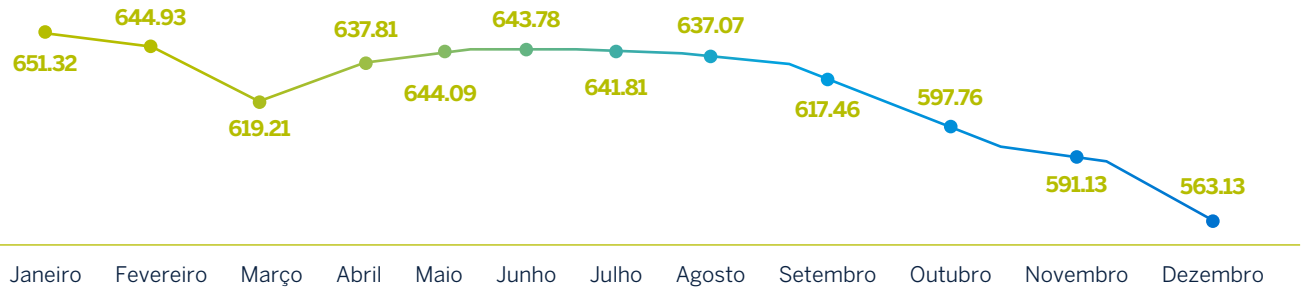


Sede Sandard Bank Angola

RISCO CAMBIAL

As posições de câmbio do Banco surgem principalmente de actividades de negociação de câmbio, que são regidas por limites de posição aprovados pela ALCO de acordo com a política de risco de mercado do Grupo Standard Bank. Esses limites de posição estão sujeitos a revisão, pelo menos anualmente, e as exposições cambiais são monitorizadas diariamente pela função de risco de mercado e revistas mensalmente para garantir vão ao encontro do apetite de risco aprovado pelo Comité. O gráfico ao lado apresenta o comportamento da taxa de câmbio Kz/USD durante o ano de 2021.

TAXA DE CÂMBIO MÉDIO MENSAL (KWANZAS/ USD)



Fonte: BNA

Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde à probabilidade de incumprimento efectivo da contraparte e é um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco. Dada a sua materialidade, a formalização de políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, torna-se vital para assegurar a estabilidade financeira e a solvabilidade do Banco.

A incerteza sustentou as perspectivas para 2021 e anos subsequentes. Com o impacto global da pandemia (Covid-19) associados a bloqueios, mutações do vírus, eficácia da vacina e lançamentos de vacinas, juntamento com restrições de crédito e liquidez verifica-se um efeito significativo na recuperação da economia Angolana.

Por esse motivo houve uma análise constante da carteira de crédito do SBA, tendo sido efectuadas revisões frequentes do risco assumido, por forma a garantir que o impacto da pandemia fosse gerido de forma adequada.

Em Setembro de 2021, a *Moody's* reviu em alta o rating de Angola assim como a *Fitch* em Janeiro de 2022 o que diminuiu a probabilidade de *Default* (PD) o que justificou uma redução imparidade em 2021.

Para o SBA, a gestão deste risco baseia-se numa metodologia que abrange cada uma das fases do processo de gestão, entre elas i) Análise; ii) Aprovação; iii) Monitorização e, quando necessário, Recuperação. Esta gestão difere entre Clientes "particulares" e "empresas", **sendo por isso efectuada a segmentação dos Clientes tendo por base**:

- Recurso a sistemas internos de *rating* e *scoring* apropriados aos diferentes segmentos do negócio e utilização de um modelo de monitorização de portfolio de detecção antecipada de potencial risco de incumprimento;
- Estrutura sólida de análise e avaliação de riscos que abrange processos integrados de monitorização diária das exposições de crédito;
- Dedicação exclusiva de unidades estruturais para recuperação de crédito em situações de incumprimento;
- Acompanhamento regular da evolução da carteira.

As exposições ao risco são definidas por meio de diferentes técnicas e monitorizadas contra um apetite de risco que sustenta a estratégia do SBA. O capital é gerido e alocado de forma eficiente para aumentar o valor do accionista, garantindo o cumprimento dos requisitos regulamentares de capital. Estes limites devem ser cumpridos nas medidas de concessão e gestão da carteira de crédito.

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do Standard Bank de Angola envolvendo todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções, utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

O sistema de gestão de risco é regido por comités do governação e documentos de governação. Os comités de governação estão em funcionamento tanto no nível do conselho quanto na gestão. Esses comités têm mandatos e autoridades delegadas que são revistos regularmente. Os membros têm as habilitações e conhecimentos necessários para gerir riscos.

POLÍTICAS DE CRÉDITO

O SBA rege-se pela política do Grupo Standard Bank que estabelece e define os princípios e métodos de gestão utilizados na identificação, monitorização e reporte do risco de crédito.

A política do Grupo Standard Bank é transversal a todas as Unidades de Negócio e funções de apoio com actividades relacionadas com a gestão de risco de crédito e explicita, entre outros:

- Processos e princípios de avaliação e medição do risco de crédito
- Delegação de autoridade e poderes na gestão de risco de crédito
- Definição das principais responsabilidades
- Estrutura de reporte a utilizar

FACTORES DE RISCO DE CRÉDITO

01

Avaliação do risco de crédito

O SBA usa uma escala de classificação principal de 25 pontos para quantificar o risco de crédito para cada mutuário (classes de activos corporativos) ou instalação (empréstimos especializados). As classificações são mapeadas para PDs (Probabilidade de *Default*) por meio de fórmulas de calibração que usam taxas de *default* históricas e projecções dos indicadores macroeconómicos (*Forward Looking*).

Quanto aos níveis de aprovação, são quantificados, tendo em consideração as classes de risco das contrapartes, sendo-lhes atribuída uma classificação de risco com a exposição ou limite de risco alocado.

Adicionalmente, o SBA definiu modelos de avaliação de crédito para atribuição do nível de risco para o segmento de Clientes empresa, tendo em consideração a opinião especializada do Analista de Crédito e alinhada às políticas e procedimentos internos.

02

Avaliação de garantias hipotecárias

O SBA tem um modelo de avaliação de garantias hipotecárias, em cumprimento com as orientações do BNA, que depende de pareceres externos especializados efectuados por peritos designados.

As avaliações devem ser realizadas de acordo com os métodos de avaliação já aprovados e utilizados pelo Banco, para que as garantias sejam consideradas como medidas mitigadoras de risco.

03

Aprovação de crédito

De forma a garantir que os Colaboradores e Comités com qualificações cumprem os seus deveres, a delegação de poderes é definida na norma de crédito do Banco. Assim a eficiência operacional da concessão, gestão de contas e função de cobrança do departamento de crédito é optimizada.

Enquanto vigorar a nomeação de cada pessoa para determinado cargo, os poderes são concedidos, individualmente.

A política esclarece ainda que de 2 em 2 anos devem-se a realizar testes regulares para que os mandatos de crédito sejam alocados aos devidos Colaboradores, com as qualificações necessárias.

Yonne de Castro
Administradora Executiva



04 Imparidades para crédito

O SBA calcula as imparidades para crédito através de um modelo interno em conformidade com a IFRS9.

Este modelo permite identificar a probabilidade de incumprimento da carteira (PD ou *Probability of Default*) e a sua percentagem de perda (LGD ou *Loss Given Default*).

Para cada Cliente que apresente um incumprimento igual ou superior a 90 dias, é realizada uma análise que determina o justo valor da carteira de crédito, considerando o valor actual dos *cash-flows* futuros estimados. Adicionalmente, a análise individual de crédito como ferramenta robusta de avaliação de imparidade deverá ser destacada.

05 Risco de concentração

Com o intuito de salvaguardar potenciais incumprimentos dos requisitos regulamentares e/ ou os limites definidos pelo Conselho de Administração, para além da monitorização, o SBA avalia e reporta regularmente as grandes exposições de crédito, face ao nível de fundos próprios do Banco.

06

Monitorização e reporte do Risco de Crédito

Adicionalmente, para acompanhar a evolução do risco da carteira de crédito, o SBA adopta um conjunto de iniciativas:

- Testes de *stress*: é uma ferramenta chave de gestão dentro do Standard Bank Angola e é usado para avaliar a sensibilidade do perfil de risco actual e futuro em relação aos diferentes níveis de apetite de risco.
- Análise/ impacto do risco de país à carteira: prevê quais os Clientes da carteira de crédito que, numa eventual queda da notação de risco do país, terão impacto negativo.
- Gestão de contratos: monitoriza de forma contínua, os termos e condições dos contratos celebrados.
- Avaliação de garantias: actualiza as avaliações de garantias hipotecárias, alinhadas com as orientações estipuladas pelo BNA.

07

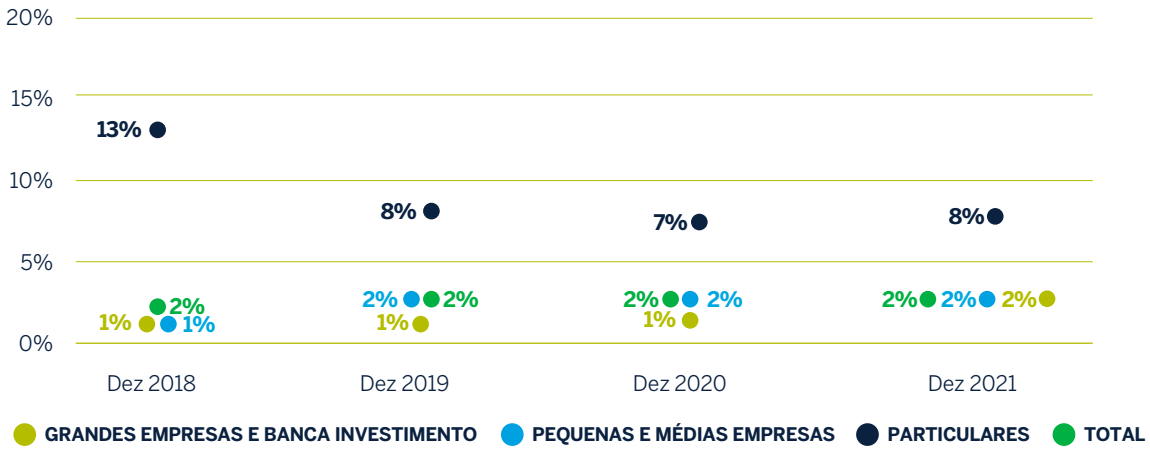
Qualidade de Crédito

O nível de provisionamento da carteira de crédito do SBA manteve-se nos 2% o mesmo nível registado no exercício de 2020. Este resultado reflecte a manutenção do nível de incumprimento, resultado da adopção de medidas de risco preventivas e da revisão do apetite de risco de crédito do Banco para combater o contexto macroeconómico adverso.

De realçar que a carteira de crédito de particulares tem um risco associado relativamente maior do que o segmento de empresas, no exercício de 2021 assistiu-se a uma ligeira deterioração do rácio de cobertura da carteira em 1 p.p., atingindo os 8% em 2021, face aos 7% de 2020.

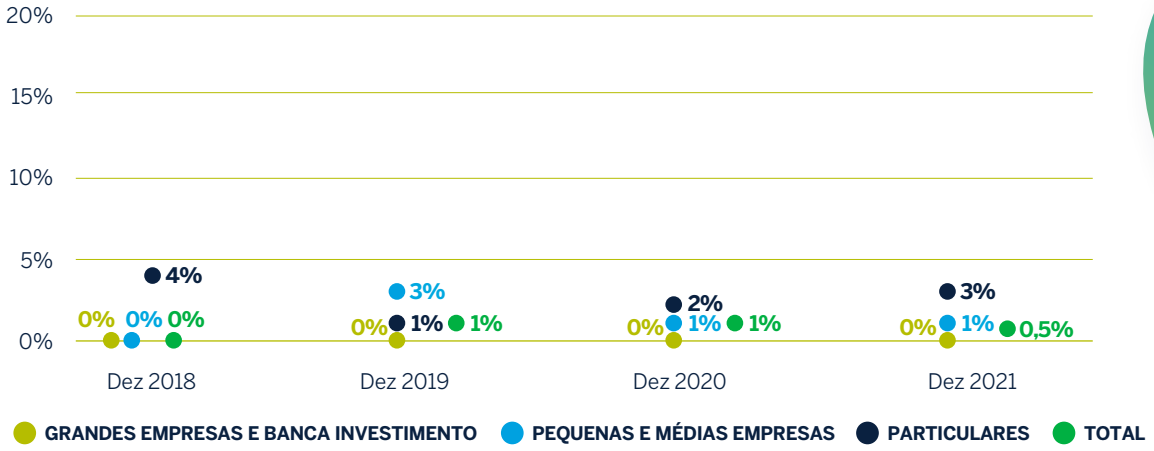
Paralelamente, o rácio de incumprimento superior a 90 dias da carteira de crédito, situou-se nos 0,5% para o ano de 2021, comparativamente a 1% em 2020. Contudo, observou-se uma ligeira deterioração do segmento de particulares no rácio de incumprimento acima de 90 dias, registando um ligeiro aumento em 2021 de 1,6p.p face aos 2% registados em 2020. Estes valores resultaram de uma avaliação contínua e de uma adequada gestão do risco por parte do Banco.

COBERTURA DA CARTEIRA DE CRÉDITO



Fonte: Demonstrações financeiras 2021
Nota: Cobertura da carteira de crédito = Imparidade de Crédito /Crédito Total Bruto

INCUMPRIMENTO SUPERIOR A 90 DIAS



Fonte: Demonstrações financeiras 2021
Nota: Incumprimento superior a 90 dias = Crédito em Incumprimento com mais de 90 dias/Crédito Total Bruto

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO

Com base na qualidade de crédito, os contratos são categorizados de acordo com os seguintes conceitos:

Incumprimento

A definição de incumprimento, que desencadeia a classificação de imparidade de crédito (*Stage* 3), é baseada na abordagem e nas definições internas de gestão do risco de crédito. Embora a determinação específica de incumprimento varie de acordo com a natureza do produto, ela está em conformidade com a definição de incumprimento da Basel aquando dos seguintes eventos:

- Improbabilidade de pagamento do montante devido na data de vencimento ou pouco tempo depois deste, sem que a contraparte recorra a alienações de títulos (tendo indícios objectivos por base);
- Quando a contraparte é devedora há mais de 90 dias.
- Créditos cujo agravamento de risco seja identificado.
- Processos de crédito em reestruturação
- Processos de alteração significativa contratual por dificuldades financeiras.
- Compras de créditos em incumprimento (POCI)

Crédito vincendo (PL ou *Performing Loans*)

- Crédito ainda não vencido, que cumpre todas as obrigações e condições contratuais. Os créditos cuja monitorização não requer especial atenção, são classificados de 1 a 21 na escala do Banco, enquanto que os que necessitem de monitorização regular são dadas classificações de 22 a 25, aplicável à carteira do CIB;
- Créditos que sofreram falhas contratuais nos pagamentos estando há menos de 90 dias em falta. É esperado que o valor facial seja recuperado. Neste caso a probabilidade de perda é baixa, mas poderá ocorrer aquando da persistência de condições adversas.

Crédito em incumprimento (NPL ou *Non-Performing Loans*)

- Créditos onde são identificados indícios de incumprimentos pelo Banco, como a quebra de obrigações ou condições contratuais, ou a existência de prestações em dívida há mais de 90 dias.

A tabela abaixo define a escala de *scoring* do Banco e é utilizada para garantir o alinhamento com as políticas de crédito do Banco.

ESCALA DE NOTAÇÕES CONSIDERDAS PELO BANCO.

	CLASSIFICAÇÃO	QUALIDADE DE CRÉDITO	*MOODY'S INVESTOR SERVICES*	*STANDARD & POOR'S*	*FITCH*
1-4	Investimento	Monitorização normal	AAA, AA1, AA2, AA3	AAA, AA+, AA, AA-	AAA, AA+, AA, AA-
5-7			A1, A2, A3	A+, A, A-	A+, A, A-
8-12			BAA1, BAA2, BAA3	BBB+, BBB, BBB-	BBB+, BBB, BBB-
13-21	Sub- investimento		BA1, BA2, BA3, B1, B2, B3	BB+, BB, BB-, B+, B, B-	BB+, BB, BB-, B+, B, B-
22-25		Monitorização próxima	CAA1, CAA2, CAA3, CA	CCC+, CCC, CCC-	CCC+, CCC, CCC-
INCUMPRIMENTO	Incumprimento	Incumprimento	C	D	D

Risco Operacional

O risco operacional é definido como o risco de perdas sofridas em consequência da inadequação, ou falha em processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. No SBA os vários subtipos de risco operacional são geridos e acompanhados pelo Departamento de Riscos Não Financeiros. Estes subtipos incluem os Riscos Fiscal, de Conduta, de Modelo, Legal, de Pessoas, de Conformidade, Contabilístico e Financeiro, de Informação, Cibernético, Tecnológico, de Continuidade do Negócio, Controlo de Crimes Financeiros, Ambiental, Social e de Governação, Activos Físicos, Segurança e Protecção, de Terceiros e Processamento de Transacções.

O Departamento de Risco Operacional, monitoriza, supervisiona e reporta temas de risco operacional nos seguintes fóruns:

- Gestão de continuidade de negócio e risco de informação
- Comité de Gestão de Risco da Comissão Executiva
- Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração

GOVERNAÇÃO

O modelo de gestão do Banco testa a capacidade de resposta em situações de crise do negócio, desde a sua ocorrência até à recuperação da operacionalidade das actividades do Banco, bem como prepara respostas em casos de emergência. **O Banco dispõe de:**

- Mecanismos de mitigação para eventos externos, nomeadamente mecanismos de segurança física e electrónica eficazes;
- Plano de continuidade de negócio, saúde e segurança no trabalho com foco em programas de primeiros socorros e evacuação ou centros de dados alternativos;
- Registo de activos de informação do Banco com as suas devidas classificações;
- Sistemas de detecção de fraude e branqueamento de capitais;
- A função de risco operacional é independente da função de gestão do negócio e faz parte da 2ª linha de defesa do sistema de controlo interno, sendo responsável por desenvolver e manter o modelo de governação de risco operacional e facilitar a sua adopção;
- Existem equipas dedicadas a cada Unidade de Negócio, bem como as áreas de especialização (ou seja, gestão de continuidade de negócio, gestão de risco de informação) que facilitam a adopção do modelo de governação de risco operacional.

DEPARTAMENTO DE RISCO OPERACIONAL

Risco de Activos físicos de Segurança e Protecção	Risco de Disrupção de Negócio	Risco Ambiental, Social e de Governação	Risco de Processamento de Transacções
Risco Legal	Risco Cibernético	Risco de Informação	Risco de Conformidade
Risco de Modelo	Risco de Tecnologia	Risco Tributário	Risco de Conduta
Risco Fiscal	Risco de Pessoas	Risco de Terceiros	Risco de Crimes Financeiros

POLÍTICAS DE RISCO OPERACIONAL

O Banco tem uma preocupação crescente com a mitigação do risco operacional, com um investimento contínuo para aplicação/transposição das melhores práticas internacionais para a sua realidade. A gestão do risco operacional no SBA, preconiza as políticas seguidas pelo Grupo e assenta, essencialmente, em pilares como:

- Gestão de incidentes
- Sistema Auto-avaliação de Controlos de Risco (RCSA)
- Indicadores Chave de Risco Operacional (KRI ou *Key Risk Indicator*)
- Análise de cenários de riscos

A FUNÇÃO DE RISCO OPERACIONAL

A função de risco operacional tem vindo a ganhar cada vez mais destaque no sector financeiro, dada a sua importância face a potenciais impactos negativos resultantes de uma gestão danosa.

Por sua vez, o risco operacional impacta outros tipos de risco, como o de crédito e o de liquidez. Desta forma, é essencial para o Banco implementar mecanismos de gestão robustos e eficazes, de forma a minimizar a exposição a este risco.

Para a identificação, monitorização e mitigação do risco operacional, o SBA recorre a 4 instrumentos de gestão de risco:

01

Política de gestão de incidentes

Política que regula a identificação, registo, investigação, quantificação e reporte de incidentes de risco operacional e subsequente implementação de medidas correctivas. Os incidentes devem ser reportados em 48 horas e introduzidos numa aplicação informática que permite a sua gestão centralizada.

02

***Key risk indicators* (KRI)**

Implementação de indicadores-chave de risco operacional que permitem monitorizar adequadamente os níveis de risco a que o Banco se encontra exposto, bem como todos os processos dos controlos implementados.

03

Risk control self-assessment

Metodologia de auto-avaliação de risco na qual são analisados os processos de negócio para identificar os riscos inerentes e actividades de controlo necessárias para a mitigação desses riscos.

04

Análise de cenários de risco

Ferramenta de abordagem de gestão avançado (AMA) para gerir o risco operacional. AMA é uma abordagem oficial do Grupo Standard Bank para o cálculo e alocação de capital de risco operacional.

2021 EM ANÁLISE

Nos últimos meses, os tópicos a seguintes moldaram a função, considerando um espectro mais amplo de riscos. **A função de risco operacional passou por uma mudança estrutural com um foco mais directo em todos os riscos não financeiros:**

A implementação de um novo *framework* de integração de novos fornecedores e a realização de uma análise e avaliação dos fornecedores considerados críticos. Isso permite que o Banco avalie sua capacidade de resposta em termos de a gestão da continuidade do negócio, o tratamento da informação, bem como os seus controlos ao nível da segurança física e electrónica.

A melhoria contínua e implementação de trabalho remoto e acesso a plataformas digitais para apoiar uma transformação pronta para o futuro.

O aprimoramento contínuo do sistema de Gestão de Risco Operacional (RMP), como a automação do processo de resiliência do negócio e a gestão de informação está em curso.

Revisão de políticas de risco não financeiro e planos de recuperação e resposta de bancos para se alinhar com as novas mudanças estruturais e lições aprendidas com a pandemia para garantir que nos mantenham resilientes para continuar a servir os Clientes.

Melhorias e implementação de novas funcionalidades na solução de robótica (Nala), um assistente virtual de risco. Nala é o primeiro assistente digital para risco não financeiro com a função de habilitar efectivamente o acesso a informação, proporcionando uma experiência única ao usuário, colaborar, solucionar problemas e apoiar o suporte à comunidade do risco.

Realização de campanhas de conscientização sobre o risco cibernético e privacidade de dados.

Realização de campanhas de conscientização e *webinars* sobre os benefícios das vacinas Covid-19, com o propósito de esclarecer dúvidas e preocupações e incentivar os colaboradores a aderirem ao processo de vacinação.

O Banco continua a apoiar condições de trabalho remotas para reduzir o risco de contaminação, com 50% da capacidade do Banco a trabalhar a partir de casa. Alguns funcionários trabalham em regime de rotatividade e as equipas são distribuídas pelos diferentes andares e instalações do Banco.

O Comité de Gestão de Crises, que tem como missão acompanhar a evolução da pandemia, continua a reunir sempre que necessário para tomar decisões sobre as melhores medidas de prevenção e de salvaguardar a saúde dos seus colaboradores.



Sede Sandard Bank Angola

Risco Taxa de Juro

Este risco refere-se ao risco presente e/ou futuro sobre os lucros e o capital do Banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afectem as posições da carteira bancária do Banco.

As alterações das taxas de juro afectam os lucros de um Banco alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um Banco também é afectado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor actual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afectando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais.

GOVERNAÇÃO

É responsabilidade do ALCO definir as orientações de gestão de risco da taxa de juro na carteira bancária (Interest Rate Risk of Banking Book – IRRBB), de modo a salvaguardar a margem financeira e valor económico dos fundos próprios do Banco.

A IRRBB é gerida pela Direcção de Tesouraria e Gestão de Capital (TCM), que tem total responsabilidade pela monitorização e medição do risco de taxa de juro a que o Banco está exposto, para posteriormente reportar os resultados ao ALCO.

GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

01

Risco de refixação

Surge aquando de divergências entre as maturidades residuais e/ ou de prazos de refixação da taxa de juro dos instrumentos financeiros.

02

Risco da curva de rendimentos

Sempre que existem alterações imprevistas na curva de rendimentos (taxa de juro) que têm consequências adversas no rendimento ou no valor económico do Banco. Ao contrário do risco de refixação, este admite a possibilidade de se verificarem alterações não paralelas na curva de rendimentos, constituindo, por isso, um refinamento de abordagem face ao anterior.

03

Risco de indexação

Consequência da correlação imperfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, que de outro modo têm características de refixação semelhantes, por dependência de diferentes indexantes.

04

Risco de opção

Resultado da inclusão de cláusulas de opção em instrumentos de balanço, ou nas contas extrapatrimoniais, que facultam ao proprietário não a obrigação, mas apenas o direito de comprar, vender, ou de alguma alterar o fluxo financeiro associado a um instrumento financeiro.

PRINCÍPIOS DE GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

Análise de Sensibilidade do Valor Económico

O valor económico do activo e passivo das Instituições Financeiras é afectado por variações nas taxas de juro do mercado. Este valor representa uma avaliação actual dos seus fluxos de caixa líquidos futuros.

Ao contrário da perspectiva de sensibilidade da margem de juros, a perspectiva do valor económico oferece uma visão mais abrangente dos possíveis efeitos e impacto das alterações das taxas de juro no longo prazo.

As alterações no valor económico por consequência do choque padrão das taxas de juro, serve de base para o cálculo do risco associado a este valor. Assim, é realizada uma quantificação dos efeitos das variações da taxa de juro no valor económico através da aplicação de ponderadores de sensibilidade para cada banda temporal.

Actualmente, o alerta de apetência de risco do valor económico do SBA é 20% da soma dos fundos próprios de base (Nível 1) e fundos próprios complementares (Nível 2).

Análise de estatística de *gaps*

Esta análise quantifica o impacto na margem financeira de juros, causado por alterações das taxas de juro.

Os activos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis a taxa de juro, são colocados em bandas temporais com base nas respectivas características de refixação da taxa de juro. Deste modo, o gap de refixação surge da subtracção dos passivos em cada uma das bandas temporais aos activos correspondentes. Para dar um número aproximado da alteração na margem de juros, resultante do anteriormente referido movimento das taxas de juro, estes gaps podem ser multiplicados por uma suposta alteração nas taxas de juro. Contudo, não são especificados quaisquer limites de tolerância ou alertas de apetência ao risco, devido às limitações desta metodologia.

Análise de sensibilidade da margem financeira

Para quantificar a exposição prevista do Banco às taxas de juro, é utilizada uma previsão dinâmica e prospectiva da margem de juros.

Para tal, de forma a determinar o impacto que estas alterações possam ter na margem de juros futura, é necessária uma abordagem que envolve um balanço reinvestido e a previsão de cenários de taxas de juro.

Para calcular o impacto das alterações das taxas de juro na margem de juros e nos preços de mercado dos instrumentos da carteira bancária, devem ser considerados pelo menos 12 meses de previsão. Esta análise permite não só a interacção dinâmica de pagamentos e taxas de juro, como também captura o impacto das opções incorporadas e explícitas.

MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA EM CONDIÇÕES NORMAIS DE MERCADO:

A exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária nos cenários de taxa de juro optimista, esperado e em baixa deve ser quantificado e relatado mensalmente ao ALCO. Estes cenários devem ser específicos para o tipo de moeda, seja nacional ou estrangeira, e basear-se em possíveis alterações das taxas de juro no curto prazo que poderão acontecer devido a aumentos ou cortes das taxas de referência pelo BNA e/ou alterações das taxas de juro de mercado no curto prazo.

MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA PARA EFEITOS DE TESTE DE *STRESS* MACROECONÓMICO:

Considerando os termos exigidos pelo regime de governação de testes de *stress* do SBA, os testes de *stress* macroeconómicos devem ser realizados pelo menos uma vez por ano.

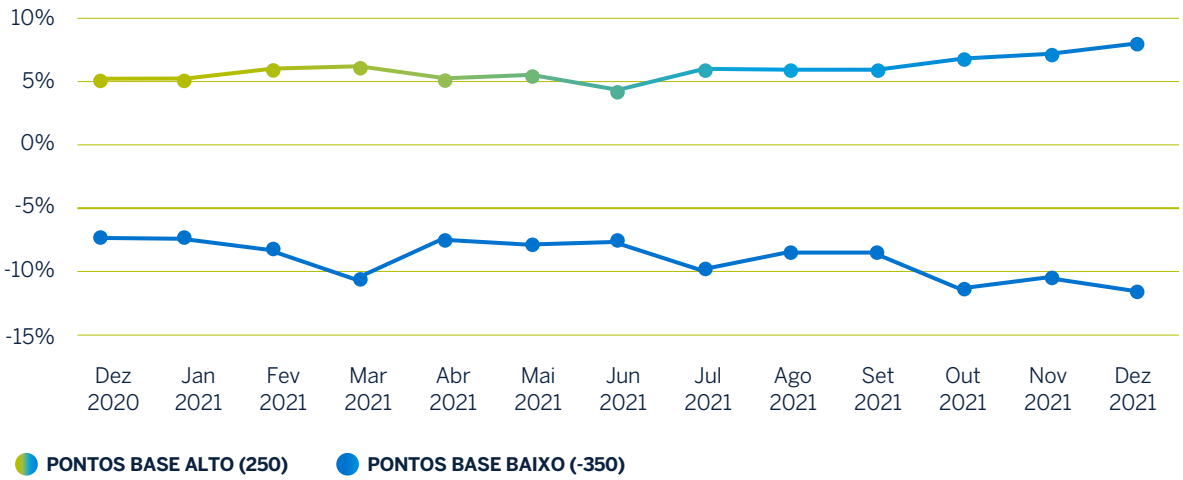
MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA EM CONDIÇÕES DE MERCADO ADVERSAS:

Quantificação e relato mensal ao ALCO da exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária em condições de mercado adversas. Para esta análise são aplicados choques paralelos (up and down) de taxa de juro nos activos e passivos, que têm como limite de tolerância um máximo de alteração negativa igual a 10% da margem de juros prospectiva para 12 meses. O princípio orientador é que o choque de taxa de juro deve reflectir um ambiente de taxas razoavelmente incomum e adverso que seja suficientemente significativo para capturar, para além do delta, os efeitos das opções incorporadas e da convexidade existente nos activos e passivos do Banco.

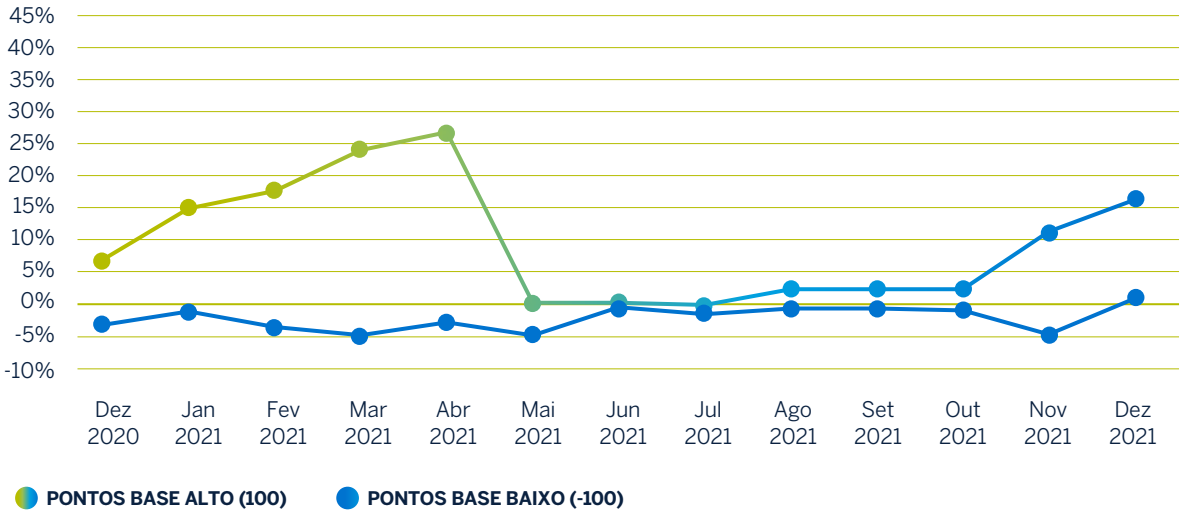




MOEDA NACIONAL



MOEDA ESTRANGEIRA



Segundo as tabelas acima, é possível constatar que em 2021, o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional, como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano (que continua a ser a única moeda estrangeira, cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária).

Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB) que tem Basileia III como base.

De acordo com os requisitos do regulador sul-africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os *gaps* de taxa de juro para cada uma das bandas temporais.

Consiste numa previsão dinâmica e prospectiva da margem financeira para quantificar a exposição antecipada do Banco à taxa de juro. Envolve a previsão de alterações da estrutura do balanço e dos cenários de taxa de juro, para determinar o efeito que estas alterações possam ter em receitas futuras. A análise é realizada para condições de mercado normais e para condições de mercado extremas.



Sede Sandard Bank Angola

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco de que o Banco, embora solvente, não possa manter ou gerar recursos financeiros suficientes para atender às suas obrigações totais de pagamento na maturidade, ou só possa fazê-lo em termos materialmente desvantajosos.

Risco de liquidez de Financiamento

Representa o risco dos financiadores do Banco retirarem ou não renovarem o seu financiamento.

Risco de liquidez de Mercado

Associado ao risco de transformar activos líquidos em ilíquidos, por ocorrência de uma perturbação generalizada dos mercados, que leve a potenciais perdas, como consequência da venda forçada de activos que resulte em rendimentos abaixo do seu justo valor de mercado.

GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ

01

Gestão táctica de liquidez (curto prazo)

- Gestão diária de liquidez
- Gestão de fluxos de caixa de curto prazo
- Monitorização dos requisitos de caixa

02

Gestão estrutural de liquidez (longo prazo)

- Garantia de estrutura apropriada do balanço
- Determinação e aplicação do perfil comportamental
- Gestão dos fluxos de caixa de longo prazo
- Indicação dos requisitos de fundos a longo prazo
- Garantia de preços de transferência de fundos (FTP)

03

Gestão contingente do risco de liquidez

- Monitorização e gestão de indicadores antecipados de alerta
- Estabelecimento e manutenção de um plano formal de contingência de liquidez
- Realização de testes de *stress* de liquidez regulares e análise dos diversos cenários

A gestão de liquidez do Banco foi criada para garantir uma gestão completa e ampla do risco de liquidez, de forma a garantir o cumprimento dos rácios prudenciais e dos requisitos internos mínimos (em ambas as moedas nacional e estrangeira).

Para cada moeda material (quando os depósitos totais específicos nesta moeda excederem 5% do total do passivo relacionado com Clientes) são calculados os seus limites de tolerância, alertas de apetência de risco, elementos de monitorização e os requisitos adicionais.

GOVERNAÇÃO

Como anteriormente referido, no SBA é responsabilidade do ALCO estabelecer as linhas orientadoras de gestão do risco de liquidez, de forma a proporcionar a gestão dos recebimentos e pagamentos adequada e atempada.

Para tal, a TCM responsabiliza-se pela gestão do risco de liquidez, monitorizando e medindo o risco de liquidez a que o Banco está exposto e reporta os resultados ao ALCO.

Princípios de Gestão de Risco de Liquidez

- *Stress* de liquidez e teste de cenário;
- Gestão do desfasamento estrutural de liquidez;
- Rácio de financiamento a longo prazo;
- Manutenção de níveis mínimos de activos líquidos;
- Restrições à concentração de depósitos;
- Testes de *stress* e análises de cenário;
- Planos de contingência de liquidez;
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda local;
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda estrangeira;
- Dependência do mercado interbancário;
- Gestão de liquidez intra-diária;
- Gestão de garantias (colaterais);
- Gestão do fluxo de caixa diário;
- Preços de transferência de fundos (FTP);
- Planos de financiamento;
- Quantificação do risco de financiamento

POLÍTICA DE RISCO DE LIQUIDEZ

Norma de Risco de Liquidez

Determina e define os princípios em que o SBA assume riscos de liquidez, assim como o quadro geral para governação, identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte de forma consistente e uniforme.

Política de Risco de Liquidez

Estabelece os princípios de gestão de risco de liquidez concretos para o Banco, em conformidade com a norma de risco de liquidez definida pelo Grupo Standard Bank.

Documento de métodos de criação do perfil comportamental face ao risco de liquidez

Para a análise de risco de liquidez, tem como objectivo identificar um perfil de maturidade dos activos e passivos para análise de risco de liquidez.

Gestão do desfasamento estrutural de liquidez

Tem como objectivo medir a liquidez do Banco, através das diferenças entre as entradas e saídas de caixa, dentro de bandas temporais diferentes (assumindo uma escalada de maturidades limitada aos 12 meses).

A medição desta liquidez, é feita através dos fluxos de caixa ajustados ao perfil comportamental dos activos e passivos. De acordo com a sua probabilidade de vencimento, estas são enquadrados nas diversas bandas temporais.

De forma a evidenciar potencial risco de liquidez, antecipando as disparidades entre as entradas e saídas de caixa, a análise do desfasamento estrutural é feita regularmente.

Para tal, a posição de liquidez do Banco é avaliada através do desfasamento cumulativo líquido, em cada banda temporal, como percentagem do total do passivo relacionado com Clientes – através das saídas agregadas de fluxo de caixa subtraídas às entradas agregadas em cada banda temporal.

De forma a restringir este desfasamento acumulado nas diferentes bandas temporais, o Banco define limites internos.

Plano de contingência de liquidez

Pretende garantir a disponibilidade adequada de liquidez durante situações adversas e proporcionar um mecanismo de resposta pré-planeado para gestão das eventualidades temporárias e de longo prazo.

Adicionalmente, tem como objectivo servir como mecanismo de resposta pré-planeado de gestão de potenciais situações adversas. Incorpora os diversos elementos que permitem identificar, avaliar, comunicar e remediar um evento de crise de liquidez, para que desta forma o Banco possa ter acesso a uma resposta rápida e eficaz durante períodos de crise de liquidez.

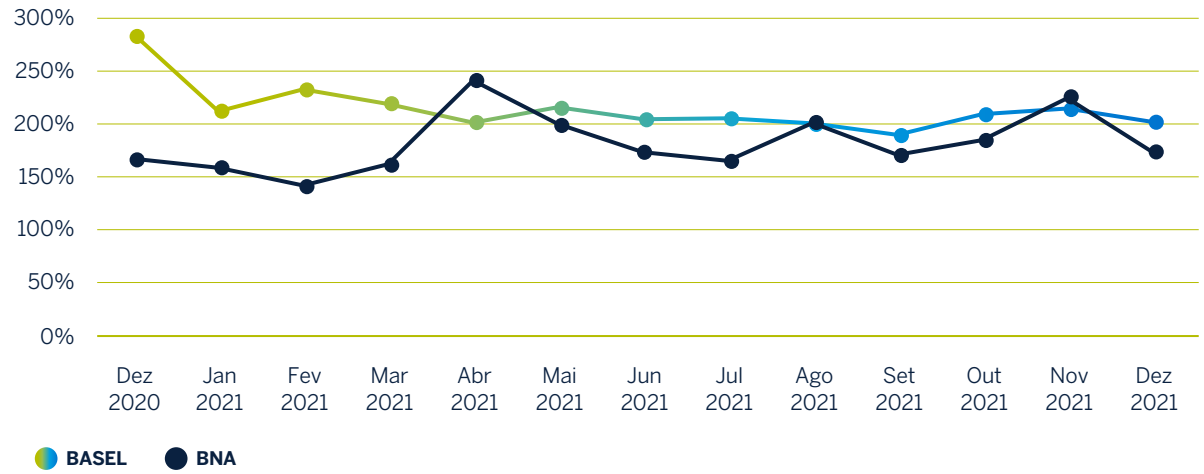
Assim que revisto pela TCM e aprovado pelo ALCO, o plano deve ser formalmente reconhecido e adoptado pelo Conselho de Administração do Banco.

Monitorização do rácio de liquidez BNA e Basileia III

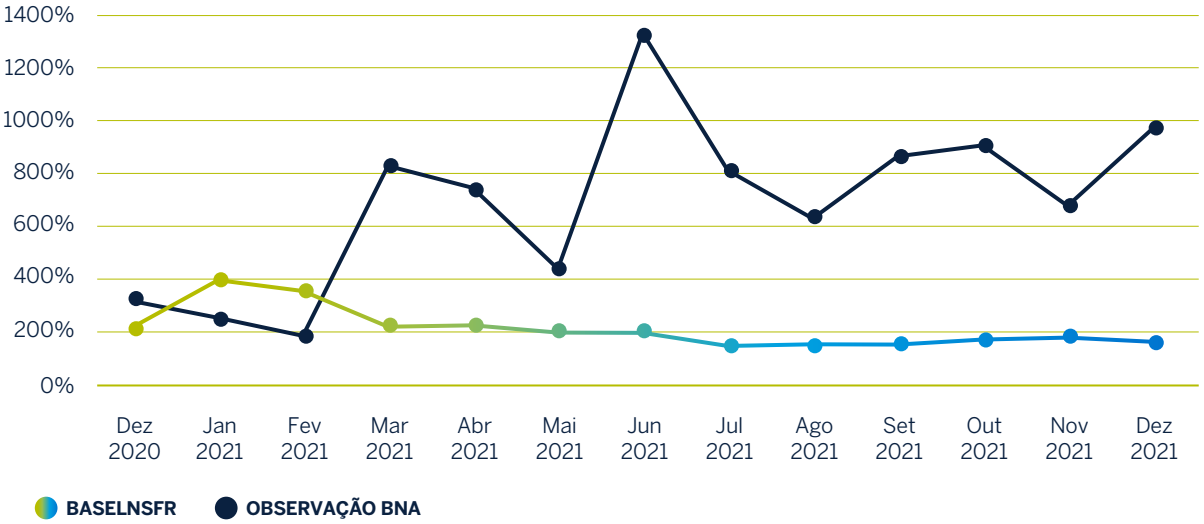
O reporte dos rácios de liquidez deve ser feito ao BNA, de acordo com a legislação local, e ao regulador de África do Sul (SARB ou *South African Reserve Bank*), de acordo com Basileia III.

Na metodologia Basileia III, o objectivo do rácio de cobertura de liquidez é promover a resiliência dos activos líquidos de curto prazo, ao reconhecer o valor integral dos títulos no seu método de cálculo. Por outro lado, a legislação angolana tem como objectivo garantir que o Banco detém os activos líquidos suficientes para fazer face às suas necessidades de liquidez de curto prazo, através do rácio entre os activos líquidos e a diferença entre as saídas e entradas de fluxo de caixa.

RISCO DE LIQUIDEZ: BNA E BASILEIA III



RÁCIO DE OBSERVAÇÃO: BNA E BASILEIA NSFR





O Banco reporta o rácio de observação em conformidade com o Instrutivo n.º 19/16 do BNA. Adicionalmente, calcula o Rácio de Financiamento Líquido Estável (NSFR) de acordo com a estrutura de Basileia III, tanto para os balanços patrimoniais em moeda nacional como para estrangeira, para reporte ao Grupo. O gráfico acima mostra a variação de ambos os rácios do SBA, ao longo do ano de 2021.

De acordo com o BNA, o Banco deve atingir 100% no rácio de observação. No entanto, de acordo com políticas internas, o Banco mais do que garante esses limites em ambos os rácios, aplicandos limites de apetite de 102,5%.

Encontram-se de seguida os princípios internos com maior influência na actividade de gestão de liquidez do Banco:

TESTE DE *STRESS* DE LIQUIDEZ E ANÁLISE DE CENÁRIOS

Realização de testes de *stress* de liquidez internos para identificar eventuais fontes de crise de liquidez e assegurar que as exposições actuais estão dentro dos limites de tolerância e do perfil de risco definido pelo Banco. Estes incluem cenários sistémicos e específicos ao Banco (individualmente e combinados, sempre que possível).

Tanto os testes de *stress* como a análise de cenários são baseados em episódios históricos e hipotéticos, devendo estar sempre em conformidade com os requisitos regulamentares, quando aplicável.

Apesar do Banco monitorar o rácio de liquidez diariamente, de acordo com o Instrutivo n.º 2/17 do BNA, o Banco deve realizar testes de esfoço anualmente de forma a ter uma gestão do risco efectiva e eficiente, bem como salvaguardar liquidez, assim como apoiar no processo de planeamento e gestão do capital e da liquidez e outros.

Para tal, é feita uma análise de cenário aplicando os resultados ao balanço do Banco com objectivo de aferir como é que potenciais variações afectariam os rácios de liquidez numa perspectiva futura.

O quadro abaixo ilustra a posição de liquidez no final de Dezembro 2021 e as posições de liquidez futuras após as variações no balanço resultantes dos cenários identificados.

RESULTADOS TESTE DE *STRESS*

	KWANZAS	USD
Rácio Liquidez / Dez 2021	130%	198%
Rácio de Liquidez *stress* / Dez 2022	121%	198%
Rácio de Liquidez *stress* / Dez 2023	123%	177%
Limite de tolerância	110%	160%
Apetite	115%	176%

Face ao exposto, verifica-se que o rácio de liquidez continuará muito acima do limite de tolerância (100%) e da apetite (105%), o que significa, que num cenário de *stress* o Banco ainda conseguiria honrar com as suas obrigações nos respectivos períodos 2020 e 2021, como resultado de uma gestão efectiva da liquidez e das políticas internas e externas que obrigam ao Banco a manter o mínimo de activos líquidos que corresponda as saídas líquidas em cenários atípicos tanto no mercado quanto no próprio Banco.

MANUTENÇÃO DE NÍVEIS MÍNIMOS DE ACTIVOS LÍQUIDOS

Com o objectivo de manter os requisitos prudenciais e de teste de *stress* interno, o Banco mantém um portfolio de activos líquidos, podendo desta forma proteger-se contra perturbações inesperadas nos fluxos de caixa.

O valor agregado dos activos líquidos do SBA não onerados, às cotações de fecho do dia menos um desconto de venda forçada, deve sempre ultrapassar o maior entre 5% dos passivos relacionados com os Clientes e ainda, o limite prudencial imposto pela entidade reguladora.

A tabela abaixo apresenta os activos líquidos (milhões de Kz) do Banco a 31 de Dezembro de 2021:

ACTIVOS LÍQUIDOS

	MOEDA NACIONAL	MOEDA ESTRANGEIRA
Notas e Moedas	9,31	1,15
Disponibilidade no BNA	32,40	55,46
Contas Nostro	-	147,34
Aplicações em Instituições de Crédito (até 1 mês)	14,36	-
Aplicações em Títulos	109,11	-
Outros Activos Líquidos	-	-
Total de Activos Líquidos (TAL)	150,82	188,10
Mínimo (TPRC x5%)	21,69	12,22
TAL/ TPRC	35%	77%
Total do Passivo Relacionado com o Cliente (TPRC)	434	244

Risco Reputacional

O risco de reputação é o dano real ou potencial para a imagem do Banco que pode prejudicar a rentabilidade e a sustentabilidade de seus negócios. Esses danos podem resultar de uma quebra de confiança ou relações de negócios por parte dos Clientes, contrapartes, accionistas, investidores ou reguladores, bem como partes sociais interessadas mais amplas que podem afectar negativamente a capacidade do Banco de manter relacionamentos existentes ou gerar novos relacionamentos e acesso continuadas fontes de financiamento. O SBA tem valores e um código de ética definidos os quais fornecem orientações sobre os comportamentos e tomada de decisão que auxiliam a gestão do risco reputacional. Está a ser implementada uma estrutura de risco de conduta para apoiar este processo.

Um dos principais objectivos do SBA é manter o foco na excelência do serviço prestado junto do Cliente e impulsionar melhorias constantes na experiência do mesmo. Neste sentido, há uma constante preocupação com a dimensão de riscos reputacionais.

Com o intuito de garantir que as actividades de potencial impacto nos Clientes estão alinhadas com os procedimentos internos do Banco, é adoptado um guia interno com os procedimentos e legislação associados.

Deste modo, o SBA consegue gerir as situações de risco reputacional a que se encontra exposto, minimizando a percepção negativa dos *stakeholders*. De entre os diversos métodos de gestão do risco reputacional, o Código de Ética do Banco é essencial como forma de mitigação do risco reputacional e é um ponto de referência para todos os Colaboradores do Banco. A Comissão Executiva é o último responsável pelo cumprimento do Código de Ética.

GOVERNAÇÃO

Existe uma área específica responsável pela gestão do risco de reputação, em linha com a preocupação do Banco com a sua reputação junto de Clientes, Fornecedores, Contrapartes, Accionistas, Investidores e Reguladores.

Esta área procura identificar potenciais situações com impacto para o Banco e promove diversas actividades que garantam uma adequada gestão do risco reputacional.

Adicionalmente, a gestão das reclamações efectuadas pelos Clientes, são geridas por esta área garantindo uma resolução eficaz através da identificação da causa e respectivos planos de acção, por forma a que não existam recorrências, assegurando, assim, a satisfação contínua dos Clientes.

O Banco pretende conhecer e satisfazer continuamente as necessidades dos Clientes e contribuir para a eliminação do risco reputacional que possa estar associado à qualidade dos serviços.

OS PRINCIPAIS PILARES DA GESTÃO DO RISCO REPUTACIONAL

Código de Ética

De modo a assegurar que os Colaboradores actuam em conformidade com os princípios e valores do Banco, existe um Código de Ética de referência. Este documento é apresentado a todos Colaboradores no âmbito do programa de acolhimento.

Brand Awareness

A área de Relações Institucionais gere a marca SBA, identifica e avalia quaisquer notícias que envolvam o nome do Banco e possa impactar a sua actividade e/ ou reputação. Deste modo, o Banco consegue actuar com eficiência perante quaisquer acontecimentos que envolvam, de forma menos positiva, o nome da Marca.

Gestão de Reclamações

Sendo a prestação de um serviço de excelência ao Cliente um aspecto primordial da estratégia do Banco, é dada especial atenção à gestão de reclamações, identificando e acompanhando as causas da reclamação e garantindo o cumprimento do prazo de resposta e resolução estabelecido no Aviso n.o 12/16 do BNA.

QUALIDADE DE SERVIÇOS

A área de Qualidade de Serviços do SBA tem como foco principal, proporcionar uma experiência positiva aos Clientes, sempre que estes interajam com o Banco, conseguindo ultrapassar positivamente as expectativas do Cliente e garantir um atendimento de excelência.

A Voz do Cliente

Para o Banco prestar um serviço de Excelência é necessário ouvir a Voz do Cliente. O SBA possui mecanismos de avaliação da Satisfação do Cliente. Esta avaliação é feita anualmente e permite conhecer as necessidades dos Clientes, as suas ambições e preocupações. Associado a este sistema de avaliação está implementada uma plataforma que permite fazer a gestão de todas as reclamações e pedidos de serviços.

Através da análise dos dados provenientes dos sistemas acima mencionados, são elaborados planos de acção direccionados a cada situação de forma a assegurar a não existência de recorrências e, consequentemente, reduzir exponencialmente a probabilidade associada ao risco reputacional dos serviços prestados pelo Banco.

Métodos e sistemas de transacção

Avaliação da eficiência e eficácia dos diversos sistemas de transacção, nomeadamente:

- Automatização de processos;
- Redefinição de SLAs, prioritizando as necessidades dos Clientes;
- Métricas de *Turn Around Time* (TAT);
- Dinamizar o uso das plataformas digitais disponíveis e dos serviços associados através de campanhas alinhadas com as áreas de negócio e os pilares estratégicos do Banco.

Reclamações, pedidos de serviço e de esclarecimento

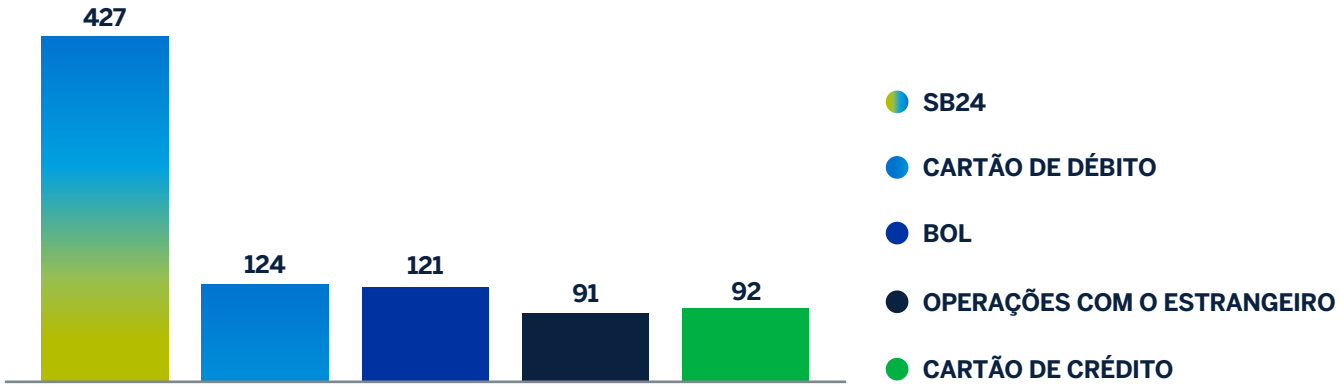
Através das reclamações e ou pedidos de serviço, identificam-se falhas humanas, processuais e tecnológicas, o que permite identificar oportunidades de melhoria. Através desta identificação de oportunidades de melhoria, é possível implementar alternativas em colaboração com todas as partes envolvidas.

Eficiência dos sistemas

- Análise da operacionalidade dos sistemas do Banco (*uptime e downtime*);
- Análise do funcionamento de ATMs;
- Acompanhamento e monitorização de todas as solicitações de serviços e reclamações no sistema *Service Cloud/* QRM;



TOP 5 RECLAMAÇÕES POR PRODUTO



Clientes Activos
51 654

Total Reclamações
855

Os números apresentados fornecem a clara perspectiva da qualidade do serviço prestado pelo SBA, onde o total de reclamações tem um peso de 2% no universo total de Clientes.

O maior número de reclamações está relacionada com a aplicação informatica que sofreu uma melhoria significativa em 2021 em resultado do investimento nos sistemas aplicacionais do Banco, melhorando a interacção entre o Banco e o Cliente.

Risco de *Compliance*

Este risco compreende a probabilidade de ocorrência de sanções legais ou regulamentares que pode resultar em perdas financeiras materiais ou na perda da reputação do Banco devido à incapacidade de cumprir leis, regulamentos, regras e normas de conduta aplicáveis à sua actividade.

A abordagem proactiva do Banco na gestão do risco de *Compliance* está alinhada com os padrões do Grupo Standard Bank, que se baseiam em princípios e requisitos regulatórios internacionais.

O objectivo da função de Compliance é alcançado através da adopção da abordagem baseada no risco que permite ao Banco identificar, gerir e mitigar eficazmente o risco de *Compliance*. Paralelamente aos procedimentos internos adoptados pelo SBA, a comunicação regular e transparente, assente na confiança mútua com os órgãos reguladores, é uma mais-valia na gestão deste risco.

GOVERNAÇÃO

Realizado de forma contínua, este trabalho envolve a validação periódica da aderência ao material de maior risco, legislação aplicável, políticas, normas e padrões. O *scope* de tais actividades de monitorização e teste garante que o Banco cumpra continuamente com os seus riscos materiais de conformidade. Esta monitorização de rotina inclui os seguintes procedimentos:

- Conclusão da formação de *Compliance* para todos os Colaboradores;
- Declaração de contas de negociação e contas de funcionários para garantir que a negociação excessiva seja limitada e os conflitos sejam limitados e conflitos de interesse evitados;
- Cadastro e processos de “brindes” e “entretenimento”;
- Declaração de interesses comerciais externos.

AVALIAÇÃO DE RISCO DE *COMPLIANCE*

A avaliação de risco de compliance no SBA, inicia-se com a identificação dos eventos de subjacentes e que possam impactar este tipo de risco.

Daí é efectuada a medição do risco de *compliance* através da determinação do impacto, que descreve a severidade ou significância do requisito de compliance e da probabilidade de ocorrência, tendo como referência o ambiente de controlo actual do Banco.

Desta forma o processo de avaliação de risco de *compliance*, identifica o risco e estabelece o que pode levar ao não cumprimento do requisito. Possibilita ainda a indicação da medida em que os requisitos de compliance estão a ser geridos no Banco e é uma fonte de referência para os planos e testes de monitorização de compliance a serem realizados.

RISCO DE INVESTIGAÇÃO E FRAUDE

Integrada na equipa de *Compliance* desde Setembro de 2020, a Unidade de Investigação e Risco de Fraude (IFR) tem aproveitado esta oportunidade para estabelecer sinergias com as restantes áreas de *Compliance*, de forma a apresentar em 2021 uma nova dinâmica no âmbito da gestão de fraude e risco, com principal foco em satisfazer com excelência as necessidades dos *stakeholders*.

Prevenção e Sensibilização

O ano de 2021 foi importante para consolidar a nossa estratégia de gestão de risco de fraude. Para além do lançamento em Agosto do curso sobre conceitos gerais de Fraude, a partilha via comunicação interna de boas práticas de prevenção de fraude, assim como a consciencialização dos diferentes canais de reporte de fraudes, foi-nos possível concluir 3 exercícios de investigação pró-activa onde foram efectuadas análises de tendências e testes de detalhe de forma a prevenir o risco de fraude.



Foco para 2022

O SBA destaca um conjunto de dimensões a serem endereçadas em 2022 no âmbito da função de risco:

01 Finalizar a implementação do novo sistema de integração de fornecedores e garantir que todas as áreas usem o sistema para o efeito. Passar a realizar a análise e avaliação dos fornecedores considerados críticos a partir da plataforma;

02 Realizar testes de Recuperação de desastres aos sistemas definidos como críticos pelas áreas, de forma a identificar proactivamente novas e potenciais lacunas que careçam de atenção após a migração do *Datacenter* para as novas instalações do Banco;

03 Digitalizar o processo de análise de impacto do negócio e a gestão dos planos de continuidade na plataforma de gestão de Risco (RMP);

04 Aprimorar e amadurecer o processo de gestão de acessos lógicos no sentido de garantir que a informação sensível não é partilhada com pessoas indevidas;

05 Melhorar o perfil de risco operacional atingindo a maturidade adequada na gestão de informação e gestão de dados, garantindo assim que todo activo de informação é devidamente classificado, armazenado, destruído e mantido de acordo as normas, políticas e gestão de boas práticas existentes;

06 Melhoria da monitorização e controlo dos riscos não financeiros no processo de gestão de incidentes, avaliação de riscos por área e principais riscos do Banco, assim como a implementação e actualização das políticas de Riscos não Financeiros;

07 Implementar uma ferramenta online de prevenção de fraudes para monitorizar contas e canais digitais. Implementar um sistema de classificação automática da informação produzida, no sentido de garantir que a informação sensível não é partilhada com pessoas indevidas;

08 Implementar uma ferramenta de avaliação de risco de fiscal com capacidade em tempo real de revisão da base de Clientes;

09 Implementar um sistema de classificação automática da informação produzida, de forma a garantir que a informação sensível não seja partilhada com pessoas indevidas ou fora do Banco;

10 Implementar uma estrutura de risco de conduta e formação de um comité de conduta de defesa;

11 Implementar e incorporar um sistema de gestão de risco de terceiros e avaliação de fornecedores para avaliar sua resiliência cibernética por forma a rever e avaliar consistentemente os fornecedores considerados críticos.





4.4 Resultados Financeiros

Para o SBA, a criação de valor para os seus Accionistas está intimamente ligada com a criação de valor para a Sociedade, e os dados financeiros de 2021 representam o sucesso desta relação.

Os indicadores do SBA

Análise de Balanço

No exercício de 2021 o Standard Bank de Angola verificou um aumento de 10% no valor do seu activo total o qual se suportou essencialmente na retenção do valor gerado pela sua actividade operacional e no contínuo reinvestimento em activos de reduzido risco e de elevada rentabilidade, contribuindo desta forma para a sustentabilidade do seu crescimento a longo prazo.

	(milhares de kwanzas)			(milhares de usd)		
BALANÇO	**31.12.2021**	**31.12.2020**	**Variação**	**31.12.2021**	**31.12.2020**	**Variação**
Activo						
Disponibilidades	212 206 046	212 701 958	0%	382 366	327 433	17%
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	186 984 054	142 266 522	31%	336 920	219 005	54%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	181 656	1 824 677	-90%	327	2 809	-88%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	162 789 363	89 032 526	83%	293 324	137 057	114%
Investimentos ao custo amortizado	91 706 497	235 843 696	-61%	165 243	363 058	-54%
Crédito a Clientes	234 174 153	140 309 033	67%	421 950	215 992	95%
Imobilizado	51 874 501	46 297 659	12%	93 471	71 271	31%
Outros activos	28 357 630	12 006 267	136%	51 097	18 482	176%
Total de Activo	**968 273 900**	**880 282 338**	**10%**	**1 744 697**	**1 355 106**	**29%**
Passivo e capital próprio						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	26 524 169	894 112	2867%	47 793	1 376	3372%
Recursos de clientes e outros empréstimos	678 257 533	691 667 486	-2%	1 222 127	1 064 753	15%
Responsabilidades representadas por títulos	-	4 745 970	-100%	0	7 306	-100%
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	214 709	-100%	0	331	-100%
Provisões	3 287 749	2 796 343	18%	5 924	4 305	38%
Passivos por impostos correntes	17 518 310	2 918 522	500%	31 566	4 493	603%
Passivos subordinados	16 704 348	19 553 301	-15%	30 099	30 100	0%
Outros passivos	55 971 373	40 509 524	39%	101 798	62 360	63%
Total do Passivo	**798 788 238**	**763 299 967**	**5%**	**1 439 307**	**1 175 024**	**22%**
Capital próprio						
Capital Social	9 530 007	9 530 007	0%	17 172	14 670	17%
Reservas e resultados transitados	84 219 343	71 321 276	18%	151 752	109 792	38%
Resultado líquido	75 736 312	36 131 088	110%	136 466	55 620	145%
Total do Capital Próprio	**169 485 662**	**116 982 371**	**45%**	**305 390**	**180 083**	**70%**
Total do Passivo e do Capital Próprio	**968 273 900**	**880 282 338**	**10%**	**1 744 697**	**1 355 106**	**29%**

Análise de Balanço

ACTIVO

A 31 de Dezembro de 2021 o SBA registou um activo no montante de 968 273 milhões Kz, representando um aumento de 10% face ao exercício de 2020. Esta evolução resultou essencialmente do aumento das rubricas de aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (+31%) e crédito a Clientes líquido de imparidade (+67%), que compensaram a diminuição verificada nos investimentos em títulos, nomeadamente os registados nas rubricas de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e investimentos ao custo amortizado (-22%).

Este incremento do activo, decorre da política de investimento seguida pelo Banco, privilegiando activos de risco reduzido com níveis de rentabilidade elevados, nomeadamente títulos da República de Angola. O ano de 2021 beneficiou ainda de um *upgrade* do *rating* associado a República de Angola, levando à reversão significativa de perdas por imparidade esperadas.

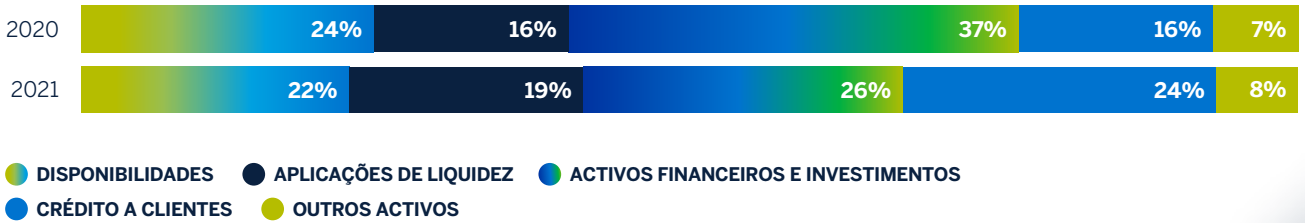
Activo

968 273

Milhões de Kwanzas

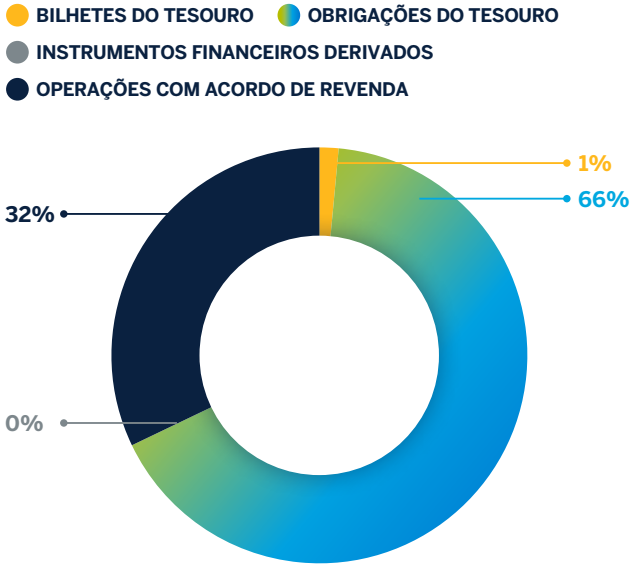
+ 10%

COMPOSIÇÃO DO ACTIVO

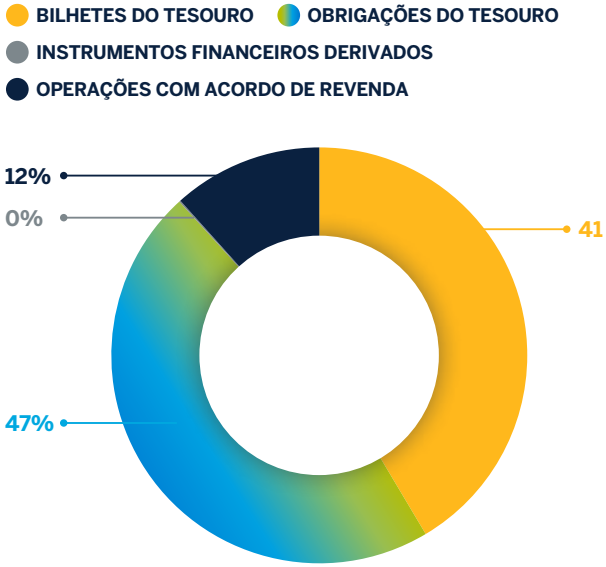


A estratégia seguida pelo Banco levou a uma substituição de activos financeiros reduzindo a sua exposição a bilhetes do tesouro e substituindo por activos contratados com o Banco Nacional de Angola nomeadamente contratos de aquisição de títulos com acordo de revenda (REPOs), motivado pela sua crescente rentabilidade e liquidez. Esta substituição justifica a redução significativa verificada na rubrica de investimentos ao custo amortizado e o aumento da rubrica de aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito.

2021



2020



Por outro lado, o crescimento verificado no crédito concedido foi o reflexo da intenção do Banco em criar um impacto positivo nas comunidades onde opera, tendo financiado 25 projectos desembolsando 132 601 milhões Kwanzas ao abrigo do Aviso 10/2020 e diplomas subsequentes. Estas operações de crédito, apresentam características que permitem aos empreendedores financiar-se com taxas de juro mais reduzidas incrementando desta forma a viabilidade dos seus projectos, e contribuindo para a geração de emprego.

Crédito Concedido

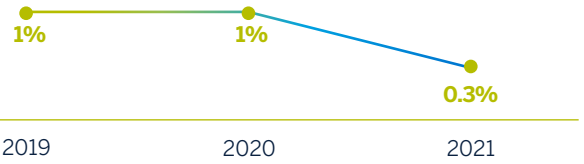
83 874

Milhões de Kwanzas

Rácio de transformação

35%

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO[2]



[2] Crédito vencido com mais de 90 dias/ crédito concedido bruto

CRÉDITO

	Milhares AOA			Milhares USD		
	2021	2020	Variação	2021	2020	Variação
Operações de crédito	238 167 618	142 134 946	68%	429 146	216 595	98%
Operações de crédito em incumprimento	791 254	939 752	-16%	1 426	1 432	0%
CRÉDITO TOTAL	**238 958 872**	**143 074 698**	**67%**	**429 146**	**216 595**	**98%**
Perdas por Imparidade	-4 784 719	-2 765 665	73%	-8 621	-4 215	105%
CRÉDITO LÍQUIDO	**234 174 153**	**140 309 033**	**67%**	**420 524**	**212 380**	**98%**
Garantias prestadas	21 474 004	24 435 726	-12%	38 693	37 237	4%
Cartas de crédito	5 437 928	14 172 410	-62%	9 798	21 597	-55%
Limites de crédito não utilizados	48 495 977	77 374 898	-37%	87 383	117 909	-26%
RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	**75 407 909**	**115 983 034**	**-35%**	**135 875**	**176 743**	**-23%**
PROVISÕES PARA GARANTIAS E COMPROMISSOS ASSUMIDOS	**-219 404**	**-502 662**	**-56%**	**-395**	**-766**	**-48%**
Qualidade de Crédito						
Crédito em incumprimento/ Crédito total *	0%	1%	0%	0%	1%	-1%
Cobertura de crédito vencido por imparidade para crédito	17%	34%	-17%	34%	47%	-13%
Cobertura de crédito total por provisões especficas *	2%	2%	0%	2%	2%	0%
Cobertura de crédito total por provisões totais *	2%	2%	0%	2%	2%	0%

* Rácios apurados sem Títulos – Carteira "Loans & Receivables"

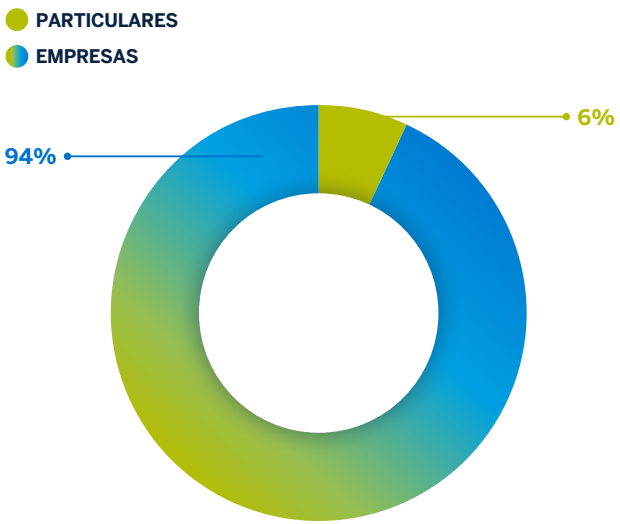
Este investimento significativo, bem como a ligeira redução no valor dos depósitos em moeda estrangeira (em resultado da apreciação do Kwanza) permitiu ao Banco **incrementar o seu rácio de transformação em cerca de 15 p.p., passando de 20% em 2020 para 35% no exercício de 2021.** Contrariamente ao crédito reconhecido em activo, os créditos documentários sofreram uma redução significativa em resultado do processo efectuado pelo executivo angolano de liberalização do mercado cambial tendo parte relevante dos Clientes que realizam a importação de mercadorias recorrido a transferências em moeda estrangeira dada a maior simplicidade do processo em causa.

Apesar deste investimento efectuado na concessão de crédito, o Banco manteve uma política de gestão de risco rigorosa, tendo verificado uma diminuição da proporção do crédito vencido no total de crédito bruto para apenas 0,33%, mantendo os níveis de cobertura por imparidade em cerca de 2% do total de crédito, apesar de ter diminuído para 17% a proporção de imparidade face ao crédito vencido.

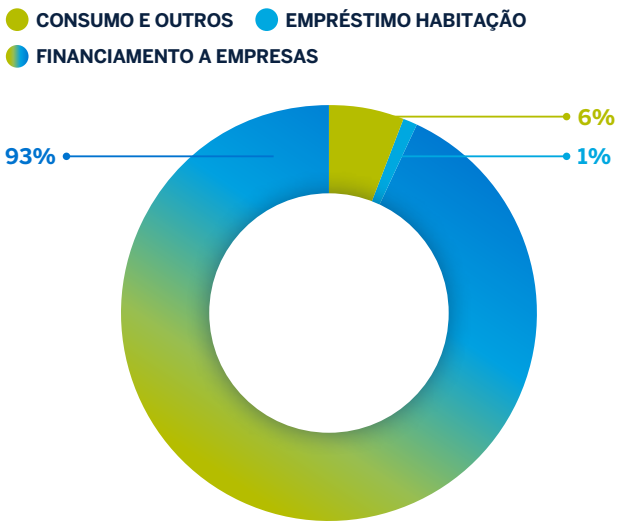
Verifica-se que o Banco tem cerca de 84% das suas exposições classificadas em *stage* 1 (sem indícios de dificuldades financeiras) (2020: 94%), as quais são maioritariamente (75%) concedidas a grandes empresas.

Face ao exposto anteriormente, a estrutura de balanço sofreu ligeiras alterações, contudo o modelo de negócio do Banco mantém-se inalterado, estando na sua base uma política de gestão de risco conservadora com um consistente foco na rentabilidade sustentável.

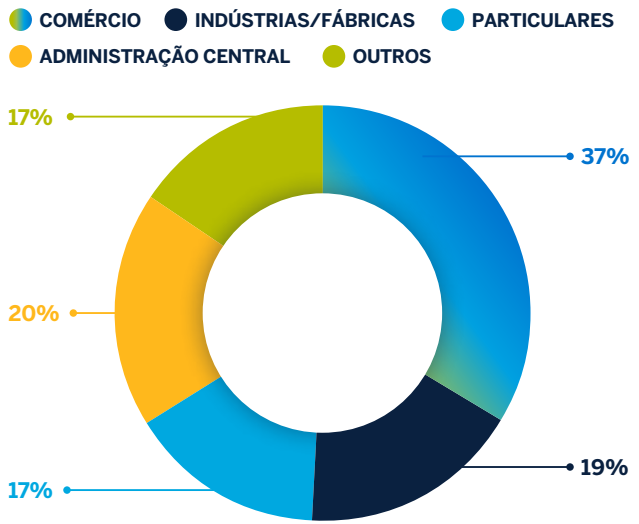
CRÉDITO POR TIPO DE CLIENTE



TIPOLOGIA DE CRÉDITO



CRÉDITO POR SECTOR DE ACTIVIDADE





Raquel Bastos
Directora Financeira

CARTEIRA DE TÍTULOS

	Yields		Milhares de AOA			Milhares de USD		
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**Var**	**2021**	**2020**	**Var**
Operações com acordo de revenda	n.a.	n.a.	119 006 349	42 956 379	177%	214 433	65 460	228%
Juros corridos	n.a.	n.a.	1 389 521	101 550	1268%	2 504	155	1518%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados								
Obrigações do Tesouro	n.a.	7,13%	0	1 353 257	-100%	0	2 083	-100%
Instrumentos Financeiros Derivados	n.a.	n.a.	-8 071	399 876	-102%	-15	616	-102%
Participação EMIS	n.a.	n.a.	189 727	71 544	165%	342	110	210%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral								
Bilhetes do Tesouro	n.a.	n.a.	5 550 255	22 114 771	-75%	10 001	34 043	-71%
Obrigações do Tesouro	15,88%	15.65%	157 239 108	66 917 755	135%	283 323	103 013	175%
Investimentos ao custo amortizado								
Bilhetes do Tesouro	n.a.	n.a.	0	131 118 462	-100%	0	201 844	-100%
Obrigações do Tesouro - USD	5.00%	5%	34 723 025	36 012 597	-4%	62 566	55 438	13%
Obrigações do Tesouro - AOA	11,57%	15%	56 983 472	68 712 637	-17%	102 676	105 776	-3%
Total			**375 073 386**	**369 758 828**	**1%**	**675 831**	**568 538**	**19%**
Operações com acordo de revenda	-	-	120 395 870	43 057 929	180%	216 937	65 615	231%
Bilhetes do Tesouro	-	-	5 550 255	153 233 233	-96%	10 001	235 887	-96%
Obrigações do Tesouro	-	-	248 945 605	172 996 246	44%	448 566	266 310	68%
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-8 071	399 876	-102%	-15	616	-102%
Partcicipação EMIS	-	-	189 727	71 544	165%	342	110	210%

PASSIVO

Conforme referido anteriormente, o activo do Banco aumentou sobretudo em resultado do reinvestimento dos ganhos obtidos nos investimentos efectuados, não obstante **o Banco incrementou os seus passivos em cerca de 4% para um total de 798 788 238 milhões de Kwanzas.** Este incremento resultou essencialmente do imposto industrial determinado para o exercício de 2021, que ascendeu a cerca de 15 888 milhões de Kwanzas, e das operações pendentes de regularização relacionadas com compras e vendas de divisas (15 947 milhões de Kwanzas) e de operações de transferências e pagamentos efectuadas nos últimos dias de 2021 (544 milhões de Kwanzas), factos que demonstram o crescente dinamismo nas operações bancárias verificado até ao final do ano.

Por sua vez, os depósitos do Banco sofreram uma redução de cerca de 2% para 678 258 milhões de Kwanzas, o qual é essencialmente explicado pelo facto de cerca de um terço dos depósitos de Clientes encontra-se denominado em moeda estrangeira, que com a apreciação do Kwanza reduziu o seu valor em 3 003 milhões de Kwanzas. Verificou-se ainda que os depósitos a prazo aumentaram a sua expressão em cerca de 152 977 milhões de Kwanzas (+9%) em resultado da revisão da estratégia de captação de depósitos efectuada durante o ano de 2021.

Por outro lado, importa referir que em 11 de Dezembro de 2021 o Banco concluiu com sucesso a liquidação das obrigações de dívida emitidas no valor nominal de 4 700 milhões de Kwanzas e que atribuíram aos investidores uma remuneração de 17%.

Passivo
798 788 238
Milhares de Kwanzas

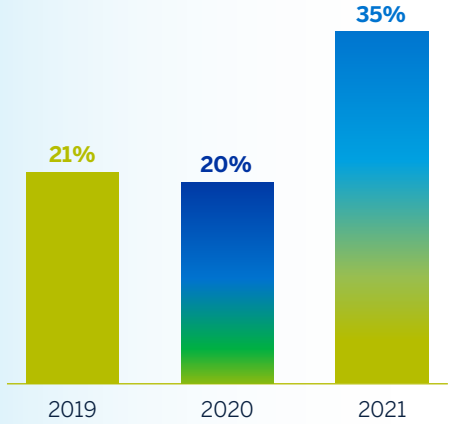
+ 4%
relativamente
a 2020

Imposto
Industrial
15 888
Milhões de Kwanzas

Operações
sobre divisas
15 947
Milhões de Kwanzas

Operações
de transferências
e pagamentos
544
Milhões de Kwanzas

RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO



FUNDOS PRÓPRIOS

Fundos Próprios Regulamentares

O total de capitais próprios a 31 de Dezembro de 2021 atingiu 169 486 milhões Kz, representando um aumento de 49% face ao exercício anterior. Este registo deve-se, essencialmente, ao resultado líquido apurado pelo Banco com referência a 31 de Dezembro de 2021 que ascendeu a 75 736 milhões de Kwanzas.

O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado de acordo com o Instrutivo n.º 02/2016, correspondeu a 45% no final do exercício de 2021. Este valor mantém-se significativamente acima do limite de solvabilidade de 10% exigido pelo Banco Nacional de Angola, e resulta da forte autonomia financeira do Banco (18%) e do reduzido risco dos seus investimentos (*Risk-weighted asset* (RWA) = 42 372 milhões de Kwanzas).

Em resultado deste processo e considerando as novas exigências regulamentares decorrente do processo SREP (Supervisory Review and Evaluation Process), o Standard Bank de Angola, obteve uma notação global de 1 – Risco baixo.

No seguimento das conclusões obtidas, o BNA determinou a detenção, por parte do Banco, de requisitos mínimos de Pilar 2 de 2,75%, a serem constituídos por Fundos Próprios Principais de Nível 1, nos termos do termos do Artigo 10.º do Aviso n.º 8/2021, de 5 de Junho, a deter cumulativamente aos Requisitos Mínimos de Fundos Próprios definidos no âmbito do Artigo 9.º do Aviso n.º 8/2021.

Apesar de ser necessário o Banco manter os seus esforços de melhoria dos processos internos de gestão de risco e outros de contributo relevante para esta avaliação, o SBA encontra-se, à data do presente relatório, a cumprir com as novas exigências apresentando o rácio de solvabilidade regulamentar superior aos requisitos definidos, os quais incluem, para além dos requisitos definidos anteriormente, um requisito combinado de reservas 3,5%, definido nos termos do Artigo 12.º do Aviso n.º 8/2021, e de orientações de Pilar 2 de 1%, definida nos termos do Artigo 15.º do Aviso n.º 8/2021.

Total de Capitais Próprios

169 485 662

Milhares de Kwanzas

+ 49%
relativamente a 2020

Resultado Líquido

75 736 312

Milhares de Kwanzas

Análise dos resultados

O resultado líquido de 75 736 Milhões de Kwanzas foi o reflexo dos elevados padrões de eficiência e eficácia operacional e do reconhecimento da Marca Standard Bank, reflectindo a solidez, experiência e inovação do Banco, ainda que num contexto macroeconómico adverso.

	(milhares de Kwanzas)			(milhares de usd)		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.12.2021	31.12.2020	Variação	31.12.2021	31.12.2020	Variação
Juros e rendimentos similares	89 642 125	58 189 274	54%	161 523	89 577	80%
Juros e encargos similares	(13 252 708)	(7 001 950)	89%	(23 880)	(10 779)	122%
Margem financeira	**76 389 417**	**51 187 324**	**49%**	**137 643**	**78 798**	**75%**
Resultados de prestação de serviços financeiros	13 939 879	8 201 100	70%	25 118	12 625	99%
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(9 239)	262 184	-104%	-17	404	-104%
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	26 186	-	0%	47	0	0%
Resultados cambiais	35 860 207	26 717 618	34%	64 615	41 129	57%
Outros resultados de exploração	(4 023 230)	(2 939 268)	37%	(7 249)	-4 525	60%
Produto da actividade bancária	**122 183 220**	**83 428 958**	**46%**	**220 157**	**128 430**	**71%**
Custos com pessoal	(21 700 744)	(18 193 365)	19%	(39 102)	(28 007)	40%
Fornecimentos e serviços de terceiros	(13 041 451)	(10 646 649)	22%	(23 499)	(16 389)	43%
Depreciações e amortizações do exercício	(4 345 248)	(1 808 057)	140%	(7 830)	(2 783)	181%
Provisões e imparidade	8 528 545	(13 465 131)	-163%	15 367	(20 728)	-174%
Resultado antes de impostos	**91 624 322**	**39 315 756**	**133%**	**165 095**	**60 523**	**173%**
Impostos sobre os resultados	(15 888 010)	(3 184 668)	399%	(28 628)	(4 902)	484%
Resultado líquido	**75 736 312**	**36 131 088**	**110%**	**136 466**	**55 620**	**145%**

Em 2021 o SBA registou os melhores resultados da sua história, ascendendo a 75 736 Milhões de Kwanzas o que representou um crescimento de 110% face ao período homólogo. Este resultado permitiu que o SBA registasse um *Return-on-Equity* de 45% e um *Return-on-Asssets* de 8%.

Para o desempenho financeiro foram factores relevantes o incremento de margem financeira de cerca de 49% atingindo os 76 398 milhões de Kwanzas, a evolução nos resultados cambiais de 34% que totalizaram 35 860 milhões de Kwanzas e a reversão de perdas por imparidade esperadas de cerca de 8 529 milhões de Kwanzas.

EVOLUÇÃO DO ROE



Return-on-Equity
45%

Return-on-Assets
8%

Margem Financeira
76 398
Milhões de Kwanzas

Resultados Cambiais
35 860
Milhões de Kwanzas

Perdas por imparidade de Crédito
4 784 719
Milhares de Kwanzas



Sede Sandard Bank Angola

MARGEM FINANCEIRA

	milhares de Kwanzas			milhares USD		
	Dec-21	Dec-20	Var	Dec-21	Dec-20	Var
Proveitos de titulos e valores mobiliários	55 755 819	38 239 994	46%	100 464	58 273	72%
Proveitos de créditos	26 109 323	19 325 221	35%	47 045	29 449	60%
Outros juros e proveitos similares	7 776 983	624 059	1146%	14 013	951	1374%
Proveitos de instrumentos financeiros activos	**89 642 125**	**58 189 274**	**54%**	**161 523**	**88 673**	**82%**
Custos de depósitos	11 515 738	5 267 857	119%	20 750	8 028	158%
Outros custos e encargos similares	1 736 970	1 734 093	0%	3 130	2 643	18%
Custos de instrumentos financeiros passivos	**13 252 707**	**7 001 950**	89%	**23 880**	**10 670**	124%
Margem financeira	**76 389 417**	**51 187 324**	**49%**	**137 643**	**78 003**	**76%**

O crescimento verificado na margem financeira em 2021 resultou do incremento verificado nos rendimentos provenientes de títulos e valores mobiliários (ascendendo a 55 756 milhões de Kwanzas) **e de créditos a Clientes** (ascendendo a 26 109 milhões de Kwanzas) em resultado do incremento no investimento efectuado em 2021 nestas tipologias de activos (vide análise de balanço). Concomitantemente, verificou-se um incremento nos outros proveitos com juros que resultou do investimento significativo efectuado nas aplicações de liquidez junto do Banco central sob a forma de Repos.

Por outro lado, os custos com juros de depósitos sofreram um incremento de cerca de 119% ascendendo a 11 516 milhões de Kwanzas, o qual é justificado pelo nova política de captação de depósitos seguida pelo Banco com o objectivo de aumentar o seu volume de Clientes.

Rendimentos de títulos e valores mobiliários

55 756
Milhões de Kwanzas

Créditos a Clientes

26 109
Milhões de Kwanzas

Custos com juros de depósitos

11 516
Milhões de Kwanzas

MARGEM COMPLEMENTAR

	milhares de Kwanzas			milhares USD		
	Dec-21	Dec-20	Var	Dec-21	Dec-20	Var
Resultados de prestação de serviços financeiros	13 939 879	8 201 100	70%	25 118	11 131	126%
Resultados cambiais	35 860 207	26 717 618	34%	64 615	37 406	73%
Outros resultados	4 023 230	2 939 268	50%	-7 219	-3 784	91%
Margem Complementar	**45 793 803**	**32 241 634**	**42%**	**82 514**	**44 753**	**84%**

Por sua vez, o aumento apresentado na margem complementar é ainda influenciado pela evolução positiva verificada nos resultados de prestação de serviços financeiros e das operações cambiais em 70% e 34% respectivamente, representando um aumento total de 14 931 milhões de Kz face ao período homólogo. Este aumento resulta do facto do Banco se apresentar como um dos Bancos preferenciais para a realização de operações de transferência, nomeadamente para o estrangeiro, tendo verificado um incremento de 100% nas comissões cobradas sobre esta tipologia de operações (ascendendo a 6 151 milhões de Kwanzas).

Esta preferência pelo Banco para a realização de transferência para o estrangeiro justifica também os elevados resultados cambiais obtidos com as operações de compra e venda de moeda que antecedem as referidas transferências, as quais aumentaram cerca de 100% durante o exercício de 2021 ascendendo um total de 35 707 milhões de Kwanzas.



Serviços financeiros e operações cambiais

14 931
Milhões de Kwanzas

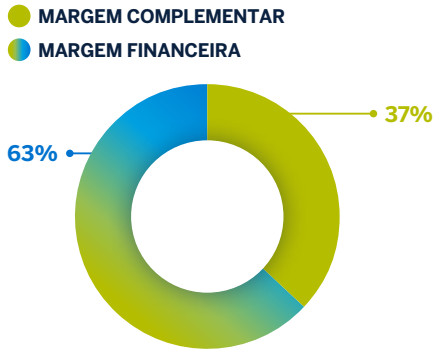
Comissões cobradas

6 151
Milhões de Kwanzas

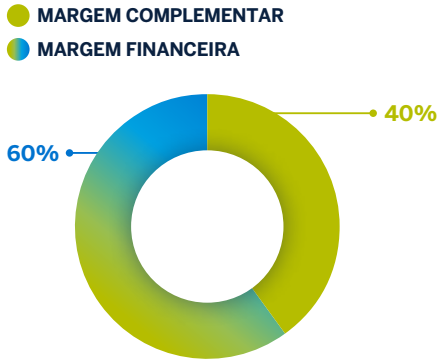
Operações de compra e venda de moeda

34 707 490
Milhares de Kwanzas

2021



2020



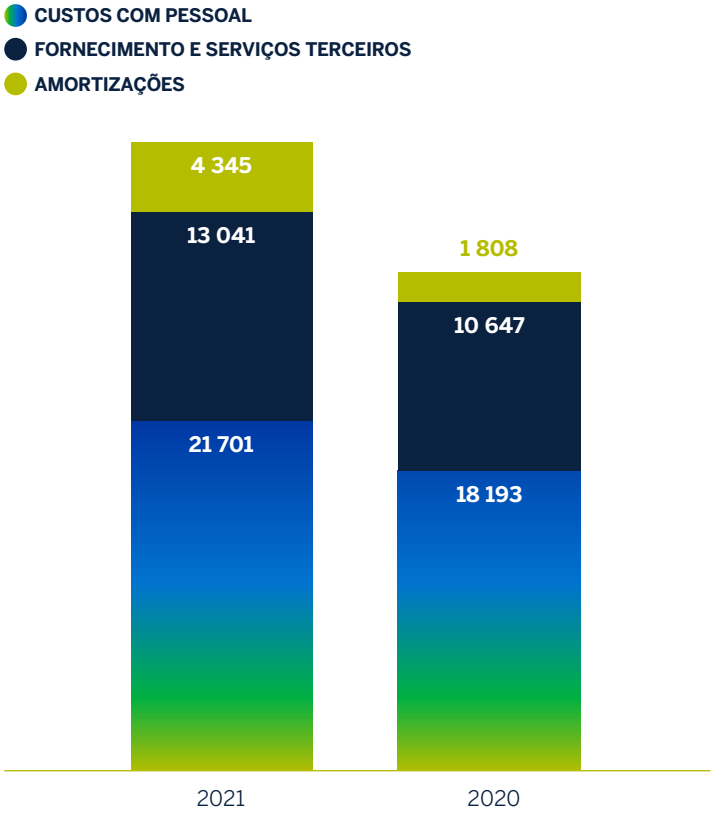
Em 2021 verificou-se ainda um efeito positivo nos resultados do Banco em consequência da reversão de perdas por imparidade esperadas. Esta reversão é justificada pelo upgrade do rating associado à República de Angola de CCC para B3, levando a uma reversão de 11 995 milhões de Kwanzas de acordo com a política adoptada pelo Banco e descrita na Nota 10 do Anexo às demonstrações financeiras.

A atenuar os efeitos positivos anteriormente descritos, verificou-se o aumento dos custos de estrutura, nomeadamente custos com pessoal e fornecimentos e serviços de terceiros em 19% e 22%, respectivamente. Este aumento é explicado pela revisão da estrutura salarial dos seus quadros, para que estivessem mais alinhados com a inflação muito elevada que se faz sentir em Angola nos últimos anos (2020 e 2021: 25%), permitindo a manutenção do poder de compra dos seus Colaboradores bem como a sua satisfação em pertencer ao SBA.

Da mesma forma, houve a necessidade de actualizar os custos de alguns fornecedores com base na evolução da inflação, por forma a garantir a implementação dos processos de melhoria interna e das aplicações informativas definidos como prioritários pelo Banco, com o objectivo de melhor servir os seus Clientes.

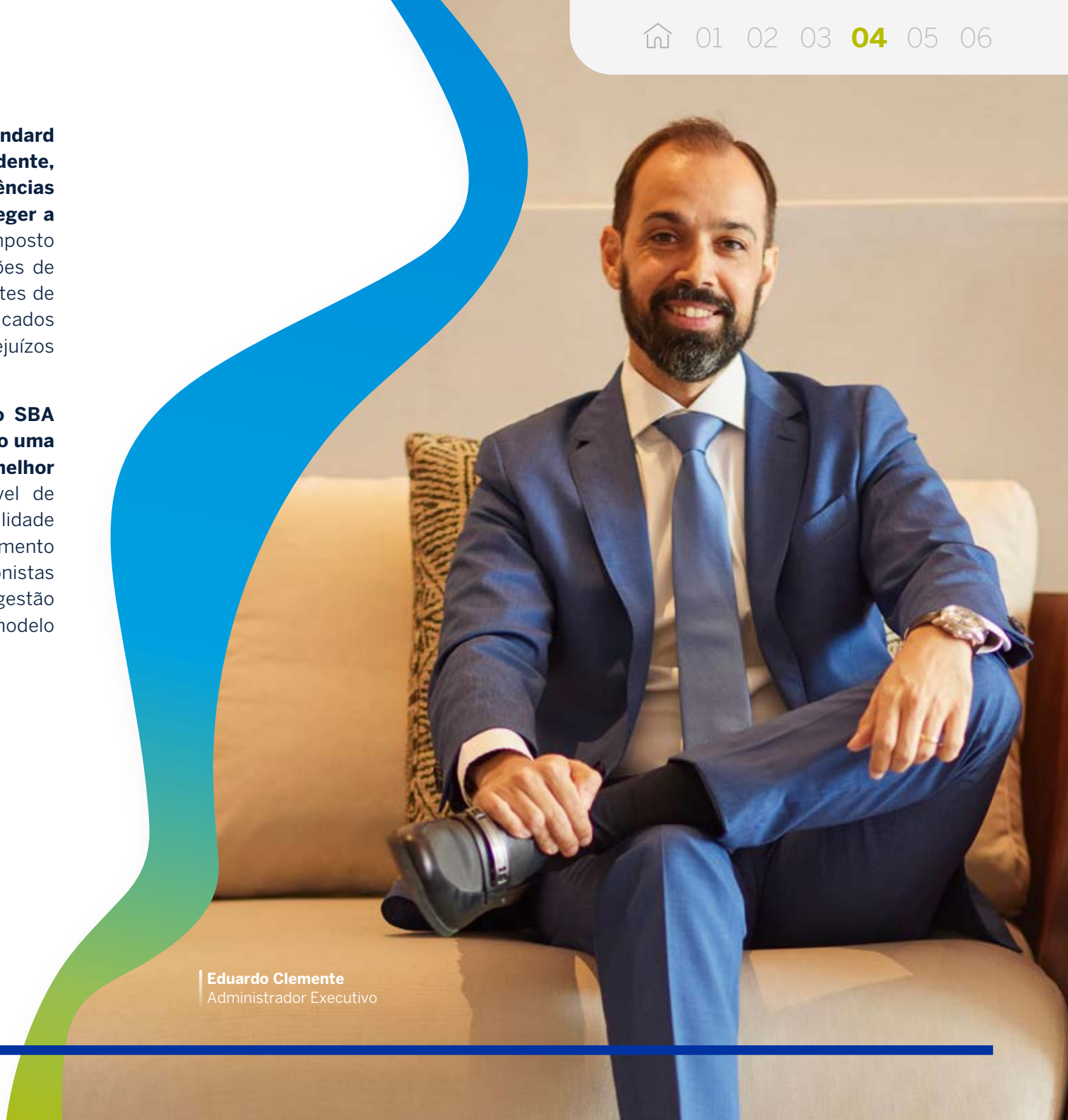
	milhares AKZ			milhares USD		
	2021	**2020**	**Var**	**2021**	**2020**	**Var**
Custos com pessoal	21 700 744	18 193 365	19%	39 102	28 007	40%
Fornecimento e serviços terceiros	13 041 451	10 646 649	22%	23 499	16 389	43%
Amortizações	4 345 248	1 808 057	140%	7 830	2 783	181%
Custos de estrutura	**39 087 443**	**30 648 071**	**28%**	**70 430**	**47 180**	**49%**
Cost-to-income	**32%**	**37%**	**-4%**	**32%**	**37%**	**-4%**

CUSTOS DE ESTRUTURA (MILHÕES DE KWANZAS)



Por fim, e em linha com as práticas do Grupo Standard Bank, o Banco tem uma estratégia fiscal prudente, com o objectivo de mitigar quaisquer consequências financeiras inesperadas e, naturalmente, proteger a sua reputação. Neste contexto, determinou um imposto sobre o seu resultado de cerca de 15 888 milhões de Kwanzas, o qual é justificado pelos resultados antes de impostos de cerca 91 624 milhões de Kwanzas verificados em 2021 e, consequentemente pelo fim dos prejuízos ficais reportáveis

Independentemente dos valores registados, o SBA continua a reforçar o seu posicionamento como uma das Instituições Financeiras de Angola com a melhor rentabilidade de capitais próprios. Este nível de rentabilidade, combinado com um rácio de solvabilidade de 45% coloca o SBA no caminho certo para o crescimento e solidez. A capacidade de remunerar os seus accionistas e a constante adopção das melhores práticas de gestão de risco são também prova da confiança e de um modelo de governação ajustado.



Eduardo Clemente
Administrador Executivo

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 71.º, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 396.º, ambos da Lei das Sociedades Comerciais (aprovada pela Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, com alterações posteriores), e nos termos do artigo 30.º dos Estatutos, que aos resultados líquidos do exercício de 2021, no montante de 75 736 311 165.42 Kwanzas, seja dada a seguinte aplicação:

a) 46 916 605 582.71 Kwanzas para distribuição aos senhores accionistas, na proporção das respectivas participações accionistas, a titulo de dividendo;

b) O remanescente para resultados transitados.

Relativamente ao proposto em a) e considerando os processos judiciais em curso, nomeadamente o processo n.º 12-A/2020/SENRA, que afectam o beneficiário último da AAA Activos, Lda., e, em consequência, da participação social por esta detida no capital do Banco, entretanto objecto de apreensão pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos em 8 de Setembro de 2021, e confiada ao IGAPE – Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado, enquanto fiel depositário, nos termos da Lei n.º 2/2014, de 10 de Fevereiro, o Conselho de Administração propõe que os dividendos relativos à referida participação da AAA Activos, Lda., fiquem retidos no Banco até que os processos judiciais terminem e seja clarificado quem tem legitimidade para os receber.

Resultado Líquido

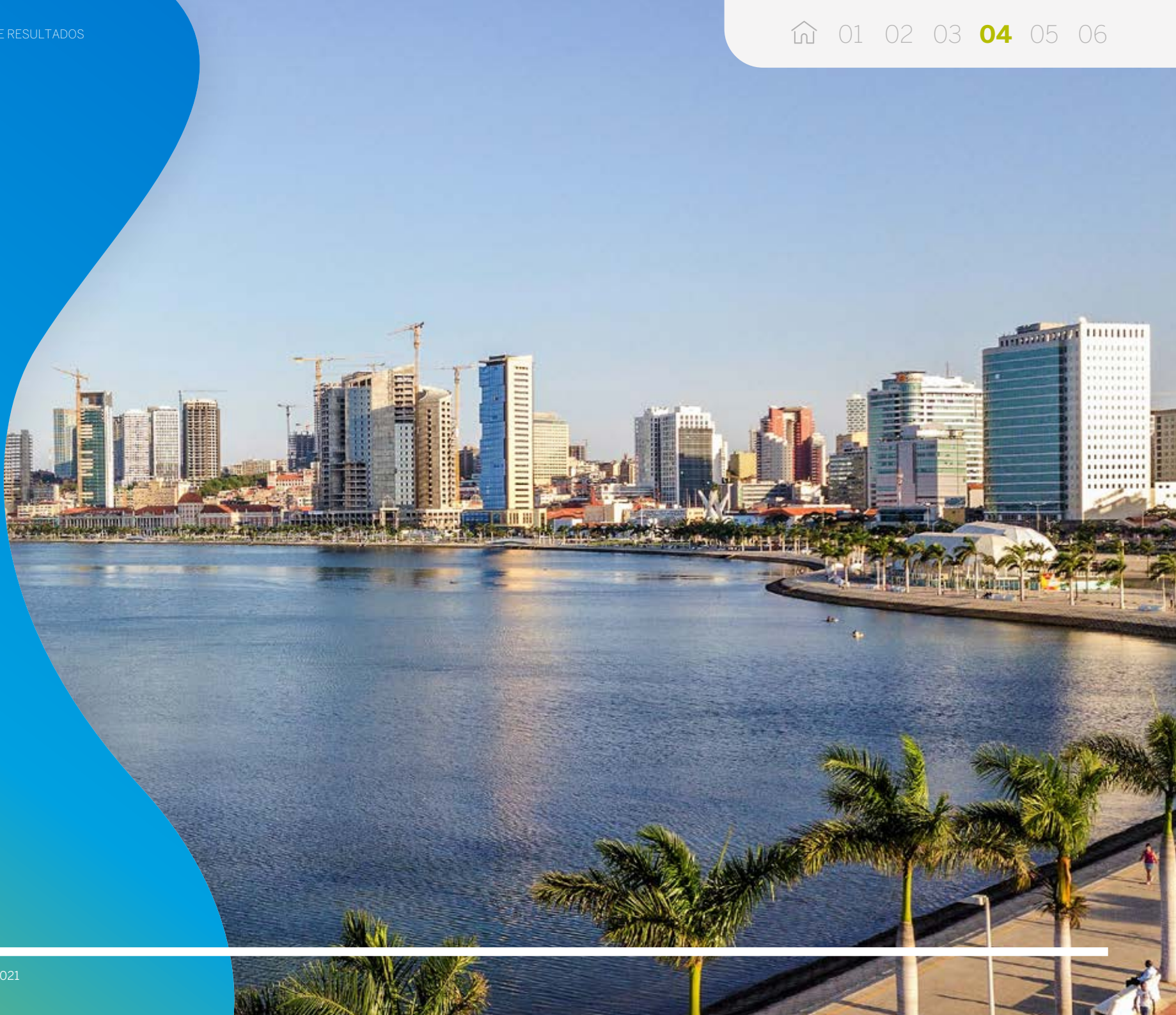
75 736 311 165.42

Distribuição de Dividendos

46 916 605 582.71

Resultados Transitados

28 819 705 582.71





4.5 Impacto relevante na sociedade

O Standard Bank de Angola aposta de forma coerente e contínua na dimensão social, procurando ter um impacto efectivo nas comunidades em particular, nos segmentos mais carenciados da população. As áreas da educação e ensino, saúde e empreendedorismo foram eleitas como pilares determinantes para a promoção do desenvolvimento dos povos para assegurar a estabilidade social e a consequente expansão da marca.

Responsabilidade Social



Dia Internacional do Voluntário

Para assinalar o dia internacional do voluntário, foram realizadas acções, sob o lema voluntarie-se agora para um futuro comum. Destaque para uma conferência sobre o voluntariado e o envolvimento da juventude e uma campanha de limpeza em algumas praias de Luanda.

Durante os dois dias, estiveram envolvidas mais de 500 pessoas e o Banco teve um impacto positivo face ao envolvimento dos jovens.



Aulas de *Fitness* – Aberta ao Público, uma proposta dos Heróis de Azul, com o apoio do Standard Bank e da LaLiga.

De forma divertida foram oferecidas aulas de Africafitdance, Ginástica Aeróbica, Fitkuduro e Coreografia regional, bem como orientação para a saúde. As sessões em espaço aberto aconteceram na Marginal do Benfica (Rua da Praia da Nicha). Teve como principal objectivo alertar a população sobre o risco do sedentarismo e estimular a adopção de hábitos saudáveis, prevenindo deste modo problemas de saúde.



Awareness sobre o cancro da próstata

No âmbito da consciencialização sobre o cancro da próstata, o mês de Novembro serviu igualmente para disseminar informações relacionadas à prevenção e combate aos cancros, bem como à não discriminação dos pacientes oncológicos.

Para que a mensagem possa chegar aos diferentes públicos, vários canais são utilizados, com realce para a Rádio Nacional de Angola, que no âmbito de uma parceria concede espaços em programas para que as informações relevantes e de valor sejam disponibilizadas por meio das ondas hertzianas. Foram também realizadas palestras em instituições de ensino e centros de acolhimento, aonde conseguimos elucidar principalmente a importância da prevenção e da não descriminação.



O Banco foi indicado para duas categorias nos Prémios Empreender Angola 2020, tendo vencido na categoria Banco Promotor de Empreendedorismo.



A Dádiva de Sangue é uma das muitas causas que o Standard Bank apoia. Em colaboração com o instituto Nacional de Sangue, os Heróis de Azul fazem parte do núcleo de activistas e formadores do Instituto Nacional de Sangue e têm promovido campanhas de sensibilização de brigadas de dadores para incentivar a inclusão de mais activistas com um programa de atendimento e avaliação de rotina para todos.

O Banco apoiou e participou activamente nas ações de celebração do Dia Nacional do Dador de Sangue, celebrado a 6 de Novembro.

Com muito orgulho, o Banco teve a honra de apoiar a primeira edição da NUIT BLANCHE, um evento promovido pala Alliance Française de Luanda, em parceria com a Biennale de Luanda, União Africana, UNESCO e Governo de Angola. Um programa multicultural entre a Francofonia e a cultura angolana.



heróis de azul
Standard Bank



Celebração do Dia de Nelson Mandela | Apoio ao Centro de Acolhimento Lar de Nazaré, com bens diversos e consulta médica em odontologia e palestra sobre saúde oral e psicologia clínica.

Desde a instituição do Banco em Angola que todos os anos, a convite da embaixada da Africa do Sul, o SBA junta-se a outras organizações para promover uma acção de beneficência, em saudação ao dia de Nelson Mandela.



Especial Constelações, com a Orquestra Sinfónica Camunga. Um projecto que há mais de 10 anos se dedica a ensinar gratuitamente música clássica, como profissão, apoiando crianças e adolescentes mais vulneráveis.

Implementação, promoção e realização do Fórum do Voluntariado e Cidadania Jovem com periodicidade mensal.

Trata-se de uma parceria com o Portal do Voluntário, VIS e Heróis de Azul.

O evento tem como principal objectivo dar voz ao cidadão voluntário, de forma a ouvir as apresentações das problemáticas que vivemos e ajudar a encontrar as devidas soluções de uma forma geral e interactiva.







Participação dos Colaboradores do Banco na operação de recolha de resíduos sólidos na praia da Areia Branca, na Samba em Luanda.

Especial Dia dos Avós no Lar do Ancião com o programa a Casa da Rádio da RNA

No âmbito da parceria com a RNA, mais uma vez os Heróis de Azul participaram de um especial "A Casa da Rádio". Por ocasião do Dia dos Avós, as equipas deslocaram-se até ao Lar do Ancião, Centro de acolhimento de idosos, localizado em Viana. Foram ouvidos testemunhos, de alguns avós e os seus familiares sobre a figura dos avós; a ocasião serviu também para recolher contribuições para o cuidado com a pessoa idosa, temas como a importância da fisioterapia na pessoa idosa.

Os Heróis de Azul têm desenvolvido trabalhos no centro e acompanhado para minimizar as dificuldades que muitos idosos encontram. Entre os programas de apoio, o Banco destaca a turma dos sabores que tem por missão oferecer pelo menos 2 vezes por semana alimentação variada feita por um voluntário do Heróis de Azul, que normalmente serve cerca de 120 idosos (internos e externos do lar).



Em parceria com o Centro de Saúde Cura Ferida, os Heróis de Azul levaram o programa Saúde na comunidade para o Município de Viana. Foram oferecidas assistência em odontologia, clínica geral, enfermagem, análises clínica e farmácia.



Acção de formação e treinamento para jovens provenientes de centros de acolhimento e famílias carenciadas, com vista a autossuficiência dos formandos directamente envolvidos e dos centros/comunidades/famílias de onde são provenientes.



Os Heróis de Azul em parceria com o programa A Casa da Rádio realizaram, no Mercado do 30 em Viana, uma acção especial para assinalar o Dia da Mulher Angolana. Foram oferecidas consultas em clínica geral, nutrição e odontologia. O programa serviu também para abordar questões ligadas à Educação Financeira, enquadrados no plano de literacia financeira do Standard Bank.



Prémios

GLOBAL FINANCE

Melhor Provedor de Operações Cambiais
em Angola 2021

GLOBAL FINANCE

Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa
em Angola 2021

GLOBAL FINANCE

Melhor Banco de Investimento
em Angola 2021

Assertys



Banco Angolano com o melhor serviço na óptica do Cliente
em 2021

emeafinance



Melhor Banco de Investimento
em Angola 2021

World Economic Magazine
Simplifying Global Financial Markets



Melhor Banco de Investimento
em Angola 2021



05
GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

A Governação Corporativa é um dos pilares fulcrais do Banco dada a responsabilidade que detém na execução do enquadramento regulamentar, facilitando a decisão estratégica e a reconciliação do interesse de todos os *stakeholders*.

5.1 O Modelo de Governação

A estrutura interna do Banco tem em consideração as características inerentes à actividade.

O modelo de governação definido, favorece a distribuição de responsabilidades, com base numa estrutura lógica e consistente, onde o Conselho de Administração tem o seu papel fundamental na supervisão do risco e na definição estratégica, garantindo o cumprimento do enquadramento regulamentar.

O mesmo prevê a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comités do Conselho de Administração, conservando sempre um controlo efectivo e a garantia final de todas as decisões. A sua cultura reconhece que a forma "como faz" é tão importante como "o que faz".

Princípios orientadores

O Banco adoptou um modelo de Governação Corporativa adequado aos processos organizativos, à gestão corrente e aos riscos inerentes à actividade, em linha com a regulamentação aplicável. Apresenta uma estrutura coerente de gestão de risco que permite a correcta implementação e monitorização do Sistema de Controlo Interno, assegurando o alinhamento das políticas e processos de Gestão de Risco com a estratégia de negócio.

De acordo com o modelo de governação definido, a administração é exercida pelo Conselho de Administração, que procura equilibrar o seu papel de supervisão do risco e de orientação estratégica com a necessidade de garantir o cumprimento de requisitos regulamentares e aceitação de risco. O modelo de Governação do Banco prevê a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comités (internos) do Conselho de Administração, mantendo sempre um controlo efectivo e a responsabilidade final de todas as decisões.





Os princípios orientadores da política de governação corporativa cumprem com os requisitos exigidos pela regulamentação do Banco Nacional de Angola (BNA), bem como com os requisitos da Comissão de Mercado de Capitais (CMC) e da Autoridade Geral Tributária (AGT), estando também alinhados com os princípios orientadores do Grupo Standard Bank, visando garantir a manutenção das melhores práticas, nomeadamente:

01 **Promover transparência, responsabilidade e empatia na gestão dos relacionamentos com os *stakeholders***, de forma a garantir que os Clientes são tratados de forma justa e consistente;

02 **Gerar um impacto positivo na sociedade**, na economia e no meio ambiente por meio da sua actividade;

03 **Cumprir com os elevados padrões regulatórios** e de governação, incluindo os do Grupo Standard Bank;

04 **Incutir uma cultura ética** e de consciência do risco.

Os Avisos n.º 1/2012 e n.º 2/2012 do BNA vieram estabelecer os pilares fundamentais de Governação Corporativa e Controlo Interno das Instituições Financeiras, definindo um conjunto de práticas no âmbito da estrutura de capital, estratégia, modelo de organização societária, transparência das estruturas orgânicas, políticas de gestão de risco, de remuneração e de conflito de interesses.

O modelo de Governação Corporativa é composto pelos seguintes mecanismos:

- **Políticas que regulam a participação dos accionistas do Banco,** sendo de especial relevância as referentes ao exercício dos seus direitos estatutários;
- **Políticas do Conselho de Administração,** dos seus Comités e da Comissão Executiva;
- **Procedimentos internos que contêm um conjunto de princípios e regras concretas de actuação**, que estão contidas no código de conduta;
- **Organograma que permite uma clara segregação de funções e responsabilidades dos diferentes órgãos.** A distribuição dos pelouros sob alçada de cada administrador executivo é realizada de forma a garantir a segregação entre as funções de negócio, suporte e controlo;
- **Instrumentos utilizados para melhorar a informação prestada aos accionistas** (com destaque para o Relatório e Contas e para a página institucional do Banco na internet) e processos destinados a fazer com que esta informação seja precisa, completa e atempada, incluindo tudo o que está vinculado à relação com o Conselho Fiscal e com o Auditor Externo.

O *framework* de Governação Corporativa encontra-se alinhado com os princípios definidos para Angola e com os princípios do Grupo Standard Bank, de forma a fornecer uma estratégia clara e ser ágil a responder aos desafios que lhe são colocados. Alguns exemplos das melhores práticas implementadas são:

- Identificar oportunidades estratégicas de acordo com o seu apetite ao risco, o qual se encontra aprovado, tendo em consideração uma gestão sã e prudente;
- Promover um ambiente de controlo interno eficaz de forma a evitar perdas financeiras ou danos reputacionais;
- Ter sempre presente os princípios éticos que regem o SBA e o Grupo, de forma a conseguir os melhores negócios minizando os riscos reputacionais.



Sede Sandard Bank Angola

Organograma

LUÍS MIGUEL FIALHO TELES
PRESIDENTE

DIRECÇÃO DA BANCA DE INVESTIMENTO E DE GRANDES EMPRESAS

- Banca de Investimento
- Banca de Relacionamento
- Banca Transacional
- Sala de Mercados

DIRECÇÃO DE CLIENTES DE CONSUMO & ELEVADO PATRIMÓNIO

- *Affluent*
- *Main Market*
- Personalização
- Canais de Distribuição Canais
- Digital e *eCommerce*

DIRECÇÃO DE CLIENTES COMERCIAIS E DE NEGÓCIOS

- Banca Comercial
- *Enterprise Direct*
- Comércio Digital
- Agronegócio
- Africa-China
- Sector Público
- Ecossitemas

DIRECÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

DIRECÇÃO DE CAPITAL HUMANO

- Apoio às Áreas de Negócio e de Suporte
- Serviços Partilhados
- Relações Laborais
- Formação e Desenvolvimento
- Recrutamento
- Bem Estar

DIRECÇÃO DE *MARKETING* E MARCA

EDUARDO CLEMENTE
ADMINISTRADOR EXECUTIVO

DIRECÇÃO FINANCEIRA

- Contabilidade, Controlo, Financeiro e Reporte Regulatório
- Controlo de Gestão, Controlo de Produtos
- Impostos
- Compras
- Gestão de Tesouraria e Capital

DIRECÇÃO DE ENGENHARIA

- Dados
- Segurança de Informação
- Tecnologia e Operações
- Património

DIRECÇÃO DE INOVAÇÃO

- Ecossistemas & Parcerias
- Aceleração

DIRECÇÃO DE SOLUÇÕES PARA CLIENTES

- Produtos Bancários
- Produtos de Seguros
- Parcerias
- Experiência do Cliente

YONNE DE CASTRO
ADMINISTRADORA EXECUTIVA

DIRECÇÃO DE GESTÃO DE RISCO

- Crédito
- Risco Operacional
- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez e Capital
- Recuperação de Crédito

DIRECÇÃO DE *COMPLIANCE*

- Regulatório
- Monitorização
- Combate Branqueamento de Capitais
- Risco de Fraude

DIRECÇÃO DE CONTROLO CAMBIAL

DIRECÇÃO JURIDICA

Governação Corporativa

ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO FISCAL	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	COMISSÃO EXECUTIVA
		Comité de Auditoria	Comité de Activos e Passivos
		Comité de Risco	Comité de Gestão de Risco
		Comité de Governação de Crédito	Comité de Risco de Crédito
		Comité de Gestão de Capital Humano	Comité de Capital Humano
		Comité de Engenharia	Comité de *Pricing*
		Comité de Nomeações e Remunerações	Comité de Novos Produtos
			Comité de Projectos
			Comité de Compras
			Comité de Análise de Clientes de Alto Risco
			Comité de Controlo Interno Financeiro
			Comité de Experiência do Cliente
			Comité de Governação de Dados e Informação
			Comité de Risco de Conduta



Sede Sandard Bank Angola

O SBA foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola a 9 de Março de 2010, tendo iniciado actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

O Capital Social do Banco, no valor de 9 530 006 500,00 Kz (nove mil milhões, quinhentos e trinta milhões, seis mil e quinhentos Kwanzas), está dividido em 1 000 000 acções, encontrando-se repartido por três accionistas minoritários (pessoas individuais fiduciárias do Grupo Standard Bank) e dois accionistas maioritários, nomeadamente:

• Grupo Standard Bank Lda – 50,1%

• AAA Activos Lda. - 49%

De salientar que as acções pertencentes ao accionista AAA Activos Lda., foram apreendidas pela Procuradoria Geral da República de Angola tendo sido nomeado fiel depositário o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).



Eduardo Clemente
Vanessa Rodrigues
Aronildo Neto
Ricardo Ferreira
Carolina Remisio
Abdul Razac
Yonne de Castro
Yandi Carlos
Eva Santos
Luís Teles
Raquel Bastos
Marcelo Barreto

Órgão Sociais

De modo a prevenir a existência de conflitos de interesses ou situações de abuso de informação privilegiada, os membros integrantes dos Órgãos Sociais do Banco regem-se por um Código de Conduta do qual faz parte um conjunto de regras e deveres de confidencialidade.

Aliada à elevada experiência profissional e competências técnicas, os Órgãos Sociais são ainda reconhecidos pela sua idoneidade moral, cumprindo as normas e padrões do Banco.

A estrutura de Governação Corporativa do SBA segrega funções e responsabilidades entre diversos Órgãos Sociais do Banco, nomeadamente Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o Órgão Social constituído por todos os accionistas do SBA e o seu funcionamento é regulado pelos estatutos do Banco. A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, que são mandatados por 4 anos. **A composição da mesa da Assembleia Geral é a seguinte:**

Presidente da mesa da Assembleia Geral
Sofia Vale

Secretário da mesa da Assembleia Geral
A nomear

A Assembleia Geral tem como competências:

- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos membros da mesa da Assembleia Geral;
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, incluindo a análise e aprovação das demonstrações financeiras, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração e adopção da aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, bem como a criação de reservas da Sociedade;
- Aprovação das remunerações dos membros dos Órgãos Sociais;
- Deliberação sobre alterações aos Estatutos;
- Aumento ou redução (incluindo, sem limitação, qualquer reembolso total ou parcial do capital social e pagamento aos accionistas do valor nominal das acções respectivas ou de parte destas, desde que o pagamento seja efectuado através de fundos distribuíveis) do capital da Sociedade, mas sob reserva do estipulado nos Estatutos;
- Dissolução e liquidação da Sociedade;
- Qualquer fusão ou aquisição que envolva o pagamento de um montante igual ou superior a 25% do capital da Sociedade;
- Qualquer alteração material da actividade principal da Sociedade em cada momento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o Órgão de decisão máximo, com a responsabilidade última pelo controlo dentro dos limites impostos pela lei e pelos estatutos do Banco. Actualmente este Órgão é composto por 7 membros, que foram nomeados em Assembleia Geral por mandatos de 4 anos. Os Administradores têm acesso ilimitado à equipa de gestão e às informações sobre o Banco, bem como aos recursos necessários para o desempenho das suas responsabilidades.

Administrador independente
Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo

Administrador não executivo
António Caroto Coutinho

Administrador executivo
Luís Miguel Fialho Teles

Administrador não executivo
Patrício Bicudo Vilar

Administrador não executivo
Silvano Honório Campos de Araújo

Administrador executivo
Eduardo Miguel Massena Clemente

Administradora executiva
Yonne Lizett de Queiróz de Castro

O Conselho de Administração tem como competências:

- Controlo e gestão corrente da actividade do SBA, dentro dos limites impostos por Lei e pelos Estatutos da Sociedade, sendo a gestão diária da Sociedade delegada na Comissão Executiva;
- Órgão decisório máximo do Banco com responsabilidade última em matéria de governação.

COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva foi constituída pelo Conselho de Administração com o intuito de garantir o correcto acompanhamento do exercício da actividade bancária da Sociedade, através da delegação dos poderes de gestão, dentro dos limites estipulados por Lei e pelos Estatutos do Banco. É constituída pelo Presidente da Comissão Executiva e por dois Administradores Executivos. Participam nas reuniões da Comissão Executiva os membros convidados, indicados pelos Administradores Executivos.

Presidente da Comissão Executiva
Luís Miguel Fialho Teles

Administrador Executivo
Eduardo Miguel Massena Clemente

Administradora Executiva
Yonne Lizett de Queiróz de Castro

A Comissão Executiva tem poderes de gestão necessários ou convenientes para o exercício da actividade bancária nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada no mandato deste órgão e na Lei.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o Órgão Social com a função de fiscalizar a gestão da Sociedade, zelar pela observância da Lei e dos Estatutos, e verificar os registos contabilísticos e financeiros do Banco. É actualmente composto por quatro membros, um Presidente, dois Vogais e um suplente, em mandatos de 4 anos, estando um suplente por nomear. O seu funcionamento e composição rege-se pelo disposto em legislação aplicável e nos Estatutos.

Presidente
Sérgio Eduardo Sequeira Serrão

Vogal
Fernando Jorge Teixeira Hermes

Vogal
Donald Carmo Calunda Lisboa

Suplente
Eduardo Quental Avelino Bango

Suplente
A nomear

AUDITOR EXTERNO

A fiscalização externa do Banco é actualmente assegurada pela empresa de auditoria PWC Angola. De acordo com a regulamentação aplicável, designadamente o Aviso n.º 4/14 do BNA, e em conformidade com as orientações do Grupo Standard Bank, o Banco acautelou a independência e a objectividade dos seus auditores externos através da selecção de empresas de auditoria com reconhecimento internacional, cumprindo os requisitos internos de independência e rotatividade a cada 4 anos.

Comités

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Comité de Gestão de Capital Humano	• **Presidente:** Administrador Não Executivo • **Membros:** Dois Administradores Não-executivos	Trimestral	• Analisar e aprovar a política de remuneração do Banco e zelar pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores. • Gerir a componente de recursos humanos, tais como a definição de políticas e procedimentos ou a nomeação de Directores. • Acompanhar a componente de avaliação, definir as políticas de recrutamento e contratação.
Comité de Auditoria	• **Presidente:** Administrador Não Executivo • **Membros:** Membro do Conselho Fiscal e Administrador Não-Executivo	Trimestral	• Auxiliar no cumprimento das obrigações relativas à salvaguarda de activos e avaliação do Sistema de Controlo Interno e assegurar que os riscos inerentes à actividade são adequadamente geridos e monitorizados. • Analisar a situação financeira do Banco e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre assuntos de natureza financeira, risco, controlo interno, fraudes e riscos informáticos relevantes, assegurando ainda uma comunicação eficaz entre o Conselho de Administração, a equipa de gestão, os auditores internos, os auditores externos e as autoridades reguladoras.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Risco	• **Presidente:** Administrador Não Executivo Independente • **Membros:** Dois Administradores Não-Executivos	Trimestral	• Assegurar a qualidade, integridade e fiabilidade da gestão de risco, gerir e controlar o risco, nas seguintes vertentes: – Aconselhar o Conselho de Administração quanto à estratégia de risco. – Supervisionar a implementação da estratégia de risco . – Supervisionar a função de gestão de risco.
Comité de Governação de Crédito	• **Presidente:** Administrador Não Executivo Independente • **Membros:** Dois Administradores Não-Executivos	Trimestral	• Assegurar que existe uma efectiva governação do crédito e que é efectuada uma adequada gestão da carteira de crédito. • Monitorização dos créditos concedidos. • Controlo efectivo do risco de crédito, incluindo o risco País.
Comité de Engenharia	• **Presidente:** Administrador Não Executivo • **Membros:** Administrador Executivo e Administrador Não Executivo Independente	Trimestral	• Assegurar que existe uma efectiva governação e gestão do risco tecnológico, com especial enfâse para a estratégia do SBA.
Comité de Nomeações e Remunerações	• **Presidente:** Administrador Não Executivo Independente • **Membros:** Dois Administradores Não-Executivos	Anual	• Identificar, avaliar, incluindo antecedentes, verificação de referências e conflitos de interesse, e recomendar candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal. • Recomendar aos acionistas para aprovação a remuneração dos administradores não executivos, bem como dos membros do Conselho Fiscal.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
COMITÉS DA COMISSÃO EXECUTIVA			
Comité de Activos e Passivos	• **Presidente:** PCE • **Membros:** Administrador Executivo, Director Financeiro, Directora Executiva do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora Executiva do segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*) e de Risco	Mensal	• Visa o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, de mercado e cambial.
Comité de Gestão de Risco	• **Presidente:** Administradora Executiva • **Membros:** PCE, Administrador Executivo, Director de Risco, Directora de *Compliance*, Director de Controlo Cambial, Director de Auditoria Interna, Director de Engenharia, Directora de Pessoas e Cultura, Directora Financeira, Directora de Serviços Jurídicos, Directora Executiva do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora Executiva do segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*)	Mensal	• Formular estratégias de risco e desenvolver políticas de gestão de risco para aprovação do Conselho de Administração obedecendo aos requisitos regulamentares vigentes; • Adoptar os princípios corporativos e código de boas práticas bancárias por forma a promover a adequada gestão de risco, bem como, rever e avaliar o ambiente de controlo do Banco, incluindo (mas não se limitando) ao quadro de risco e garantir que a integridade dos sistemas de controlo de risco, políticas, procedimentos, processos e estratégias são geridos de forma eficaz em linha com os níveis/apetite de risco aprovados pela Administração.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Risco de Crédito	• **Presidente:** Director de Risco • **Membros:** PCE, Directora do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*), Directora Jurídica, Director de Recuperação de Crédito.	Mensal	• Estabelecer e definir os princípios de assunção do risco de crédito e do quadro geral para uma consistente e unificada governação, identificação, avaliação, gestão e comunicação do risco de crédito. Para fins de cumprimento dos seus deveres e responsabilidades, o Comité de Gestão de Risco de Crédito tem o direito de delegar responsabilidades aos subcomités e / ou indivíduos dentro de mandatos claramente definidos e autoridades delegadas.
Comité de *Pricing*	• **Presidente:** CFO • **Membros:** Administrador Executivo do Pelouro Financeiro, Administrador Executivo do Pelouro *Compliance*, Directora do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*), Director de *Client Solutions*, Director dos Sistemas de Informação, Director de *Compliance*, Director de Risco, Director de Banca Transaccional (Grandes Empresas), Director de Mercado de Capitais (Grandes Empresas), Director de Banca de Investimento (Grandes Empresas) e Director de *Marketing*	Trimestral	• Definir rever a estratégia de *pricing* do Banco, tendo em conta: – Os produtos e segmentos em que se pretende posicionar; – A concorrência; – O risco de crédito; – Todas as condicionantes do mercado.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Novos Produtos	• **Presidente:** CFO • **Membros:** Directora do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*), Director de *Engineering*, Director de Risco, Director de *Compliance*, Director pelo Departamento Jurídico, Director de *Client Solutions*, Responsável da Unidade de Negócios que propõe o novo produto, Director de *Marketing* e Director de Auditoria Interna	Mensal	• Avaliação e aprovação de novos produtos, canais e propostas de serviços.
Comité de Projectos	• **Presidente:** PCE • **Membros:** Administradores Executivos, Director de *Engineering*, Directora do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*), Directora Financeira, Director de Pessoas e Cultura, Director da Gestão da Transformação (TMO)	Mensal	• Garantir o alinhamento do investimento considerado *Change the Bank*, nas áreas de sistemas de informação e de negócio, com as iniciativas estratégicas adoptadas pelo SBA e, se pertinente, pelo Grupo Standard Bank. O Comité deve ainda garantir que os projectos resultantes são executados de acordo com os parâmetros acordados em termos de qualidade, custo, âmbito e prazos, e que eventuais desvios aos parâmetros estabelecidos são adequadamente geridos.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Compras (*Procurement*)	• **Presidente:** CFO • **Membros:** Director Executivo de *Procurement*, Director de *Engineering*, Director do Jurídico, Directora do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*), Director de *Client Solutions*, e Director de Risco	Mensal	• Alinhar as propostas de adjudicação de bens e serviços de terceiras partes com os objectivos do SBA a curto, médio e longo prazo. • Assegurar que todas as propostas, alterações aos contractos e reclamações são resolvidas seguindo um procedimento justo e imparcial e que todas as propostas são sujeitas a uma avaliação adequada. • Assegurar o alinhamento das estratégias de contratação e de celebração de contractos com os objectivos do Negócio.
Comité de Análise de Clientes de Alto Risco	• **Presidente:** Administradora Executiva • **Membros:** Administradores Executivos, Directora do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*) Director de Risco, Director do Jurídico e Director do *Compliance*	Semanal	• Aprovar as relações com Clientes quando estas possam ter implicações ao nível de risco reputacional para o Banco e garantir que o processo de revisão é realizado para todas as relações relevantes, designadamente, Clientes categorizados como de Alto Risco para o Banco, incluindo pessoas politicamente expostas.
Comité de Controlo Interno Financeiro	• **Presidente:** CFO • **Membros:** CFO, Director de Engineering, Directora do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*), Director de *Client Solutions*	Mensal	• Avaliar a proporcionalidade, eficiência e adequação do controlo interno financeiro do Banco, reduzindo a tolerância para o risco operacional e financeiro.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité Executivo de Capital Humano	• **Presidente:** PCE • **Membros:** Administradores Executivos, Directora do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*) e de Directora de Pessoas e Cultura	Mensal	• Aprovar a política de remuneração do SBA bem como a responsabilidade pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores, acompanhar a componente de avaliações periódicas de desempenho, políticas de recrutamento, rever e aprovar políticas e procedimentos relacionados com Capital Humano.
Comité de Experiência do Cliente	• **Presidente:** Administrador Executivo • **Membros:** Administradora Executiva, Director de *Client Solutions*, Director de Experience, Director de *Engineering*, Director de Pessoas e Cultura, Director de *Marketing*, Directora do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*)	Mensal	• Tem como objectivo ter uma visão global de reclamações, solicitações de Clientes, quebras dos prazos acordados, campanhas de serviços, formações e eventos, por forma a melhorar a cultura organizacional e melhorar de forma consistente a experiência do Cliente com o Banco
Comité de Governação de Dados e Informação	• **Presidente:** PCE • **Membros:** Administradores Executivos, Director de *Engineering*, Directora do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*), Director de *Compliance*, Director de Risco, Director de Jurídico, Director do *Data Office*	Mensal	• Visa estabelecer a estratégia de gestão de dados e informação bem como as prioridades e decisões de investimentos de sistemas para os principais programas.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Risco de Conduta	• **Presidente:** PCE • **Membros:** Administradores Executivos, Director de *Engineering*, Directora do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*), Director de *Compliance*, Director de Risco, Director de Jurídico, Director de Soluções para Clientes, Director de Pessoas e Cultura, Director de *Marketing*, Directora Financeira, Director de Inovação e Director de Auditoria Interna	Mensal	• Visa efectuar uma revisão das estratégias, políticas e estruturas do Banco necessárias para monitorar, compreender, influenciar e responder aos factores que impulsionam a Cultura, Conduta e Ética no mercado em que actua.

Principais Políticas

CÓDIGO DE ÉTICA E CONFLITO DE INTERESSES

O Banco coloca o Cliente no centro da sua actividade, dando primazia aos seus interesses e fazendo do dever de lealdade para com este, o pilar que define o modo de actuação.

A política de conflito de interesses que implementou rege-se pelos mais altos padrões éticos e deontológicos. Por um lado, procura identificar, monitorizar e mitigar situações de potenciais conflitos de interesse que protejam o Banco enquanto Organização, os seus Colaboradores e Clientes, de eventuais danos. Por outro lado, permite assegurar o estrito cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

De forma a poder conduzir a sua actividade de forma coerente, foram identificadas directrizes comuns, tais como a visão de valores e a identidade da marca Standard Bank, que implicam um quadro comum de tomada de decisão. Este quadro está definido com maior clareza no Código de Ética, que foi concebido para facilitar uma maior descentralização e consequente tomada de decisões de forma mais rápida e eficiente em todos os níveis do Banco.

TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A definição do quadro de governação, gestão de riscos e comunicação de transacções com partes relacionadas, e os empréstimos a partes associadas e relacionadas são os principais objectivos desta política.





POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS

A política de remunerações e benefícios do Banco é fundamental na contratação e retenção dos quadros, garantindo desta forma a motivação dos Colaboradores e proporcionando-lhes boas oportunidades de remuneração e benefícios. De modo a garantir a efectiva execução desta política, são seguidos os seguintes princípios orientadores:

01 Cultura de responsabilidade e excelência, através do desempenho individual, competências adquiridas, capacidades técnicas e experiência demonstrada;

02 A abordagem de remuneração tem o objectivo de atrair e reter os Colaboradores chave, bem como motivar e premiar o desempenho de excelência;

03 Valor do trabalho, que o SBA define com base nas capacidades, nomeadamente:

- competência,
- capacidade técnica,
- experiência e desempenho e
- posição ocupada nos diferentes níveis organizacionais;

04 Respeito pelos princípios de remuneração do mercado, de forma a garantir que as diferenças relativas ao valor de mercado são suportadas e justificadas, e que as práticas de remuneração garantem níveis adequados de competitividade;

05 Capacidade financeira da Instituição;

06 Garantia de remuneração (fundamentalmente no que se refere a benefícios), a qual se encontra dependente da contribuição dos Colaboradores para a concretização dos dos objectivos do Banco.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores Executivos

No SBA a remuneração dos membros da Comissão Executiva, tem composição mista, i.e., apresenta uma componente fixa complementada por uma componente variável, determinada em função da conjugação de vários factores, tais como:

Desempenho individual de cada Administrador referente não só ao ano precedente, mas à consistência de desempenho em anos anteriores.

Desempenho geral do Banco.

Respeito pelas regras e normativos inerentes à actividade que desenvolvemos, bem como pelo Código de Conduta.

Administradores não executivos e membros da mesa da Assembleia Geral

Os Administradores não executivos do Conselho de Administração são remunerados pelas funções exercidas através de uma parcela fixa e de senhas de presença em reuniões.

O Administrador não executivo independente recebe uma remuneração fixa definida directamente pelos accionistas.

A remuneração da mesa da Assembleia Geral corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões. Os valores destas são aprovados pelos accionistas através de deliberação da Assembleia Geral.

A remuneração dos Órgãos Sociais tem em vista a compensação das actividades que desenvolvem no Banco directamente. A remuneração dos Órgãos Sociais engloba a remuneração fixa, remuneração varável e benefícios de longo prazo, como apresentada de seguida.

(milhares de Kwanzas)

	Conselho de Administração			Conselho Fiscal	Comissão Executiva	Total
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total			
31 de Dezembro de 2021						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	1 658 871	-	1 658 871	15 015	95 023	1 768 909
Remunerações variáveis	572 741	-	572 741	8 979	16 961	598 681
Sub total	**2 231 612**	**-**	**2 231 612**	**23 994**	**111 984**	**2 367 590**
Benefícios e outros encargos sociais	168 042	-	168 042	-	-	168 042
Outras remunerações e prémios de antiguidade	-		-			-
Total	**2 399 654**	**-**	**2 399 654**	**23 994**	**111 984**	**2 535 632**
31 de Dezembro de 2020						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	510 603	88 611	599 214	15 322	735 654	1 350 190
Remunerações variáveis	287 473	14 730	302 203	3 846	251 014	557 063
Sub total	**798 076**	**103 341**	**901 417**	**19 168**	**986 668**	**1 907 253**
Benefícios e outros encargos sociais	101 345	54 952	156 297	-	6 033	162 330
Outras remunerações e prémios de antiguidade	-		-			-
Total	**899 421**	**158 293**	**1 057 714**	**19 168**	**992 701**	**2 069 583**



06
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

Queremos transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os *stakeholders*, não apenas numa vertente financeira, mas de forma mais abrangente pois a actividade que desenvolvemos e os desafios que enfrentamos não se resumem só a números.



6.1 Demonstrações Financeiras

(milhares de kwanzas)

BALANÇO	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	119 628 484	147 520 430
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	92 577 562	65 181 528
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	186 984 054	142 266 522
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	181 656	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	162 789 363	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado	9	91 706 497	235 843 696
Crédito a Clientes	10	234 174 153	140 309 033
Outros activos tangíveis	11	43 199 753	39 912 155
Activos intangíveis	12	8 674 748	6 385 504
Activos por impostos correntes	13	892 277	448 946
Activos por impostos diferidos	13	5 588 505	1 150 917
Outros activos	14	21 876 848	10 406 404
Total de Activo		**968 273 900**	**880 282 338**
Passivo e capital próprio			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	15	26 524 169	894 112
Recursos de Clientes e outros empréstimos	16	678 257 533	691 667 486
Responsabilidades representadas por títulos	17	-	4 745 970
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	7	-	214 709
Provisões	18	3 287 749	2 796 343
Passivos por impostos correntes	13	17 518 310	2 918 522
Passivos por impostos diferidos	13	524 756	-
Passivos subordinados	19	16 704 348	19 553 301
Outros passivos	20	55 971 373	40 509 524
Total do Passivo		**798 788 238**	**763 299 967**
Capital próprio			
Capital Social	21	9 530 007	9 530 007
Reservas de reavaliação	22	974 547	(1 099 873)
Outras reservas e resultados transitados	22	83 244 796	72 421 149
Resultado líquido		75 736 312	36 131 088
Total do Capital Próprio		**169 485 662**	**116 982 371**
Total do Passivo e do Capital Próprio		**968 273 900**	**880 282 338**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Juros e rendimentos similares	24	89 642 125	58 189 274
Juros e encargos similares	24	(13 252 708)	(7 001 950)
Margem financeira		**76 389 417**	**51 187 324**
Rendimentos de serviços e comissões	25	18 216 557	12 427 848
Encargos com serviços e comissões	25	(4 276 678)	(4 226 748)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	26	(9 239)	262 184
Resultados de activos financeiros através de outro rendimento integral	27	26 186	-
Resultados cambiais	28	35 860 207	26 717 618
Outros resultados de exploração	29	(4 023 230)	(2 939 268)
Produto da actividade bancária		**122 183 220**	**83 428 958**
Custos com pessoal	30	(21 700 744)	(18 193 365)
Fornecimentos e serviços de terceiros	31	(13 041 451)	(10 646 649)
Depreciações e amortizações do exercício	11 e 12	(4 345 248)	(1 808 057)
Provisões líquidas de anulações	18	(529 162)	(1 072 034)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	10	(2 291 016)	(943 413)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	4,5,6,9,14 e 22	11 348 723	(11 449 684)
Resultado antes de impostos		**91 624 322**	**39 315 756**
Impostos sobre os resultados	13	(15 888 010)	(3 184 668)
Resultado líquido		**75 736 312**	**36 131 088**
Número médio de acções ordinárias emitidas		1 000 000	1 000 000
Resultados por acção básico (em kwanzas)	32	75.736	36.131
Resultados por acção diluído (em kwanzas)	32	75.736	36.131

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Resultado líquido do exercício		**75 736 312**	**36 131 088**
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	8 e 22		
Variações no justo valor		(2 337 924)	(2 113 755)
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período		(261 253)	150 364
Total do outro rendimento integral do exercício		**(2 599 177)**	**(1 963 391)**
Total do rendimento integral do exercício		**73 137 135**	**34 167 697**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Notas	31.12.2021	31.12.2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	24 e 25	102 701 087	74 595 944
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	24 e 25	(15 806 681)	(11 047 768)
Pagamentos a empregados e fornecedores	30 e 31	(34 742 195)	(29 245 766)
Outros resultados	28 e 29	31 836 977	23 995 020
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		**83 989 188**	**58 297 430**
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	(43 368 059)	(136 623 460)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7 e 26	944 494	28 891 280
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8 e 27	(72 181 904)	(18 661 704)
Investimentos ao custo amortizado	9	155 447 819	(140 353 296)
Crédito a clientes	10	(92 289 396)	(49 753 281)
Outros activos	13 e 14	(16 351 363)	(6 878 784)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais		**(67 798 409)**	**(323 379 245)**
(Aumentos)/Diminuições de passivos operacionais:			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	15	25 630 057	(679 826)
Recursos de clientes e outros empréstimos	16 e 19	(18 025 392)	264 100 282
Outros passivos	18 e 20	14 441 281	(14 480 615)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		**22 045 946**	**248 939 841**
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		38 236 725	(16 141 974)
Impostos sobre o rendimento pagos	13	(1 288 222)	(2 325 910)
Caixa líquida das actividades operacionais		**36 948 503**	**(18 467 884)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações	11	(5 230 280)	(13 525 932)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações	12	(2 204 506)	(4 221 605)
Caixa líquida das actividades de investimento		**(7 434 787)**	**(17 747 537)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de dividendos	22	(25 307 439)	(12 851 076)
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos e compras	17	(4 702 189)	-
Caixa líquida das actividades de financiamento		**(30 009 628)**	**(12 851 076)**
Variação de caixa e seus equivalentes		(495 912)	(49 066 496)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 e 5	212 701 958	261 768 454
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**212 206 046**	**212 701 958**
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	4	13 353 605	9 680 332
Disponibilidades em Bancos Centrais	4	42 722 754	38 687 410
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória	4	63 552 125	99 152 688
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	92 577 562	65 181 528
Total		**212 206 046**	**212 701 958**

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Capital Social (Nota 21)	Reservas de (Nota 22)	Outras reservas e resultados transitados (Nota 22)				Resultado líquido	Total do capital próprio
			Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Total		
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	**9 530 007**	**863 518**	**6 470 874**	**46 672 453**	**1 209**	**53 144 536**	**32 127 689**	**95 665 750**
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor	-	(2 113 755)	-	-	-	-	-	(2 113 755)
Desvios atuariais	-		-	-	-	-	-	-
Variação cambial	-		-	-	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	-	150 364	-	-	-	-	-	150 364
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	36 131 088	36 131 088
Total de rendimento integral no exercício	**-**	**(1 963 391)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**36 131 088**	**34 167 697**
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	3 059 133	29 068 556	-	32 127 689	(32 127 689)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(12 851 076)	-	(12 851 076)	-	(12 851 076)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**9 530 007**	**(1 099 873)**	**9 530 007**	**62 889 933**	**1 209**	**72 421 149**	**36 131 088**	**116 982 371**
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor	-	2 337 924	-	-	-	-	-	2 337 924
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	-	261 253	-	-	-	-	-	261 253
Imposto sob Activo/Passivo diferido ao justo valor	-	(524 757)	-	-	-	-	-	(524 757)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	75 736 312	75 736 312
Total de rendimento integral no exercício	**-**	**2 074 420**	**-**	**-**	**-**	**-**	**75 736 312**	**77 810 732**
Constituição de reservas	-	-	-	36 131 088	-	36 131 088	(36 131 088)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(25 307 439)	-	(25 307 439)	-	(25 307 439)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**9 530 007**	**974 547**	**9 530 007**	**73 713 582**	**1 209**	**83 244 796**	**75 736 312**	**169 485 662**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

6.2 Notas às Demonstrações Financeiras



Nota 1 - Nota Introdutória

O Standard Bank de Angola, S.A. (doravante também designado por "Banco" ou "SBA"), é um Banco de capitais privados com sede no Inara Business Park & Gardens, Torre 1, 8º andar, Talatona, Angola. O Banco foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010.

O Banco tem como objectivo o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura accionista e conforme detalhado na Nota 21 o Banco é detido maioritariamente pelo Standard Bank da África do Sul em 51%. Na Nota 33 encontram-se detalhados os principais saldos e transacções com accionistas e outras entidades relacionadas.

Em Dezembro de 2021 e Dezembro de 2020, o Banco terminou o ano com 19 agências abertas.

Nota 2 - Políticas Contabilísticas

BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Aviso nº 05/2019 de 30 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. são preparadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS).

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Kwanzas, a moeda do ambiente económico no qual o Banco se encontra, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Os outros activos e passivos financeiros e os activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

Os câmbios de Kwanzas face às divisas relevantes para a actividade do Banco eram os seguintes nas datas de referência abaixo:

	2021	2020
USD	554 981	649 604
EUR	628 738	798 429

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de Março de 2022.

As políticas contabilísticas são consistentes com as reportadas em anos anteriores.

2.1 COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

O Banco adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2019. As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

2.2 CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao Cliente. O crédito a Clientes é inicialmente registado ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos/proveitos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros reconhecidos na margem financeira. A componente dos juros é reconhecida na rubrica "Juros e rendimentos similares", com base no método da taxa de juro efectiva e de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12. Adicionalmente são periodificadas, pelo prazo da vida das operações, na margem de crédito as comissões cobradas relacionadas com as operações de crédito.

O crédito a Clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido, ou (iv) quando não existem perspectivas realistas da recuperação dos créditos, numa perspectiva, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, sendo os mesmos abatidos ao activo.

2.2.1 Imparidade (IFRS 9)

A IFRS 9 estabeleceu um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas" pelo que o evento de perda não necessita assim de ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (OCI ou Other comprehensive income).

No caso do risco de crédito de um activo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso do risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por "prova objectiva de imparidade"), a imparidade acumulada é afecta directamente ao instrumento em causa, incluindo o tratamento do respectivo juro.

2.1.1.1 *Expected Credit Loss* (ECL)

Os ECL são uma estimativa de probabilidade das perdas de crédito.

Os *inputs* chave para a mensuração dos ECL são previsivelmente as seguintes variáveis:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* ou PD);
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* ou LGD); e
- Exposição em Incumprimento (*Exposure at Default* ou EAD).

Estes parâmetros derivam de modelos estatísticos internos desenvolvidos e outros dados históricos que derivam de modelos regulatórios, sendo ajustados para reflectir informação prospectiva.

As estimativas de PD são estimativas a uma determinada data, calculadas com base num modelo de notações estatísticas, e obtidas utilizando ferramentas de notações criadas para as várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos são baseados em dados compilados internamente, compreendendo tanto factores qualitativos como factores quantitativos. Onde se encontrarem disponíveis dados de mercado, estes podem também ser utilizados para obter a PD de grandes contrapartes CIB. Se uma contraparte

ou exposição migrar entre classes de notação, isso dá origem a uma mudança na estimativa da PD associada. As PDs são estimadas considerando as maturidades contratuais das exposições e taxas de pagamento antecipado estimado.

A LGD é a magnitude da perda provável se existir incumprimento. O Banco estima os parâmetros de LGD com base nas taxas de recuperação históricas de processos contra contrapartes em incumprimento. Os modelos de LGD consideram a estrutura, o colateral, a senioridade da disputa, indústria da contraparte e custos de recuperação de qualquer colateral que integra o activo financeiro. Para empréstimos colateralizados por propriedades imobiliárias, os rácios de loan-to-value (LTV) são o parâmetro chave na determinação da LGD. As estimativas de LGD são calibradas para diferentes cenários económicos e, no caso de empréstimos imobiliários, procuram reflectir possíveis mudanças nos preços das propriedades. São calculadas numa base de fluxos de caixa não descontados utilizando a taxa de juro efectiva como o factor de desconto. Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, foi acordado para efeitos de consistência pelo Grupo Standard Bank, o pressuposto de que a LGD não inclui recuperações de contratos abatidos ao activo.

A EAD representa a exposição esperada na eventualidade de incumprimento. O Banco obtém a EAD da exposição actual às contrapartes e as mudanças potenciais para o montante nos termos do contrato, incluindo amortização, e pagamentos antecipados. A EAD dos activos financeiros corresponde ao valor bruto detido no incumprimento.

Para posições extrapatrimoniais (limites não utilizados, cartas de crédito e garantias financeiras), a EAD considera o valor descontado, bem como os potenciais montantes futuros que poderão ser levantados ou amortizados no âmbito do contrato. Para esta estimativa, o Banco considera o valor nominal das posições extrapatrimoniais multiplicado pelo Credit Conversion Factor (CCF) tendo em conta os níveis de risco apresentados na Tabela 2 do Aviso nº 09/2016 do Banco Nacional de Angola, onde posições com risco elevado são ponderadas a 100%, posições com risco médio são ponderadas a 20%, posições com risco médio/baixo são ponderadas a 20% e posições com risco baixo são ponderadas a 0%.

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, os limites não utilizados são considerados pelo modelo de imparidade como exposições patrimoniais.

2.2.1.2 Análise individual e colectiva

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, o modelo de imparidade do Banco para os créditos no Estágio 3 é efectuado numa base individual. Para créditos no Estágio 1 e 2 é efectuado numa base colectiva, agrupando a carteira por segmento (Business & Commercial Client ou BCC e Consumer & High Net Worth Client ou CHNW) e por produto (empréstimos à habitação, leasing, descobertos, empréstimos de médio e longo prazo, cartões de crédito e cartas de crédito).

Para Grandes Empresas e Banca de Investimento (segmento Wholesale), o modelo de imparidade do Banco é efectuado numa base individual, tendo em conta um modelo de rating para cada classe de activo.

2.2.1.3 Aumento significativo do risco de crédito (*Significant increase in credit risk* ou SICR)

No âmbito da IFRS 9, na determinação de que o risco de crédito (isto é risco de incumprimento) aumentou consideravelmente num instrumento financeiro desde o seu reconhecimento inicial, devendo nessa medida transitar de estágio 1 para estágio 2, o Banco considera a informação razoável e suportável que é relevante e disponível sem grande custo ou esforço, incluindo tanto informação qualitativa como quantitativa, e a análise baseada na experiência histórica do Banco, análise técnica do crédito e informação prospectiva.

Primeiramente, o Banco identifica de que forma um aumento significativo do risco de crédito ocorreu para uma exposição comparando a probabilidade de incumprimento (PD) para a restante vida do contrato à data de reporte, com a PD da restante vida do contrato para este ponto no tempo que foi estimado no reconhecimento inicial da exposição. No segmento Grandes Empresas e Banca de Investimento, a degradação do rating (três notas ou uma nota, dependendo do rating inicial) atribuído ao Cliente é um evento para a identificação de aumento significativo de risco de crédito.

Avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial de um instrumento financeiro requer a identificação da data de reconhecimento inicial do instrumento. Para certos instrumentos de crédito de carácter renovável (por exemplo cartões de crédito e descobertos bancários), a data em que o crédito foi concedido pode ter sido há muito tempo atrás e a modificação dos termos contratuais de instrumentos financeiros pode, também, afectar a avaliação.

2.2.1.4 Níveis de risco de crédito (Estágios)

O Banco aloca cada exposição a um determinado nível de risco de crédito (Estágio), entre 1, 2 ou 3, com base numa variedade de dados que é determinada de forma preditiva do risco de incumprimento, e aplicando julgamento experimentado de crédito. Os níveis de risco de crédito são definidos usando factores qualitativos e quantitativos que são indicadores do risco de incumprimento (default). Estes factores podem variar dependendo da natureza da exposição e do tipo de Cliente.

Os níveis de risco de crédito são definidos e calibrados para que o risco do incumprimento aumente exponencialmente à medida que o risco de crédito se deteriora. Nesse sentido, a diferença entre o risco de incumprimento e o risco de crédito nos níveis 1 e 2 é inferior à diferença entre os riscos de crédito nos níveis 2 e 3.

Cada exposição será alocada ao seu nível de risco de crédito no momento do reconhecimento inicial, com base na informação disponível acerca do Cliente. Todas as exposições são sujeitas a uma monitorização constante, que pode resultar em transferências de um nível de risco de crédito para outro.

O Banco considera contratos com mais de 90 dias de atraso no Estágio 3. Adicionalmente, considera no Estágio 2 contratos com mais de 30 dias de atraso, que tenham apresentado um aumento significativo do risco de crédito ou contratos que estejam na watchlist. Os restantes contratos são considerados no Estágio 1.

Para as exposições no Estágio 1, o período de mensuração do ECL é de 12 meses (ou o seu período remanescente de maturidade, caso seja inferior a 12 meses). Para as exposições no Estágio 2 ou 3, o período de mensuração do ECL é toda a vida útil da exposição (lifetime).

2.2.1.5 Estrutura Temporal da PD

Os níveis de risco de crédito serão um input primário para a determinação da estrutura temporal da PD nas exposições. O Banco recolhe indicadores de performance e de incumprimento acerca das suas exposições tendo em consideração o identificador geográfico, o tipo de produto e Cliente, e o nível de risco de crédito. Para determinados portfolios, pode também ser utilizada a informação obtida de agências de notação de crédito externas.

O Banco utiliza modelos estatísticos para analisar os dados recolhidos e gerar estimativas da PD para o restante período da exposição.

Esta análise inclui a identificação e calibração das relações entre as variações das taxas de incumprimento e as variações nos principais factores macroeconómicos, bem como numa análise mais aprofundada do impacto de determinados factores (por exemplo, experiência de reestruturações) no risco de incumprimento. Para a maioria das exposições, os indicadores macroeconómicos chave incluem o crescimento do PIB, taxas de juro de benchmark e os níveis de desemprego.

Para as exposições de indústrias específicas e regiões, a análise poderá ser estendida às correspondentes matérias primas e/ou preços do mercado imobiliário.

2.2.1.6 Definição de *default*

No âmbito da IFRS 9, o Banco considera os seus activos financeiros como estando em default quando:

- O devedor não irá ser capaz de pagar as suas obrigações de crédito na totalidade, sem recurso pelo Banco ao accionar as garantias detidas (no caso de existência das mesmas); ou
- O devedor encontra-se em incumprimento há pelo menos 90 dias de alguma obrigação material do contrato a realizar junto do Banco. No caso dos descobertos bancários, considera-se que existe incumprimento quando:

(i) O mutuário tenha excedido o limite recomendado por mais de 90 dias, ou seja, o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida, no referido prazo, para um valor dentro do limite autorizado; ou

(ii) For recomendado ao mutuário um limite inferior ao montante em dívida do mutuário e o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida no prazo de 90 dias para um valor dentro do novo limite recomendado; ou

(iii) O Banco conceda crédito a uma pessoa sem limite autorizado, cujo crédito não seja pré-pago no prazo de 90 dias.

Na verificação do incumprimento (default), o Banco considera os seguintes indicadores:

- Qualitativos: quebras de cláusulas ou covenants contratuais;
- Quantitativos: estado de incumprimento e o não pagamento de outra obrigação do mesmo devedor ao Banco;
- Outros indicadores baseados em dados desenvolvidos internamente ou obtidos externamente.

Os inputs da avaliação de quando um instrumento financeiro se encontra em default, e da sua significância, podem variar ao longo do tempo para reflectir modificações nas circunstâncias.

Os activos financeiros em estado de default são considerados no Estágio 3.

2.2.1.7 Informação prospectiva

No âmbito da IFRS 9, o Banco incorpora informação prospectiva tanto na avaliação do aumento significativo do risco de crédito de um instrumento desde o seu reconhecimento inicial, como na mensuração dos ECL.

O Banco formula um "cenário base" de perspectiva futura das variáveis económicas relevantes e um conjunto representativo de outras possíveis projecções de cenários, com base nos conselhos do Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC), de especialistas económicos, e uma variedade de considerações actuais e de projecção de informação externa. Este processo envolve o desenvolvimento de dois ou mais cenários económicos e a consideração das probabilidades relativas de cada desfecho. A informação externa inclui dados económicos e projecções publicadas por entidades governamentais e autoridades monetárias nos países onde o Banco desenvolve operações, organizações supranacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e o Fundo Monetário Internacional, e analistas privados académicos e do sector.

O cenário base representa o resultado mais provável e é alinhado com a informação utilizada pelo Banco para outros efeitos, tais como planeamento estratégico e orçamentação. Os restantes cenários representam resultados mais optimistas ou pessimistas. O Banco leva a cabo testes de stress periódicos com choques mais extremos para calibrar e determinar outros cenários representativos, sempre que considere adequado.

O Banco identifica os drivers chave de risco de crédito e perdas de crédito para cada portfolio de instrumentos financeiros e, utilizando uma análise dos dados históricos, estima relações entre as variáveis macroeconómicas, o risco de crédito e as perdas de crédito. Estes drivers chave incluem taxas de juro, taxas de desemprego e projecções do PIB. As relações previsíveis entre os indicadores chave, o incumprimento e as taxas de perdas nos diversos portfolios de activos financeiros foram desenvolvidos com base na análise de dados históricos sobre os últimos 5 anos.

Os cenários económicos utilizados são aprovados pelo Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC).

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, esta informação prospectiva é incluída na ECL no Estágio 2. Para Grandes Empresas e Banca de Investimento, a informação prospectiva é incluída no modelo de rating de cada Cliente.

2.2.1.8 Activos financeiros curados

O Banco analisa continuamente se os triggers que levaram contratos ao estado de default (Estágio 3) ainda existem. São mantidos no Estágio 3 os contratos que entraram em default durante pelo menos 6 meses, mesmo que já não apresentem indícios de imparidade. Se os contratos tiverem prestações trimestrais ou com periodicidade superior, será decidido no CRMC quando é que estes contratos podem ser transferidos do Estágio 3.

Um activo financeiro será transferido do Estágio 2 para o Estágio 1 quando não apresentar critérios de aumento significativo do risco de crédito e estiver curado.

2.2.1.9 Activos financeiros modificados

Os termos contratuais de um empréstimo podem ser modificados por um conjunto de razões, incluindo mudanças de condições de mercado, retenção de Clientes, e outros factores não directamente relacionados com uma actual ou potencial deterioração de crédito do Cliente. Um empréstimo existente no qual os termos tenham sido modificados através da negociação deve ser avaliado quanto ao seu possível desreconhecimento. Caso os termos do empréstimo renegociado sejam significativamente diferentes, o mesmo deve ser desreconhecido, e o empréstimo renegociado, reconhecido como um novo empréstimo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efectiva.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação ou modificação não é elegível para desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto na data de modificação descontando os fluxos de caixa contratuais do activo financeiro modificado usando a taxa de juro efectiva original do activo. A diferença entre essa quantia escriturada e a quantia escriturada bruta do activo original é reconhecida como um ganho ou perda de modificação. Quaisquer custos ou comissões suportadas com a modificação ajustam a quantia escriturada do activo financeiro modificado e são amortizados ao longo do restante prazo do activo financeiro modificado.

No âmbito da IFRS 9, quando os termos de um activo financeiro são modificados, e a modificação não resulta em desreconhecimento, a determinação do aumento significativo do risco de crédito reflecte a comparação da PD da vida remanescente à data de reporte com base nos termos modificados, com a PD da vida remanescente estimada com base nos dados do reconhecimento inicial e nos termos originais do contrato.

O Banco renegoceia os empréstimos de Clientes em dificuldades financeiras (referido como "actividades de reestruturação") para maximizar as oportunidades de cobrança e minimizar o risco de incumprimento. No âmbito da Política de Reestruturação do Banco, a reestruturação é elegível numa base selectiva caso o devedor se encontre actualmente em incumprimento ou se existir um risco elevado de incumprimento e exista evidência de que o devedor tenha efectuado todas as diligências para realizar os pagamentos nos termos do contrato original e seja expectável que o devedor seja capaz de cumprir os termos revistos.

Os termos revistos normalmente incluem uma extensão da maturidade, uma modificação dos períodos de pagamento de juros e alterações aos termos das cláusulas contratuais (covenants) do empréstimo. Ambos os empréstimos de retalho e empresa são sujeitos à Política de Reestruturação. O Comité de Crédito do Banco revê regularmente os reportes da actividade de reestruturação.

Para activos financeiros modificados como resultado da aplicação da Política de Reestruturação do Banco, a estimativa da PD reflecte a forma como a modificação melhorou a capacidade do Banco para obter o pagamento de capital e juros e a experiência passada da actividade de reestruturação em situações similares. Como parte do processo, o Banco avalia a performance de pagamento do devedor de acordo com as modificações dos termos contratuais e considera vários indicadores de comportamento.

A reestruturação é normalmente um indicador qualitativo de incumprimento e de imparidade de crédito, sendo as expectativas de reestruturação relevantes para o julgamento da existência do aumento de risco de crédito significativo. Após a reestruturação, o Cliente necessita de demonstrar ser um bom cumpridor durante um período de tempo mínimo de 2 anos para que se verifique a sua desmarcação de reestruturado por dificuldades financeiras e a PD ser considerada como tendo diminuído de forma a que o ajustamento de crédito criado seja revertido e mensurado num montante igual à ECL de 12 meses (Estágio 1).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o Banco não possui activos que tenham preenchido estes requisitos para o desreconhecimento no período de reporte.

2.2.1.10 Definição de classes de risco

No âmbito da determinação das perdas por imparidade para créditos analisados em base colectiva, o Banco efectua a classificação das exposições nas seguintes classes de risco:

i) "Carteira de crédito Normal": empréstimos que estão a decorrer dentro dos prazos expectáveis e nunca foram reestruturados / modificados

devido a dificuldades financeiras do Cliente ou empréstimos que nunca entraram em incumprimento;

ii) "Carteira de crédito Curado (Cliente curado)": empréstimos que entraram em incumprimento e foram curados (actualmente em vigor) devido à capacidade do Cliente em realizar o reembolso integral e restabelecer o status de desempenho;

iii) "Carteira de crédito reestruturado (reestruturado)": empréstimos com prazos originais que foram reestruturados ou modificados pelo banco devido a dificuldades financeiras dos Clientes, resultando no Cliente ser capaz de fornecer o reembolso total no cumprimento dos termos modificados / reestruturados do contrato.

2.2.2 Processo de avaliação de colaterais

A avaliação das garantias é assegurada de forma regular para que o Banco disponha de informação actualizada sobre o valor destes instrumentos e, consequentemente, da sua capacidade de mitigação do risco das operações de crédito.

Os sistemas operacionais do Banco geram relatórios que permitem monitorar as datas nas quais deverão ser feitas as reavaliações de colaterais.

2.2.2.1 Fase de concessão de crédito

No âmbito das condições de aprovação das operações de crédito, sempre que é definida a necessidade de obter uma garantia por parte do Cliente, caso a tipologia da garantia ou colateral identificada implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, o Banco solicita avaliação da garantia junto de empresas de avaliação externa devidamente certificadas.

2.2.2.2 Fase de acompanhamento de crédito

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de colaterais, tendo por base os requisitos do Aviso nº 10/2014 emitido pelo BNA, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, foi definido que o Banco será responsável pela identificação das garantias que são sujeitas a reavaliação e por desencadear o respectivo processo junto de avaliadores externos.

O Banco solicita, a entidades idóneas vocacionadas para o efeito, avaliações formais e trianuais de imóveis industriais e comerciais no mínimo de dois em dois anos, sempre que a posição em risco represente:

(i) Um montante igual ou superior a 1% (um por cento) do total da carteira de crédito ou igual ou superior a 100 milhões de Kwanzas; ou

(ii) Situações de crédito vencido há mais de 90 (noventa) dias e/ou outros indícios de imparidade; ou

(iii) Situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Alternativamente, caso as condições acima referidas não sejam cumpridas, o Banco solicita avaliações de 3 em 3 anos, em linha com a Política do Grupo Standard Bank.

2.2.2.3 Fase de recuperação de crédito

Sempre que relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, o Banco pode solicitar a reavaliação das garantias associadas aos empréstimos sempre que tiver um incumprimento acima de 90 dias.

O valor de avaliação de cada tipo de garantia é determinado tendo por base as especificidades de cada um destes instrumentos, considerando os seguintes critérios:

(i) Imóveis

O valor de avaliação que é considerado como valor garantido corresponde ao valor mínimo entre o valor de avaliação, obtido nos termos do disposto na Nota 2.2.2.2 acima, e o montante máximo de hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao Banco e com prioridade sobre o mesmo, sempre que essa informação estiver disponível.

Os valores e datas de avaliação das garantias são registados no sistema de gestão de colaterais.

(ii) Penhor de Depósitos a Prazo

O valor da garantia corresponde ao valor nominal do depósito, bem como os respectivos juros (caso se encontrem igualmente penhorados).

(iii) Outras garantias recebidas

Relativamente a outras garantias recebidas, designadamente penhores de equipamentos, é considerado o valor de mercado determinado com base numa avaliação actualizada, com uma antiguidade inferior a um ano, a ser realizada por uma entidade idónea e com competência específica tendo em conta a natureza particular de cada garantia recebida. É condição necessária para a avaliação desta tipologia de garantias, a validação da propriedade, salvaguarda e condições de funcionamento dos bens subjacentes.

As eventuais excepções a esta regra são sujeitas a julgamento profissional, e são aplicados descontos ajustados à natureza específica dos activos.

No caso de não existir uma avaliação da garantia, ou não se conseguir garantir a propriedade e salvaguarda dos bens, o valor da garantia recebida não é considerado para efeitos de apuramento de perdas por imparidade.

Tendo em conta as dificuldades subjacentes a uma correcta e criteriosa avaliação deste tipo de garantias recebidas, o Banco tem optado por seguir uma abordagem conservadora e não as considerar enquanto mitigadores de risco de crédito, para efeitos do apuramento da imparidade de crédito.

2.2.3 Reversão de imparidade

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição puder ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida. A quantia da reversão é reconhecida nos resultados do exercício.

2.2.4 Abate de instrumentos financeiros

A anulação contabilística de instrumentos financeiros é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação, numa perspectiva económica, quando estes instrumentos se encontram totalmente provisionados e, para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. Essa anulação é efectuada pela utilização de perdas de imparidade correspondendo a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

2.2.5 Cartas de crédito

O Banco reclassifica para Crédito a Clientes, por contrapartida de Outros passivos, todas as cartas de crédito para as quais já tenha recebido toda a documentação de suporte necessária para proceder aos pagamentos contratualmente definidos, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva. Assim existe um registo do passivo do Banco na rubrica Outros passivos (Nota 20), por contrapartida da responsabilidade do Cliente para com o Banco na rubrica de Crédito a Clientes (Nota 10).

2.2.6 Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata num futuro próximo são classificados nesta categoria. Estes activos financeiros que incluem, nomeadamente obrigações não cotadas e papel comercial, são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade.

2.3 OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 Classificação dos activos financeiros

A IFRS 9 preconiza uma abordagem de classificação e mensuração para activos financeiros que reflecte o modelo de negócio utilizado na gestão do activo bem como as características dos seus fluxos de caixa.

A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de activos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (Fair value through other comprehensive income ou FVOCI) e mensurados ao justo valor através de resultados (Fair value through profit and loss ou FVTPL).

A classificação dos activos financeiros baseia-se em dois critérios de determinação, nomeadamente: (i) nas características dos fluxos de caixa contratuais do activo financeiro e (ii) no modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Um activo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado no balanço ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, excepto se forem itens registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

De acordo com a IFRS 13, entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflecte a forma como o Banco efetua a gestão dos seus activos na óptica de geração de fluxos de caixa, isto é, se os activos são geridos com o intuito de i) recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou ii) de se receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda desses activos. Para estes dois tipos de portfolios, o Banco deve avaliar e testar se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (Teste "solely payments of principal and interest" ou SPPI), isto é, se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contracto de empréstimo básico, em que o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito e margem de lucro que é consistente com um contracto de crédito básico ou se apresentam exposição ao risco ou volatilidades inconsistentes com um contracto de crédito básico, situação que determina que o instrumento financeiro deva ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Se não se cumprir nenhuma destas situações anteriores, os activos financeiros são reconhecidos ao justo valor através de resultados, como é o caso dos títulos detidos para negociação, que são geridos com o objectivo de serem vendidos no curto prazo.

A informação a considerar nesta avaliação inclui:

- As políticas e objectivos estabelecidos para o portfolio e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia da gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, na manutenção de perfil específico de taxa de juro, no match entre os activos e os passivos que os financiam ou na realização de fluxos de caixa através da venda de activos;
- A forma como a performance do portfolio é avaliada e reportada aos órgãos de gestão do Banco;
- A avaliação dos riscos que afectam a performance do modelo de negócio (e dos activos financeiros geridos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como estes riscos são geridos;
- A forma como a remuneração dos gestores do negócio depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos; e
- A frequência, volume e timing das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas, e as expectativas sobre vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas não deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Banco estabelece objectivos de gestão dos activos financeiros e de como os fluxos de caixa são obtidos.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento exclusivo de capital e juros (SPPI)

Nesta avaliação, "capital" é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. "Juro" é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, o risco de crédito associado ao montante em dívida, outros riscos e custos associados à actividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Aquando da avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento de capital e juro, o Banco considera os termos contratuais do instrumento, o que inclui a análise da existência de situações em que estes podem modificar o timing e o montante dos fluxos de caixa para que não cumpram esta condição, nomeadamente:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultam em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Cláusulas que possam limitar o direito de reclamar os fluxos de caixa em relação a activos específicos (por exemplo, contratos com cláusulas que impedem o acesso a activos em caso de default); e
- Características que podem modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro (por exemplo, reinicialização periódica das taxas de juro).

As taxas de juro em determinados empréstimos de retalho feitos pelo Banco são baseadas em taxas standard variáveis ("SVRs") estabelecidas ao critério do Banco. As SVRs são geralmente baseadas numa taxa do Banco Central de uma jurisdição específica incluindo um spread discricionário. Nestes casos, o Banco irá avaliar de que modo as características discricionárias são consistentes com o critério SPPI considerando um conjunto de factores, incluindo de que forma:

- Os devedores poderão antecipar os pagamentos sem penalidades significativas;
- A competição de mercado assegura que a taxa de juro é consistente entre bancos; e
- Estruturas de protecção regulatória ou de consumidor requerem que o Banco trate os consumidores de forma justa.

Todos os empréstimos de retalho do Banco e certos empréstimos corporativos de taxa fixa contêm características que possibilitam a antecipação de pagamento.

Um contrato com possibilidade de pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o montante de pagamento antecipado representar montantes de capital e juro não pagos do montante de capital em dívida, que poderão incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o activo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao seu valor contratual, o pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato adicionado do juro periodificado (mas não pago, que pode incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento), e o justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

O Banco classifica e valoriza os seus instrumentos de dívida em:

2.3.1.1 Investimentos ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Estes activos financeiros são reconhecidos ao custo no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido na rubrica de "Juros e rendimentos similares", de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

2.3.1.2 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI)

Um activo financeiro é classificado na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- o activo financeiro for detido no âmbito de um modelo de negócio em que o objectivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse activo financeiro, mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados; e
- os seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no valor contabilístico são registadas por contrapartida de outro rendimento integral até ao momento em que os activos sejam alienados ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados, assim como os rendimentos de juros e ganhos e perdas por diferenças de câmbio, também estes reconhecidos em resultados.

Na alienação dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em outro rendimento integral são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" da demonstração dos resultados. A flutuação cambial dos títulos de dívida em moeda estrangeira é registada na demonstração de resultados na rubrica de "Resultados cambiais". Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva na rubrica de "Juros e rendimentos similares", incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável, de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12.

2.3.1.3 Activos financeiros ao justo valor através de resultados (FVTPL)

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados são instrumentos financeiros que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Adicionalmente, o Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

O Banco classificou os "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" nas seguintes rubricas:

a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo; no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

b) Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Nesta rubrica são classificados os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI).

c) Activos financeiros designados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

Nesta rubrica são classificados os activos financeiros que o Banco optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o accounting mismatch.

Considerando que as transacções efectuadas pelo Banco no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes activos financeiros são reconhecidas em resultados.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor, tendo em consideração o risco de crédito próprio e das contrapartes das operações. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de alteração de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados" da demonstração de resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica "Activos financeiros detidos para negociação", sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação".

As operações de derivados são sujeitas a análise de risco de crédito, sendo o respectivo valor ajustado por contrapartida da rubrica "Resultados cambiais" da demonstração de resultados.

2.3.2 Instrumentos de capital

Os instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspectiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no activo líquido do emissor, como por exemplo as acções. Os investimentos em instrumentos de capital são por norma classificados como detidos para negociação e contabilizados ao justo valor através de resultados.

Caso o modelo de negócio e consequentemente o propósito da aquisição do conjunto de investimentos seja o de deter em carteira por tempo indeterminado para valorização, deve ser reconhecido na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, não podendo reclassificar posteriormente na carteira de negociação (condição irrevogável). As variações de justo valor e o resultado da venda destes títulos são contabilizados em outro rendimento integral. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu reconhecimento. Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respectivos ganhos ou perdas acumuladas registados em variações de justo valor transferidos para resultados transitados no momento do seu desreconhecimento.

2.3.3 Classificação dos passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os passivos financeiros classificados na categoria de "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados" incluem:

- Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

- Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

O Banco pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- a designação elimina ou reduz significativamente o mismatch contabilístico das transações.

O Banco classifica os seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, sendo divulgado nestas notas anexas às demonstrações financeiras o apuramento do justo valor destes passivos.

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem recursos de instituições de crédito e de Clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os juros são periodificados pelo prazo das operações e reconhecidos na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de passivos financeiros são reconhecidas em " de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" no momento em que ocorrem.

2.3.4 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transacção directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados. Os custos de transacção são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um activo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efectuado a transacção. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

2.3.4.1 Reconhecimento e mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.

2.3.4.2 Reconhecimento e mensuração ao justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção corrente entre participantes de mercado à data da mensuração ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso a que o Banco tem acesso para efectuar a transacção aquela data. O justo valor de um passivo também reflecte o risco de crédito do próprio Banco.

Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado activo se houver frequência e volume de transacções suficientes de forma a que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de valorização que maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida incorpora todos os factores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transacção.

2.3.4.3 Identificação e mensuração de imparidade

Adicionalmente à análise de imparidade sobre os créditos a Clientes, em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os restantes activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados.

Em conformidade com a IFRS 9, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos ao custo amortizado, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Ainda em relação aos investimentos ao custo amortizado, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.3.5 Transferências entre categorias de instrumentos financeiros

O Banco apenas procederá à transferência de activos financeiros caso haja uma alteração ao modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Estas transferências são efectuadas de forma prospectiva, a partir da data de reclassificação, com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa de juro efectiva. O montante em outro rendimento integral existente na data da transferência é também reconhecido em resultados com base no método da taxa de juro efectiva. De acordo com a IFRS 9, não são expectáveis que as mudanças no modelo de negócio ocorram com frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

Durante o corrente ano, o Banco não tranferiu activos financeiros entre categorias.

2.3.6 Desreconhecimento

O Banco desreconhece os seus activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou na qual o Banco nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios e não mantém controlo dos activos financeiros.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

2.3.7 Instrumentos financeiros derivados

O Banco pode realizar operações de instrumentos financeiros derivados, no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados ou satisfazendo as necessidades dos seus Clientes. Todos os instrumentos derivados são registados na data da sua negociação ao justo valor e as variações de justo valor reconhecidas em resultados, excepto se se qualificarem como cobertura de fluxos de caixa ou investimento líquido em cobertura, entendida como a parte do item coberto pelo instrumento de cobertura, deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de gestão.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de

cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

a) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a categoria de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada, posteriormente (o ajustamento realizado ao montante contabilístico de um instrumento de cobertura, em que o método da taxa de juro efectivo é utilizado, é amortizado através de resultados pelo período até à sua maturidade e reconhecido na rubrica de "Juros e rendimentos similares"). Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, os ganhos ou perdas acumuladas pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

b) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa- na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem. Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Quando o instrumento de cobertura é desreconhecido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura ou é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente.

Desta forma, as variações de justo valor acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, e reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso so instrumento coberto se ter extinguido.

2.4 OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

2.4.1 Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens (custo de aquisição, custo de instalação de equipamentos, custos de desalfandegamento e impostos de importação de imobilizado, e outros custos adicionais associados à compra de imobilizado).

As obras em edifícios arrendados são capitalizadas enquanto activos próprios do Banco, sendo depreciadas entre o menor da sua vida útil e o prazo de arrendamento dos respetivos contratos.

2.4.2 Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.3 Depreciações

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em imóveis arrendados	4 a 7
Equipamento	
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático/ATM	3 a 6
Material de transporte	3 a 4
Equipamento de segurança	4 a 15

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas quando os factos que lhes deram origem deixem de se verificar (as reversões de perdas por imparidade são efetuadas até ao limite de valor que os activos teriam caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade).

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.4.4 Locações

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamento para ambas as partes de um contrato, sendo estas o arrendatário (Cliente) e o proprietário (fornecedor). O princípio central desta norma é que, o arrendatário e o proprietário, devem reconhecer todos os direitos e obrigações decorrentes dos acordos de arrendamento, no balanço patrimonial.

Na óptica do proprietário, os arrendamentos continuam a ser classificados como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. Na óptica do arrendatário, a norma introduz um modelo contabilístico de arrendatário individual, em que um activo de direito de uso (ROU - right of use) juntamente com um passivo de arrendamento para os pagamentos futuros, deve ser reconhecido para todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, a menos que o activo subjacente seja de baixo valor.

2.4.4.1 Isenções de reconhecimento

Além das exclusões de âmbito acima, um arrendatário pode optar por não aplicar o reconhecimento e os requisitos da IFRS 16 sobre:

- arrendamentos de curto prazo - arrendamentos que, na data de início, têm um prazo de arrendamento inferior ou igual a 12 meses (devem ser aplicados consistentemente a todos os activos subjacentes da mesma classe); e
- arrendamentos para os quais o activo subjacente é de baixo valor e inferiores a USD 5 000 para activos não dependentes e inferiores a ZAR 250 000 para activos dependentes/combinados, segundo a Política do Grupo

2.4.4.2 Reconhecimento e mensuração

Na data de início o arrendatário deve reconhecer um activo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

	Mensuração inicial	Mensuração subsequente
Activos de direito de uso	Custo (mensuração inicial do passivo de arrendamento) mais custos directos iniciais.	Modelo de Custo: Custo menos depreciação acumulada e imparidade acumulada. O activo de ROU é depreciado pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e a vida útil, excepto se for provável que o arrendatário exerça uma opção de compra, onde, nesse caso, devemos utilizar a vida útil.
Passivo de arrendamento	Pelo valor actual dos pagamentos de arrendamento futuros. Os pagamentos de arrendamento serão descontados usando a taxa de juro implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser prontamente determinada. Se não, usar a taxa de empréstimo incremental do arrendatário.	O arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento da seguinte forma: • aumentar o valor contabilístico para reflectir juros sobre o passivo de arrendamento; • reduzir o valor contabilístico para reflectir os pagamentos feitos.

Os pagamentos de arrendamento compreendem:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber);
- Pagamentos de aluguer variáveis que dependem de um índice ou taxa;
- Valores esperados a pagar pelo arrendatário sob garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o arrendatário exerça essa opção; e
- Pagamentos de multas pelo término do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento reflectir que o arrendatário exerce a opção de rescindir o arrendamento.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juros implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário a qual incorpora a curva de taxa de juro sem risco (curva swap), acrescido de um spread de risco do Banco, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação. Para os contratos com termo é considerada essa data como a data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória é tido em consideração as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- Pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação.

A quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para refletir a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Banco reavalia um passivo de locação (e calcula o respectivo ajustamento relacionado ao activo sob direito de uso) sempre que:

- houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do activo subjacente, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;
- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista); e
- um contrato de locação é alterado mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

Os activos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do activo subjacente, ou se o custo do activo sob direito de uso reflectir o facto de o Banco exercer uma opção de compra, o activo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

Os principais registos contabilísticos decorrentes da IFRS 16 detalham-se conforme segue:

- Na demonstração dos resultados:
  - registo em "Margem financeira" do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
  - registo em "Outros gastos administrativos" dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de activos de baixo valor; e
  - registo em "Amortizações" do custo de depreciação dos activos sob direito de uso.
- No balanço:
  - registo em "Outros activos tangíveis", pelo reconhecimento dos activos sob direito de uso; e
  - registo em "Outros passivos" pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.
- Na demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Fluxos de caixa de actividades operacionais - Pagamentos (de caixa) a empregados e a Fornecedores inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de activos de baixo valor e a rubrica (Aumento)/Diminuição em outras contas de passivo inclui montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações, conforme detalhado na Demonstração dos fluxos de caixa.

Impacto na óptica do locador

De acordo com a IFRS 16, os locadores classificam as locações como financeiras ou operacionais.

2.5 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando (i) sejam identificáveis, (ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros e (iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade. O custo de aquisição dos activos intangíveis compreende (i) preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido. Após a sua contabilização inicial, o Banco mensura os seus activos intangíveis pelo modelo do custo.

2.5.1 Software

Os custos incorridos com a aquisição e software a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado de 3 a 5 anos.

2.5.2 Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

2.5.3 Certificados escolares

Os custos incorridos com a aquisição dos certificados escolares são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes certificados geram e continuarão a gerar benefícios económicos, e têm uma vida útil indefinida pelo que não são amortizados.

2.6 EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS E TRANSACÇÕES COM ACORDO DE RECOMPRA

Títulos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (reverse repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

2.7 INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os investimentos em filiais e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornosprovenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

2.7.1 Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.8 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (IFRS 5)

O Banco classifica em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito cuja finalidade não é o uso continuado na actividade do Banco mas sim a realização do seu valor contabilístico através de uma transacção de uma venda que deverá ser muito provável ocorrer no prazo de um ano.

Estes activos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado em moeda nacional com base nas avaliações periódicas de peritos qualificados independentes, tendo em conta o exposto na Directiva N.º 01/DSB/2020 de 30 de Outubro de 2020.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

2.9 IMPOSTOS SOBRE LUCROS (IAS 12)

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.9.1 Imposto Corrente

Os impostos correntes correspondem ao valor apurado relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

2.9.2 Imposto Industrial

A 31 de Dezembro de 2021, o Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A e sujeito actualmente a uma taxa de imposto de 35% nos termos da Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, que altera o Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro.

Nos termos da Lei supracitada, foi de igual modo estipulado um aumento do prazo de reporte dos prejuízos fiscais para 5 anos, bem como entre outros, foram efectuadas alterações quanto ao tratamento fiscal das variações cambiais e a dedutibilidade fiscal das provisões, de forma a determinar que as perdas por imparidade em créditos garantidos não são dedutíveis para efeitos fiscais, excepto a parte não garantida.

Nos termos da Lei 19/14, que aprova o Código do Imposto Industrial em vigor a 1 de Janeiro de 2015, o Banco é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais ("IAC"), independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 26/20, o Banco deixa de ser obrigado a efectuar a liquidação e pagamento provisório do Imposto Industrial sobre as vendas nos casos em que tenham apurado prejuízo fiscal no ano anterior.

O Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a IAC são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial: (i) no caso das mais ou menos valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e (ii) no reconhecimento do desconto relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

2.9.3 Imposto Diferido

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro, e a Gestão consegue

controlar a tempestividade da sua realização.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

2.9.4 Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro, em vigor desde o dia 19 de Novembro, veio rever e introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência do projecto da Reforma Tributária.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, é retido na fonte pelo BNA e os respectivos rendimentos estão excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial. Por estes motivos, o Banco considera estarem cumpridas as condições para considerar, à luz da IAS 12, que o IAC é um imposto sobre o rendimento. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Adicionalmente, nos termos do artigo 18º do Código do Imposto Industrial, não é aceite como custo dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC, bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC, conforme o disposto no artigo 47º do Código do Imposto Industrial.

2.9.5 Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A Lei n.º 7/19 que aprova o Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado entrou em vigor em 1 de Outubro de 2019, com uma taxa de 14%, que revoga o Regulamento do Imposto de Consumo, republicado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 3-A/14, de 21 de Outubro, e ainda revoga o Imposto de Selo sobre as operações aduaneiras previsto na Verba n.º 15 da tabela a que se refere o Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14, de 21 de Outubro, que aprova Revisão e Republicação do Código do Imposto de Selo.

A Lei que aprova o Código do IVA também introduziu algumas relevantes alterações ao Código do Imposto de Selo, passando o Banco esta isento de Imposto de Selo previsto na verba n.º 23.3 da tabela a que se refere o Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14 e sobre as operações de financiamento, locação financeira, reporte, seguros e resseguros que sejam sujeitas e não isentas de Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O regime de IVA define também o regime de cativação, em que o Banco actua como agente cativador de 50% do IVA liquidado por parte dos seus fornecedores, com algumas exceções definidas na Lei 17/19, de 13 de Agosto, que altera a Lei que aprova o Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, nas alíneas a) a f) do n.º 5 do artigo 21.º.

No que respeita aos serviços prestados, o Banco tem obrigação de liquidar IVA nas operações de locação financeira mas na componente do capital amortizado e juros de mora cobrados aos Clientes, com excepção das operações isentas, nos termos da alínea i) do número do artigo 12.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

O Banco tem simultâneo operações sujeitas e não sujeitas que lhe confere, o direito à dedução e operações isentas que lhe restringem esse direito, desta forma apenas pode deduzir o IVA incorrido aos montantes de aquisição de bens e serviços na proporção das operações que conferem esse direito.

Não obstante o acima exposto, o banco adoptou o método de afectação real para deduzir a totalidade do IVA suportado na aquisição de bens das operações de leasing ou VAF que conferem o direito à dedução, porém exclui a possibilidade dedução do imposto suportado nas operações que não conferem esse direito, nos termos dos artigos 22.º e 24.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

Em Abril de 2019 entrou em vigor o Regime Jurídico das Faturas e Documentos Equivalentes (RJFDE). Desta forma, o Banco cumpre com regras em matéria de faturação nos termos deste Regime e emite faturas genéricas através de software certificado pela AGT.

2.9.6 Outros impostos

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo (até Outubro de 2019), bem como outras taxas.

2.10 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

2.10.1 Remuneração variável paga aos Colaboradores e administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus Colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Comité de Gestão de Capital Humano fixar os respectivos critérios de alocação a cada Colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos Colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar do seu pagamento ocorrer apenas no exercício seguinte (Nota 20).

2.10.2 Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte, e férias não gozadas pagáveis em caso de saída do Colaborador (Nota 20).

2.11 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES (IAS 37)

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo apenas à sua divulgação.

2.12 RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (Nota 24), de acordo com os prazos das operações subjacentes, utilizando a taxa de juro efectiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação.

Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira (Nota 24) assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no stage 1 ou 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os activos financeiros incluídos no estágio 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre forma prospectiva, i.e., para activos financeiros que entrem em estágio 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para activos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCIs) a taxa de juro efectiva reflecte as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do activo financeiro.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de justo valor através de resultados, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (Nota 24). Com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o Banco não tem estas operações.

2.13 RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões (Nota 25) são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

i) quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;

ii) quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira (Nota 24).

2.14 RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E DE ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Os resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados (Nota 26) incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura

e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas. O Banco não tem contabilidade de cobertura.

Os resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem as valias nas vendas desta categoria de activos financeiros.

2.15 GARANTIAS FINANCEIRAS E COMPROMISSOS

Garantias financeiras (Nota 23) são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos (Nota 23) são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

2.16 TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanzas) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos ao justo valor através de outro rendimento integral.

As compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias, são registadas em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 20).

2.17 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos (Nota 31) são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

2.18 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, e com risco de variação de justo valor imaterial, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 anexa às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

A situação conjuntural dos mercados financeiros, nomeadamente em termos de liquidez, pode influenciar o valor de realização dos instrumentos financeiros não cotados em algumas situações específicas, nomeadamente a sua alienação antes da respectiva maturidade.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados nas Notas 7, 8 e 34.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende dos resultados dos testes SPPI (análise das características dos fluxos de caixa contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Banco determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: a forma como o desempenho dos activos é avaliada; os riscos que afetam o desempenho dos activos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos activos.

O Banco monitoriza os activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objectivo do modelo de negócio definido para esses activos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua pelo Banco do modelo de negócio dos activos financeiros que permaneçam em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospectiva da classificação desses activos financeiros (Notas 7, 8, 9 e 10).

3.3 PERDAS POR IMPARIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO OU AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL (OCI)

O Banco efectua uma revisão periódica dos instrumentos financeiros de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.3.

O processo de avaliação de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento (PD), a perda dado o incumprimento (LGD), a avaliação da existência de aumento significativo no risco de crédito do activo financeiro desde o seu reconhecimento inicial, a definição de grupos de activos com características de risco de crédito comuns, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Durante os exercícios de 2020 e 2021, os modelos de cálculo da imparidade foram aprimorados devido à Pandemia de COVID-19, no entanto, apesar da considerável pressão exercida pela pandemia na economia angolana, não ocorreram mudanças materiais nas premissas. Foram tomadas medidas de monitoramento e acompanhamento pelas equipas de negócio, de formas a assegurar que planos de acção para evitar a redução da qualidade da carteira de crédito seriam tomadas de forma proactiva, tendo sido priorizados Clientes que não se encontravam em incumprimento antes do COVID-19.

Em Junho de 2021, o Banco Nacional de Angola orientou aos bancos comerciais que fosse concedida uma moratória não superior a 6 meses, podendo esse período ser prolongado pelo Banco Nacional de Angola, caso as circunstâncias assim o determinem, aos Clientes que assim solicitassem e apresentassem as devidas evidências do impacto da pandemia do COVID-19, visando garantir a estabilidade financeira da economia.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas para os instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral apresentadas nas Notas 4, 5, 6, 8, 9 e 10, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício e apresentados na Nota 13.

A Administração Geral Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Nota 4 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

A rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	**13 353 605**	**9 680 332**
Disponibilidades em bancos centrais	**106 274 879**	**137 840 098**
Banco Nacional de Angola	106 274 879	137 840 098
Imparidade acumulada	-	-
	119 628 484	**147 520 430**

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Disponibilidades no Banco Nacional de Angola inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 63 552 125 milhares de Kwanzas (2020: 99 152 688 milhares de Kwanzas), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de reservas mínimas obrigatórias. De acordo com o Instrutivo nº 16/2020 do Banco Nacional de Angola, de 02 de Outubro de 2020, e de acordo com a Directiva nº 04/DMA/2020 do Banco Nacional de Angola, de 06 de Outubro de 2020, as reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, são apuradas de acordo com a seguinte tabela:

		Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Taxas sobre Base de Incidência			
Governo Central, Governos Locais e Administradores Municipais	**Apuramento Diário**	22%	100%
Outros Sectores	**Apuramento Semanal**	22%	15% [1]

[1] 80% deste saldo deve ser através de obrigações do tesouro em USD (Nota 9)

O cumprimento das reservas mínimas obrigatórias, para um dado período de observação semanal (Outros Sectores), é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco durante o referido período. Em 31 de Dezembro de 2021, o montante de exigibilidades totais (Governo Central, Governos Locais, Administrações Locais e Outros Sectores) ascende a 167 011 701 milhares de Kwanzas (2020: 162 415 807 milhares de Kwanzas).

Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda estrangeira, a legislação aplicável considera elegíveis as Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira pertencentes à carteira própria registada no SIGMA emitidas a partir de 2015, até 80% da exigibilidade efectiva, e o saldo referente ao fecho diário da conta de depósitos à ordem em moeda nacional no montante de 2% da média da base de incidência sobre os depósitos privados em moeda estrangeira. Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda nacional, são elegíveis os créditos em moeda nacional concedidos ao Abrigo do Aviso nº 10/2020 de 01 de Abril de 2020.

Em 31 de Dezembro de 2021 estes saldos ascendem a 103 459 576 milhares de Kwanzas (2020: 63 263 119 milhares de Kwanzas), estando relacionados com Títulos do Tesouro em moeda estrangeira e os contractos ao abrigo do Aviso nº 10/2020.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, com a entrada em vigor da Directiva 13/2019 de 27 de Dezembro de 2019, que refere que deve ser considerada uma LGD de 0% para a carteira de disponibilidades e aplicações constituídas junto do Banco Nacional de Angola, não houve a constituição de imparidades.

[1] 80% deste saldo deve ser através de obrigações do tesouro em USD (Nota 9)

Nota 5 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

O saldo da rubrica disponibilidades em outras instituições de crédito é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Outras disponibilidades	72 372	13 156
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	92 505 190	65 168 372
Valor aplicado	92 507 376	65 169 032
Imparidade acumulada	(2 186)	(660)
	92 577 562	**65 181 528**

As disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro incluem contas à ordem remuneradas com o Standard Bank de África do Sul.

Em 31 de Dezembro de 2021, o Banco calculou imparidades de acordo com a IFRS 9 para as disponibilidades em outras instituições de crédito no valor de 2 186 milhares de Kwanzas (2020: 660 milhares de Kwanzas). Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

Nota 6 – Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Aplicações em instituições de crédito no país		
Operações com acordo de revenda	119 006 349	42 956 379
Juros corridos	1 389 521	101 550
Aplicações em instituições de crédito		
Aplicações de muito curto prazo	66 588 184	99 208 593
Valor aplicado	66 598 316	99 217 039
Juros corridos	153	6 313
Imparidade acumulada	(10 285)	(14 759)
	186 984 054	**142 266 522**

Em 31 de Dezembro de 2021, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro média ponderada de 12.547% e as aplicações em instituições de crédito de muito curto prazo em moeda estrangeira de 0.055%.

Em 31 de Dezembro de 2020, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro ponderada de 3.73% e as aplicações em instituições de crédito de muito curto prazo em moeda estrangeira de 0.21%.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

Nota 7 – Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta os seguintes valores:

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados									
- Participação EMIS - Capital	AOA	n.a.	n.a	182 580	182 580	-	-	-	**182 580**
- Participação EMIS - Prestações acessórias não remuneradas	AOA	n.a.	n.a	7 147	7 147	-	-	-	**7 147**
Activos financeiros detidos para negociação									
- Instrumentos Financeiros Derivados	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	(8 071)	**(8 071)**
				189 727	**189 727**	**-**	**-**	**(8 071)**	**181 656**

31.12.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados									
- Obrigações do Tesouro	AOA	USD	7,13%	1 322 123	1 341 122	25 771	(5 590)	(8 046)	**1 353 257**
- Participação EMIS - Capital	AOA	n.a.	n.a.	64 397	64 397	-	-	-	**64 397**
- Participação EMIS - Prestações acessórias não remuneradas	AOA	n.a.	n.a.	7 147	7 147	-	-	-	**7 147**
Activos financeiros detidos para negociação									
- Instrumentos Financeiros Derivados	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	399 876	**399 876**
				1 393 667	**1 412 666**	**25 771**	**(5 590)**	**(8 046)**	**1 824 677**

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se mensurados ao justo valor de acordo com o nível v2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 33), com exceção da participação da EMIS (nível 3).

O movimento dos ativos e passivos financeiros valorizados no nível 3 da hierarquia de justo valor durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, pode ser analisado como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	
	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial da carteira	**71 544**	**55 864**
Aquisições	118 183	15 680
Saldo final da carteira	**189 727**	**71 544**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de resultados por prazos de maturidade residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
- Participação EMIS	-	-	-	189 727	189 727
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**-**	**-**	**-**	**189 727**	**189 727**
- Obrigações do Tesouro	23 351	1 329 906	-	-	1 353 257
- Participação EMIS	-	-	-	71 544	71 544
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**23 351**	**1 329 906**	**-**	**71 544**	**1 424 801**

DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 as rúbricas de Derivados tiveram a seguinte composição:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos Financeiros Derivados		
- FX Forward	-	399 552
- FX Option	(8 071)	324
	(8 071)	**399 876**
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos Financeiros Derivados		
- FX Forward	-	(214 385)
- FX Option	-	(324)
	-	**(214 709)**
Saldo final da Carteira	**(8 071)**	**185 167**

Em 31 de Dezembro de 2021, os instrumentos financeiros derivados correspondem a Opções Cambiais contratadas com sociedades não financeiras, com maturidade em Janeiro de 2022.

Em 31 de Dezembro de 2020, os instrumentos financeiros derivados correspondem a Forwards e Opções Cambiais contratados com sociedades não financeiras, com maturidades entre Fevereiro e Agosto de 2021, respectivamente.

Os nocionais das Opções encontram-se reconhecidos nas rúbricas extrapatrimoniais, tendo um montante de 4 700 000 milhares de kwanzas (2020: 30 549 milhares de kwanzas). A 31 de Dezembro de 2021 não existem nocionais dos Forwards, enquanto que a 31 de Dezembro de 2020 os mesmos ascendem a 19.163.473 milhares de kwanzas.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o escalonamento dos derivados por prazos de maturidade residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Option	(8 071)	-	-	-	(8 071)
	(8 071)	**-**	**-**	**-**	**(8 071)**
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**(8 071)**	**-**	**-**	**-**	**(8 071)**

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Forward	399 533	19	-	-	399 552
- FX Option	324	-	-	-	324
	399 857	**19**	**-**	**-**	**399 876**
Passivos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Forward	(214 385)	-	-	-	(214 385)
- FX Option	(324)	-	-	-	(324)
	(214 709)	**-**	**-**	**-**	**(214 709)**
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**185 148**	**19**	**-**	**-**	**185 167**

Nota 8 – Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	5 871 835	5 019 519	-	536 795	(6 059)	5 550 255
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	15,88%	162 218 800	142 418 397	6 138 259	7 629 453	1 052 999	157 239 108
				168 090 635	**147 437 916**	**6 138 259**	**8 166 248**	**1 046 940**	**162 789 363**

(milhares de Kwanzas)

31.12.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	23 333 250	21 422 867	-	832 654	(140 750)	22 114 771
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	13,47%	72 009 000	64 198 244	2 835 767	1 033 979	(1 150 235)	66 917 755
				95 342 250	**85 621 111**	**2 835 767**	**1 866 633**	**(1 290 985)**	**89 032 526**

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 33).

O modelo de valorização do justo valor da carteira de activos ao justo valor através de outro rendimento integral considera como taxa de desconto as correspondentes às últimas emissões dos bilhetes de tesouro e obrigações do tesouro verificadas em cada data de referência para a totalidade da carteira de bilhetes de tesouro e obrigações emitidas em Kwanzas (excluindo obrigações indexadas ao dólar).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral por prazos de vencimento residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
- Bilhetes do Tesouro	2 789 109	2 761 146	-	5 550 255
- Obrigações do Tesouro	27 583 211	56 256 803	73 399 094	157 239 108
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**30 372 320**	**59 017 949**	**73 399 094**	**162 789 363**
- Bilhetes do Tesouro	13 350 188	8 764 583	-	22 114 771
- Obrigações do Tesouro	10 802 995	4 361 755	51 753 005	66 917 755
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**24 153 183**	**13 126 338**	**51 753 005**	**89 032 526**

Nota 9 – Investimentos ao custo amortizado

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de investimentos ao custo amortizado apresenta os seguintes valores:

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
- Obrigações do Tesouro	USD	n.a.	5,00%	35 102 548	35 102 548	102 383	-	(481 906)	34 723 025
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	16,01%	59 394 700	51 916 723	2 339 651	3 299 421	(572 323)	56 983 472
				94 497 248	**87 019 271**	**2 442 034**	**3 299 421**	**(1 054 229)**	**91 706 497**

(milhares de Kwanzas)

31.12.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	146 500 041	132 451 004	-	2 536 987	(3 869 529)	131 118 462
- Obrigações do Tesouro	USD	n.a.	5,00%	41 087 453	41 087 453	119 719	-	(5 194 695)	36 012 477
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	13,69%	74 270 000	67 812 182	3 389 466	1 182 035	(3 671 046)	68 712 637
				261 857 494	**241 350 639**	**3 509 185**	**3 719 022**	**(12 735 270)**	**235 843 576**

O justo valor da carteira de investimentos ao custo amortizado encontra-se apresentado na Nota 34.

Em 31 de Dezembro de 2021, tendo em consideração a Directiva 13/2019 do BNA de 27 de Dezembro de 2019, o Banco registou uma reversão de imparidade pela redução da PD em conformidade com a notação de rating de Angola publicada no estudo da Moody's aplicável ao exercício em questão. Em 31 de Dezembro de 2021 as exposições estavam classificadas no estágio 1, excepto uma que estava em estágio 2, enquanto que em 31 de Dezembro de 2020 estavam duas exposições em estágio 2.

(milhares de Kwanzas)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
- Obrigações do Tesouro	56 983 472	34 723 025	-	91 706 497
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**56 983 472**	**34 723 025**	**-**	**91 706 497**
- Bilhetes do Tesouro	131 118 462	-	-	131 118 462
- Obrigações do Tesouro	62 367 984	42 357 250	-	104 725 234
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**193 486 446**	**42 357 250**	**-**	**235 843 696**

As perdas por imparidade em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 para as obrigações e bilhetes do tesouro foram apuradas com base nos parâmetros de risco de crédito fornecidos pela agência de rating internacional Moody's.

Na avaliação da existência de aumento significativo de risco de crédito em 31 de Dezembro de 2021 para a carteira de instrumentos ao custo amortizado, a qual deve ser efectuada desde a data de aquisição dos activos financeiros, o Banco considerou que as Obrigações e Bilhetes do Tesouro com risco Estado Angolano adquiridas após Abril de 2016 reuniam as condições para se manterem no Estágio 1, na medida em que aquando da sua aquisição o risco soberano Angolano já era de B1 - highly spectulative, pelo que o risco implícito já existia, não tendo sofrido alterações significativas até 31 de Dezembro de 2021 (apenas registou dois downgrades de rating). Da mesma forma, as Obrigações e Bilhetes do Tesouro adquiridas antes de Abril de 2016, na medida em que a 31 de Dezembro de 2021 já sofreram mais de 2 downgrades no rating desde a data de aquisição, cumprem com os critérios para serem consideradas em Estágio 2 (aumento significativo de risco de crédito).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o escalonamento dos investimentos ao custo amortizado por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
- Obrigações do Tesouro	22 281 010	42 634 542	26 790 945	91 706 497
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**22 281 010**	**42 634 542**	**26 790 945**	**91 706 497**
- Bilhetes do Tesouro	49 294 226	81 824 236	-	131 118 462
- Obrigações do Tesouro	8 156 287	28 690 648	67 878 299	104 725 234
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**57 450 513**	**110 514 884**	**67 878 299**	**235 843 696**

Nota 10 – Crédito a Clientes

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Crédito interno		
A empresas	223 039 039	130 132 013
Empréstimos	196 483 744	102 178 538
Descobertos	17 545 404	26 767 222
Leasing	325 121	274 857
Cartas de crédito	8 684 770	911 395
A particulares	15 128 579	12 002 933
Habitação	1 573 688	1 097 972
Consumo e outros	13 554 891	10 904 961
	238 167 618	**142 134 946**
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	-	222 121
De 3 meses a 1 ano	316 166	297 892
De 1 a 3 anos	475 088	419 740
	791 254	**939 752**
	238 958 872	**143 074 698**
Perdas por imparidade	**(4 784 719)**	**(2 765 665)**
	234 174 153	**140 309 033**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 a rubrica de Crédito a Clientes inclui, por contrapartida de Outros passivos (Nota 20), as cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Crédito a Clientes inclui, respectivamente, 1 340 470 milhares de Kwanzas e 1 006 426 milhares de Kwanzas relativos ao ajustamento do justo valor dos créditos concedidos a Colaboradores (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Crédito a Clientes inclui, respectivamente, 154 950 627 milhares de Kwanzas e 45 956 306 milhares de Kwanzas relativos aos créditos concedidos ao abrigo do Aviso 10 de 3 de Abril de 2020.

O escalonamento do crédito a Clientes por prazos de vencimento residual, em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Até 3 meses	37 289 008	19 513 792
De 3 meses a um ano	16 107 800	50 166 548
De um a cinco anos	149 591 732	59 895 752
Mais de cinco anos	35 150 145	12 340 482
Duração indeterminada	820 187	1 158 125
	238 958 872	**143 074 698**

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no Crédito a Clientes foram os seguintes:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	2 765 665	1 898 991
Dotações	4 089 013	1 794 743
Utilizações (Nota 23)	(491 184)	(320 353)
Reversões	(1 561 403)	(607 603)
Diferenças de câmbio e outras	(17 371)	(113)
Saldo final	**4 784 719**	**2 765 665**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, as Utilizações (Nota 23) correspondem aos créditos desreconhecidos do balanço (abatidos ao activo). Adicionalmente, a sua variação anual inclui uma recuperação de 238 449 milhares de Kwanzas referentes a créditos anteriormente abatidos ao activo e 1 627 milhares de Kwanzas de juros curados.

A distribuição do crédito a Clientes por tipo de taxa é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Taxa fixa	93 625 987	39 227 043
Taxa variável	145 332 885	103 847 655
	238 958 872	**143 074 698**

O detalhe das exposições e imparidade do crédito concedido a Clientes constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue:

1. POR SEGMENTO

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2021										Imparidade 31.12.2021			
	Exposição total	Crédito em Estágio 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Grandes Empresas e Banca de Investimento	179 911 208	146 710 686	-	4 019 938	33 200 522	-	18 247 809	-	-	(2 779 629)	(1 148 324)	(1 631 305)	-
Pequenas e Médias Empresas	43 517 959	42 088 336	-	-	1 032 382	-	-	397 241	-	(781 304)	(35 844)	(348 219)	(397 241)
Particulares	15 529 705	13 996 370	22 070	-	1 015 513	18 677	-	517 822	10 240	(1 223 786)	(130 826)	(575 138)	(517 822)
Total	**238 958 872**	**202 795 392**	**22 070**	**4 019 938**	**35 248 417**	**18 677**	**18 247 809**	**915 063**	**10 240**	**(4 784 719)**	**(1 314 994)**	**(2 554 662)**	**(915 063)**
-								-	-				

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2020										Imparidade 31.12.2020			
	Exposição total	Crédito em Estágio 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Grandes Empresas e Banca de Investimento	97 795 776	91 715 984	-	7 620 316	6 079 792	-	-	-	-	(1 227 477)	(856 511)	(370 966)	-
Pequenas e Médias Empresas	32 805 581	31 535 439	-	-	800 813	-	-	469 329	81 891	(682 728)	(106 412)	(291 560)	(284 756)
Particulares	12 473 341	11 464 283	33 006	-	538 650	4 223	-	470 408	30 602	(855 460)	(145 732)	(239 320)	(470 408)
Total	**143 074 698**	**134 715 706**	**33 006**	**7 620 316**	**7 419 255**	**4 223**	**-**	**939 737**	**112 492**	**(2 765 665)**	**(1 108 655)**	**(901 846)**	**(755 164)**

2. POR INTERVALOS DE DIAS DE ATRASO

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2021									Imparidade 31.12.2021							
	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3	
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	146 710 686	-	-	33 200 522	-	-	-	-	-	(1 148 324)	-	-	(1 631 305)	-	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	42 088 336	-	-	1 039 704	3	-	-	-	389 916	(35 844)	-	-	(348 218)	(1)	-	-	-	(397 241)
Particulares	13 982 718	-	13 652	894 897	113 291	-	137 461	-	387 686	(130 793)	-	(33)	(491 327)	(83 811)	-	(123 748)	-	(394 074)
Total	**202 781 740**	**-**	**13 652**	**35 135 123**	**113 294**	**-**	**137 461**	**-**	**777 602**	**(1 314 961)**	**-**	**(33)**	**(2 470 850)**	**(83 812)**	**-**	**(123 748)**	**-**	**(791 315)**

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2020									Imparidade 31.12.2020							
	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3	
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	79 154 449	12 561 520	15	6 079 792	-	-	-	-	-	(453 486)	(403 026)	-	(370 966)	-	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	31 535 439	-	-	781 918	18 895	-	-	-	469 329	(106 412)	-	-	(285 418)	(6 142)	-	-	-	(284 756)
Particulares	11 464 283	-	-	469 148	69 502	-	-	222 121	248 287	(145 731)	-	-	(204 102)	(35 218)	-	-	(222 121)	(248 287)
Total	**122 154 171**	**12 561 520**	**15**	**7 330 858**	**88 397**	**-**	**-**	**222 121**	**717 616**	**(705 629)**	**(403 026)**	**-**	**(860 486)**	**(41 360)**	**-**	**-**	**(222 121)**	**(533 043)**

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações relativas a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é como segue:

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021									
Ano de concessão	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2016 e anteriores	7	6 621 089	(48 802)	7	6 537 602	(84 613)	2 463	648 087	(41 164)
2017	-	-	-	3	79 353	(81 495)	1 263	146 056	(7 761)
2018	2	314 708	(1 636)	14	834 318	(328 462)	563	480 396	(142 163)
2019	11	10 590 855	(80 687)	26	1 793 394	(17 239)	1 354	2 066 454	(191 264)
2020	8	29 694 608	(951 498)	23	10 854 507	(249 625)	1 270	4 349 676	(400 756)
2021	64	132 689 948	(1 697 006)	72	23 418 785	(19 870)	1 788	7 839 036	(440 678)
Total	**92**	**179 911 208**	**(2 779 629)**	**145**	**43 517 959**	**(781 304)**	**8 701**	**15 529 705**	**(1 223 786)**

(milhares de Kwanzas)

31.12.2020									
Ano de concessão	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2015 e anteriores	21	9 699 390	(160 037)	9	7 541 387	(126 191)	2 551	563 260	(39 705)
2016	-	-	-	3	4 091 216	(107 057)	112	135 329	(12 136)
2017	-	-	-	3	80 551	(47 743)	1 458	182 760	(13 496)
2018	2	2 908 394	(226 895)	22	1 188 086	(140 934)	815	1 196 090	(283 207)
2019	10	32 366 379	(563 018)	29	1 409 293	(30 317)	1 693	3 920 413	(247 025)
2020	102	52 821 613	(277 527)	71	18 495 048	(230 486)	1 631	6 475 489	(259 891)
Total	**135**	**97 795 776**	**(1 227 477)**	**137**	**32 805 581**	**(682 728)**	**8 260**	**12 473 341**	**(855 460)**

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas por segmento e sector de actividade, individual e colectivamente, com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, é como segue:

1. POR SEGMENTO

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	179 911 208	(2 779 629)	389 916	(397 241)	517 822	(517 822)	180 818 946	(3 694 692)
Imparidade colectiva	-	-	43 128 043	(384 063)	15 011 883	(705 964)	58 139 926	(1 090 027)
Total	179 911 208	(2 779 629)	43 517 959	(781 304)	15 529 705	(1 223 786)	**238 958 872**	**(4 784 719)**

(milhares de Kwanzas)

31.12.2020	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	97 795 776	(1 227 477)	469 330	(284 757)	470 408	(470 408)	98 735 514	(1 982 642)
Imparidade colectiva	-	-	32 336 251	(397 971)	12 002 933	(385 052)	44 339 184	(783 023)
Total	97 795 776	(1 227 477)	32 805 581	(682 728)	12 473 341	(855 460)	**143 074 698**	**(2 765 665)**

2. POR SECTOR DE ACTIVIDADE

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria transformadora		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	46 678 506	(694 909)	54 204 279	(438 960)	3	(3)	36 837 208	(163 255)	517 822	(517 822)	42 581 128	(1 879 743)	180 818 946	(3 694 692)
Imparidade colectiva	-	-	34 543 358	(370 491)	28 170	(21)	7 575 994	(6 663)	15 011 883	(705 964)	980 521	(6 888)	58 139 926	(1 090 027)
Total	46 678 506	(694 909)	88 747 637	(809 451)	28 173	(24)	44 413 202	(169 918)	15 529 705	(1 223 786)	43 561 649	(1 886 631)	**238 958 872**	**(4 784 719)**

-

(milhares de Kwanzas)

31.12.2020	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria transformadora		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	37 248 936	(291 735)	-	-	7 655 781	(1 156)	470 408	(470 408)	53 360 389	(1 219 343)	98 735 514	(1 982 642)
Imparidade colectiva	-	-	26 782 756	(93 862)	45 415	(248)	3 686 374	(229 965)	12 004 959	(385 052)	1 819 680	(73 896)	44 339 184	(783 023)
Total	-	-	64 031 692	(385 597)	45 415	(248)	11 342 155	(231 121)	12 475 367	(855 460)	55 180 069	(1 293 239)	**143 074 698**	**(2 765 665)**

Em termos de geografia, a totalidade do crédito concedido é em Angola.

As tabelas abaixo apresentam, com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a composição do crédito a Clientes, com detalhe do crédito vincendo e vencido, acréscimos e diferimentos e imparidades de crédito por estágio e por classe de incumprimento. Os acréscimos e diferimentos incorporam os acréscimos de juros (vincendos) e a especialização das comissões associadas aos contratos de crédito.

1. POR ESTÁGIO

(milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	31.12.2021 Estágios de imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	140 818 836	33 464 308	137 342	174 420 486
Crédito e juros vencidos	9 182 478	-	774 900	9 957 378
Imparidade	(1 148 324)	(1 631 305)	(915 063)	(3 694 692)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	55 033 496	1 454 569	-	56 488 065
Crédito e juros vencidos	949 141	586 857	-	1 535 998
Imparidade	(166 670)	(923 357)	-	(1 090 027)
Acréscimos e diferimentos	(3 188 559)	(257 317)	2 821	(3 443 055)
Total	**201 480 398**	**32 693 755**	**-**	**234 174 153**

(milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	31.12.2020 Estágios de imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	76 605 816	6 071 826	-	82 677 642
Crédito e juros vencidos	15 110 797	-	938 207	16 049 004
Imparidade	(856 511)	(370 966)	(754 935)	(1 982 412)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	41 846 179	715 753	-	42 561 932
Crédito e juros vencidos	1 027 466	618 084	-	1 645 321
Imparidade	(252 144)	(530 880)	-	(783 024)
Acréscimos e diferimentos	125 448	13 592	1 530	140 570
Total	**133 607 051**	**6 517 409**	**184 802**	**140 309 033**

A decomposição dos montantes brutos e da imparidade de crédito da carteira de crédito a Clientes, analisada por classes de incumprimento e pela tipologia de análise de imparidade realizada pelo Banco em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 apresenta-se como segue:

1. POR CLASSE DE INCUMPRIMENTO

(milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	Crédito vincendo	31.12.2021 Classe de incumprimento				Total
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	**174 420 486**	-	**-**	**-**	**-**	174 420 486
Crédito e juros vencidos	-	9 183 802	-	318 217	455 359	9 957 378
Imparidade	(2 811 008)	(92 369)	-	(321 483)	(469 832)	(3 694 692)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	56 488 065	-	-	-	-	56 488 065
Crédito e juros vencidos	-	1 410 752	111 586	-	13 660	1 535 998
Imparidade	(708 201)	(297 982)	(83 812)	-	(32)	(1 090 027)
Acréscimos e diferimentos	(3 407 252)	(41 532)	1 618	3 266	845	(3 443 055)
Total	**223 982 090**	**10 162 671**	**29 392**	**-**	**-**	**234 174 153**

(milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	Crédito vincendo	31.12.2020 Classe de incumprimento				Total
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	**82 685 608**	-	**-**	**-**	**-**	82 685 608
Crédito e juros vencidos	-	2 470 558	12 864 632	294 514	419 300	16 049 003
Imparidade	(818 046)	(6 406)	(625 146)	(268 958)	(263 856)	(1 982 412)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	42 559 906	-	-	-	-	42 559 906
Crédito e juros vencidos	-	1 550 451	89 159	-	-	1 639 610
Imparidade	(568 122)	(71 443)	(143 688)	-	-	(783 252)
Acréscimos e diferimentos	207 926	8 554	(79 726)	3 378	440	140 572
Total	**124 067 271**	**3 951 715**	**12 105 230**	**28 934**	**155 884**	**140 309 033**

O detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Medida aplicada	31.12.2021											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	-	-	-	-	-	-	4	10 240	(10 361)	4	10 240	(10 361)
Conversão de produtos	-	-	-	2	8 191 981	(619 530)	-	-	-	2	8 191 981	(619 530)
Redução da Taxa de Juro (Aviso 10/2020)	2	4 019 938	(7 551)	2	10 055 828	(24 805)	-	-	-	4	14 075 766	(32 356)
Total	**2**	**4 019 938**	**(7 551)**	**4**	**18 247 809**	**(644 335)**	**4**	**10 240**	**(10 361)**	**10**	**22 277 987**	**(662 247)**

(milhares de Kwanzas)

Medida aplicada	31.12.2020											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	1	7 620 316	(27 280)	-	-	-	10	112 492	(79 674)	11	7 732 809	(106 954)
Total	**1**	**7 620 316**	**(27 280)**	**-**	**-**	**-**	**10**	**112 492**	**(79 674)**	**11**	**7 732 809**	**(106 954)**

A tabela abaixo apresenta com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o crédito reestruturado com o detalhe do valor vincendo, vencido e imparidade para empresas e particulares.

(milhares de Kwanzas)

Crédito reestruturado	31.12.2021			
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Total	Imparidade
Empresas	22 267 746	-	22 267 746	(651 886)
Particulares	3 568	6 673	10 241	(10 361)
Consumo	3 568	6 673	10 241	(10 361)
Total	**22 271 314**	**6 673**	**22 277 987**	**(662 247)**

(milhares de Kwanzas)

Crédito reestruturado	31.12.2020			
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Total	Imparidade
Empresas	7 620 316	81 891	7 702 207	(76 302)
Particulares	26 084	4 517	30 601	(30 651)
Consumo	26 084	4 517	30 601	(30 651)
Total	**7 646 400**	**86 408**	**7 732 808**	**(106 953)**

Os movimentos de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados são como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	**7 732 809**	**227 971**
Créditos reestruturados no período	22 270 748	7 645 007
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	134 178	64 330
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(7 851 292)	(170 631)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(10 750)	(56 564)
Outros	2 294	22 696
Saldo final da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	**22 277 987**	**7 732 809**

O detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
Justo valor	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	1	30 000	1	45 299	-	-	-	-	4	171 735	-	-
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	-	-	-	-	1	54 292	-	-	9	615 892	1	66 452
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	-	-	3	709 198	-	-	-	-	13	2 869 303	6	1 243 152
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	1	626 827	2	1 443 295	-	-	-	-	1	685 402	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	5	6 235 413	1	1 244 771	-	-	1	1 683 500	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	3	11 217 429	6	20 005 443	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	6	91 476 768	5	61 539 482	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**16**	**109 586 437**	**18**	**84 987 488**	**1**	**54 292**	**1**	**1 683 500**	**27**	**4 342 332**	**7**	**1 309 604**

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
Justo valor	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	11	285 905	2	66 766	-	-	-	-	13	472 283	1	35 701
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	2	129 376	1	50 000	-	-	-	-	17	1 110 695	-	-
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	6	1 048 107	2	525 157	-	-	-	-	9	1 741 504	4	1 049 129
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	2	1 459 154	6	4 034 724	-	-	-	-	1	802 261	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	-	-	4	6 258 181	1	1 224 200	1	1 683 500	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	-	-	5	18 407 544	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	1	5 216 576	5	54 507 104	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**22**	**8 139 119**	**25**	**83 849 476**	**1**	**1 224 200**	**1**	**1 683 500**	**40**	**4 126 743**	**5**	**1 084 830**

As avaliações dos imóveis de todos os segmentos, é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Entidade Avaliadora	31.12.2021											
	Método de avaliação								Total			
	Rendimento		Comparativo		Custo		Residual					
	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	% do Nº de Imóveis	% Montante do Imóvel
Abacus Angola	-	-	21	(6 790 549)	3	(1 159 430)	-	-	24	(7 949 979)	36%	7%
Colliers International	-	-	4	(7 854 308)	1	(10 013 555)	-	-	5	(17 867 863)	8%	16%
CPU Consultores	-	-	8	(1 381 482)	-	-	-	-	8	(1 381 482)	12%	1%
Prime Yield	-	-	18	(11 173 378)	5	(1 117 052)	-	-	23	(12 290 430)	35%	11%
Property Investment	-	-	2	(7 051 500)	1	(24 601 250)	-	-	3	(31 652 750)	5%	28%
UON Consulting	-	-	2	(40 096 784)	-	-	-	-	2	(40 096 784)	3%	35%
Zenki Real Estate	-	-	1	(2 902 500)	-	-	-	-	1	(2 902 500)	2%	3%
Total	**-**	**-**	**56**	**(77 250 501)**	**10**	**(36 891 287)**	**-**	**-**	**66**	**(114 141 788)**	**100%**	**100%**

(milhares de Kwanzas)

Entidade Avaliadora	31.12.2020											
	Método de avaliação								Total			
	Rendimento		Comparativo		Custo		Residual					
	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	% do Nº de Imóveis	% Montante do Imóvel
Abacus Angola	1	(29 200)	17	(5 972 154)	1	(86 430)	1	(26 600)	20	(6 114 384)	38%	26%
Colliers International	1	(10 013 555)	1	(110 396)	-	-	-	-	2	(10 123 951)	4%	42%
CPU Consultores	-	-	9	(1 851 451)	-	-	-	-	9	(1 851 451)	17%	8%
Prime Yield	-	-	15	(5 268 002)	6	(489 921)	-	-	21	(5 757 923)	40%	24%
Total	**2**	**(10 042 755)**	**42**	**(13 202 003)**	**7**	**(576 351)**	**1**	**(26 600)**	**52**	**(23 847 709)**	**100%**	**100%**

O rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Segmento / Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	31.12.2021 Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	96 363 795	16 659 707	43	(976 539)
< 50%	-	-	26 045 650	1 876 558	262 728	(592 683)
>= 50% e < 75%	-	-	-	-	-	-
>= 75% e <100%	-	4	6 249 358	-	-	(85 829)
>= 100%	16	14	60 112 049	14 237 493	127 143	(1 902 041)
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	3	(3)
< 50%	-	-	-	-	-	-
>= 50% e < 75%	-	-	-	-	-	-
>= 75% e <100%	-	-	-	-	-	-
>= 100%	1	1	28 170	1 466 472	-	(3 839)
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
< 50%	-	-	770 292	-	-	(803)
>= 50% e < 75%	-	-	-	-	-	-
>= 75% e <100%	-	-	-	-	-	-
>= 100%	27	7	617 520	65 754	120 122	(128 224)
Total	**44**	**26**	**190 186 834**	**34 305 984**	**510 039**	**(3 689 961)**

(milhares de Kwanzas)

Segmento / Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	31.12.2020 Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	46 240 465	6 651 456	8	938 398
< 50%	-	1	14 607 986	-	-	13 514
>= 50% e < 75%	-	-	-	-	-	-
>= 75% e <100%	-	9	13 491 421	-	-	39 587
>= 100%	22	15	39 034 667	1 198	469 321	870 232
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	8 009 503	-	-	30 491
>= 100%	1	1	1 692 499	-	-	11 013
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
>= 100%	40	5	1 031 454	66 519	196 036	211 992
Total	**63**	**31**	**124 107 995**	**6 719 173**	**665 365**	**2 115 227**

A distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021						
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
Segmento	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	47 424	7 248 191	172 615 593	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	-	-	43 128 043	-	7	-	389 909
Particulares	-	-	14 586 917	39 538	226 294	79 827	597 129
Total	**47 424**	**7 248 191**	**230 330 553**	**39 538**	**226 301**	**79 827**	**987 038**

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020						
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
Segmento	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	-	12 561 521	85 234 170	-	-	-	85
Pequenas e Médias Empresas	-	-	32 317 357	18 895	8	-	469 321
Particulares	-	-	12 073 554	84 048	106 503	34 083	175 154
Total	**-**	**12 561 521**	**129 625 080**	**102 943**	**106 510**	**34 083**	**644 560**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os níveis de risco internos de A a G apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo n.º 09/2015 do BNA sobre a metodologia para a constituição de provisões. Este Instrutivo ainda é aplicável para efeitos dos rácios prudenciais.

A divulgação dos factores de riscos associados ao modelo de imparidade por segmento é como segue:

Segmento	Imparidade 31.12.2021				Imparidade 31.12.2020			
	Probabilidade de incumprimento (%)			Perda dado o incumprimento (%)	Probabilidade de incumprimento (%)			Perda dado o incumprimento (%)
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Grandes Empresas e Banca de Investimento								
Empresas	1.03%	14.62%	N/A	35.80%	1.73%	8.87%	N/A	13.74%
Estado	2.47%	N/A	N/A	60.00%	5.19%	N/A	N/A	38.89%
Instituições Financeiras	0.95%	N/A	N/A	22.60%	0.34%	N/A	N/A	20.09%
Pequenas e Médias Empresas	0.36%	12.49%	100.00%	24.37%	1.53%	26.20%	100.00%	23.42%
Particulares	1.32%	23.33%	100.00%	67.61%	1.82%	27.75%	100.00%	67.56%

Durante o período de 2021, os modelos de cálculo da imparidade foram aprimorados devido à Pandemia de COVID-19, no entanto, apesar da considerável pressão exercida pela pandemia na economia angolana, não ocorreram mudanças materiais nas premissas. Foram tomadas medidas de monitoramento e acompanhamento pelas equipas de negócio que revêm o negócio, tendo sido priorizados Clientes que não se encontravam em incumprimento antes do COVID-19.

As tabelas abaixo apresentam a informação prospectiva considerada no modelo de imparidade do Banco em 31 de Dezembro de 2021, sendo que as mesmas não consideram o efeito do conflito da Ucrânia/Rússia:

a) Incorporação de informação prospectiva – Cenários considerados

		2021	2022	2023	2024	2025
Taxa de Crescimento do PIB	Cenário Base	0.20%	2.60%	1.40%	1.50%	1.90%
	Cenário favorável	0.90%	3.40%	3.60%	3.10%	2.90%
	Cenário adverso	-0.50%	1.80%	-1.30%	-1.40%	-0.90%
Taxa de Inflação	Cenário Base	26.70%	18.80%	12.20%	18.10%	14.70%
	Cenário favorável	26.00%	15.30%	10.40%	14.00%	11.40%
	Cenário adverso	27.90%	22.20%	14.90%	19.50%	16.10%
Taxa de Câmbio USD/AOA	Cenário Base	595	601	654	736	810
	Cenário favorável	573	562	611	688	757
	Cenário adverso	607	667	726	818	900
Preço do Petróleo (ramo Angolano)	Cenário Base	77,35				
Taxa de juros de referência - Luibor 3 meses	Cenário Base	20,89%				

b) Incorporação de informação prospectiva – créditos analisados em base coletiva

2021	PD (média)	LGD (média)	Perdas de crédito esperadas
Cenário Base	4.89%	35.53%	1 010 089
Cenário favorável	3.07%	35.53%	634 506
Cenário adverso	7.14%	35.53%	1 473 997

(*) Os valores das perdas de crédito esperadas estão em milhares de Kzs.

As tabelas abaixo apresentam a informação prospectiva considerada no modelo de imparidade do Banco em 31 de Dezembro de 2020:

a) Incorporação de informação prospectiva – Cenários considerados

		2020	2021	2022	2023	2024
Taxa de Crescimento do PIB	Cenário Base	-5.24%	-1.31%	2.22%	-2.43%	1.30%
	Cenário favorável	-1.87%	1.40%	3.60%	1.43%	2.22%
	Cenário adverso	-8.84%	-1.31%	2.22%	-2.43%	1.30%
Taxa de Inflação	Cenário Base	24.79%	18.51%	14.57%	13.93%	12.01%
	Cenário favorável	23.82%	15.11%	11.38%	9.51%	8.89%
	Cenário adverso	22.62%	21.20%	19.84%	17.18%	14.57%
Taxa de Câmbio USD/AOA	Cenário Base	650	725	836	942	1 049
	Cenário favorável	620	701	780	859	934
	Cenário adverso	579	854	1 083	1 374	1 742
Preço do Petróleo (ramo Angolano)	Cenário Base	47.70				
Taxa de juros de referência - Luibor 3 meses	Cenário Base	12.50%				

b) Incorporação de informação prospectiva – créditos analisados em base coletiva

2020	PD (média)	LGD (média)	Perdas de crédito esperadas
Cenário Base	4.67%	35.50%	735 699
Cenário favorável	3.27%	35.50%	515 330
Cenário adverso	6.14%	35.50%	965 752

(*) Os valores das perdas de crédito esperadas estão em milhares de Kzs.

A tabela abaixo apresenta o movimento do valor contabilístico bruto dos activos financeiros por classe de activo e estágio:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2019	476 146 536	4 117 204	887 539	481 151 279
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	168 833 548	1 435	-	168 834 983
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	5 582 825	-	-	5 582 825
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	30 884 139	-	-	30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	72 318 198	-	-	72 318 198
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	110 127 523	-	-	110 127 523
Crédito a clientes (Nota 10)	88 400 303	4 115 769	887 539	93 403 611
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Transferência para estágio 1		(1 435)		(1 435)
Transferência para estágio 2	1 435			1 435
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	22 521 590			22 521 590
Outras alterações	(126 174 385)			(126 174 385)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	122 792 996	19 488 285		142 281 281
Outras alterações	(5 582 825)			(5 582 825)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	1 373 041			1 373 041
Outras alterações	(30 432 503)			(30 432 503)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	67 333 499			67 333 499
Outras alterações	(50 619 170)			(50 619 170)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Transferência para estágio 1	(36 593 837)			(36 593 837)
Transferência para estágio 2		36 593 837		36 593 837
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	161 648 381	11 196 258		172 844 639
Outras alterações	(34 393 197)			(34 393 197)
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		(2 943 597)	(15 225)	(2 958 822)
Transferência para estágio 2	2 943 597		(7 145)	2 936 451
Transferência para estágio 3	15 225	7 145		22 370
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	82 074 383	620 351	105 163	82 799 898
Activos financeiros que foram desreconhecidos	(2 738 218)	(85 100)		(2 823 319)
Créditos abatidos ao activo			(136 369)	(136 369)
Outras alterações	(35 979 584)	5 704 687	105 774	(30 169 123)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2020	614 336 964	74 697 635	939 737	689 974 336
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	65 182 188	-	-	65 182 188
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	122 792 996	19 488 285	-	142 281 281
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	1 824 677	-	-	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	89 032 526	-	-	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	200 788 870	47 790 095	-	248 578 965
Crédito a clientes (Nota 10)	134 715 706	7 419 255	939 737	143 074 698
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	66 085 774			66 085 774
Outras alterações	(38 688 214)			(38 688 214)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	170 344 757	16 649 582		186 994 339
Outras alterações	(122 792 996)	(19 488 285)		(142 281 281)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	-			-
Outras alterações	(1 643 021)			(1 643 021)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	106 943 727			106 943 727
Outras alterações	(33 186 890)			(33 186 890)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	22 698 834	-		22 698 834
Outras alterações	(165 931 908)	(12 585 163)		(178 517 071)
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		14 341 118	(19 045)	14 322 073
Transferência para estágio 2	(14 341 118)		364 506	(13 976 612)
Transferência para estágio 3	19 045	(364 506)		(345 461)
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	145 035 473	18 802 493	39 098	163 877 064
Activos financeiros que foram desreconhecidos	(2 560 591)	(311 884)	(13 307)	(2 885 782)
Créditos abatidos ao activo			(218 050)	(218 050)
Outras alterações	(60 073 123)	(4 638 060)	(177 876)	(64 889 059)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2021	686 246 713	87 102 930	915 063	774 264 706
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	92 579 748	-	-	92 579 748
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	170 344 757	16 649 582	-	186 994 339
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	181 656	-	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	162 789 363	-	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	57 555 796	35 204 932	-	92 760 728
Crédito a clientes (Nota 10)	202 795 392	35 248 416	915 063	238 958 872

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2019	(2 499 609)	(499 125)	(375 664)	(3 374 398)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(1 774)	-	-	(1 774)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	-	-	-	-
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(1 473 633)	-	-	(1 473 633)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 024 202)	(499 125)	(375 664)	(1 898 991)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Novos activos financieros adquiridos ou originados	(180)			(180)
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	1 293			1 293
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
Novos activos financieros adquiridos ou originados	(2 615)	(12 144)		(14 759)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Transferência para estágio 1	564 094			564 094
Transferência para estágio 2		(564 094)		(564 094)
Novos activos financieros adquiridos ou originados	(5 668 103)			(5 668 103)
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	(724 662)	(4 868 871)		(5 593 533)
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		(75 742)	(2 012)	(77 754)
Transferência para estágio 2	75 742		(8 506)	67 236
Transferência para estágio 3	2 012	8 507		10 519
Aumentos devido a alterações no risco de crédito		(296 741)	(995 346)	(1 292 086)
Diminuições devido a alterações no risco de crédito	173 250			173 250
Créditos abatidos ao activo			320 353	320 353
Alterações devido a modificaçõoes que não resultaram em desreconhecimento				-
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	(433 286)	(50 886)	(18 485)	(502 657)
Activos financeiros que foram desreconhecidos	97 829	12 028	324 496	434 353
Alterações nos modelos/parâmetros de risco				-
Taxa de câmbio e outros movimentos		112		112

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2020	(8 414 234)	(6 346 955)	(755 164)	(15 516 353)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(660)	-	-	(660)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	(2 615)	(12 144)	-	(14 759)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(7 302 304)	(5 432 965)	-	(12 735 269)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 108 655)	(901 846)	(755 164)	(2 765 665)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Novos activos financieros adquiridos ou originados	(1 071)			(1 071)
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	(455)			(454)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
Novos activos financieros adquiridos ou originados	(1 162)	(9 123)		(10 285)
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	2 615	12 144		14 759
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Novos activos financieros adquiridos ou originados	(313 999)	-		(313 999)
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	7 043 981	4 951 056		11 995 037
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		(231 001)	(12 281)	(243 282)
Transferência para estágio 2	231 001		4 820	235 821
Transferência para estágio 3	12 281	(4 820)		7 461
Aumentos devido a alterações no risco de crédito		(916 388)	(554 520)	(1 470 908)
Diminuições devido a alterações no risco de crédito	1 323 715			1 323 715
Créditos abatidos ao activo			491 184	491 184
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	(1 781 909)	(747 093)	(89 103)	(2 618 105)
Activos financeiros que foram desreconhecidos	-	237 688	-	237 688
Taxa de câmbio e outros movimentos	17 195	175		17 370

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2021	(1 882 041)	(3 054 317)	(915 063)	(5 851 418)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(2 184)	-	-	(2 184)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	(1 162)	(9 123)	-	(10 285)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(572 322)	(481 909)	-	(1 054 231)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 306 371)	(2 563 285)	(915 063)	(4 784 719)

Em 31 de Dezembro de 2021 o imobilizado em curso inclui 995 798 milhares de kwanzas relacionado, maioritariamente, à despesas diversas relacionadas a construção da nova Sede do Standard Bank de Angola, S.A. (2020: 33 566 483 milhares de kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2021 a linha Máquinas e Ferramentas inclui 744 433 milhares de kwanzas relacionados ao sistema de segurança electrónica instalado na nova sede e na nova agência sede do Standard Bank de Angola, S.A e 513 804 milhares de kwanzas relacionados à aquisição de Geradores para as instalações.

Nota 11 – Outros activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2021
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	1 278 188	2 215 448	-	28 385 139	31 878 775
Obras em imóveis arrendados	1 507 529	134 953	(254 058)	276 962	1 665 386
	2 785 717	**2 350 401**	**(254 058)**	**28 662 101**	**33 544 161**
Equipamento					
Equipamento informático	1 807 726	645 621	(6 919)	3 057 723	5 504 151
Mobiliário e material	616 367	435 920	(340 073)	1 518 746	2 230 960
Máquinas e ferramentas	1 084 011	1 447 974	(17 364)	1 193 277	3 707 898
Material de transporte	671 272	150 769	(22 709)	355 041	1 154 373
Outros	1 054 494	16 025	56	(679 438)	391 137
	5 233 870	**2 696 309**	**(387 009)**	**5 445 349**	**12 988 519**
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	32 271 799	(16 851)	-	(31 996 704)	258 244
Equipamento	2 331 137	10 311	(15 413)	(2 113 540)	212 495
Outros	13 645	756 713	-	2 794	773 152
	34 616 581	**750 173**	**(15 413)**	**(34 107 450)**	**1 243 891**
Direito de Uso					
Imóveis	3 339 739	628 448	(90 983)	-	3 877 204
	3 339 739	**628 448**	**(90 983)**	**-**	**3 877 204**
	45 975 907	**6 425 331**	**(747 463)**	**-**	**51 653 775**
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(109 051)	(408 730)	-	-	(517 781)
Obras em imóveis arrendados	(1 283 847)	(56 007)	249 794	-	(1 090 060)
Outros	-	-	-	-	-
	(1 392 898)	**(464 737)**	**249 794**	**-**	**(1 607 841)**
Equipamento					
Equipamento informático	(1 473 667)	(797 444)	6 903	-	(2 264 208)
Instalações interiores	-	-	-	-	-
Mobiliário e material	(467 166)	(223 762)	173 593	-	(517 335)
Equipamento de segurança	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	(421 711)	(497 654)	14 308	-	(905 057)
Material de transporte	(387 924)	(216 433)	22 706	-	(581 651)
Outros	(1 512)	(408)	(56)	-	(1 976)
	(2 751 980)	**(1 735 701)**	**217 454**	**-**	**(4 270 227)**
Direito de Uso					
Imóveis	(1 918 874)	(657 080)		-	(2 575 954)
	(1 918 874)	**(657 080)**	**-**	**-**	**(2 575 954)**
	(6 063 752)				
		(2 857 518)	**467 248**	**-**	**(8 454 022)**
	39 912 155	**3 567 813**	**(280 215)**	**-**	**43 199 753**

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2020
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	923 147	355 041	-	-	1 278 188
Obras em imóveis arrendados	1 529 316	-	(26 392)	4 605	1 507 529
	2 452 463	**355 041**	**(26 392)**	**4 605**	**2 785 717**
Equipamento					
Equipamento informático	1 742 496	70 854	(5 636)	12	1 807 726
Mobiliário e material	603 256	23 264	(10 446)	293	616 367
Máquinas e ferramentas	691 151	387 394	(5 967)	11 433	1 084 011
Material de transporte	564 768	109 141	(2 637)	-	671 272
Outros	102 022	961 884	-	(9 412)	1 054 494
	3 703 693	**1 552 537**	**(24 686)**	**2 326**	**5 233 870**
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	23 262 117	9 292 981	-	(283 299)	32 271 799
Equipamento	295 567	1 759 202	-	276 368	2 331 137
Outros	13 645	-	-	-	13 645
	23 571 329	**11 052 183**	**-**	**(6 931)**	**34 616 581**
Direito de Uso					
Imóveis	2 787 594	675 414	(123 269)	-	3 339 739
	2 787 594	**675 414**	**(123 269)**	**-**	**3 339 739**
	32 515 079	**13 635 175**	**(174 347)**	**-**	**45 975 907**
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(92 657)	(16 394)	-	-	(109 051)
Obras em imóveis arrendados	(1 249 216)	(61 023)	26 392	-	(1 283 847)
Outros	-	-	-	-	-
	(1 341 873)	**(77 417)**	**26 392**	**-**	**(1 392 898)**
Equipamento					
Equipamento informático	(1 215 368)	(263 683)	5 384	-	(1 473 667)
Instalações interiores	-	-	-	-	-
Mobiliário e material	(427 168)	(48 580)	8 582	-	(467 166)
Equipamento de segurança	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	(304 168)	(122 743)	5 200	-	(421 711)
Material de transporte	(268 115)	(122 446)	2 637	-	(387 924)
Outros	(1 289)	(223)	-	-	(1 512)
	(2 216 108)	**(557 675)**	**21 803**	**-**	**(2 751 980)**
Direito de Uso					
Imóveis	(1 026 946)	(891 928)		-	(1 918 874)
	(1 026 946)	**(891 928)**	**-**	**-**	**(1 918 874)**
	(4 584 927)	**(1 527 020)**	**48 195**	**-**	**(6 063 752)**
	27 930 152	**12 108 155**	**(126 152)**	**-**	**39 912 155**

Em 31 de Dezembro de 2021 o imobilizado em curso inclui 995 798 milhares de Kwanzas relacionado, maioritariamente, à despesas diversas relacionadas a construção da nova Sede do Standard Bank de Angola, S.A. (2020: 33 566 483 milhares de Kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2021 a linha Máquinas e Ferramentas inclui 744 433 milhares de Kwanzas relacionados ao sistema de segurança electrónica instalado na nova sede e na nova agência sede do Standard Bank de Angola, S.A e 513 804 milhares de Kwanzas relacionados à aquisição de Geradores para as instalações.

Nota 12 – Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2021
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	1 702 466	2 491 604	(66 680)	5 222 466	9 349 856
Certificados escolares	120 945	-	(40 862)	-	80 083
Imóveis	-	192 280	-	-	192 280
Activos intangíveis em curso	5 548 855	1 175 121	-	(5 222 466)	1 501 510
	7 372 266	**3 859 005**	**(107 542)**	**-**	**11 123 729**
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(986 762)	(1 487 725)	25 506	-	(2 448 981)
	(986 762)	**(1 487 725)**	**25 506**	**-**	**(2 448 981)**
	6 385 504	**2 371 280**	**(82 036)**	**-**	**8 674 748**

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2020
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	1 645 740	56 726	-	-	1 702 466
Certificados escolares	80 083	40 862	-	-	120 945
Activos intangíveis em curso	1 447 434	4 101 421	-	-	5 548 855
	3 173 257	**4 199 009**	**-**	**-**	**7 372 266**
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(705 723)	(281 039)	-	-	(986 762)
	(705 723)	**(281 039)**	**-**	**-**	**(986 762)**
	2 467 534	**3 917 970**	**-**	**-**	**6 385 504**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, as aquisições com activos intangíveis em curso estão relacionadas com diversos projectos e softwares que foram sendo desenvolvidos e que irão permitir prestar um melhor serviço ao Cliente. Em 2021 destaca-se a compra de licenças vitalícias do Oracle tendo como principal objectivo melhorar a experiência do Cliente.

Nota 13 – Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 a tributação dos seus rendimentos foi efectuada à taxa de 35%.

Entrou em vigor, a 1 de Janeiro de 2017, o novo regime fiscal de tributação autónoma. A partir da referida data, encontram-se sujeitas a tributação autónoma as seguintes realidades:

Natureza	Taxa
Custos indevidamente documentados	2%
Custos não documentados	4%
Custos incorridos com despesas confidenciais	30%/ 50%(1)

Contudo, com a entrada em vigor da Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, lei que altera o Código do Imposto Industrial, a partir dessa data somente os custos incorridos com despesas confidenciais são sujeitos a tributação autónoma.

Importa salientar que a análise do cumprimento dos requisitos documentais deverá ser realizada em articulação com as disposições do Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes. O novo Regime Jurídico de Facturas e Documentos Equivalentes foi aprovado pelo Decreto Presidencial nº 292/18 de 3 de Dezembro, que revogou a anterior

Lei n.º 149/13, de 1 de Outubro do Regime das Facturas e Documentos Equivalentes.

A 1 de Outubro de 2019, entrou em vigor o Código do Imposto de Valor Acrescentado, que no caso do sector bancário aplica-se uma taxa de 14%, estando sujeitas todas as comissões e despesas cobradas pelos serviços prestados e as locações financeiras, na componente de capital amortizado, estando isentas operações de intermediação financeira, com excepção das referidas anteriormente.

A composição dos activos e passivos por impostos tem a seguinte composição:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Activos por impostos correntes	892 277	448 946
Activos por impostos diferidos	5 588 505	1 150 917
Total	**6 480 782**	**1 599 863**

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Passivos por impostos correntes	**17 518 310**	**2 918 522**
Imposto Aplicação de Capitais	1 628 255	1 531 491
Imposto Industrial a pagar	15 653 941	1 150 917
Contingência fiscal (IFRIC23)	236 114	236 114
Passivos por impostos diferidos	**524 756**	**-**
Outros Passivos (Nota 20)	**505 821**	**700 238**
IVA	505 821	700 238
Total	**18 548 887**	**3 618 760**

(1) Aplicação da taxa agravada de 50% nas circunstâncias em que estas despesas originem um custo ou proveito na esfera de um sujeito passivo isento ou não sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial.

Foi registado um passivo em conformidade com a IFRIC 23 respeitante a contingências fiscais relacionadas com impostos sobre o rendimento (nomeadamente IAC e Imposto Industrial).

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 podem ser analisados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Activo		Passivo	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Prejuízos fiscais reportáveis	1 665 644	1 150 917	-	-
Variações cambiais desfavoráveis potenciais	3 220 221	-	-	-
Provisões de despesas aceites fiscalmente	222 112	-	-	-
Imparidades de crédito com colateral	480 528	-	-	-
Outros	-	-	524 756	-
Activo/(passivo) por imposto diferido	**5 588 505**	**1 150 917**	**524 756**	**-**

O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros fiscais futuros tributáveis. Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o Banco reconheceu imposto diferido activo sobre o montante de prejuízos fiscais reportáveis passíveis de recuperação no ano em que apura lucro tributável, bem como sobre variações cambiais potenciais desfavoráveis, provisões sobre serviços cujo as despesas são indispensáveis para actividade bancária e aceites fiscalmente, e as imparidades de crédito com colateral apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2021.

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	1 150 917	911 944
Reconhecido em resultados	5 588 505	1 150 917
Utilização	(1 150 917)	(911 944)
Saldo no final (Activo/(Passivo))	**5 588 505**	**1 150 917**

O imposto reconhecido em resultados e reservas em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 teve as seguintes origens:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021		31.12.2020	
	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados
Prejuízos fiscais reportáveis	-	1 665 644	-	1 150 917
Variações cambiais desfavoráveis potencia	-	3 220 221	-	-
Provisões de despesas aceites fiscalmente		222 112	-	-
Imparidades de crédito com colateral		480 528	-	-
Impostos Diferidos	**-**	**5 588 505**	**-**	**1 150 917**
Impostos Correntes	**-**	**(21 476 516)**	**-**	**(4 335 585)**
Imposto Industrial	-	(15 653 941)	-	(1 150 917)
Imposto sobre Aplicação de Capitais	-	(5 822 575)	-	(2 948 554)
Contingência fiscal (IFRIC23)		-		(236 114)
Total de imposto reconhecido	**-**	**(15 888 010)**	**-**	**(3 184 668)**

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021		31.12.2020	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		**91 624 322**		**39 079 642**
Imposto apurado com base na taxa de imposto	35.0%	32 068 513	35.0%	13 677 875
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos	-23.8%	(21 783 626)	-33.5%	(13 087 043)
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	6.0%	5 490 487	1.2%	477 432
Constituição de Imposto diferido activo	-6.1%	(5 588 505)	2.3%	911 944
Imposto de Aplicação de Capitais	6.4%	5 822 575	-2.6%	(1 031 994)
Contingência fiscal (IFRIC23)	0.0%	-	-0.2%	(59 028)
Outros	-0.1%	(121 434)	5.9%	2 295 482
Imposto do exercício	**17.3%**	**15 888 010**	**8.1%**	**3 184 668**

Os rendimentos de títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2011 estão sujeitos a tributação sede de Imposto sobre a Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do n.º 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14 de 20 de Outubro.

De acordo com o disposto no artigo 47.º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro) na determinação da matéria tributável deduzir-se-ão os rendimentos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

O custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais não é fiscalmente aceite para o apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

A Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos (2016 a 2021), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Contudo, decorrente do artigo 8.º da Lei n.º 31/20 (Lei que aprova a revisão do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2020), o prazo de caducidade das obrigações tributárias referentes ao exercício de 2015 vigora, excepcionalmente, até 31 de Dezembro de 2021.

O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O detalhe dos activos por impostos correntes é analisado como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Liquidações provisórias	871 224	427 893
Retenções na fonte	21 053	21 053
Saldo	**892 277**	**448 946**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o saldo da rubrica liquidações provisórias corresponde à liquidação provisória obrigatória efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais (Nota 2.9.1).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Passivos por impostos correntes, no montante de 17 518 310 milhares de kwanzas e 2 918 444 milhares de kwanzas, respectivamente, diz respeito ao valor do acréscimo de custos com Imposto sobre a Aplicação da Capitais a liquidar pelo Banco das Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro em carteira, da estimativa de imposto corrente a pagar apurada e do passivo contingente.

Nota 14 – Outros activos

A rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Compra e Venda de Moeda estrangeiras	15 947 012	7 352 507
Outros activos	1 935 758	1 269 543
Outros devedores	979 253	702 208
Despesas com custo diferido	2 744 285	794 686
Proveitos a receber	689 867	453 400
Outras operações a regularizar	544 242	591
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	19
	22 840 417	**10 572 954**
Perdas por imparidade	**(963 569)**	**(166 550)**
	21 876 848	**10 406 404**

Em 31 de Dezembro de 2021, as compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui 15 947 017 milhares de Kwanzas registados em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 20), de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Outros activos inclui, respectivamente, 1 340 470 milhares de Kwanzas e 1 006 426 milhares de Kwanzas relativos ao ajustamento de justo valor dos créditos concedidos a Colaboradores (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Outros devedores inclui 367 799 milhares de Kwanzas relativos a adiantamentos a fornecedores que aguardavam a realização do serviço (2020: 283 353 milhares de Kwanzas).

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 31 de Dezembro de 2021, 897 673 milhares de Kwanzas referente aos diferentes seguros do Banco (2020: 500 191 milhares de Kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de Outras operações a regularizar inclui operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de Janeiro de 2022 e Janeiro de 2021, respectivamente.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Dotações	Reversões	Outras movimentações	Variação Cambial	31.12.2021
Perdas por Imparidade (Activo)						
Perdas por imparidade nos Outros Activos	**166 550**	798 356	(387)	(951)	-	**963 569**

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019	Dotações	Reversões	Outras movimentações	Variação Cambial	31.12.2020
Perdas por Imparidade (Activo)						
Perdas por imparidade nos Outros Activos	**168 758**	33 250	(27 196)	**-**	(8 262)	**166 550**

Em 31 de Dezembro de 2021, as perdas por imparidade em Outros activos incluem uma provisão multirisco para eventuais perdas relacionadas com bens e equipamentos no valor de 180 900 milhares de Kwanzas (2020: 146 900 milhares de Kwanzas).

Nota 15 – Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

A rubrica de Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito é apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Recursos próprios ou de terceiros em trânsito		
Valores pendentes de contagem	570 796	618 803
Outras operações pendentes de liquidação	25 519 494	201 148
Cheques visados e bancários	-	25 178
Outros recursos	433 879	48 983
	26 524 169	**894 112**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Valores pendentes de contagem regista os sacos de notas que entraram nas agências mas que ainda não foram contados e reclassificados para as contas de depósitos de Clientes.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Outras operações pendentes de liquidação inclui as utilizações dos cartões de débito de Clientes a liquidar no dia seguinte e saldos de POS não encerrados.

Nota 16 – Recursos de Clientes e outros empréstimos

O saldo da rubrica Recursos de Clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos à ordem	506 917 663	545 188 662
Depósitos a prazo	152 977 388	140 301 572
Depósitos recebidos como colateral	17 282 655	5 775 438
Outros depósitos	1 079 827	401 814
	678 257 533	**691 667 486**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o valor na rubrica Depósitos recebidos como colateral é referente na totalidade a montantes cativos para garantia de crédito concedido e cartas de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2020, o valor na rubrica de Outros depósitos inclui depósitos de Clientes a prazo em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos no valor de 15 163 milhares de Kwanzas.

O escalonamento dos Recursos de Clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Exigível à vista	**525 280 145**	**551 344 972**
Exigível a prazo		
Até 3 meses	135 874 337	120 698 590
De 3 meses a um ano	17 103 051	19 614 249
De um a cinco anos	-	9 675
	152 977 388	**140 322 514**
	678 257 533	**691 667 486**

Em 31 de Dezembro de 2021, os depósitos a prazo em Kwanza e USD são remunerados a uma taxa média de 13.07% e 0.25%, respectivamente (2020: 10.44% e 0.79%, respectivamente).

Nota 17 – Responsabilidades representadas por títulos

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos foi composta pela emissão de obrigações seniores não garantidas em Kwanzas, no dia 11 de Dezembro de 2018, pelo Standard Bank de Angola, S.A.. A maturidade desta emissão foi a 11 de Dezembro de 2021. Estas obrigações pagavam juro semestralmente e postecipadamente em 11 de Junho e 11 de Dezembro.

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Valor de Balanço
- Obrigações Seniores	AKZ	Taxa fixa		-	-	-	-
				-	-	-	-

(milhares de Kwanzas)

31.12.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Valor de Balanço
- Obrigações Seniores	AKZ	Taxa fixa	17.00%	4 700 000	4 700 000	45 970	4 745 970
				4 700 000	**4 700 000**	**45 970**	**4 745 970**

Nota 18 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	31.12.2021
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	**2 293 681**	1 355 804	(545 011)	(188 511)	(431)	152 813	**3 068 345**
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	**502 662**	197 625	(479 256)	-	(1 627)	-	**219 404**
	2 796 343	**1 553 429**	**(1 024 267)**	**(188 511)**	**(2 058)**	**152 813**	**3 287 749**

-

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	31.12.2020
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	**1 679 456**	1 200 830	(492 888)	(84 373)	76 769	(86 113)	**2 293 681**
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	**138 570**	561 304	(197 212)	-	-	-	**502 662**
	1 818 026	**1 762 134**	**(690 100)**	**(84 373)**	**76 769**	**(86 113)**	**2 796 343**

O saldo da rubrica de provisões visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2021, as Outras provisões para riscos e encargos incluem 1 187 656 milhares de Kwanzas (2020: 911 121 milhares de Kwanzas) de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, de acordo com a Lei nº 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho (Nota 2.11). Em 2015 foi publicada a Lei nº 7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei nº 2/2000 e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas. O Banco encontra-se a analisar de que forma irá reverter este montante em benefícios aos Colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2021, as Outras provisões para riscos e encargos incluiem adicionalmente uma provisão para contingências diversas no montante de 381 053 milhares de Kwanzas (2020: 374 452 milhares de Kwanzas) e 318 858 milhares de Kwanzas (2020: 212 686 milhares de Kwanzas) relativa a contingências judiciais. Inclui ainda uma provisão para férias não gozadas no montante de 781 984 milhares de Kwanzas (2020: 595 317 milhares de Kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2021, as Provisões para garantias e compromissos assumidos em extrapatrimoniais, nomeadamente, garantias bancárias, limites de descobertos bancários e cartas de crédito ascendem a 219 404 milhares de Kwanzas (2020: 502 662 milhares de Kwanzas).

Nota 19 – Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de kwanzas)

Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão (em USD)	Valor de Balanço em milhares de Kwanzas		Taxa de juro	Maturidade
					31.12.2021	31.12.2020		
Standard Bank South Africa, SA	Dívida subordinada	USD	03/12/2018	30 000 000	**16 704 348**	**19 553 301**	Libor +3,92% (4,92% desde 03/12/2023)	03/12/2028 (possibilidade de reembolso antecipado a partir do 5º ano)

Nota 20 – Outros passivos

A rubrica Outros passivos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Cartas de crédito (Nota 10)	9 310 401	10 855 362
Saldos com entidades relacionadas	4 850 151	9 739 982
Compra e venda de moedas estrangeiras	16 050 264	7 368 548
Custos administrativos e de comercialização a pagar	3 570 421	4 788 289
Obrigações com pessoal (Nota 2.10)	3 873 378	3 273 369
Locações	1 580 534	1 574 189
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	1 812 094	585 217
Outros	1 344 696	665 030
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	505 821	700 238
Outras comissões a diferir	(31 185)	21 701
Fornecedores	584 280	841 081
Contribuição para a Segurança Social	115 820	91 445
Outras operações a regularizar	3 870	4 994
Dividendos a pagar	12 400 828	79
	55 971 373	**40 509 524**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Cartas de crédito inclui, por contrapartida da rubrica Crédito a Clientes (Nota 10), os contratos de cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os saldos com entidades relacionadas incluem essencialmente a comissão de franchising a pagar e custos incorridos com pessoal do Grupo Standard Bank cedido ao Banco.

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Dividendos a pagar inclui os dividendos acumulados aprovados para distribuição pelo Banco aos seus accionistas (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o saldo da rubrica Obrigações com pessoal inclui os custos a pagar com férias e subsídio de férias dos Colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o saldo da rubrica Custos administrativos e de comercialização a pagar diz respeito a acréscimo de custos com fornecimentos de terceiros, não facturados.

Em 31 de Dezembro de 2021, os custos por compra e venda de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui 15 947 011 milhares de Kwanzas registados em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 20), de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16 (2020: 7 352 507 milhares de Kwanzas).

Nota 21 – Capital Social

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o capital social do Banco, no valor de 9 530 007 milhares de Kwanzas, encontrava-se representado por 1 000 000 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, nomeadamente:

	Nº acções	Valor nominal em milhares de Kwanzas	% Capital Social	
			31.12.2021	31.12.2020
Standard Bank Group Limited	509 996	4 860 265	51%	51%
AAA Activos, Lda.	490 000	4 669 703	49%	49%
Outros accionistas	4	39	0.00040%	0.00040%
	1 000 000	**9 530 007**	**100%**	**100%**

De salientar que o accionista maioritario é o Standard Bank Group Limited e as acções pertencentes ao accionista AAA Activos Lda., foram apreendidas pela Procuradoria Geral da República de Angola tendo sido nomeado fiel depositário o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).

Nota 22 – Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de Kwanzas)

	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			
		Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	**863 518**	**6 470 874**	**46 672 453**	**1 209**	**53 144 536**
Outro rendimento integral:					
Alterações de justo valor	(2 113 755)	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	150 364	-	-	-	-
Total de rendimento integral no exercício	**(1 963 391)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Constituição de reservas	-	3 059 133	29 068 556	-	32 127 689
Distribuição de dividendos	-	-	(12 851 076)	-	(12 851 076)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**(1 099 873)**	**9 530 007**	**62 889 933**	**1 209**	**72 421 149**
Outro rendimento integral:					
Alterações de justo valor	2 337 924	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	261 253	-	-	-	-
Impostos diferidos das alterações de justo valor	(524 757)	-	-	-	-
Total de rendimento integral no exercício	**2 074 420**	**-**	**-**	**-**	**-**
Constituição de reservas	-	-	36 131 088	-	36 131 088
Distribuição de dividendos	-	-	(25 307 439)	-	(25 307 439)
Outros movimentos	-	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**974 547**	**9 530 007**	**73 713 582**	**1 209**	**83 244 796**

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Em 2017 e 2018 o Banco não refletiu o impacto da IAS 29 nas suas demonstrações financeiras dos exercícios findos a essa data. Caso tivesse aplicado a IAS 29, o impacto em termos acumulados em 1 de Janeiro de 2019 seria nulo na rubrica de Reserva de reavaliação, o qual incorpora o efeito da actualização do capital social a essa data no montante de 19 142 051 milhares de Kwanzas.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2020 Angola não cumpriu com os critérios estabelecidos na IAS 29 para ser considerada uma economia hiperinflacionária.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a Reserva legal no montante de 9 530 007 milhares de Kwanzas só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o Capital.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do seu capital social.

Durante o ano de 2021 foi aprovada a distribuição de dividendos aos Accionistas no montante de 25 307 439 milhares de Kwanzas, dos quais 12 400 828 milhares encontram-se a aguardar liquidação (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o valor das opções sobre acções é de 1 209 milhares de Kwanzas.

Nota 23 – Rubricas extrapatrimoniais

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Responsabilidades de terceiros		
Garantias recebidas	**296 571 880**	**127 282 870**
Responsabilidades perante terceiros		
Garantias prestadas	21 474 004	24 435 726
Cartas de crédito	5 437 928	14 172 410
Limites de crédito não utilizados	48 495 977	77 374 898
	75 407 909	**115 983 034**
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	**276 070 763**	**209 673 210**
Operações cambiais		
Compras de moedas estrangeiras a liquidar	-	171 827
Vendas de moedas estrangeiras a liquidar	-	(324 952)
		(153 125)
Valor actual dos créditos		
Créditos mantidos no activo	241 224 972	145 029 288
Créditos abatidos (Nota 10)	3 519 676	3 268 568
	244 744 648	**148 297 856**

As garantias prestadas são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

As cartas de crédito são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus Clientes, de pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas. As cartas de crédito são registadas no balanço a partir do momento em que toda a documentação é recebida pelo Banco.

Os limites de crédito não utilizados são, na sua totalidade, irrevogáveis e, de forma geral, são contratados por prazos fixos de um ano. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os Clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do Cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Responsabilidades perante terceiros estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas (Nota 2.2.1). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, as provisões para prestação de garantias e compromissos assumidos ascendiam a 219 404 milhares de Kwanzas e 502 662 milhares de Kwanzas, respectivamente (Nota 18).

Nota 24 – Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	2021			2020		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares						
Juros de crédito a clientes	26 109 323	-	26 109 323	19 325 221	-	19 325 221
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	210 084	210 084	-	2 483 521	2 483 521
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	517 443	-	517 443	923 237	-	923 237
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	27 121 664	-	27 121 664	14 639 088	-	14 639 088
Juros de investimentos ao custo amortizado	27 906 628	-	27 906 628	20 194 148	-	20 194 148
Outros juros e proveitos similares	7 776 983	-	7 776 983	624 059	-	624 059
	89 432 041	**210 084**	**89 642 125**	**55 705 753**	**2 483 521**	**58 189 274**
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	285 596	-	285 596	137 750	-	137 750
Juros de responsabilidades representadas por títulos	753 030	-	753 030	801 188	-	801 188
Juros de recursos de clientes	11 230 142	-	11 230 142	5 130 108	-	5 130 108
Juros de passivos subordinados	775 209	-	775 209	726 114	-	726 114
Juros de locações	208 731	-	208 731	206 790	-	206 790
	13 252 708	**-**	**13 252 708**	**7 001 950**	**-**	**7 001 950**
Margem Financeira	**76 179 333**	**210 084**	**76 389 417**	**48 703 803**	**2 483 521**	**51 187 324**

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de juros de crédito a Clientes inclui o montante de 191 185 milhares de Kwanzas relativo a comissões contabilizadas de acordo com o método da taxa de juro efectiva (2020: 170 272 millhares de Kwanzas).

A tabela abaixo apresenta os ganhos líquidos ou perdas líquidas em instrumentos financeiros:

(milhares de Kwanzas)

	2021					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	517 443	-	517 443	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	233 279	(23 195)	210 084	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	27 121 664	-	27 121 664
Juros de investimentos ao custo amortizado	27 906 628	-	27 906 628	-	-	-
Juros de crédito a clientes	26 109 323	-	26 109 323	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	7 776 983	-	7 776 983	-	-	-
	62 543 656	**(23 195)**	**62 520 461**	**27 121 664**	**-**	**27 121 664**
Passivo						
Juros de recursos de clientes	337 333	(11 567 475)	(11 230 142)	-	-	-
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	-	(285 596)	(285 596)	-	-	-
Juros de Captação de Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	-
Juros de passivos subordinados	-	(775 209)	(775 209)	-	-	-
Juros de locações	-	(208 731)	(208 731)	-	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(753 030)	(753 030)	-	-	-
	337 333	**(13 590 041)**	**(13 252 708)**	**-**	**-**	**-**
Margem Financeira	**62 880 989**	**(13 613 236)**	**49 267 753**	**27 121 664**	**-**	**27 121 664**

(milhares de Kwanzas)

	2020					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	924 136	(898)	923 238	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 600 792	(117 272)	2 483 520	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	14 639 088	-	14 639 088
Juros de investimentos ao custo amortizado	20 194 148	-	20 194 148	-	-	-
Juros de crédito a clientes	19 444 979	(119 758)	19 325 221	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	650 703	(26 644)	624 059	-	-	-
	43 814 758	**(264 572)**	**43 550 186**	**14 639 088**	**-**	**14 639 088**
Passivo						
Juros de recursos de clientes	-	(5 130 108)	(5 130 108)	-	-	-
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(137 749)	(137 749)	-	-	-
Juros de Captação de Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	-
Juros de passivos subordinados	9 444	(735 558)	(726 114)	-	-	-
Juros de locações	-	(206 790)	(206 790)	-	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(801 189)	(801 189)	-	-	-
	9 444	**(7 011 394)**	**(7 001 950)**	**-**	**-**	**-**
Margem Financeira	**44 824 202**	**(7 275 966)**	**36 548 236**	**14 639 088**	**-**	**14 639 088**

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:

(milhares de Kwanzas)

	2021			2020		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	517 443	-	517 443	924 135	(898)	923 237
Juros de investimentos ao custo amortizado	27 906 628	-	27 906 628	20 194 148	-	20 194 148
Juros de crédito a clientes	26 109 323	-	26 109 323	19 444 979	(119 758)	19 325 221
Outros juros e proveitos similares	7 776 983	-	7 776 983	650 703	(26 644)	624 059
	62 310 377	**-**	**62 310 377**	**41 213 965**	**(147 300)**	**41 066 665**
Passivo						
Juros de recursos de clientes	337 333	(11 567 475)	(11 230 142)	-	(5 130 108)	(5 130 108)
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	-	(285 596)	(285 596)	-	(137 750)	(137 750)
Juros de passivos subordinados	-	(775 209)	(775 209)	9 444	(735 558)	(726 114)
Juros de locações	-	(208 731)	(208 731)	-	(206 790)	(206 790)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(753 030)	(753 030)	-	(801 189)	(801 189)
	337 333	**(13 590 041)**	**(13 252 708)**	**9 444**	**(7 011 395)**	**(7 001 951)**
Margem Financeira relativa a instrumentos ao custo amortizado	**62 647 710**	**(13 590 041)**	**49 057 669**	**41 223 409**	**(7 158 695)**	**34 064 714**

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral:

(milhares de Kwanzas)

	2021			2020		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	27 121 664	-	27 121 664	14 639 088	-	14 639 088
Margem Financeira relativa a instrumentos ao justo valor através de outro rendimento integral	**27 121 664**	**-**	**27 121 664**	**14 639 088**	**-**	**14 639 088**

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados:

(milhares de Kwanzas)

	2021			2020		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	233 279	(23 195)	210 084	2 600 794	(117 272)	2 483 522
Margem Financeira relativa a instrumentos ao justo valor através de resultados	**233 279**	**(23 195)**	**210 084**	**2 600 794**	**(117 272)**	**2 483 522**

Nota 25 – Rendimentos e encargos de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Rendimentos de serviços e comissões		
Por transferências	6 151 429	3 030 718
Por operações de crédito	3 220 084	2 513 912
Por compensação electrónica	1 904 254	1 306 357
Por outros serviços bancários prestados	665 698	1 177 925
Por créditos documentários	818 995	1 177 125
Outros rendimentos	2 411 558	1 118 188
Por levantamentos	924 671	699 966
Por manutenção de conta	465 739	418 265
Por mediação	561 185	402 891
Por consultoria financeira	706 124	278 432
Por garantias prestadas	299 383	183 532
Por transporte de valores recebidos	86 461	117 940
Por emissão de cheques	976	2 597
	18 216 557	**12 427 848**
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	3 402 480	3 574 408
Por transporte de valores	874 198	652 340
	4 276 678	**4 226 748**
	13 939 879	**8 201 100**

Com referência a 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de Serviços bancários prestados por terceiros inclui um montante de 754 795 milhares de Kwanzas referentes à taxa de custódia aplicável às reservas excedentárias, conforme Instrutivo nº 14/2020 de 04 de Agosto.

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos com comissões não incluídos no cálculo da taxa de juro efectiva de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021			31.12.2020		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Por operações de crédito	3 220 084	-	3 220 084	2 513 912	-	2 513 912
Por transporte de valores recebidos	86 461	-	86 461	117 940	-	117 940
Por mediação	561 185	-	561 185	402 891	-	402 891
Por consultoria financeira	233 750	-	233 750	278 432	-	278 432
Outros rendimentos	2 411 558	-	2 411 558	1 118 187	-	1 118 187
Por serviços bancários prestados por terceiros	-	(754 795)	(754 795)	-	(1 463 029)	(1 463 029)
	6 513 038	**(754 795)**	**5 758 243**	**4 431 362**	**(1 463 029)**	**2 968 333**
Passivo						
Por outros serviços bancários prestados	502 496	-	502 496	132 286	-	132 286
Por transferências	6 151 430	-	6 151 430	3 030 718	-	3 030 718
Por manutenção de conta	465 739	-	465 739	418 265	-	418 265
Por emissão de cheques	975	-	975	2 597	-	2 597
Por levantamentos	924 671	-	924 671	699 966	-	699 966
Por transporte de valores	-	(874 198)	(874 198)	-	(652 340)	(652 340)
Por compensação electrónica	1 904 254	-	1 904 254	1 306 357	-	1 306 357
Por serviços bancários prestados por terceiros	-	(2 647 685)	(2 647 685)	-	(2 111 379)	2 111 379
	9 949 565	**(3 521 883)**	**6 427 682**	**5 590 189**	**(2 763 719)**	**2 826 470**
Extrapatrimoniais						
Por créditos documentários	818 995	-	818 995	1 177 126	-	1 177 126
Por garantias prestadas	299 383	-	299 383	183 532	-	183 532
Por outros serviços bancários prestados	163 202	-	163 202	1 045 639	-	1 045 639
Por consultoria financeira	472 374	-	472 374	-	-	-
	1 753 954	**-**	**1 753 954**	**2 406 297**	**-**	**2 406 297**
	18 216 557	**(4 276 678)**	**13 939 879**	**12 427 848**	**(4 226 748)**	**8 201 100**

Nota 26 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos ao justo valor através de resultados						
De emissores públicos	46 333	(7 571)	38 762	829 092	(493 511)	335 581
Instrumentos Financeiros Derivados	70 691	(113 322)	(42 631)	113 322	(66 289)	47 033
De depósitos de clientes em AOA indexados ao USD	-	(5 370)	(5 370)	-	(120 430)	(120 430)
	117 024	**(126 263)**	**(9 239)**	**942 414**	**(680 230)**	**262 184**

Nota 27 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
De emissores públicos	26 186	-	26 186	-	-	-
Acções			-			-
Outros títulos de rendimento variável			-			-
			26 186			**-**
	26 186		**26 186**			

Nota 28 – Resultados Cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Resultados de operações de compra e venda de moeda	34 707 490	17 393 436
Resultados da reavaliação de activos e passivos	1 152 717	9 324 182
	35 860 207	**26 717 618**

Nota 29 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Impostos directos e indirectos	(2 723 317)	(2 086 126)
Quotizações e donativos	(624 920)	(469 064)
Perdas operacionais	(284 187)	(239 689)
Outros proveitos de exploração	(297 944)	(145 006)
Outros ganhos e perdas em outros activos tangíveis	(92 862)	617
	(4 023 230)	**(2 939 268)**

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Impostos directos e indirectos, inclui 2 712 887 milhares de Kwanzas de custos com o Impostos sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Nota 30 – Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Custos directos		
Salários e subsídios	15 821 657	12 557 416
Bónus de performance	2 877 140	2 620 422
Encargos sociais obrigatórios	1 057 273	827 462
Outros	579 836	222 543
	20 335 906	16 227 843
Custos indirectos	1 364 838	1 965 522
	21 700 744	**18 193 365**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Salários e subsídios inclui diversos subsídios atribuídos aos Colaboradores, nomeadamente, subsídio de alojamento, subsídio de transporte, subsídio de férias e mês de férias, no montante de 1 296 859 milhares de Kwanzas e 1 197 587 milhares de Kwanzas, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 652 e 635, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 os Colaboradores dividiam-se nas seguintes categorias profissionais:

	31.12.2021	31.12.2020
Administradores executivos	3	3
Director	37	25
Coordenador	318	292
Técnico	284	305
Administrativo	10	10
	652	**635**

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as remunerações e outros benefícios associados aos Órgãos Sociais do Banco detalham-se como segue:

(milhares de Kwanzas)

		Conselho de Administração					
		Administradores executivos	Membros não executivos	Total	Conselho Fiscal	Comissão Executiva	Total
31 de Dezembro de 2021							
	Remunerações e outros benefícios de curto prazo	1 658 871	-	1 658 871	15 015	95 023	1 768 909
	Remunerações variáveis	572 741	-	572 741	8 979	16 961	598 681
	Sub total	**2 231 612**	**-**	**2 231 612**	**23 994**	**111 984**	**2 367 590**
	Benefícios e outros encargos sociais	168 042	-	168 042	-	-	168 042
	Outras remunerações e prémios de antiguidade	-		-			-
	Total	**2 399 654**	**-**	**2 399 654**	**23 994**	**111 984**	**2 535 632**
31 de Dezembro de 2020							
	Remunerações e outros benefícios de curto prazo	510 603	88 611	599 214	15 322	735 654	1 350 190
	Remunerações variáveis	287 473	14 730	302 203	3 846	251 014	557 063
	Sub total	**798 076**	**103 341**	**901 417**	**19 168**	**986 668**	**1 907 253**
	Benefícios e outros encargos sociais	101 345	54 952	156 297	-	6 033	162 330
	Outras remunerações e prémios de antiguidade	-		-			-
	Total	**899 421**	**158 293**	**1 057 714**	**19 168**	**992 701**	**2 069 583**

Nota 31 – Fornecimentos e serviços de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Comissão de franchising e outros custos com o Grupo	4 681 332	4 094 775
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços	2 785 965	2 815 655
Segurança, Conservação e Reparação	971 409	1 136 681
Transporte, Deslocações e Alojamentos	89 579	12 168
Comunicações	874 642	648 264
Publicações, Publicidade e Propaganda	409 561	315 883
Outros Fornecimentos de Terceiros	1 981 729	787 720
Seguros	818 156	477 113
Materiais diversos	294 337	221 716
Água e Energia	134 741	136 674
	13 041 451	**10 646 649**

Nota 32 – Resultados por Acção

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	31.12.2020
Resultado Líquido	75 736 312	36 131 088
Número médio de acções ordinárias em circulaçã	1 000 000	1 000 000
	75 736	**36 131**

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos.

Nota 33 – Transacção com partes relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

BALANÇO	31.12.2021			31.12.2020		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Activo						
Disponibilidades em outras instituições de crédito						
Standard Bank South Africa	-	78 874 108	-	-	17 312 557	-
Standard Bank Mauricias	-	331	-	-	388	-
Stanbic Ibtc Bank Plc	-	4 302	-	-	5 434	-
Standard Bank Namibia	-	-	-	-	2 394	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito						
Standard Bank Isle of Man	-	-	-	-	-	-
Standard Bank South Africa	-	49 948 887	-	-	79 735 325	-
Crédito a clientes						
Crédito a habitação	11 221	-	-	12 622	-	-
Cartões de crédito	827	-	109	-	-	504
Crédito ao Investimento	-	-	-			
Outros activos						
Standard Bank South Africa	-	39 701	-	-	591	-
Total	**12 048**	**128 867 329**	**109**	**12 622**	**97 056 689**	**504**
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos						
AAA Activos, Lda	1 273 017	-	-	1 294 082	-	-
AAA Seguros, SA	-	2	-	-	2	-
Outros	195 252	4 110 564	202 650	1 011 430	-	-
Passivos subordinados						
Standard Bank South Africa	-	16 599 711	-	-	19 248 255	-
Outros passivos						
Standard Bank South Africa	-	5 146 388	-	-	10 360 968	-
Standard Bank Isle of Man	-	-	-	-	-	-
Standard Bank Namibia	-	-	-	-	-	-
Standard Bank Namibia	-	35 131	-	-	35 213	-
Standard Bank London	-	8 564 817	-	-	486 573	-
Total	**1 468 269**	**34 456 613**	**202 650**	**2 305 512**	**30 131 011**	**-**

RESULTADOS	31.12.2021 Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	31.12.2020 Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Juros e rendimentos similares						
Standard Bank Isle of Man	-	-	-	-	-	-
Standard Bank South Africa	-	88 130	-	-	588 925	-
Juros e encargos similares						
Standard Bank South Africa	-	(775 209)	-	-	(726 114)	-
Rendimentos e encargos de serviços e comissões						
Standard Bank South Africa	-	-	-	-	-	-
Standard Bank Isle of Man	-	-	-	-	-	-
Resultados cambiais						
Standard Bank South Africa	-	55	-	-	(19 054)	-
Custos com o pessoal						
Standard Bank South Africa	-	(111 768)	-	-	(820 391)	-
Fornecimentos e serviços de terceiros						
Standard Bank South Africa	-	(5 559 970)	-	-	(4 025 910)	-
AAA Activos, Lda	-	-	-	-	-	-
Total	**-**	**(6 358 762)**	**-**	**-**	**(5 002 544)**	**-**

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco pode ser analisado na Nota 30.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Nota 34 – Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas consideram as operações mais recentemente concedidas pelo Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é apresentado como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
31 de Dezembro de 2021						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	119 628 484	-	-	-	119 628 484	119 628 484
Disponibilidades em outras instituições de crédito	92 577 562	-	-	-	92 577 562	92 577 562
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	186 984 054	-	-	-	186 984 054	186 984 054
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	181 656	181 656	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	162 789 363	-	162 789 363	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado	91 706 497	-	-	-	91 706 497	91 554 837
Crédito a clientes	234 174 153	-	-	-	234 174 153	234 824 158
Activos financeiros	**725 070 750**	**-**	**162 789 363**	**181 656**	**888 041 769**	**888 540 114**
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	26 524 169	-	-	-	26 524 169	26 524 169
Recursos de clientes e outros empréstimos	678 257 533	-	-	-	678 257 533	678 371 644
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	16 704 348	-	-	-	16 704 348	16 704 348
Passivos financeiros	**721 486 050**	**-**	**-**	**-**	**721 486 050**	**721 600 161**

(milhares de Kwanzas)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
31 de Dezembro de 2020						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	147 520 430	-	-	-	147 520 430	147 520 430
Disponibilidades em outras instituições de crédito	65 181 528	-	-	-	65 181 528	65 181 528
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	142 266 522	-	-	-	142 266 522	142 266 522
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	1 753 133	71 544	1 824 677	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	89 032 526	-	89 032 526	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado	235 843 696	-	-	-	235 843 696	232 033 067
Crédito a clientes	140 309 033	-	-	-	140 309 033	154 293 911
Activos financeiros	**731 121 209**	**-**	**90 785 659**	**71 544**	**821 978 412**	**832 152 661**
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	894 112	-	-	-	894 112	894 112
Recursos de clientes e outros empréstimos	691 667 486	-	-	-	691 667 486	691 844 837
Responsabilidades representadas por títulos	4 745 970	-	-	-	4 745 970	4 745 970
Passivos subordinados	19 553 301	-	-	-	19 553 301	19 553 301
Passivos financeiros	**716 860 869**	**-**	**-**	**-**	**716 860 869**	**717 038 220**

A tabela abaixo apresenta o valor contabilístico dos instrumentos financeiros com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020:

(milhares de Kwanzas)

	31-12-2021				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	119 628 484	-	-	119 628 484
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	92 579 746	-	(2 184)	92 577 562
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	186 994 339	-	(10 285)	186 984 054
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	181 656		-	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	162 789 363		-	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado	-	92 760 727	-	(1 054 230)	91 706 497
Crédito a clientes	-	238 958 872	-	(4 784 719)	234 174 153
Activos financeiros	**162 971 019**	**730 922 168**	**-**	**(5 851 418)**	**888 041 769**
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	-	26 524 169	-	-	26 524 169
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	678 257 533	-	-	678 257 533
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	16 704 348	-	-	16 704 348
Passivos financeiros	**-**	**721 486 050**	**-**	**-**	**721 486 050**
Total	**162 971 019**	**9 436 118**	**-**	**(5 851 418)**	**166 555 719**

(milhares de Kwanzas)

	31-12-2020				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	147 520 430	-	-	147 520 430
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	65 182 188	-	(660)	65 181 528
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	142 281 281	-	(14 759)	142 266 522
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 824 677		-	-	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	89 032 526		-	-	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado	-	248 578 966	-	(12 735 270)	235 843 696
Crédito a clientes	-	143 074 698	-	(2 765 665)	140 309 033
Activos financeiros	**90 857 203**	**746 637 563**	**-**	**(15 516 354)**	**821 978 412**
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	-	894 112	-	-	894 112
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	691 667 486	-	-	691 667 486
Responsabilidades representadas por títulos	-	4 745 970	-	-	4 745 970
Passivos subordinados	-	19 553 301	-	-	19 553 301
Passivos financeiros	**-**	**716 860 869**	**-**	**-**	**716 860 869**
Total	**90 857 203**	**29 776 694**	**-**	**(15 516 354)**	**105 117 543**

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads...) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

A 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 o activo financeiro ao justo valor classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 13 diz respeito à participação na EMIS.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (Bid-price), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro de mercado para os títulos em Kwanzas são apuradas com base nas taxas de juro dos bilhetes do tesouro e nas obrigações do tesouro emitidas para as várias maturidades.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standard considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Investimentos ao custo amortizado

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a Clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Recursos de Clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Passivos subordinados e responsabilidades representadas por títulos

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

Nota 35 – Balanço e Demonstração de Resultados por segmento

Nos termos do requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos Orgãos de Gestão do Banco:

- Particulares;
- Pequenas e Médias Empresas
- Grandes Empresas e Banca de Investimento

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o balanço por segmento é apresentado como segue:

(milhares de Kwanzas)

BALANÇO	31.12.2021 Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Activo				
Crédito a clientes				
Empréstimos	11 513 819	33 807 002	159 679 953	205 000 774
Descobertos	12 115	8 620 854	8 773 552	17 406 522
Leasing	764 276	308 799	-	1 073 075
Cartas de crédito	-	-	8 678 074	8 678 074
Cartões de crédito	571 047	-	-	571 047
Habitação	1 444 661	-	-	1 444 661
Total de activos afectos	14 305 918	42 736 656	177 131 579	234 174 153
Activos não afectos				734 099 747
Total de Activo				**968 273 900**
Passivo				
Recursos de clientes e outros empréstimos	80 385 467	112 922 290	484 949 776	678 257 533
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-
Total de passivos afectos	80 385 467	112 922 290	484 949 776	678 257 533
Passivos não afectos				120 530 705
Total do Passivo				**798 788 238**

(milhares de Kwanzas)

BALANÇO	31.12.2020 Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Activo				
Crédito a clientes				
Empréstimos	9 827 131	18 276 033	82 587 596	110 690 760
Descobertos	(26 682)	12 811 929	13 294 415	26 079 662
Leasing	761 007	252 761	-	1 013 768
Cartas de crédito	-	223 255	686 288	909 543
Cartões de crédito	533 284	-	-	533 284
Habitação	1 082 017	-	-	1 082 017
Total de activos afectos	12 176 757	31 563 978	96 568 299	140 309 034
Activos não afectos				739 973 304
Total de Activo				**880 282 338**
Passivo				
Recursos de clientes e outros empréstimos	69 630 068	77 575 828	544 461 590	691 667 486
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	4 745 970	4 745 970
Total de passivos afectos	69 630 068	77 575 828	549 207 559	696 413 456
Passivos não afectos				66 886 511
Total do Passivo				**763 299 967**

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.12.2021 Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	3 713 093	5 116 388	80 812 644	89 642 125
Juros e encargos similares	(1 440 970)	(891 026)	(10 920 712)	(13 252 708)
Margem financeira	**2 272 123**	**4 225 362**	**69 891 932**	**76 389 417**
Rendimentos de serviços e comissões	7 266 312	5 042 622	5 907 623	18 216 557
Encargos com serviços e comissões	(909 135)	(1 337 616)	(2 029 927)	(4 276 678)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	(9 239)	(9 239)
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	26 186	26 186
Resultados cambiais	8 544 260	8 691 777	18 624 170	35 860 207
Outros resultados de exploração	(473 159)	(384 071)	(3 166 000)	(4 023 230)
Produto da actividade bancária	**16 700 401**	**16 238 074**	**89 244 745**	**122 183 220**
Custos com pessoal	(6 942 207)	(5 137 495)	(9 621 042)	(21 700 744
Fornecimentos e serviços de terceiros	(3 287 466)	(2 327 292)	(7 426 693)	(13 041 451
Depreciações e amortizações do exercício	(1 452 175)	(1 173 683)	(1 719 390)	(4 345 248)
Provisões líquidas de anulações	(22 595)	(19 028)	(487 539)	(529 162)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(560 952)	(156 766)	(1 573 298)	(2 291 016)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(7 820)	(3 600)	11 360 143	11 348 723
Resultado antes de impostos	**4 427 186**	**7 420 210**	**79 776 926**	**91 624 322**
Impostos sobre os resultados	-	-	(15 888 010)	(15 888 010)
Resultado líquido	**4 427 186**	**7 420 210**	**63 888 916**	**75 736 312**

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.12.2020 Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	4 268 976	6 677 116	47 243 182	58 189 274
Juros e encargos similares	(40 099)	(74 470)	(6 887 382)	(7 001 950)
				0
Margem financeira	**4 228 876**	**6 602 646**	**40 355 801**	**51 187 323**
				-
Rendimentos de serviços e comissões	4 822 824	5 481 546	2 123 477	12 427 848
Encargos com serviços e comissões	(683 138)	(1 163 180)	(2 380 430)	(4 226 748)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	215 151	215 151
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				-
Resultados cambiais	(88 815)	(88 815)	26 942 280	26 764 651
Outros resultados de exploração	(156 683)	(235 024)	(2 377 924)	(2 769 630)
				-
Produto da actividade bancária	**8 123 066**	**10 597 173**	**64 878 355**	**83 598 594**
				-
Custos com pessoal	(5 181 612)	(4 413 966)	(8 597 787)	(18 193 365)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(2 898 459)	(2 570 331)	(5 583 610)	(11 052 401)
Depreciações e amortizações do exercício	(744 195)	(475 797)	(588 065)	(1 808 057)
Provisões líquidas de anulações	(171 557)	(140 365)	(759 600)	(1 071 521)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(58 187)	(523 682)	(374 199)	(956 068)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(7 455)	(3 840)	(11 426 246)	(11 437 541)
				-
Resultado antes de impostos	**(938 399)**	**2 469 191**	**37 548 849**	**39 079 642**
Impostos sobre os resultados	-	-	(2 948 554)	(2 948 554)
				-
Resultado líquido	**(938 399)**	**2 469 191**	**34 600 295**	**36 131 088**

Nota 36 – Gestão de Riscos da Actividade

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

PRINCIPAIS CATEGORIAS DE RISCO

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

O Standard Bank de Angola encara a gestão dos riscos como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, o modelo de gestão do risco é independente das áreas geradoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Conselho de Administração.

A gestão dos riscos é da competência do Conselho de Administração e dos seus comités. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela estratégia do risco na instituição apoiando-se em Comités que têm como principais funções o aconselhamento do Órgão de Administração no que respeita à estratégia de Gestão do Risco e à supervisão da actuação da função de gestão do risco conforme prevista pelo BNA.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente dos riscos. Ao nível da Comissão Executiva o pelouro da gestão do risco é da competência do Presidente da Comissão Executiva.

A função de gestão do risco é exercida de forma autónoma e independente pela Direcção de Risco destinada a identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pela Instituição.

Para o Standard Bank de Angola a gestão do Risco é também uma forma de optimizar o uso do capital e a selecção das melhores oportunidades de negócio, ponderando a relação entre o risco e o retorno para melhor responder às necessidades dos Clientes e maximizar a criação de valor para os nossos accionistas.

Assim, e seguindo as melhores práticas internacionais o modelo de gestão do Risco obedece ao princípio das "Três Linhas de Defesa", tendo subjacente a atribuição de responsabilidades aos diversos intervenientes na gestão do Risco, e define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas do Banco.

A responsabilidade pela gestão do Risco dentro de cada linha de actuação encontra-se no nível funcional e dos comités do Conselho de Administração. Estas linhas de defesa garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

1. Gestão das Unidades de Negócio e de Suporte

O principal responsável pela Gestão do Risco do Banco. A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de Gestão do Risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.

2. Gestão do Risco

As funções de Gestão do Risco do Banco são primariamente responsáveis pela definição da estrutura de Gestão do Risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Gestão de Risco de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos.

As funções de Gestão do Risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de Gestão do Risco, aprovar os limites de aceitação de risco dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral da eficácia da Gestão do Risco pela primeira linha de defesa.

3. Auditoria Interna

Fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do Banco, do quadro global de Gestão do Risco, através da aprovação de um Plano de Auditoria anual e consequente emissão de relatórios para o Conselho de Administração e seus Comités.

AVALIAÇÃO DE RISCOS

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. O processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de scoring para as carteiras de Clientes Particulares e de rating para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	119 628 484	-	119 628 484
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	92 579 748	(2 186)	92 577 562
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	186 994 339	(10 285)	186 984 054
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	181 656	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	162 789 363	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	92 760 728	(1 054 231)	91 706 497
Crédito a clientes (Nota 10)	238 958 872	(4 784 719)	234 174 153
	893 893 190	**(5 851 421)**	**888 041 769**
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 23)	21 474 004	(31 780)	21 442 224
Cartas de crédito (Nota 23)	5 437 928	(1 816)	5 436 112
Limites não utilizados (Nota 23)	48 495 977	(185 809)	48 310 168
	75 407 909	**(219 404)**	**75 188 505**
Total	**969 301 099**	**(6 070 825)**	**963 230 274**

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	147 520 430	-	147 520 430
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	65 182 188	(660)	65 181 528
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	142 281 281	(14 759)	142 266 522
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	1 824 677	-	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	89 032 526	-	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	248 578 966	(12 735 270)	235 843 696
Crédito a clientes (Nota 10)	143 074 698	(2 765 665)	140 309 033
	837 494 766	**(15 516 354)**	**821 978 412**
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 23)	24 435 726	(25 327)	24 410 399
Cartas de crédito (Nota 23)	14 172 410	(10 248)	14 162 162
Limites não utilizados (Nota 23)	77 374 898	(467 086)	76 907 812
	115 983 034	**(502 661)**	**115 480 373**
Total	**953 477 800**	**(16 019 016)**	**937 458 784**

Relativamente ao nível da qualidade do risco de crédito dos activos financeiros, em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Origem do rating	Nível de rating	31.12.2021		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição liquida
Patrimoniais	Rating externo	B+ a B-	208 871 584	(1 053 509)	207 818 075
	Rating interno	AAA a AA-	20 527 510	(8 146)	20 519 364
		A+ a A-	19 550 136	(2 314)	19 547 822
		BBB+ a BBB-	343 507 869	(32 412)	343 475 457
		BB+ a BB-	147 093 038	(268 541)	146 824 497
		B+ a B-	92 696 593	(2 018 825)	90 677 768
		< B-	2 598 795	(462 584)	2 136 211
		Baixo	56 084 706	(166 670)	55 918 036
		Médio	2 061 668	(923 357)	1 138 311
		Elevado	901 291	(915 063)	(13 772)
Total			**893 893 190**	**(5 851 421)**	**888 041 769**

(milhares de Kwanzas)

	Origem do rating	Nível de rating	31.12.2020		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição liquida
Patrimoniais	Rating externo	<B-	337 611 372	(12 926 381)	324 684 991
	Rating interno	AAA a AA-	166 254 926	(3 564)	166 251 362
		A+ a A-	51 930 403	(1 959)	51 928 444
		BBB+ a BBB-	31 391 939	(41 419)	31 350 520
		BB+ a BB-	95 968 709	(52 829)	95 915 880
		B+ a B-	106 922 187	(725 753)	106 196 434
		< B-	2 156 069	(226 263)	1 929 806
		Baixo	42 478 510	(248 467)	42 230 043
		Médio	1 840 914	(534 556)	1 306 358
		Elevado	939 737	(755 164)	184 573
Total			**837 494 766**	**(15 516 354)**	**821 978 412**

As tabelas abaixo apresentam com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 a exposição ao risco de crédito por classe de activo financeiro, nível de rating e estágio.

(milhares de Kwanzas)

		31.12.2021			
Classe de activo financeiro	**Rating**	**Estágio 1**	**Estágio 2**	**Estágio 3**	**Total**
Patrimoniais					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	*BBB+ a BBB-*	119 628 484	-	-	119 628 484
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	*AAA a AA-*	49 029	-	-	49 029
	A+ a A-	13 741 281	-	-	13 741 281
	BBB+ a BBB-	66 084 928	-	-	66 084 928
	BB+ a BB-	12 704 510			12 704 510
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	*BB+ a BB-*	49 948 887	-	-	49 948 887
	BBB+ a BBB-	120 395 870	16 649 583	-	137 045 453
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	*BB+ a BB-*	181 656	-	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	*B+ a B-*	162 789 363	-	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	*B+ a B-*	57 555 796	35 204 932	-	92 760 728
Crédito a clientes (Nota 10)	*AAA a AA-*	11 393 052	9 085 428	-	20 478 480
	A+ a A-	5 808 855	-	-	5 808 855
	BBB+ a BBB-	20 749 004	-	-	20 749 004
	BB+ a BB-	82 597 042	1 660 944	-	84 257 986
	B+ a B-	26 162 733	19 855 354	-	46 018 087
	< B-	-	2 598 795	-	2 598 795
	Caa-C	-	-	-	-
	Baixo	56 084 706	-	-	56 084 706
	Médio	-	2 047 896	-	2 047 896
	Elevado	-	-	915 063	915 063
Total do Valor Contabilístico Bruto		**805 875 196**	**87 102 931**	**915 063**	**893 893 190**
Provisão para perdas		(1 882 041)	(3 054 317)	(915 063)	**(5 851 421)**
Valor Contabilístico Líquido		**803 993 155**	**84 048 614**	**-**	**888 041 769**

(milhares de Kwanzas)

Classe de activo financeiro	Rating	31.12.2020 Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Patrimoniais					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	*BBB+ a BBB-*	147 520 430	-	-	147 520 430
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	*AAA a AA-*	305 146	-	-	305 146
	A+ a A-	47 543 115	-	-	47 543 115
	BBB+ a BBB-	11 663 683	-	-	11 663 683
	BB+ a BB-	5 670 246	-	-	5 670 246
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	*BB+ a BB-*	79 735 325	-	-	79 735 325
	BBB+ a BBB-	43 057 768	19 488 188	-	62 545 956
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	*BB+ a BB-*	71 544	-	-	71 544
	BBB+ a BBB-	1 753 133	-	-	1 753 133
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	*< B-*	89 032 526	-	-	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	*< B-*	200 788 751	47 790 215	-	248 578 966
	BB+ a BB-	-	-	-	-
Crédito a clientes (Nota 10)	*AAA a AA-*	18 429 350	-	-	18 429 350
	A+ a A-	4 387 289	-	-	4 387 289
	BBB+ a BBB-	17 446 777	-	-	17 446 777
	BB+ a BB-	10 491 594	-	-	10 491 594
	B+ a B-	40 896 808	3 479 326	-	44 376 134
	< B-	64 166	2 600 466	-	2 664 632
	Baixo	42 498 271	-	-	42 498 271
	Médio	-	1 840 914	-	1 840 914
	Elevado	-	-	939 737	939 737
Total do Valor Contabilístico Bruto		**761 355 921**	**75 199 109**	**939 737**	**837 494 767**
Provisão para perdas		(8 410 560)	(6 350 631)	(755 164)	**(15 516 355)**
Valor Contabilístico Líquido		**752 945 361**	**68 848 478**	**184 573**	**821 978 412**

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021						
	Exposição		Garantias Prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/ Exposição total
Empresas							
Administração central	654 934 318	-	-	654 934 318	68%	1 066 702	0%
Actividade Financeira	-	-	12 926 809	12 926 809	1%	5 400	0%
Comércio por grosso e a retalho	61 188 743	5	10 122 257	71 311 005	7%	1 411 421	-2%
Educação	-	389 871	120 912	510 783	0%	397 196	-78%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	49 337 983	5	3 846 113	53 184 100	5%	1 184 249	-2%
Alojamento e restauração	0	31	-	31	0%	31	-100%
Construção	1 466 472	3	7 065 969	8 532 443	1%	29 942	0%
Indústria transformadora	44 298 355	-	28 768 993	73 067 348	8%	338 365	0%
Indústrias extractivas	7 615 990	-	3 181 799	10 797 789	1%	78 753	-1%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	36 591 369	-	4 348 742	40 940 111	4%	292 322	-1%
Transportes, Armazenagem e Comunicação	15 887 322	2	1 515 333	17 402 658	2%	13 498	0%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	3 141 303	-	623 810	3 765 113	0%	26 209	-1%
Saúde e Acção Social	3 511 714	-	500 392	4 012 106	0%	2 816	0%
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	-	-	400 000	400 000	0%	135	0%
Particulares							
Consumo	12 757 443	387 686	1 986 780	15 131 909	2%	1 047 937	-7%
Habitação	1 573 688	-	-	1 573 688	0%	129 026	-8%
Outros fins	797 234	13 653	-	810 887	0%	46 823	-6%
Total	**893 101 935**	**791 255**	**75 407 909**	**969 301 099**	**100%**	**6 070 825**	**-1%**

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020						
	Exposição		Garantias Prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/ Exposição total
Empresas							
Administração central	693 911 505	-	-	693 911 505	73%	12 750 690	-2%
Actividade Financeira	-	-	63 483 072	63 483 072	7%	357 860	-1%
Comércio por grosso e a retalho	34 995 884	19	24 459 471	59 455 375	6%	493 286	-1%
Educação	-	387 430	-	387 430	0%	231 145	-60%
Outras actividades de serviços colectivos , sociais e pessoais	4 422 357	1	3 584 581	8 006 939	1%	172 665	-2%
Alojamento e restauração	2	-	170 017	170 020	0%	313	0%
Construção	9 702 002	-	5 646 374	15 348 376	2%	60 940	0%
Indústrias transformadoras	46 217 514	81 891	7 379 816	53 679 220	6%	791 839	-1%
Indústrias extractivas	110 944	-	-	110 944	0%	47 033	-42%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	12 214 681	-	1 727 060	13 941 741	1%	3 537	0%
Transportes, Armazenagem e Comunicação	7 972 083	2	5 357 187	13 329 272	1%	42 200	0%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	11 072 776	-	421 193	11 493 969	1%	193 602	-2%
Saúde e Acção Social	3 932 332	-	-	3 932 332	0%	11 881	0%
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	-	-	1 087 763	1 087 763	0%	1 981	0%
Particulares							
Consumo	9 524 408	242 909	1 098 917	10 866 233	1%	547 393	-5%
Habitação	1 097 972	196 036	-	1 294 008	0%	211 992	-16%
Outros fins	1 380 553	31 464	1 567 584	2 979 601	0%	100 659	-3%
Total	**836 555 014**	**939 752**	**115 983 034**	**953 477 800**	**100%**	**16 019 016**	**-2%**

A concentração geográfica do risco de crédito em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é de 100% em Angola, com excepção das aplicações de liquidez que são com o Grupo Standard Bank (África do Sul).

RISCO DE MERCADO

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de activos financeiros. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco. Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição por Emitente, por tipo/classe de activo e nível de qualidade de crédito (rating). São ainda definidos limites de Stop Loss e Loss Trigger para as posições na categoria de justo valor através de resultados e na categoria de justo valor através de outro rendimento integral.

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	636 744	318 372	159 186	(159 186)	(318 372)	(636 744)
Euros	1 540 845	770 423	385 211	(385 211)	(770 423)	(1 540 845)
Outras moedas	35 780	17 890	8 945	(8 945)	(17 890)	(35 780)
Total	**2 213 369**	**1 106 684**	**553 342**	**(553 342)**	**(1 106 684)**	**(2 213 369)**

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	4 622 436	(2 311 218)	(1 155 609)	1 155 609	2 311 218	4 622 436
Euros	1 648 549	824 274	412 137	(412 137)	(824 274)	(1 648 549)
Outras moedas	513 333	256 667	128 333	(128 333)	(256 667)	(513 333)
Total	**2 460 555**	**1 230 277**	**(615 139)**	**615 139**	**1 230 277**	**2 460 555**

O resultado do *stress test* apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios.

Este risco refere-se ao risco presente e/ou futuro sobre os lucros e o capital do Banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afetem as posições da carteira bancária do Banco.

As alterações das taxas de juro afetam os lucros de um banco alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rúbricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um banco também é afetado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor atual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afetando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rúbricas extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro na carteira bancária do Standard Bank de Angola referente a 31 de Dezembro de 2021 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

MOEDA NACIONAL

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Liquida						
Moeda Nacional						
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais (+)	Elementos Extra-Patrimoniais (-)	Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
à vista - 1 mês	45 711 030	59 046 456			(13 335 426)	0%	(10 668)
1 - 3 meses	138 699 554	64 741 427			73 958 127	0%	236 666
3 - 6 meses	34 549 937	12 466 523			22 083 414	1%	159 001
6 - 12 meses	63 455 108	1 216 408			62 238 700	1%	890 013
1 - 2 anos	71 478 721	-			71 478 721	3%	1 979 961
2 - 3 anos	29 604 053	-			29 604 053	4%	1 329 222
3 - 4 anos	-	-			-	6%	-
4 - 5 anos	-	-			-	8%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13%	-
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
						TOTAL (C) :	**4 584 195**
	282 415 629	137 470 814			246 027 589		
						Impacto acumulado dos instrumentos sensiveis à taxa de juros :	**4 584 195**
						Fundos Próprios Regulamentares :	**189 364 224**
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	**2.42%**

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros							
Moeda Nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais (+)	Elementos Extra-Patrimoniais (-)	Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
à vista	-	-			-	2.00%	-
à vista - 1 mês	45 711 030	59 046 456			(13 335 426)	1.92%	(256 040)
1 - 2 meses	128 621 995	32 623 970			95 998 026	1.75%	1 679 965
2 - 3 meses	10 077 558	32 117 457			(22 039 899)	1.58%	(348 230)
3 - 4 meses	20 424 988	12 144 925			8 280 063	1.42%	117 577
4 - 5 meses	-	214 133			(214 133)	1.25%	(2 677)
5 - 6 meses	14 124 949	107 465			14 017 484	1.08%	151 389
6 - 7 meses	2 129 613	100 020			2 029 593	0.92%	18 672
7 - 8 meses	16 717 687	586 959			16 130 729	0.75%	120 980
8 - 9 meses	23 053 507	100 807			22 952 699	0.58%	133 126
9 - 10 meses	6 362 290	421 521			5 940 769	0.42%	24 951
10 - 11 meses	2 967 930	1 725			2 966 206	0.25%	7 416
11 - 12 meses	12 224 080	5 377			12 218 704	0.08%	9 775
	282 415 629	137 470 814					
					Impacto acumulado dos Instrumentos sensiveis à taxa de juros até um ano:		**1 656 904**
					Margem de Juros		**70 721 085**
					Impacto Acumulado dos Instrumentos Sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ:		**2.34%**

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Liquida							
Moeda Estrangeira (USD)							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	83 852 204	19 494 318			64 357 885	0%	51 486
1 - 3 meses	-	17 153 498			(17 153 498)	0%	(54 891)
3 - 6 meses	-	2 636 545			(2 636 545)	1%	(18 983)
6 - 12 meses	35 204 932	783 575			34 421 357	1%	492 225
1 - 2 anos	-	-			-	3%	-
2 - 3 anos	-	-			-	4%	-
3 - 4 anos	-	-			-	6%	-
4 - 5 anos	-	-			-	8%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13%	-
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
						TOTAL (C) :	**469 837**
	119 057 135	40 067 936			78 989 199		
					Impacto acumulado dos instrumentos sensiveis à taxa de juros :		**469 837**
					Fundos Próprios Regulamentares :		**189 364 224**
					Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :		**0.25%**

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margen de Juros						
Moeda Estrangeira (USD)						
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais (+)	Elementos Extra-Patrimoniais (-)	Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
à vista	-	-			-	2%	-
à vista - 1 mês	83 852 204	19 494 318			64 357 885	2%	1 235 671
1 - 2 meses	-	17 152 136			(17 152 136)	2%	(300 162)
2 - 3 meses	-	1 362			(1 362)	2%	(22)
3 - 4 meses	-	-			-	1%	-
4 - 5 meses	-	13 897			(13 897)	1%	(174)
5 - 6 meses	-	2 622 648			(2 622 648)	1%	(28 325)
6 - 7 meses	-	333 488			(333 488)	1%	(3 068)
7 - 8 meses	-	355 117			(355 117)	1%	(2 663)
8 - 9 meses	-	-			-	1%	-
9 - 10 meses	-	611			(611)	0%	(3)
10 - 11 meses	-	-			-	0%	-
11 - 12 meses	35 204 932	94 358			35 110 573	0%	28 088
	119 057 135	40 067 936					
					Impacto acumulado dos Instrumentos sensiveis à taxa de juros até um ano:		**929 342**
					Margem de Juros		**1 765 106**
					Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ:		**52.65%**

Por sua vez, o risco de taxa de juro na carteira bancária referente a 31 de Dezembro de 2020 ao Banco Nacional de Angola foi reportado da seguinte forma:

MOEDA NACIONAL

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Liquida						
Moeda Nacional						
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais (+)	Elementos Extra-Patrimoniais (-)	Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
à vista - 1 mês	12 962 905	44 111 803			(31 148 898)	0%	(24 919)
1 - 3 meses	218 078 535	48 345 992			169 732 542	0%	543 144
3 - 6 meses	24 300 351	11 019 622			13 280 729	1%	95 621
6 - 12 meses	70 605 549	4 605 182			66 000 367	1%	943 805
1 - 2 anos	123 237 376	52 117			123 185 259	3%	3 412 232
2 - 3 anos	34 830 286	-			34 830 286	4%	1 563 880
3 - 4 anos	-	-			-	6%	-
4 - 5 anos	-	-			-	8%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13%	-
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
						TOTAL (C) :	**6 533 763**
	325 947 340	108 082 599			375 880 285		
						Impacto acumulado dos instrumentos sensiveis à taxa de juros :	**6 533 763**
						Fundos Próprios Regulamentares :	**131 301 091**
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	**4.98%**

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros							
Moeda Nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	12 962 905	44 111 803			(31 148 898)	1.92%	(598 059)
1 - 2 meses	190 984 531	19 476 515			171 508 016	1.75%	3 001 390
2 - 3 meses	27 094 003	28 869 477			(1 775 474)	1.58%	(28 052)
3 - 4 meses	11 402 975	3 385 058			8 017 917	1.42%	113 854
4 - 5 meses	-	608 681			(608 681)	1.25%	(7 609)
5 - 6 meses	12 897 377	7 025 883			5 871 494	1.08%	63 412
6 - 7 meses	24 493 382	817 884			23 675 498	0.92%	217 815
7 - 8 meses	5 469 181	748 561			4 720 620	0.75%	35 405
8 - 9 meses	19 802 784	140 426			19 662 358	0.58%	114 042
9 - 10 meses	496 147	539 607			(43 460)	0.42%	(183)
10 - 11 meses	7 555 399	755 403			6 799 996	0.25%	17 000
11 - 12 meses	12 788 656	1 603 301			11 185 355	0.08%	8 948
	325 947 340	108 082 599					
					Impacto acumulado dos Instrumentos sensiveis à taxa de juros até um ano:		**2 937 963**
					Margem de Juros		**46 411 418**
					Impacto Acumulado dos Instrumentos Sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ:		**6.33%**

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Liquida						
Moeda Estrangeira (USD)						
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	99 120 965	69 033 329			30 087 636	0%	24 070
1 - 3 meses	12 484 296	424 840			12 059 456	0%	38 590
3 - 6 meses	-	979 206			(979 206)	1%	(7 050)
6 - 12 meses	-	460 032			(460 032)	1%	(6 578)
1 - 2 anos	-	-			-	3%	-
2 - 3 anos	-	-			-	4%	-
3 - 4 anos	-	-			-	6%	-
4 - 5 anos	-	-			-	8%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13%	-
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
						TOTAL (C) :	**49 032**
	111 605 261	70 897 408			40 707 854		
						Impacto acumulado dos instrumentos sensiveis à taxa de juros :	**49 032**
						Fundos Próprios Regulamentares :	**131 301 091**
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	**0.04%**

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margen de Juros							
Moeda Estrangeira (USD)							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	99 120 965	69 033 329			30 087 636	2%	577 683
1 - 2 meses	12 484 296	424 840			12 059 456	2%	211 040
2 - 3 meses	-	-			-	2%	-
3 - 4 meses	-	375 639			(375 639)	1%	(5 334)
4 - 5 meses	-	4 548			(4 548)	1%	(57)
5 - 6 meses	-	599 019			(599 019)	1%	(6 469)
6 - 7 meses	-	-			-	1%	-
7 - 8 meses	-	-			-	1%	-
8 - 9 meses	-	-			-	1%	-
9 - 10 meses	-	294 346			(294 346)	0%	(1 236)
10 - 11 meses	-	29 244			(29 244)	0%	(73)
11 - 12 meses	-	136 443			(136 443)	0%	(109)
	111 605 261	70 897 408					
					Impacto acumulado dos Instrumentos sensiveis à taxa de juros até um ano:		**775 445**
					Margem de Juros		**2 365 013**
					Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ:		**32.79%**

Segundo as tabelas acima, é possível constatar que nos dois períodos, nomeadamente 2020 e 2021, o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano (que continua a ser a única moeda estrangeira cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária tal como verificado no exercício passado).

Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB) que tem Basileia III como base.

De acordo com os requisitos do regulador sul-africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os gaps de taxa de juro para cada uma das bandas temporais. Esta análise é efectuada de forma consolidada tendo em conta o balanço total do Banco sendo que não há necessidade de se efectuar uma análise separada por moeda.

Os quadros seguintes reflectem os gaps de taxa de juro reportados ao Grupo Standard Bank para efeitos de consolidação junto ao regulador sul-africano (SARB), com referência aos exercícios de 31 de Dezembro 2021 e 31 de Dezembro de 2020:

(milhares de Kwanzas)

Dezembro 2021	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos									
	651 001 195	25 113 894	43 735 599	25 062 726	11 984 191	-	-	211 376 294	968 273 900
Passivos e Fundos Próprios									
	319 601 094	35 751 252	7 747 499	4 971	28 472	-	-	605 140 612	968 273 900
Exposição líquida	**331 400 100**	**(10 637 358)**	**35 988 101**	**25 057 755**	**11 955 719**	**-**	**-**	**(393 764 317)**	**-**

(milhares de Kwanzas)

Dezembro 2020	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos									
	363 165 249	74 900 093	45 818 327	185 150 667	17 877 406	1 952 680	-	191 417 916	880 282 338
Passivos e Fundos Próprios									
	185 099 086	-	-	6 277 964	-	19 488 119	-	669 417 169	880 282 338
Exposição líquida	**178 066 163**	**74 900 093**	**45 818 327**	**178 872 703**	**17 877 406**	**(17 535 439)**	**-**	**(477 999 253)**	**-**

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021			31.12.2020		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Aplicações						
Crédito a clientes	178 361 539	26 109 323	14,64%	115 906 827	19 294 238	16,65%
Disponibilidades	250 901 058	88 130	0,04%	237 235 206	588 925	0,25%
Carteira de Títulos	226 023 912	55 280 044	24,46%	269 278 563	37 316 758	13,86%
Aplicações interbancárias	113 605 531	8 164 628	7,19%	73 924 673	989 352	1,34%
Total Aplicações	**768 892 040**	**89 642 125**		**696 345 269**	**58 189 273**	
Recursos						
Depósitos de clientes	602 278 957	11 219 681	1,86%	561 925 421	5 109 877	0,91%
Outros recursos	19 444 594	2 033 027	10,46%	21 900 731	1 892 074	8,64%
Total Recursos	**621 723 551**	**13 252 708**		**583 826 152**	**7 001 951**	
Margem Financeira		**76 389 417**			**51 187 322**	

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, por moeda, é analisado como segue:

	31.12.2021					31.12.2020				
	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	40 748 618	78 396 421	405 551	77 894	119 628 484	116 727 872	29 993 508	694 681	104 369	147 520 430
Disponibilidades em outras instituições de crédito	72 373	66 398 165	22 137 626	3 969 398	92 577 562	12 495	48 277 309	10 239 028	6 652 696	65 181 528
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	120 395 870	66 588 184	-	-	186 984 054	43 043 008	97 444 740	-	1 778 774	142 266 522
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	181 656	-	-	-	181 656	452 113	1 372 564	-	-	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	162 789 363	-	-	-	162 789 363	89 032 526	-	-	-	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado	56 983 473	34 723 024	-	-	91 706 497	194 636 404	41 207 292	-	-	235 843 696
Crédito a clientes	208 421 022	17 129 222	8 605 576	18 333	234 174 153	126 836 114	12 987 055	471 251	14 613	140 309 033
Outros activos tangíveis	43 199 753	-	-	-	43 199 753	39 912 155	-	-	-	39 912 155
Activos intangíveis	8 674 748	-	-	-	8 674 748	6 385 504	-	-	-	6 385 504
Activos por impostos correntes	892 277	-	-	-	892 277	448 946	-	-	-	448 946
Activos por impostos diferidos	5 588 505	-	-	-	5 588 505	1 150 917	-	-	-	1 150 917
Outros activos	21 501 812	2 899 181	(2 550 699)	26 554	21 876 848	2 644 417	85 376	7 428 769	247 842	10 406 404
Total de activo	**669 449 470**	**266 134 197**	**28 598 054**	**4 092 179**	**968 273 900**	**621 282 471**	**231 367 844**	**18 833 729**	**8 798 294**	**880 282 338**

	31.12.2021					31.12.2020				
	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total
Passivo										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(1 262 083)	(21 196 604)	(4 048 717)	(16 765)	(26 524 169)	(894 112)	-	-	-	(894 112)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(433 808 094)	(221 967 501)	(21 834 851)	(647 087)	(678 257 533)	(444 214 590)	(230 629 330)	(16 228 241)	(595 325)	(691 667 486)
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	(4 745 970)	-	-	-	(4 745 970)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	(214 709)	-	-	-	(214 709)
Provisões	(3 273 212)	(13 125)	(1 408)	(4)	(3 287 749)	(2 765 831)	(24 263)	(6 249)	-	(2 796 343)
Passivos por impostos correntes	(17 474 432)	(43 878)	-	-	(17 518 310)	(2 867 162)	(51 360)	-	-	(2 918 522)
Passivos por impostos diferidos	(524 756)	-	-	-	(524 756)					
Passivos subordinados	-	(16 704 348)	-	-	(16 704 348)	-	(19 553 301)	-	-	(19 553 301)
Outros passivos	(32 554 387)	(9 392 460)	(10 417 303)	(3 607 223)	(55 971 373)	(17 803 734)	(3 726 754)	(10 809 539)	(8 169 497)	(40 509 524)
Total do passivo	**(488 896 964)**	**(269 317 916)**	**(36 302 279)**	**(4 271 079)**	**(798 788 238)**	**(473 506 108)**	**(253 985 008)**	**(27 044 029)**	**(8 764 822)**	**(763 299 967)**
Activo/(Passivo) líquido	**180 552 506**	**(3 183 719)**	**(7 704 225)**	**(178 900)**	**169 485 662**	**147 776 363**	**(22 617 164)**	**- (8 210 300)**	**- 33 472**	**116 982 371**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e a rubrica Recursos de Clientes e outros empréstimos apresentam na coluna USD, respectivamente, os títulos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos e os depósitos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Banco reporta o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola de acordo com o Instrutivo Nº 19/2017 publicado em 30 de Agosto de 2017. Segundo o referido instrutivo, as instituições financeiras devem remeter ao Banco Nacional de Angola informação individual sobre a distribuição das suas posições do balanço e extrapatrimoniais por bandas temporais através de mapas de liquidez devidamente preenchidos e com os cálculos do rácio de liquidez e de observação.

Deste modo, as instituições financeiras devem remeter, em base individual, os seguintes mapas de liquidez:

• Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em todas as moedas;

• Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em moeda nacional; e

• Mapa considerando os fluxos de caixa em moedas estrangeiras significativas para as instituições, de forma individual. Uma moeda estrangeira deve ser considerada significativa quando o activo denominado na mesma corresponde a mais do que 25% do total do activo da instituição.

De acordo com o referido instrutivo, as instituições financeiras devem manter até 36 meses e 48 meses após a entrada em vigor do instrutivo os rácios de liquidez e de observação respetivamente devem ser iguais ou superiores a 100%.

Os mapas de liquidez em moeda nacional e estrangeira devem ser submetidos ao Banco Nacional de Angola com uma periodicidade quinzenal enquanto o mapa de liquidez que considera os fluxos de caixa em todas as moedas deve ser submetido mensalmente a aquela instituição.

O Standard Bank de Angola reportou os rácio de liquidez e de observação referente a 31 de Dezembro 2021 ao Banco Nacional de Angola como segue:

MOEDA NACIONAL

Dezembro 2021

Rácio de Liquidez e Observação (BNA)		
	31 Days	***1-3 months***
Total activos líquidos	**150 819 600**	
Valores em tesouraria	9 305 158	
Disponibilidades em bancos centrais	32 404 511	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	104 869 000	
Disponibilidades em instituições financeiras	-	
Títulos e valores mobiliários	4 240 931	
Total saída de fluxo de caixa	**135 180 131**	**24 040 485**
Depósitos à ordem	99 707 161	-
Depósitos a prazo	19 826 267	22 672 657
Outros depósitos	15 259 490	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	387 214	1 367 828
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Total entrada de fluxo de caixa	**19 295 806**	**96 686 974**
Créditos	4 933 537	10 622 340
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	14 362 270	86 064 634
Desfasamento	**34 935 274**	**107 581 763**
Desfasamento acumulado	**34 935 274**	**107 581 763**
Rácio de liquidez	**130%**	
Rácios de observação		**548%**

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

Dezembro 2021

Rácio de Liquidez e Observação (BNA)

	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos	**144 622 873**	
Valores em tesouraria	3 551 729	
Disponibilidades em bancos centrais	74 836 368	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	-	
Disponibilidades em instituições financeiras	66 234 776	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	**73 356 055**	**121 946**
Depósitos à ordem	63 620 147	-
Depósitos a prazo	7 635 971	44 915
Outros depósitos	2 099 936	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	-	77 031
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancári	-	
Total entrada de fluxo de caixa	**156 941**	**466 410**
Créditos	156 941	466 410
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda		
Desfasamento	**71 423 759**	**71 768 222**
Desfasamento acumulado	**71 423 759**	**71 768 222**
Rácio de liquidez	**198%**	
Rácios de observação		**58952%**

TODAS AS MOEDAS

Dezembro 2021

Rácio de Liquidez e Observação (BNA)

	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos	**322 194 108**	
Valores em tesouraria	13 335 802	
Disponibilidades em bancos centrais	107 241 000	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	104 869 000	
Disponibilidades em instituições financeiras	92 507 375	
Títulos e valores mobiliários	4 240 931	
Total saída de fluxo de caixa	**217 094 520**	**24 162 432**
Depósitos à ordem	171 793 783	-
Depósitos a prazo	27 462 238	22 717 572
Outros depósitos	17 451 285	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	387 214	1 444 860
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	
Total entrada de fluxo de caixa	**19 295 807**	**97 153 384**
Créditos	4 933 537	11 088 750
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	14 362 270	86 064 634
Desfasamento	**124 395 395**	**197 386 347**
Desfasamento acumulado	**124 395 395**	**197 386 347**
Rácio de liquidez	**163%**	
Rácios de observação		**917%**

Por sua vez, os rácio de liquidez e de observação do Standard Bank de Angola referente a 31 de Dezembro de 2020 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

MOEDA NACIONAL

Dezembro 2020

Rácio de Liquidez e Observação (BNA)		
	31 Days	***1-3 months***
Total activos líquidos	***161 918 050***	
Valores em tesouraria	7 364 950	
Disponibilidades em bancos centrais	109 358 263	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	38 713 384	
Disponibilidades em instituições financeiras	-	
Títulos e valores mobiliários	6 481 453	
Total saída de fluxo de caixa	***140 452 280***	***22 600 319***
Depósitos à ordem	126 373 048	-
Depósitos a prazo	9 805 188	19 141 440
Outros depósitos	4 179 012	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	95 032	3 458 879
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	
Total entrada de fluxo de caixa	***36 439 735***	***17 517 838***
Créditos	3 559 281	7 340 525
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	32 880 454	10 177 313
Desfasamento	***57 905 505***	***52 823 024***
Desfasamento acumulado	***57 905 505***	***52 823 024***
Rácio de liquidez	**156%**	
Rácios de observação		**334%**

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

Dezembro 2020

Rácio de Liquidez e Observação (BNA)

	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos	***97 758 403***	
Valores em tesouraria	1 501 929	
Disponibilidades em bancos centrais	28 481 835	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	-	
Disponibilidades em instituições financeiras	67 774 639	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	***79 223 030***	***90 556***
Depósitos à ordem	59 669 972	-
Depósitos a prazo	19 553 058	42 484
Outros depósitos	-	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	-	48 072
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancári	-	
Total entrada de fluxo de caixa	***380 968***	***379 141***
Créditos	380 968	379 141
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda		
Desfasamento	***18 916 341***	***19 204 926***
Desfasamento acumulado	***18 916 341***	***19 204 926***
Rácio de liquidez	**124%**	
Rácios de observação		**21308%**

TODAS AS MOEDAS

Dezembro 2020

Rácio de Liquidez e Observação (BNA)

	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos	***277 326 934***	
Valores em tesouraria	9 660 156	
Disponibilidades em bancos centrais	137 840 098	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	38 713 384	
Disponibilidades em instituições financeiras	84 631 844	
Títulos e valores mobiliários	6 481 453	
Total saída de fluxo de caixa	***227 494 011***	***22 736 407***
Depósitos à ordem	192 005 151	-
Depósitos a prazo	29 358 246	19 183 924
Outros depósitos	6 035 582	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	95 032	3 552 483
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	
Total entrada de fluxo de caixa	***36 616 530***	***17 518 422***
Créditos	3 736 076	7 341 108
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	32 880 454	10 177 313
Desfasamento	***86 449 453***	***81 231 468***
Desfasamento acumulado	***86 449 453***	***81 231 468***
Rácio de liquidez	**145%**	
Rácios de observação		**457%**

De acordo com as tabelas acima consegue verificar-se que passados 40 meses depois da entrada em vigor do Instrutivo, o Banco tem cumprido com o limite mínimo (100%) do referido rácio de Liquidez e de observação, tendo os submetidos todos ao Banco Nacional de Angola por via Sistema de Supervisão das Instituições Financeira (SSIF) tal como estabelecido no novo pacote regulamentar (NPR) apresentado às instituições financeiras em Maio de 2017, em todos os rácios de liquidez e observação, quer seja em moeda nacional, moeda estrangeira (dólar americano) e todas as moedas.

Para além de reportar os rácios que traduzem o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola, o Standard Bank de Angola, deve também fazer uma avaliação do risco de liquidez através de métricas internas definidas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO) que também estabelece limites de tolerância e alertas de apetência ao risco para cada uma dessas métricas. Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de controlo e para acompanhamento e apoio à tomada de decisão pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

Sem prejuízo das medidas de risco de liquidez reportadas ao Banco Nacional de Angola e das medidas internas reportadas ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) local e ao do Grupo, o Banco deve também, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, reportar as medidas de risco de liquidez de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB), que tem como base Basileia III.

O relatório de risco de liquidez com base nos requisitos do regulador sul-africano inclui duas secções referentes ao risco de liquidez, nomeadamente a secção que reflecte os gaps estruturais de liquidez do Banco de acordo com as abordagens contratual e comportamental; e a secção onde é apresentado o rácio de liquidez (LCR) consolidado do Banco.

A avaliação da situação de liquidez com base nos gaps estruturais de liquidez é efectuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco, determinando-se assim o gap de liquidez acumulado para vários horizontes temporais.

O gap contratual de liquidez difere do gap comportamental (BAU) de liquidez fundamentalmente na forma como os perfis de maturidade dos activos e passivos sem maturidade contratual são definidos, sendo que os perfis de maturidade dos activos e passivos com maturidade contratual não diferem em ambas abordagens e é sempre de acordo com a maturidade contratual.

Em 31 de Dezembro 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o gap contratual de liquidez do Banco de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) apresentava a seguinte estrutura:

(milhares de Kwanzas)

Dezembro 2021	Prazos residuais contratuais						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos							
	174 798 771	104 693 688	52 672 563	79 228 292	480 472 578	76 408 008	968 273 900
Passivos e Fundos Próprios							
	556 940 514	53 118 824	3 465 669	132 333 855	31 922 712	190 492 326	968 273 900
Gap de liquidez	**(382 141 743)**	**51 574 864**	**49 206 894**	**(53 105 564)**	**448 549 866**	**(114 084 318)**	**-**
Gap acumulado de liquidez	(382 141 743)	(330 566 879)	(281 359 985)	(334 465 548)	114 084 318	-	-

(milhares de Kwanzas)

Dezembro 2020	Prazos residuais contratuais						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos							
	261 640 391	44 520 592	55 377 410	50 893 839	423 340 797	44 509 309	**880 282 338**
Passivos e Fundos Próprios							
	558 256 641	148 149 798	578 100	1 519 636	44 345 152	127 433 011	**880 282 338**
Gap de liquidez	**(296 616 250)**	**(103 629 206)**	**54 799 310**	**49 374 203**	**378 995 645**	**(82 923 702)**	**-**
Gap acumulado de liquidez	**(296 616 250)**	**(400 245 456)**	**(345 446 146)**	**(296 071 943)**	**82 923 702**	**-**	**-**

Por sua vez, os gaps comportamentais de liquidez de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) a 31 de Dezembro 2021 e 31 de Dezembro de 2020 apresentavam a seguinte estrutura:

(milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2021						
	Gaps comportamentais de liquidez						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos							
	262 700 192	131 094 863	61 391 146	123 093 815	320 342 084	69 651 800	**968 273 900**
Passivos e Fundos Próprios							
	47 499 481	122 823 262	39 753 204	160 041 714	390 410 379	207 745 860	**968 273 900**
Gap de liquidez	**215 200 711**	**8 271 602**	**21 637 941**	**(36 947 898)**	**(70 068 295)**	**(138 094 060)**	**-**
Gap acumulado de liquidez	**215 200 711**	**223 472 312**	**245 110 254**	**208 162 356**	**138 094 060**	**-**	**-**

(milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2020						
	Gaps comportamentais de liquidez						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos							
	314 788 048	221 773 227	43 354 384	29 426 075	226 431 295	44 509 309	**880 282 338**
Passivos e Fundos Próprios							
	35 844 637	247 381 571	49 273 444	40 165 386	380 184 290	127 433 010	**880 282 338**
Gap de liquidez	**278 943 411**	**(25 608 344)**	**(5 919 060)**	**(10 739 311)**	**(153 752 995)**	**(82 923 701)**	**-**
Gap acumulado de liquidez	**278 943 411**	**253 335 067**	**247 416 007**	**236 676 696**	**82 923 701**	**-**	**-**

Após análise das tabelas acima pode-se constatar que os gaps comportamentais são mais favoráveis que os gaps contratuais sendo que isto deve-se à forma que os perfis de maturidade dos activos e passivos são definidos em ambas as abordagens. A abordagem contratual classifica todos os depósitos não contratuais, tal como as contas a ordem e poupança, na faixa temporal à vista e a abordagem comportamental tem em consideração a estabilidade destes depósitos não contratuais para definir o seu perfil de maturidade através de uma análise de volatilidade dos mesmos, com base num modelo estatístico.

Detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2021				
	Exposição a		Não Sujeito a risco de taxa de Juros	Derivados	Total
	Taxa Fixa	Taxa Variavel			
Activos					
Disponibilidades em Bancos Centrais			119 628 484		**119 628 484**
Disponibilidades em Intituições Financeiras	94 957 570	90 647 247	93 956 799		**279 561 616**
Crédito a clientes		234 174 153			**234 174 153**
Títulos	254 677 516				**254 677 516**
Outros Activos	-	-	80 232 131		**80 232 131**
Total	349 635 086	324 821 400	293 817 414	-	**968 273 900**
Passivos					
Depósitos a Ordem			(551 804 314)		**(551 804 314)**
Depósitos a Prazo		(152 977 388)			**(152 977 388)**
Dívida Subordinada		(16 704 348)			**(16 704 348)**
Responsabilidade representada por títulos	-				**-**
Outors Passivos			(72 868 411)		**(72 868 411)**
Fundos Próprios	-	-	(173 919 439)		**(173 919 439)**
Total	-	(169 681 736)	(798 592 164)	-	**(968 273 900)**

Detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2020				
	Exposição a		Não Sujeito a risco de taxa de Juros	Derivados	Total
	Taxa Fixa	Taxa Variavel			
Activos					
Disponibilidades em Bancos Centrais			147 520 430		**147 520 430**
Disponibilidades em Intituições Financeiras	10 081 000	26 942 341	170 424 709		**207 448 050**
Crédito a clientes		140 309 033			**140 309 033**
Títulos	326 700 899				**326 700 899**
Outros Activos	-	-	58 303 926		**58 303 926**
Total	336 781 899	167 251 374	376 249 065	-	**880 282 338**
Passivos					
Depósitos a Ordem			(551 365 916)		**(551 365 916)**
Depósitos a Prazo		(140 301 570)			**(140 301 570)**
Dívida Subordinada		(19 553 301)			**(19 553 301)**
Responsabilidade representada por títulos	(4 745 970)				**(4 745 970)**
Outors Passivos			(47 333 211)		**(47 333 211)**
Fundos Próprios	-	-	(116 982 370)		**(116 982 370)**
Total	(4 745 970)	(159 854 871)	(715 681 497)	-	**(880 282 338)**

Totalidade dos fluxos de caixa contratuais

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2021									
	Prazos residuais contratuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	**174 798 770**	**104 693 688**	**131 900 853**	**69 877 725**	**85 484 540**	**277 362 524**	**35 215 323**	**12 532 466**	**76 408 011**	**968 273 900**
Disponibilidades em Bancos Centrais	56 076 359	-	-	-	-	63 552 125	-	-	-	119 628 484
Disponibilidades em Intituições Financeiras	93 956 799	90 647 247	94 957 570	-	-	-	-	-	-	279 561 616
Crédito a Clientes	24 229 442	5 811 704	22 136 412	36 767 020	26 218 349	78 137 293	27 739 659	13 134 274	-	234 174 153
Títulos	-	8 234 737	14 806 871	33 110 705	59 266 191	135 673 106	3 585 906	-	-	254 677 516
Outros Activos	536 170	-	-	-	-	-	3 889 758	(601 808)	76 408 011	80 232 131
Passivos e Fundos Próprios	**(556 940 514)**	**(53 118 824)**	**(135 799 523)**	**(5 724 608)**	**(6 085 987)**	**(3 398 610)**	**(2 169)**	**(16 711 338)**	**(190 492 327)**	**(968 273 900)**
										-
Depósitos a Ordem	(551 804 314)	-	-	-	-	-	-	-	-	(551 804 314)
Depósitos a Prazo	(77 596)	(24 770 772)	(126 741 660)	(1 387 360)	-	-	-	-	-	(152 977 388)
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-	-	(16 704 348)	-	(16 704 348)
Responsabilidade representada por títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outors Passivos	(5 058 604)	(28 348 052)	(9 057 863)	(4 337 248)	(6 085 987)	(3 398 610)	(2 169)	(6 990)	(16 572 888)	(72 868 411)
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	(173 919 439)	(173 919 439)
Gap de liquidez	**(382 141 744)**	**51 574 864**	**(3 898 670)**	**64 153 117**	**79 398 553**	**273 963 914**	**35 213 154**	**(4 178 872)**	**(114 084 316)**	**-**
Gap acumulado de liquidez	**(382 141 744)**	**(330 566 880)**	**(334 465 550)**	**(270 312 433)**	**(190 913 880)**	**83 050 034**	**118 263 188**	**114 084 316**	**-**	

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2020									
	Prazos residuais contratuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	**261 640 390**	**38 237 357**	**106 271 249**	**99 609 057**	**292 309 736**	**17 437 199**	**6 700 576**	**-**	**58 076 774**	**880 282 338**
Disponibilidades em Bancos Centrais	48 367 742	-	-	-	99 152 688	-	-	-	-	147 520 430
Disponibilidades em Intituições Financeiras	170 424 709	26 942 341	10 081 000	-	-	-	-	-	-	207 448 050
Crédito a Clientes	42 847 939	1 270 159	29 136 138	54 443 639	3 615 471	4 931 382	4 291 457	-	(227 152)	140 309 033
Títulos	-	10 024 857	67 054 111	45 165 418	189 541 577	12 505 817	2 409 119	-	-	326 700 899
Outros Activos	-	-	-	-	-	-	-	-	58 303 926	58 303 926
Passivos e Fundos Próprios	**(551 367 158)**	**(148 134 888)**	**(2 097 737)**	**(1 195 773)**	**(8 141 250)**	**(1 790 682)**	**(28 713 559)**	**(19 553 301)**	**(119 287 990)**	**(880 282 338)**
Depósitos a Ordem	(551 365 916)	-	-	-	-	-	-	-	-	(551 365 916)
Depósitos a Prazo	(1 242)	(140 276 422)	-	-	(23 906)	-	-	-	-	(140 301 570)
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-	-	(19 553 301)	-	(19 553 301)
Responsabilidade representada por títulos	-	(45 970)	-	-	(4 700 000)	-	-	-	-	(4 745 970)
Outors Passivos	-	(7 812 496)	(2 097 737)	(1 195 773)	(3 417 344)	(1 790 682)	(28 713 559)	-	(2 305 620)	(47 333 211)
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	(116 982 370)	(116 982 370)
Gap de liquidez	**(289 726 768)**	**(109 897 531)**	**104 173 512**	**98 413 284**	**284 168 486**	**15 646 517**	**(22 012 983)**	**(19 553 301)**	**(61 211 216)**	**-**
Gap acumulado de liquidez	**(289 726 768)**	**(399 624 299)**	**(295 450 787)**	**(197 037 503)**	**87 130 983**	**102 777 500**	**80 764 517**	**61 211 216**	**-**	

Detalhe dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de reflexão

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2021									
	Datas de refixação / Datas de Maturidade									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	**24 229 442**	**104 693 688**	**131 900 853**	**69 877 725**	**85 484 540**	**213 810 399**	**31 325 565**	**13 134 274**	**-**	**674 456 486**
Crédito a Bancos		90 647 247	94 957 570	-	-	-	-	-	-	185 604 817
Crédito a Clientes	24 229 442	5 811 704	22 136 412	36 767 020	26 218 349	78 137 293	27 739 659	13 134 274		234 174 153
Títulos	-	8 234 737	14 806 871	33 110 705	59 266 191	135 673 106	3 585 906	-	-	254 677 516
Passivos	(77 596)	(24 770 772)	(126 741 660)	(1 387 360)	-	-	-	(16 704 348)	-	(169 681 736)
Depósitos a Ordem										
Depósitos a Prazo	(77 596)	(24 770 772)	(126 741 660)	(1 387 360)	-	-	-	-	-	(152 977 388)
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-	-	(16 704 348)	-	(16 704 348)
Responsabilidade representada por títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exposição Liquida	**24 151 846**	**79 922 916**	**5 159 193**	**68 490 365**	**85 484 540**	**213 810 399**	**31 325 565**	**(3 570 074)**	**-**	**504 774 750**

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2020									
	Datas de refixação / Datas de Maturidade									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	**42 847 939**	**38 237 357**	**106 271 249**	**99 609 057**	**193 157 048**	**17 437 199**	**6 700 576**	**-**	**-**	**504 260 425**
Crédito a Bancos		26 942 341	10 081 000	-		-	-	-	-	- 37 023 341
Crédito a Clientes	42 847 939	1 270 159	29 136 138	54 443 639	3 615 471	4 931 382	4 291 457		-	140 536 185
Títulos	-	10 024 857	67 054 111	45 165 418	189 541 577	12 505 817	2 409 119		-	- 326 700 899
Passivos	(1 242)	(140 322 392)		-	-	(4 723 906)		-	(19 553 301)	- (164 600 841)
Depósitos a Ordem										
Depósitos a Prazo	(1 242)	(140 276 422)		-	-	(23 906)		-	-	- (140 301 570)
Dívida Subordinada	-	-		-	-		-	-	(19 553 301)	- (19 553 301)
Responsabilidade representada por títulos	-	(45 970)		-	-	(4 700 000)		-	-	- (4 745 970)
Exposição Liquida	**42 846 697**	**(102 085 035)**	**106 271 249**	**99 609 057**	**188 433 142**	**17 437 199**	**6 700 576**	**(19 553 301)**	**-**	**339 659 584**

GESTÃO DE CAPITAL E RÁCIO DE SOLVABILIDADE

O calculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) mantém-se desde 2017 com o requisito mínimo de 10%.

De acordo com o Aviso nº 02/2016, os Fundos Próprios Regulamentares incluem:

1. Fundos Próprios de Base – compreendem (i) o Capital Social realizado; (ii) reserva para registo do valor da actualização monetária do capital social realizado; (iii) resultados transitados de exercícios anteriores; (iv) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital, (v) resultado líquido do exercício auditado, (vi) resultados latentes negativos relativos à reavaliação dos títulos disponíveis para venda e às operações de cobertura de fluxos de caixa e de investimentos no exterior e (vii) activos/passivos por impostos diferidos na medida em que estejam associados a perdas/ganhos que contem como elemento negativo/positivo dos fundos próprios de base.

2. Fundos Próprios Complementares – compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) fundos e provisões genéricas; (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis de uso próprio; (iv) dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida; e (v) outros valores autorizados pelo Banco Nacional de Angola.

3. Deduções – Compreendem: (i) acções da própria instituição objecto de recompra; (ii) acções preferenciais remíveis e com dividendos fixos e cumulativos; (iii) empréstimos concedidos com natureza de capital; (iv) empréstimos concedidos com natureza de capital; (v) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais; (vi) goodwill (trespasse); (vii) outros activos incorpóreos líquidos das amortizações; (viii) outros valores, por determinação do Banco Nacional de Angola.

O Aviso do BNA nº 09/2016 estabelece que para efeitos de cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar, o excesso verificado no limite de exposição ao risco por Cliente deve ser deduzido dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR).

Os requisitos dos fundos próprios regulamentares correspondem à soma dos requisitos individuais calculados de acordo com os seguintes Avisos:

1. Aviso n.º 03/2016, sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte;

2. Aviso n.º 04/2016, sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Mercado e Risco de Crédito de Contraparte na Carteira de Negociação; e

3. Aviso n.º 05/2016, sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco Operacional.

Um sumário do rácio de solvabiliade do Banco para 31 de Dezembro de 2021, 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 apresenta-se como segue:

(milhares de Kwanzas)

		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Risco de crédito e risco de crédito de contraparte	**A**	**31 674 442**	**24 338 117**	**19 309 570**
Risco mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação	**B**	**445 132**	**2 416 734**	**2 763 482**
Risco operacional	**C**	**10 252 745**	**7 781 371**	**5 868 289**
Total	**D = A + B + C**	**42 372 319**	**34 536 222**	**27 941 341**
Fundos Próprios				
Base	**E**	173 623 947	112 711 861	94 210 719
Complementares	**F**	15 740 276	18 589 230	14 655 666
	G = E + F	**189 364 223**	**131 301 091**	**108 866 385**
Excesso aos Limites prudenciais aos grandes riscos	**H**	-	-	(30 720 490)
Fundos Próprios Regulamentares	**I = G + H**	**189 364 223**	**131 301 091**	**78 145 895**
Rácio de Solvabilidade	**J = L + M**	**44.7%**	**38.0%**	**28.0%**
Nível I	**L = (E + H)/ (D/10%)**	**41.0%**	**32.6%**	**22.7%**
Nível II	**M = F/ (D/10%)**	**3.7%**	**5.4%**	**5.2%**

Nota 37 – Reforma dos índices de referência das taxas de juro

As autoridades reguladoras financeiras a nível mundial têm vindo a promover durante os últimos anos o abandono da utilização dos indexantes IBOR e a sua substituição por indexantes sem risco, o que originou a necessidade de uma transição dos indexantes LIBOR para os novos indexantes recomendados pelos grupos de trabalho criados nas diferentes jurisdições.

Esta transição acelerou-se com a comunicação da cessação dos indexantes LIBOR a partir do início de 2022, o que implica que os participantes de mercado passem a utilizar novos indexantes sem risco e alterarem os contratos afetados pela cessação da publicação dos indexantes LIBOR.

O Banco tem adoptado uma postura activa, de forma a identificar e colmatar os riscos inerentes e assegurar uma transição adequada, nomeadamente no que diz respeito a riscos legais e de litigância, decorrentes dos contratos com referência a indexantes que serão descontinuados e à necessidade de alteração de redação, riscos operacionais decorrentes da necessidade de adaptações tecnológicas, de processos e controlo, riscos financeiros e contabilísticos pela utilização e alteração de indexantes, assim como risco reputacional.

O Banco considera a sua exposição a LIBOR como não material, dado o reduzido volume de activos e passivos relacionados com estes indexantes. A LIBOR do USD é o único indexante em termos de exposição.

Para o caso em concreto do Banco, a taxa LIBOR será substituída pela SOFR (Secured Overnight Financing Rate), que tem como base o mercado de recompra dos EUA, no qual o dinheiro é temporariamente trocado por títulos do tesouro americano. A partir de 01 de Janeiro de 2022, todos os novos créditos concedidos em moeda estrangeira (ME) serão contratados com os novos indexantes.

O detalhe dos instrumentos financeiros que ainda não fizeram a transição para uma taxa de juro alternativa sem risco, em 31 de Dezembro de 2021, apresenta-se como segue:

(milhares de kwanzas)

Reforma da IBOR	31.12.2021							
	Exposição Bruta				Exposição que ainda não fez a transição para uma taxa alternativa de juro de referência			
	Activos	Passivos	Extrapatrimonial	Total	Activos	Passivos	Extrapatrimonial	Total
Mensurados ao Custo Amortizado								
Crédito a Clientes	17 062 456	-	-	17 062 456	17 062 456	-	-	17 062 456
Dividia Subordinada (Nota 19)	-	(16 649 430)	-	(16 649 430)	-	(16 649 430)	-	(16 649 430)
Total	**17 062 456**	**(16 649 430)**	**-**	**413 026**	**17 062 456**	**(16 649 430)**	**-**	**413 026**

Nota 38 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2021:

a) IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9'. Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

b) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospetiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de juro de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR. Estas modificações não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras do Banco no exercício de 2021.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e que a União Europeia já endossou:

a) IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva, sem reexpressão dos comparativos.

b) IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

c) IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.

d) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva com algumas isenções na data da transição.

e) IFRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

a) Melhorias às normas 2018 – 2020 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

a. IFRS 1, 'Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez'. Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

b. IFRS 9, 'Desreconhecimento de passivos – custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação'. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

c. IFRS 16, 'Incentivos à locação'. Esta melhoria refere-se à alteração do Exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, para eliminar inconsistência no tratamento contabilístico de incentivos à locação, atribuídos pelo locador.

d. IAS 41, 'Tributação e mensuração do justo valor'. Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – 'Justo valor'.

O Banco não antecipa qualquer liquidação significativa decorrente da aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) IAS 1 (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospetiva.

b) IAS 1 (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.

c) IAS 8 (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.

d) IAS 12 (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado.

e) IFRS 17 (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração

da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

O Banco não antecipa qualquer liquidação significativa decorrente da aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Nota 39 – Eventos subsequentes

Em Fevereiro de 2022, durante a preparação deste relatório, houve uma invasão militar à Ucrânia pela Rússia, invasão essa que é denominada por especialistas como "a maior invasão da Europa desde a Segunda Guerra Mundial". Desta, surgiram várias consequências, dentre as quais morte de civis inocentes, sancções económicas aplicadas à Rússia e o abalo na economia dos países que têm recebido os refugiados da guerra assim como os países com relações económicas com a Rússia.

Dentre as sancções aplicadas à Rússia, tivemos:

- a subida do nível de risco do país para "CC", como consequência das restrições aplicadas;
- retirada dos bancos russos do "SWIFT" ("Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication" – Sociedade para as Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais), como forma de prevenção ao financiamento de armamento militar russo;
- desvalorização da moeda russa (Rublo Russo), que desde a invasão à Ucrânia teve uma desvalorização de 37% face ao Kwanza (fonte: https://wise.com/br/currency-converter/rub-to-Kz-rate?amount=1000).

Tendo em conta que a invasão ocorreu após o término do ano de 2021 e que o Banco não tem relações com empresas ou bancos russos, o Conselho de Administração considera que a situação de guerra e as sancções aplicadas à Rússia não apresentam um impacto directo e indirecto material na atividade do Banco, sendo este considerado um evento subsequente não ajustável.

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos adicionais posteriores a 31 de Dezembro de 2021 que justifiquem ajustamentos ou divulgação adicional nas Notas às demonstrações financeiras.

6.3 Pareceres dos Auditores externos e do Conselho Fiscal



Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração do
Standard Bank de Angola, S.A.

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Standard Bank de Angola, S.A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 que evidencia um total de 968 273 900 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 169 485 662 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 75 736 312 milhares de Kwanzas, a demonstração de resultados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Edifício Presidente - Largo 17 de Setembro, n.º 3, 1º andar – sala 137, Luanda- República de Angola
T: +244 227 286 109, www.pwc.com/ao

© 2022 PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada. All rights reserved. In this document, "PwC" refers to PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada, which is a member firm of PricewaterhouseCoopers International Limited, each member firm of which is a separate legal entity.

Standard Bank de Angola, SA.

Angola – Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relativo ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e sobre as Demonstrações Financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados, respectivos anexos e notas), apresentadas pelo Conselho de Administração do Standard Bank de Angola e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

O Conselho Fiscal reuniu, sempre que necessário, com o Conselho de Administração e com a Comissão Executiva, tendo acompanhado genericamente a actividade do Banco bem como obtido a informação e as explicações que, regularmente, foi solicitando sobre as actividades em curso.

No desempenho das suas funções, O Conselho Fiscal reuniu com frequência com vários Directores do Banco, responsáveis, quer por áreas de negócio, quer de suporte e de controlo interno, tendo obtido dos mesmos a informação que periodicamente solicitou.

O Conselho Fiscal apreciou a preparação das contas e pôde concluir que as Demonstrações Financeiras relativas a 2021, ora apresentadas, satisfazem o que por lei e pelos estatutos do Banco é exigido.

O Conselho Fiscal não identificou qualquer situação que não estivesse de acordo com os estatutos e com as normas legais, assim como com as políticas e práticas contabilísticas aplicáveis.

No âmbito da sua actividade, o Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento do Relatório de Auditoria Externa emitido pela PWC o qual exprime uma opinião favorável às Contas apresentadas.

PARECER

Considerando o exposto, o Conselho Fiscal do Standard Bank é da opinião que:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração da Mutações nos Fundos Próprios, Demonstração de Fluxos de Caixa e respectivos Anexos e Notas) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, sejam aprovados;

2. A proposta de aplicação de resultados apresentada de 75.736.312 Milhares de AOA é a seguinte:

Distribuição de Dividendos – 46.916.606 Milhares de AOA
Resultados Transitados - 28.819.706 Milhares de AOA

O Conselho Fiscal exprime o seu reconhecimento e agradecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco pela colaboração que foi dispensada.

Luanda, 30 de Março de 2022

Sérgio Serrão
Presidente do Conselho Fiscal

Fernando Hermes
Vogal do Conselho Fiscal

Donald Lisboa
Vogal do Conselho Fiscal

Standard Bank

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração declara que, na medida do seu conhecimento, a informação prestada nas demonstrações financeiras, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Standard Bank de Angola, S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício de 2021, expõe fielmente a evolução dos negócios e do desempenho do Standard Bank de Angola, S.A e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam

Luanda, aos 30 de Março de 2022

Octávio Paulo
Administrador Independente Não Executivo
e Presidente do Conselho de Administração

Luis Teles
Administrador Executivo e
Presidente da Comissão Executiva

Lista de Acrónimos

AGT – Autoridade Geral Tributária

ALCO – Comité de Activos e Passivos

AMA – Ferramenta de abordagem de gestão avançado

AML – *Anti Money Laundering*

AO – Angola

APD – Agência de Protecção de Dados

API – *Application Programming Interfaces*

ATM – *Automated Teller Machine*

BBL – Barril

BC – Branqueamento de Capitais

BCC (*Business and Comercial Clients*) – Pequenas e Médias Empresas

BCE – Banco Central Europeu

BCI – Banco Comercia e Indústria

BNA – Banco Nacional de Angola

BPI – *Business Process and Improvement*

BT – Bilhetes Tesouro

BWP – *Botswana Pula*

CDF – *Congolese franc*

CHNW (*Consumer High Net Worth*) – Particulares

CIB – Grandes Empresas e Banca de Investimento

CMC – Comissão do Mercado de Capitais

DOS – Declarações de Operações Suspeitas

DPC – Direcção de Pessoas e Cultura

EGP – *Egyptian pound*

ETB – *Ethiopian Birr*

EUA – Estados Unidos da América

EXCO – Comissão Executiva

FCTOCI – justo valor através de outro rendimento integral

FED – Reserva Federal dos Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FT – Financiamento ao Terrorismo

FTP – Preços de transferência de fundos

FVTPL – carteiras de justo valor através de resultados

GDE – Despesas Gerais Domésticas

GHS – *Ghanaian cedi*

GIA – Auditoria Interna do Grupo

GNL – Gás natural liquefeito

IA – Inteligência Artificial

ICAAP – Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital Interno

IFR – Unidade de Investigação e Risco de Fraude

IRRBB – *Interest Rate Risk of Banking Book*

KES – *Kenyan shilling*

KRI – *Key risk indicators*

KYC – *Know Your Customer*

KYS – *Know Your Supplier*

Kz – Kwanza

LGD – *Loss Given Default*

MINSA – Ministério da Saúde

MUR – *Mauritian rupee*

MWK – *Kwacha malawiana*

MZN – *Mozambican metical*

NAD – *Namibian dollar*

NGN – *Nigerian naira*

NPC – Comité de Novos Produtos

NPS – *Net Promoter Score*

NSFR – Rácio de Financiamento Líquido Estável

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OPS – *Operational Program Software*

OT – Obrigações de Tesouro

P.P. – Ponto Percentuais

PADM – Proliferação de Arma de Distribuição em Massa

PCA – Presidente do Conselho de Administração

PCE – Presidente da Comissão Executiva

PD – Probabilidade de *Default*

PEP – Pessoas Expostas Politicamente

PIB – Produto Interno Bruto

PL – *Performing Loans*

PME – Pequenos e Médias Empresas

POCI – Compra de créditos em incumprimento

POS – *Point of Sale*

PV01 – *Point Value 01*

RAF – Função Regulatória e de Aconselhamento

RCSA – Sistema Auto-avaliação de Controlos de Risco

RDC – República Democrática do Congo

REPOs – contratos de aquisição de títulos com acordo de revenda

RMP – Sistema de Gestão de Risco Operacional

RNA – Rádio Nacional de Angola

ROE – *Return on equity*

RWA – *Risk-weighted asset*

RWF – *Rwandan franc*

SAFe – *Scaled Agile Framework*

SBA – Standard Bank de Angola

SBG – Grupo Standard Bank

SVaR – *Shareholder Value at Risk*

TAT – *Turn Around Time*

TCM – Direcção de Tesouraria e Gestão de Capital

TI – Tecnologias de informação

TPA – Terminais de Pagamento Automático

TZS – *Tanzanian shilling*

UGX – *Ugandan shilling*

UIF – Unidade de Informação Financeira

USD – *United States* dólar

VaR – *Value at Risk*

WEO – *World Economic Outlook*

XOF – *West African CFA franc*

XOF – *West African CFA franc*

ZMW – *Zambian kwacha*

Relatório & Contas

2021